Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Certificado digitalmente por:
ESTELA MARIS BALESTRINI

Diário da Justiça
ELETRÔNICO

Curitiba, 8 de Maio de 2025 - Edição nº 3893 - 171 páginas

Sumário

Tribunal de Justiça 2
Atos da Presidência 2
Concursos 3
Supervisão do Sistema da Infância e Juventude 3
Ouvidoria Geral 3
Escola Judicial do Paraná 3
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR 6
Atos da 1ª Vice-Presidência 6
Atos da 2ª Vice-Presidência 6
Supervisão do Sistema de Juizados Especiais 7
NUPEMEC 7
Secretaria 7
Secretaria Especial da Presidência 10
Concursos 10
Secretaria Geral 10
Vice-Secretaria Geral 10
Secretaria de Contratações Institucionais 13
Secretaria de Infraestrutura 18
Departamento da Magistratura 18
Processos do Órgão Especial 32
Processos do Conselho da Magistratura 32
Departamento de Engenharia e Arquitetura 32
Departamento de Gestão de Precatórios 32
Departamento de Gestão de Recursos Humanos 34
Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados 65
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação 65
Departamento do Patrimônio 65
Departamento Econômico e Financeiro 73
Departamento Judiciário 73
Divisão de Distribuição 73
Seção de Preparo 73
Seção de Mandados e Cartas 73
Divisão de Processo Cível 73
Divisão de Processo Crime 74
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores 74
Processos do Órgão Especial 74
Comissão Int. Conc. Promoções 83
Comissão Permanente de Avaliação Documental 83
Conselho da Magistratura 83
Corregedoria da Justiça 83
Plantão Judiciário Capital 83
Divisão de Concursos da Corregedoria 83
Núcleo de Conciliação do 2º Grau 83
FUNREJUS 83
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais 83
Comarca da Capital 83
Direção do Fórum 83
Cível 83
Crime 83
Fazenda Pública 83
Família 86
Delitos de Trânsito 86
Execuções Penais 86
Tribunal do Júri 86
Infância e Juventude 86
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis 87
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial 87
Precatórias Criminais 87
Auditoria da Justiça Militar 87
Central de Inquéritos 87
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais 87
Concursos 87
Central de Movimentações Processuais 87
Comarcas do Interior 87
Direção do Fórum 87
Plantão Judiciário 88
Cível 91
Crime 91
Juizados Especiais 92
Concursos 92
Família 92
Execuções Penais 92
Infância e Juventude 92
Fazenda Pública 92
Editais Judiciais 93
Conselho da Magistratura 93
Capital 93
Interior 108
Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial 170

Tribunal de Justiça

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 6696/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00111447, originado em razão do protocolizado sob nº 0026368-96.2025.8.16.6000, resolve

I - R E L O T A R

a servidora CHIRLEI ROTTA, matrícula nº 7764, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, no Gabinete do Desembargador Givanildo Nogueira Constantinov, revogando sua lotação no Gabinete do Juiz de Direito Substituto em 2º Grau Humberto Goncalves Brito;

I I - D E S I G N A R

CHIRLEI ROTTA, matrícula nº 7764, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente Jurídica de Gabinete de Desembargador, símbolo FC-7, do Gabinete do Desembargador Givanildo Nogueira Constantinov, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Concursos

Supervisão do Sistema da Infância e Juventude

Ouvidoria Geral

Escola Judicial do Paraná

PORTARIA Nº 6/2025 - EJUD-PR

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA JUDICIAL DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais , a fim de dar parâmetro e diretrizes para a nomeação e execução das coordenadorias temáticas e considerando o Expediente SEI n. 0030221-16.2025.8.16.6000:

R E S O L V E

DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO E COORDENADORIAS

Art. 1º. Na forma do Regimento Interno da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, as Coordenadorias Temáticas instituídas pela Direção-Geral terão a seguinte regulamentação:

I - A nomeação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras para coordenação de cada área será formalizada mediante Portaria específica.

II - A escolha deverá levar em consideração o conhecimento técnico, a titulação e sua produção acadêmica que evidenciem a afinidade com a área e as habilidades necessárias para a gestão da coordenadoria.

Art. 2º. A atuação das Coordenadorias se dará em conjunto e sob a supervisão da Coordenação-Geral de Cursos, respeitando o Regimento Interno da EJUD-PR e seus demais documentos.

Art. 3º. Compete aos Coordenadores Temáticos:

I - propor e coordenar no seu âmbito de atuação a implementação de programas e projetos específicos de capacitação da Escola;

II - acompanhar o desenvolvimento das atividades, para assegurar a realização dos programas em execução e sua adequada qualidade;

III - criar, após aprovação do Diretor-Geral, subáreas e delegar a coordenação para magistrados e magistradas, servidores e servidoras observados a forma e os critérios do inciso II, do art. 1º desta Portaria, mediante a aprovação do Diretor-Geral;

IV - organizar e coordenar grupos de estudos, na forma da presente Portaria.

Parágrafo único. Para fins das competências previstas nos incisos I e II, a Coordenadoria Temática poderá ter vista e, a seu critério, oferecer manifestação nos processos envolvendo programas e projetos de sua área.

DOS GRUPOS DE ESTUDO E GRUPOS DE PESQUISA

Art. 5º. As Coordenadorias Temáticas, os Grupos de Estudo e os Grupos de Pesquisa constituem instâncias de articulação acadêmica e institucional no âmbito da EJUD-PR, com papeis complementares na formação, produção e difusão do conhecimento.

§1º. As Coordenadorias Temáticas são estruturas vinculadas às áreas de conhecimento instituídas e têm por finalidade propor, acompanhar e coordenar projetos e ações educacionais na sua área de competência.

§2º. Os Grupos de Estudo são instâncias coletivas de reflexão, formação continuada e troca de saberes, voltados à discussão teórica e prática de temas relevantes para a atuação jurisdicional e a formação institucional, sendo instituídas por portaria do Diretor-Geral, com nomeação de magistrado(a) e/ou servidor(a) com notória afinidade e experiência no tema. São instituídos:

I - mediante solicitação formal à Direção-Geral da EJUD-PR, via processo administrativo eletrônico (SEI), contendo justificativa, plano de atividades, indicação de coordenação e lista de participantes; ou

II - por iniciativa da Direção-Geral, por meio de portaria de ofício, quando houver interesse institucional em fomentar determinada temática.

§3°. Os Grupos de Pesquisa têm caráter investigativo e produzem conhecimento técnico e científico original, com metodologia definida e linha de pesquisa específica, devendo ser registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq), seguindo os parâmetros nacionais de produção acadêmica e instituídas por portaria do Diretor-Geral, com nomeação de magistrado(a) e/sou servidor(a) com notória afinidade e experiência no tema.

Art. 6°. A EJUD-PR apoiará tecnicamente o processo de cadastramento dos grupos no DGP/CNPq, conforme a necessidade e natureza dos projetos.

Art. 7°. A EJUD-PR organizará espaços, físicos ou virtuais, para reuniões de cunho educativo/instrutivo, troca de experiências e publicações de materiais educativos/ instrucionais de interesse comum.

DOS REGIMENTOS E FUNCIONAMENTO

Art. 8º. As Coordenadorias Temáticas e os Grupos de Pesquisa terão Regimento Internos, respeitados os seguintes parâmetros mínimos:

I - nome que o identificará;

II - qualificação do líder do grupo

III - definição clara e objetiva da linha de pesquisa;

IV - identificação dos objetivos do Grupo;

V - as pessoas participantes;

VI - formas de ingressos, preferencialmente por instrumentos de ampla divulgação e com emprego de critérios objetivos;

VII - periodicidade de reuniões e sua forma: se virtual, presencial ou híbrido;

VII - a forma de apresentação de resultados dos trabalhos - publicações, seminários, podcast, videocast entre outros - que deverá ser, no mínimo, anual.

Parágrafo único. Os Regimentos serão submetidos à aprovação do Diretor-Geral, que emitirá decisão sobre sua conformidade com os parâmetros desta Portaria.

DOS RELATÓRIOS SEMESTRAIS

Art. 9º. As Coordenadorias Temáticas, bem como os Grupos de Estudo e Pesquisa, deverão encaminhar à Direção-Geral, até o último dia útil de junho e dezembro de cada ano, relatório semestral de atividades, contendo, no mínimo:

I - descrição sintética das atividades realizadas;

II - participações em eventos, reuniões e publicações;

III - registro das dificuldades e estratégias adotadas;

IV - indicações de resultados parciais ou finais, inclusive produção de conhecimento;

V - propostas para o próximo semestre.

Parágrafo único. Os relatórios serão utilizados para fins de avaliação institucional, prestação de contas e planejamento estratégico da EJUD-PR.

Art. 10. Os Grupos de Estudo e Pesquisa já existentes deverão adequar-se aos termos desta Portaria no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

Desembargador ROBERTO PORTUGAL BACELLAR
Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná

PORTARIA Nº 5/2025 - EJUD-PR

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA JUDICIAL DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais **considerando o Expediente SEI n. 0030225-53.2025**:

R E S O L V E

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir o Protocolo Normativo de Apoio Institucional que estabelece diretrizes e procedimentos para a coordenação e execução de eventos, cursos e parcerias institucionais nacionais e internacionais pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (EJUD-PR), visando à padronização e eficiência das ações.

Art. 2° As iniciativas mencionadas no art. 1º devem estar alinhadas aos objetivos e finalidades da EJUD-PR, conforme disposto no Regimento Interno, especialmente no que tange à formação, capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, auxiliares da justiça, delegatários, estagiários, terceirizados e sociedade civil, desde que destinadas à melhor prestação de serviços aos jurisdicionados.

CAPÍTULO II

SOLICITAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL

Art. 3º As solicitações de apoio institucional para eventos, cursos ou parcerias deverão ser formalizadas por meio de requerimento escrito, contendo:

I - Identificação da instituição solicitante;

II - Descrição detalhada do evento, curso ou projeto de parceria;

III - Objetivos e público-alvo;

IV - Data, local e cronograma preliminar;

V - Recursos necessários e contrapartidas oferecidas.

Parágrafo único. Serão priorizados os apoios institucionais que não demandem aplicação de recursos financeiros da EJUD-PR, sem prejuízo da análise deste apoio, quando do interesse da Escola e da formação de servidores(a) e magistrados(a).

Art. 4º O requerimento deverá ser encaminhado à Coordenação Executiva da EJUD-PR com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da atividade.

CAPÍTULO III

ANÁLISE E APROVAÇÃO

Art. 5º A Coordenação Executiva, preferencialmente, procederá à análise preliminar da solicitação, verificando:

I - Conformidade com os objetivos e missão da EJUD-PR;

II - Viabilidade técnica e financeira, quando necessária e autorizada pela Consultoria Jurídica;
III - Disponibilidade de recursos humanos e materiais disponíveis no período solicitado.
Art. 6º Após a análise preliminar, a solicitação será submetida ao Diretor-Geral, que deliberará sobre a aprovação ou não do apoio institucional.
Art. 7º Em casos que envolvam parcerias estratégicas ou de grande relevância, o Diretor-Geral poderá encaminhar a proposta ao Conselho Técnico para apreciação, independente do prazo estipulado no art. 4°, conforme competências estabelecidas no Regimento Interno.
CAPÍTULO IV
EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO
Art. 8º Uma vez aprovada, a execução da atividade poderá contar com o suporte das seguintes unidades, a depender de cada caso autorizado:
I - Coordenação Executiva: apoio a supervisão geral e logística;
II - Supervisão Pedagógica: apoio ao conteúdo programático e metodologia;
III - Consultoria Jurídica: responsável pela elaboração e análise de instrumentos jurídicos necessários, como convênios e termos de cooperação, bem como do eventual apoio financeiro, quando autorizado.
Art. 9º Durante a execução, caberá à Coordenação Executiva assegurar a conformidade das atividades com os objetivos estabelecidos, promovendo ajustes quando necessário.
Art. 10 Ao término da atividade, deverá o solicitante enviar um relatório das atividades cumpridas, no prazo de até 60 (sessenta) dias.
Art. 11 Após o envio do documento indicado no art. 10 será elaborado um relatório de avaliação, destacando os resultados alcançados, desafios enfrentados e eventuais sugestões para futuras iniciativas pela EJUD.
CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12 Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral, em conformidade com a Lei, o Regimento Interno e demais normativas aplicáveis à EJUD-PR.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

Desembargador ROBERTO PORTUGAL BACELLAR
Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná

PORTARIA Nº 4/2025 - EJUD-PR

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA JUDICIAL DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais e considerando o Expediente SEI n. 0030225-53.2025:

R E S O L V E

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Instituir o Protocolo de Comunicação Interna e Trâmite Documental Institucional da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Paraná (EJUD-PR), regulamentando os canais oficiais de informação entre setores, os fluxos de comunicação e as competências das unidades organizacionais da EJUD-PR.
Art. 2º A comunicação institucional tem por objetivos:
I - garantir clareza, eficiência e transparência na transmissão de informações;
II - padronizar os processos de comunicação entre os setores da EJUD-PR;
III - minimizar ruídos comunicacionais e agilizar a tomada de decisões;
IV - assegurar que a comunicação interna ocorra de maneira estruturada e acessível a todos os servidores da instituição.
Parágrafo único. Para facilitar a comunicação institucional e a divulgação de suas atividades, a EJUD-PR solicitará, desenvolverá e manterá vídeos institucionais para apresentação da Escola Judicial, de suas plataformas educacionais e de orientações gerais sobre cursos, eventos e capacitações.
Art. 3° O trâmite documental institucional tem por objetivos:
I - garantir a rastreabilidade e organização de documentos oficiais da EJUD-PR;
II - estabelecer fluxos claros para recebimento, processamento e arquivamento de documentos;
III - assegurar a confidencialidade e integridade das informações institucionais.
CAPÍTULO II
CANAIS OFICIAIS DE COMUNICAÇÃO
Art. 4º São reconhecidos como canais oficiais de comunicação interna e de trâmite documental da EJUD-PR:
I - SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
II - E-mail institucional;
III - Microsoft Teams;
IV - Boletim Informativo interno;
III - reuniões periódicas;
IV - ferramentas digitais e painéis informativos internos.
Seção I - SEI - Sistema Eletrônico de Informações
Art. 5º O Sistema SEI:
I - será utilizado como meio oficial para tramitação de documentos administrativos internos e externos;
II - será utilizado por todos os setores da EJUD-PR para formalização de pedidos, registros e comunicações institucionais;
III - deverá ter a tramitação de processos administrativos obedecendo aos prazos estabelecidos no regimento interno da EJUD-PR.
Seção II - Do E-mail Institucional
Art. 6º O E-mail Institucional:
I - será utilizado para comunicações oficiais entre servidores, setores e parceiros externos;
II - é obrigatório para tratar de assuntos institucionais;
III - deve seguir a identidade visual e diretrizes formais da EJUD-PR;
IV - deve cuidar das orientações sobre segurança da informação e boas práticas de uso do e-mail institucional que são divulgadas regularmente.
V - deverá ser acessado diariamente por equipe responsável da Coordenação Executiva para os encaminhamentos necessários.
Seção III - Do Microsoft Teams
Art. 7º O Microsoft Teams será utilizado como plataforma de comunicação interna para reuniões virtuais e compartilhamento de documentos.
Seção IV - Do Boletim Informativo "EJUD-PR em Ação"
Art. 8º O boletim informativo "EJUD-PR em Ação" que será publicado trimestralmente pelo Conselho Editorial com apoio da Coordenação Executiva, contendo atualizações sobre cursos, eventos, prazos e demais ações institucionais.
Parágrafo único. As informações a serem incluídas no boletim deverão ser enviadas pelos setores até cinco dias úteis antes da publicação.
Seção V- Das Reuniões Periódicas
Art. 9º As reuniões periódicas serão realizadas nos seguintes formatos:
I - Reuniões internas: cada setor realizará reuniões mensais para alinhamento de suas atividades e fluxos internos;
II - Reuniões intersetoriais: a Coordenação Executiva, Supervisão Pedagógica, Consultoria Jurídica e Divisão da Biblioteca deverão realizar reuniões bimestrais para integração e avaliação das atividades;
III - Reunião semestral geral: será promovida pela Direção-Geral com a participação de todos os setores para apresentação dos avanços, desafios e planejamento estratégico.
§1º As reuniões deverão ser previamente agendadas e registradas em ata.
§2º Poderão ser realizadas reuniões extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação dos responsáveis pelo setor.
§3° Sem prejuízo, poderão ser agendados encontros semestrais para avaliação e melhoria contínua das atividades pedagógicas e administrativas a requerimento de qualquer integrante da equipe.
Seção VI - Das Ferramentas Digitais e Painéis Informativos
Art. 10 A EJUD-TJPR adotará ferramentas digitais para facilitar a comunicação e o acesso a informações institucionais.
§1º Será implementado um painel digital interno para comunicação rápida entre setores.
§2º A intranet institucional será utilizada para centralizar documentos, manuais e comunicados.
CAPÍTULO III
FLUXO DE COMUNICAÇÃO ENTRE SETORES
Art. 11 Conforme o art. 30, inciso V do Regimento Interno compete ao Coordenador Executivo analisar, em caráter preliminar, todos os protocolos e outros procedimentos administrativos que forem encaminhados à Escola;
Seção I - Da Supervisão Pedagógica
Art. 12 Compete à Supervisão Pedagógica:
I - planejar, executar e avaliar os cursos e ações educacionais da EJUD-PR;
II - manter comunicação direta com a Coordenação Executiva para organização logística e operacional dos cursos;
III - encaminhar demandas formais à Consultoria Jurídica para análise de contratos e pareceres;
IV - reportar periodicamente à Direção-Geral sobre o andamento das atividades educacionais.
Seção II - Da Coordenação Executiva
Art. 13 Compete à Coordenação Executiva:
I - gerenciar administrativamente a EJUD-PR e organizar fluxos institucionais;
II - publicar o boletim informativo "EJUD-PR em Ação" e atualizar o painel digital interno;
III - manter comunicação com a Direção-Geral sobre questões administrativas e orçamentárias.
Seção III - Da Consultoria Jurídica
Art. 14 Compete à Consultoria Jurídica:
I - analisar contratos e emitir pareceres jurídicos sobre cursos e eventos;
II - manter comunicação com a Supervisão Pedagógica e com a Coordenação Executiva para garantir a conformidade jurídica das atividades educacionais e administrativas;
III - revisar normativas internas relacionadas à comunicação e organização dos fluxos institucionais.
Seção IV - Da Divisão da Biblioteca
Art. 15 Compete à Divisão da Biblioteca:
I - integrar os serviços da biblioteca às ações pedagógicas da EJUD-PR;

II - alinhar a aquisição e disponibilização de materiais conforme os cursos ofertados;
III - gerenciar empréstimos e atualização do acervo digital e físico.
CAPÍTULO IV
ATOS INSTITUCIONAIS E PADRÕES DOCUMENTAIS
Art. 16 Para garantir a uniformidade da comunicação oficial, todos os documentos institucionais deverão seguir os seguintes padrões:
I - Resoluções: para decisões do Conselho Consultivo;
II - Portarias: para atos do Diretor-Geral;
III - Instruções Normativas: para regulamentação de fluxos internos;
IV - Memorandos: para comunicações entre setores;
V - Atas: para registro de reuniões e deliberações institucionais.
Parágrafo único. Os documentos institucionais devem ser arquivados digitalmente na intranet da EJUD-PR para consulta e controle administrativo.
CAPÍTULO V
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 17 A implementação deste protocolo será avaliada semestralmente pelo Conselho Técnico da EJUD-PR, com base nos seguintes indicadores:
I - tempo médio de resposta entre setores;
II - eficácia das reuniões periódicas;
III - qualidade das informações divulgadas no boletim interno.
Parágrafo único. As avaliações servirão para ajustes e melhorias contínuas na comunicação institucional da EJUD-PR.
CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 18 As disposições deste protocolo aplicam-se a todos os servidores, magistrados e colaboradores vinculados à EJUD-PR.
Art. 19 Os casos omissos serão resolvidos pela Direção-Geral da EJUD-PR, com apoio da Consultoria Jurídica.
Art. 20 Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições contrárias.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

Desembargador ROBERTO PORTUGAL BACELLAR
Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná

PORTARIA Nº 3/2025 - EJUD-PR

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA JUDICIAL DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais
e considerando o Expediente SEI n. 0030085-19.2025:

R E S O L V E

Art. 1º Aprovar o Projeto Político-Pedagógico - PPP, da Escola Judicial do Paraná - EJUD-PR, que a esta acompanha.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

Desembargador ROBERTO PORTUGAL BACELLAR
Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017743

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR

Atos da 1ª Vice-Presidência

Atos da 2ª Vice-Presidência

PORTARIA Nº 6792/2025

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 55/2025 D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00107696, resolve

D E S I G N A R

JOYCE SEHABER GERMENDORFF, para exercer a função de Conciliadora Remunerada no Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Cândido de Abreu, pelo prazo de (05) cinco anos, com fundamento no art. 62 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e nos arts. 44, 52 e 53 da Resolução nº 09/2019 do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Curitiba, 06 de Maio de 2025.

Des. Dalla Vecchia
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017567

PORTARIA Nº 6791/2025

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00096868, resolve

D E S I G N A R

ITALO JOHN FREITAS DA SILVA, para exercer a função de Conciliador Remunerado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Pro-Endividados do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

Des. Dalla Vecchia
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017566

PORTARIA Nº 6790/2025

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00081326, resolve

D E S I G N A R

VANDO TOMAZELLI, para exercer a função de Mediador em formação voluntário pelo período de 25/03/2025 à 05/08/2025 no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

Des. Dalla Vecchia
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017564

PORTARIA Nº 6786/2025

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00056843, resolve

D E S I G N A R

PAULA ADRIANA WAGNITZ PACH, para exercer a função de Conciliadora em Formação pelo período de 25/02/2025 à 15/10/2025 no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

Des. Dalla Vecchia
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017477

Supervisão do Sistema de Juizados Especiais

NUPEMEC

Secretaria

PORTARIA Nº 5624/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00101693, originado em razão do protocolizado sob nº 0023399-11.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

NELSON GUIMARAES FIORESE, matrícula nº 13197, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da Divisão da Biblioteca da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, durante o afastamento, por férias, da titular ALCIMARA DO ROCIO DE OLIVEIRA EFEICHE, no período de 10 de abril de 2025 a 15 de abril de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, convalidando-se os atos eventualmente praticados no período.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6629/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0005357-11.2025.8.16.6000, resolve

R E T I F I C A R

a Portaria nº 2569/2025 - SG, para que passe a constar que a designação de ZILDA BARBARINE DE OLIVEIRA, matrícula nº 10157, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciária II do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da Divisão de Prevenção e Promoção à Saúde da Coordenadoria de Saúde e Bem-Estar da Secretaria de Gestão de Pessoas, durante o afastamento, por licença especial, da titular DEISY CRISTINA MARTINS MACIANO, se deu no dia 3 de fevereiro de 2025 e no período de 5 a 6 de fevereiro de 2025, e não como ali constou, mantendo-se incólumes as demais disposições.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6622/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00106142, originado em razão do protocolizado sob nº 0026593-19.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

ANDERSON ALVES LAUFER, matrícula nº 18538, ocupante do cargo de Consultor Jurídico do Poder Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Supervisor de Consultoria Jurídica, símbolo FC-4, da Supervisão Jurídica de Serviços Terceirizados da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário da Secretaria de Contratações Institucionais, durante o afastamento, por licença especial, do titular MAURICIO PIETROCHINSKI JUNIOR, no período de 14 de maio de 2025 a 28 de maio de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6623/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00106174, originado em razão do protocolizado sob nº 0021719-88.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

GUSTAVO MALAQUIAS DE PAULA, matrícula nº 10713, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, símbolo FC-4, da Divisão de Projetos e Portfólios de Tecnologia da Informação e Comunicação da Coordenadoria de Gestão Digital e Planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria de Tecnologia da Informação, durante o afastamento, por compensação de dias trabalhados no recesso forense, do titular PABLO TAVARES, no período de 14 de abril de 2025 a 16 de abril de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, convalidando-se os atos eventualmente praticados no período.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6625/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109645, originado em razão do protocolizado sob nº 0026556-89.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

MARIA ESTHER AGUIRRA DE MORAES, matrícula nº 6382, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, símbolo FC-4, da Divisão de Qualidade da Coordenadoria de Qualidade e Relacionamento com o Usuário da Secretaria de Tecnologia da Informação, durante o afastamento do titular MARCIO MORTENSEN WANDERLEY, no período de 29 de maio de 2025 a 17 de junho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6628/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110025, originado em razão do protocolizado sob nº 0028932-48.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

JOSIANE ANGELA MEDEIROS VARGAS, matrícula nº 16703, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete de Desembargador, símbolo CAS-1, do Gabinete do Desembargador Alexandre Barbosa Fabiani, durante o afastamento, por férias, da titular DANIELLE CAMARA DELATTRE PERES, no período de 12 de maio de 2025 a 16 de maio de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6797/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119905, originado em razão do protocolizado sob nº 0024446-20.2025.8.16.6000, resolve

I - N O M E A R

GABRIELA DA COSTA BONETTI, matrícula nº 295153, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Auxiliar de Gabinete do Secretário-Geral, símbolo 3-C, da Assessoria de Gabinete do Gabinete do Secretário-Geral, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;

I I - D E S I G N A R

GABRIELA DA COSTA BONETTI, matrícula nº 2951537, para atuar na Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6768/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00114872, originado em razão do protocolizado sob nº 0122631-64.2023.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

a) o servidor WILLIAN DA SILVA SALVO, matrícula nº 285716, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, para atuar na Secretaria da Direção do Fórum da Comarca de União da Vitória, pelo período de 1 (um) ano, a partir da publicação deste ato;
b) o servidor WILLIAN DA SILVA SALVO, matrícula nº 285716, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício das atividades concernentes com as funções de Oficial de Justiça, a fim de que cumpra mandados de forma equânime junto a todas as unidades vinculadas à Central de Mandados da Direção do Fórum da Comarca de União da Vitória, de acordo com distribuição do Diretor do Fórum, atribuindo-lhe a indenização correspondente, nos termos do inciso I do § 2º do artigo 8º da Lei nº 16.023/2008, pelo período de 1 (um) ano, a partir da publicação deste ato, ficando o servidor impedido, neste período, de exercer as funções de Assistente de Plantão Judiciário de 1º Grau, nos termos do art. 10 do Decreto Judiciário nº 1694/2014.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6627/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo

em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109888, originado em razão do protocolizado sob nº 0024563-11.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

RAFAELA HOINACKI LOUREIRO, matrícula nº 12935, ocupante do cargo de Analista Judiciária Sênior do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da Divisão de Gestão das Serventias Judiciais Não Estatizadas e do Processo de Estatização do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, durante o afastamento, por licença para tratamento de saúde, do titular ALVARO CEZAR LOUREIRO, no período de 8 de abril de 2025 a 7 de maio de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, convalidando-se os atos eventualmente praticados no período.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6626/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108139, originado em razão do protocolizado sob nº 0089528-32.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

ELAINE SANTOS FRANCA D'ALBUQUERQUE TEIXEIRA, matrícula nº 12241, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da Divisão de Cessão de Pessoal da Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações da Secretaria de Gestão de Pessoas, durante o afastamento, por férias, da titular EVA MARIA DUARTE, no período de 12 de maio de 2025 a 16 de maio de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6624/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00105665, originado em razão do protocolizado sob nº 0026784-64.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

THAYSE FEDALTO, matrícula nº 17012, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete de Desembargador, símbolo CAS-1, do Gabinete do Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, durante o afastamento, por licença para tratamento de saúde, do titular RODRIGO EUSEBIO DE CASTRO BURGOS, no período de 31 de março de 2025 a 18 de abril de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, convalidando-se os atos eventualmente praticados no período.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 6621/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00084453, originado em razão do protocolizado sob nº 0001063-13.2025.8.16.6000, resolve

R E V O G A R

ex officio, a partir de 31 de janeiro de 2025, a Portaria nº 514/2025 - VSG, que designou CARMEN LUCIA MOREIRA, matrícula nº 7214, Auxiliar Judiciária II do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da 2ª Divisão de Processos Criminais da Coordenadoria de Processos Criminais, Órgão Especial e Tribunais Superiores da Secretaria Judiciária, tendo em vista o retorno do titular JOÃO PAULO DURECK na referida data.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

Secretaria Especial da Presidência

Concursos

Secretaria Geral

Vice-Secretaria Geral

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1179/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0025135-64.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Excelentíssimo Desembargador **FERNANDO WOLFF BODZIAK**, Corregedor-Geral da Justiça, e dos Magistrados **GUSTAVO HOFFMANN e RAFAEL DE CARVALHO PAES LEME**, Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça, pelos deslocamentos de 28 a 30 de maio de 2025, para participarem do "95.º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais dos Tribunais da Justiça do Brasil", em Brasília - DF.
II - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
III - Esclareço que o presente procedimento deixou de ser submetido a prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, uma vez que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11695087).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Desembargador **FERNANDO WOLFF BODZIAK**, Corregedor-Geral da Justiça, e aos Magistrados **GUSTAVO HOFFMANN e RAFAEL DE CARVALHO PAES LEME**, Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça, pelos deslocamentos de 28 a 30 de maio de 2025, para participarem do "95.º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais dos Tribunais da Justiça do Brasil", em Brasília - DF.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 06 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1181/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0029337-84.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do servidor **FERNANDO SCHEIDT MÄDER,** Técnico Judiciário e Diretor do Departamento de Gestão Documental, pelos deslocamentos de 06 a 11 de maio de 2025, para participar do "5.º Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário", em Goiânia - GO.
II - Considerando a prévia autorização presidencial (11698724), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência e pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por haver um único servidor, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Ressalta-se que deve ser considerado para fins de diárias o período de 06 a 09 de maio de 2025, período oficial de afastamento, conforme Cota 11709594.
VI - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor **FERNANDO SCHEIDT MÄDER,** Técnico Judiciário e Diretor do Departamento de Gestão Documental, pelos deslocamentos de 06 a 11 de maio de 2025, para participar do "5.º Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário", em Goiânia - GO.
II - Ressalta-se que deve ser considerado para fins de diárias o período de 06 a 09 de maio de 2025, período oficial de afastamento, conforme Cota 11709594, de modo que não há que se falar em justificativa de inclusão de final de semana, conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
III - À Secretarias de Finanças para os devidos fins.

G. P., 06 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1183/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0030396-10.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Magistrado **JOSÉ VALDIR HALUCH JUNIOR,** Juiz de Direito do Juízo Único da Comarca de Ortigueira, pelos deslocamentos de 03 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11624900 e 11710315), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11624900.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11624900, ao Magistrado **JOSÉ VALDIR HALUCH JUNIOR,** Juiz de Direito do Juízo Único da Comarca de Ortigueira, pelos deslocamentos de 03 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 06 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1185/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0028623-27.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **PRISCILA GABRIELY JORGE,** Juíza de Direito do Juízo Único da Comarca de Ampére, pelos deslocamentos de 03 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11624900 e 11710315), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11624900.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11624900, à Magistrada **PRISCILA GABRIELY JORGE,** Juíza de Direito do Juízo Único da Comarca de Ampére, pelos deslocamentos de 03 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 06 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1184/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0027757-19.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Magistrado **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK,** Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de União da Vitória, pelos deslocamentos de 04 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11624900 e 11710315), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11624900.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11624900, ao Magistrado **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK,** Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de União da Vitória, pelos deslocamentos de 04 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 06 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1178/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0023397-41.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Desembargador **JOSÉ AMÉRICO PENTEADO DE CARVALHO,** pelos deslocamentos de 06 a 09 de maio de 2025, para participar do "V Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário", em Goiânia - GO.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização do Excelentíssimo Desembargador Presidente (11649660???????), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Desembargador **JOSÉ AMÉRICO PENTEADO DE CARVALHO**, pelos deslocamentos de 06 a 09 de maio de 2025, para participar do "V Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário", em Goiânia - GO.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 06 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1076/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0026639-08.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do servidor requisitado de órgão externo **MOISÉS ABRAÃO FLEITER**, Agente Operacional III, Símbolo FPPJ-6, lotado na Assessoria Militar da Secretaria Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 05 a 08 de maio de 2025, às Comarcas de Paranavaí, Astorga e Maringá, para realizar transporte de materiais bélicos até unidade recebedora do Exército Brasileiro em Apucarana.
II - Considerando que a viagem decorre de autorização presidencial (Decreto Judiciário n.º 516, de 2 de setembro de 2021), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência e pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).

III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar de requerimento individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo o exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor requisitado de órgão externo **MOISÉS ABRAÃO FLEITER**, Agente Operacional III, Símbolo FPPJ-6, lotado na Assessoria Militar da Secretaria Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 05 a 08 de maio de 2025, às Comarcas de Paranavaí, Astorga e Maringá, para realizar transporte de materiais bélicos até unidade recebedora do Exército Brasileiro em Apucarana.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 23 de abril de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Secretaria de Contratações Institucionais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO Nº 1174/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJEI
RELAÇÃO Nº 11651834

Decisão Nº 11651834 - SG-SCI-GS-CJ-SJEI - SEI!TJPR Nº 0095122-27.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11651834 - **PROTOCOLO Nº 0095122-27.2024.8.16.6000**
(Protocolo Principal nº 0046247-65.2020.8.16.6000)
CONSIDERANDO o contido no presente protocolado, notadamente nos termos do Requerimento 10657696, da empresa Salver Construtora e Incorporadora Ltda., das Cotas 11481963 e 11338902, da Divisão de Obras, das Manifestações 11263871 e 11623534 e da Planilha Reequilíbrio 14 (11624251), da Divisão de Orçamentação Técnica, bem como do Parecer Jurídico 11651378, da Consultoria Jurídica de Edificações e Infraestrutura;
CONSIDERANDO a Nota de Pré-Empenho - SIAFIC 2025NR000452- 11640179, emitida pela Secretaria de Finanças;
Em relação ao Contrato nº 206/2020 (DOC-SEI 5545789), firmado entre este Tribunal de Justiça e a empresa Salver Construtora e Incorporadora Ltda., em 08 de setembro de 2020, cujo objeto é a obra de construção do edifício do Fórum da Comarca de Francisco Beltrão, **DECIDO:**
I - **DEFERIR** parcialmente o pedido apresentado pela Contratada quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro de itens da planilha quantitativa orçamentária que integram a 14ª parcela do cronograma físico-financeiro (Requerimento 10657696), conforme o calculado na Planilha Reequilíbrio 14 (11624251) e com fundamento no art. 37, XXI, da Constituição Federal, no art. 112, § 3º, II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, nos termos da Instrução Normativa nº 110/2022 deste Tribunal de Justiça e na Cláusula Quinta, II, "d" do Contrato nº 206/2020, e, assim, **AUTORIZAR** o pagamento da diferença de recomposição de preços no valor total **R$ 17.451,76 (dezessete mil quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos);**
II - À Secretaria de Finanças para as providências necessárias ao empenho;
III - À Consultoria Jurídica de Edificações e Infraestrutura para as formalidades cabíveis;
IV - Publique-se.
Curitiba, *data da assinatura eletrônica.*

Em 06 de maio de 2025.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho
Secretário de Contratações Institucionais**[1]**

[1] Conforme delegação prevista no art. 7º, inciso V, do Decreto Judiciário nº 53/2021 (alterado pelo Decreto Judiciário nº 371/2023) c/c o art. 660 do Decreto Judiciário nº 592/2024.

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1182/2025 - SG-SCI-CLCD
CREDENCIAMENTO Nº 02/2024

PROTOCOLO: 0098242-15.2023.8.16.6000
I - Processou-se no presente expediente o Credenciamento nº 02/2024, que tem por objeto o Credenciamento de profissionais nas áreas de Serviço Social e Psicologia no âmbito do Poder Judiciário do Paraná, conforme critérios, especificações e necessidades descritos no edital convocatório (n° 11030082).
II - Aos seis dias do mês de maio de 2025 (06/05/2025), foram processados pela Corregedoria-Geral de Justiça os pedidos de credenciamento dos profissionais abaixo listados (conforme listagem extraída do sistema CAJU), para fins de prestação dos serviços previstos neste edital de credenciamento, tendo sido considerados aptos à execução do objeto:

Nome	CPF	Situação do Auxiliar	Credencial	Seção Judiciária	Situação
Thais Oliveira Santos	083.717.719-75	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	50ª 27ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
Isabela de Almeida Bezerra Olivarte	106.417.659-32	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	06ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		
Doris Geovane Pedron	019.093.179-50	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	69ª 21ª 53ª 65ª 24ª 39ª 57ª 34ª 41ª 60ª 28ª 49ª 58ª 04ª 25ª 32ª 68ª 43ª 26ª 05ª 46ª 23ª 51ª 54ª 01ª 50ª 35ª 19ª 55ª 62ª 36ª 27ª 71ª 42ª 31ª 40ª 56ª 07ª 37ª 45ª 30ª 02ª 64ª 06ª 63ª 59ª 66ª 03ª 72ª 70ª 20ª 48ª 67ª 22ª 38ª 33ª 29ª 44ª 18ª 61ª 52ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
Silmara Soares Bueno	838.623.072-04	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	05ª 38ª 23ª 44ª 43ª 19ª 53ª 32ª 68ª 18ª 36ª 07ª 54ª 06ª 70ª 39ª 63ª 24ª 25ª 21ª 22ª 40ª 29ª 51ª 37ª 31ª 62ª 48ª 50ª 35ª 64ª 03ª 01ª 28ª 30ª 46ª 57ª 34ª 49ª 59ª 52ª 69ª 61ª 45ª 66ª 67ª 26ª 33ª 04ª 71ª 27ª 02ª 42ª 20ª 41ª 65ª 55ª 72ª 58ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		
Andressa Taynara de Faria Mendes	086.607.939-43	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	02ª 34ª 62ª 20ª 48ª 61ª 27ª 59ª 68ª 06ª 50ª 45ª 18ª 29ª 55ª 42ª 23ª 63ª 30ª 25ª 69ª 26ª 49ª 38ª 72ª 05ª 03ª 19ª 41ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		
Aline Grazielle de Avila Babi	092.535.389-29	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	07ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
Ana Grazielle Yoshinaga Costa	010.668.069-26	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	05ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		

III - Observadas as disposições legais, utilizando da competência delegada a esta Vice-Secretaria-Geral nos termos da Decisão 11022942, **HOMOLOGO** o julgamento realizado pela Corregedoria-Geral de Justiça e **DECLARO** credenciadas as pessoas físicas acima listadas, para prestarem serviços nas áreas de Serviço Social e Psicologia no âmbito do Poder Judiciário do Paraná, nos termos do Edital de Credenciamento nº 02/2024.
IV - À Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas da Secretaria de Contratações Institucionais, para publicações;
V - Publique-se.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário Geral do Tribunal de Justiça

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1188/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL

SEI!TJPR Nº 0016570-14.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11624004
I - Trata-se de pedido apresentado pela Coordenadora do Conselho da Comunidade de Ortigueira visando à autorização temporária de uso de espaço para venda de itens

de artesanato produzido pelos apenados da Cadeia Pública de Ortigueira, no Fórum de Violência Doméstica (FOVID), no âmbito do Projeto Arte que Liberta (11535072).
A intenção do Conselho é utilizar o valor arrecadado com a venda para patrocinar ações de apoio a vítimas de violência doméstica.
Os detalhes do projeto constam do documento 11535083.
A Excelentíssima Desembargadora Cristiane Tereza Willy Ferrari, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, proferiu o Despacho 11540851, enaltecendo o Projeto Arte que liberta por sua relevância social, porém ressaltando que a CEVID não possui competência para proferir decisão de caráter autorizatório no que concerne à possibilidade de comercialização de produtos artesanais nas dependências deste Tribunal de Justiça.
Ato contínuo, a Excelentíssima Juíza Auxiliar da Presidência, Dra.Cristiane Santos Leite, encaminhou o feito a esta Consultoria para manifestação sobre a viabilidade do pedido.
A CEVID informou que o FOVID será realizado nos dias 04 a 06 de junho de 2025, no Anexo do Palácio da Justiça, no 12º andar nos dias 04 e 05 e na sala de sessões do 1º e 2º andar no dia 06.
A Supervisão Jurídica de Patrimônio e Logística exarou o Parecer Jurídico 11589266, opinando pela possibilidade de deferimento do pedido com base no art. 13 da Resolução 29/2013, ressalvados aspectos de conveniência e oportunidade.
Por seu turno, a Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade considerou o feito apto a ser decidido, ressalvando que a autorização deve determinar que, no que é aplicável, a utilização do espaço esteja em conformidade com as disposições da Resolução nº 89/2013, especialmente nos artigos 10[1] e 11[2], bem como com o Decreto Judiciário nº 396/2017 (11612772).
II - **ACOLHO** o Parecer Jurídico 11589266 e **DEFIRO** o pedido de utilização esporádica do espaço, nos termos do pedido 11535072, em favor do Conselho da Comunidade de Ortigueira, visando à autorização para venda de itens de artesanato produzido pelos apenados da Cadeia Pública de Ortigueira.
III - Encaminhe-se à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Gabinete do Presidente, para ciência.
IV - Cientifique-se ao Ilustríssimo Secretário-Geral, para as providências cabíveis.
V - Publique-se.

Em 06/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1180/2025 - SG-SCI-CLCD
CREDENCIAMENTO Nº 02/2024

PROTOCOLO:
I - Processou-se no presente expediente o Credenciamento nº 02/2024, que tem por objeto o Credenciamento de profissionais nas áreas de Serviço Social e Psicologia no âmbito do Poder Judiciário do Paraná, conforme critérios, especificações e necessidades descritos no edital convocatório (n° 11030082).
II - Aos cinco dias do mês de maio de 2025 (05/05/2025), foram processados pela Corregedoria-Geral de Justiça os pedidos de credenciamento dos profissionais abaixo listados (conforme listagem extraída do sistema CAJU), para fins de prestação dos serviços previstos neste edital de credenciamento, tendo sido considerados aptos à execução do objeto:

Nome	CPF	Situação do Auxiliar	Credencial	Seção Judiciária	Situação
Anderson dos Santos Tosti	062.561.629-43	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	02ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
Andrea Paula dos Santos Lara	256.314.288-14	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	01ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		
Suzana Paula Mendes Ferraz	042.396.889-06	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	02ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		
Renata Maria Nunes Augusto	883.943.878-53	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	01ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
Bianca Stefany Dias de Jorge	103.007.259-06	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	39ª 06ª 62ª 63ª 42ª 18ª 25ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		
Janete Rocha de Souza	050.244.649-82	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	02ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
Sidneia Moreira do Prado	015.660.029-31	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	22ª 26ª 52ª 32ª 35ª 21ª 45ª 31ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
João Pinheiro Junior	022.920.139-32	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	01ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
Bruno Pierre Thiago Rosa	069.416.275-22	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	49ª 02ª 69ª 38ª 72ª 03ª 20ª 46ª 55ª 30ª 36ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		
Giovanna de Souza Gouveia	104.955.499-08	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	01ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		
Erik Roberto Vicentini Teixeira	084.165.629-03	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	49ª 56ª 64ª 03ª 72ª 28ª 69ª 36ª 38ª 29ª 02ª 50ª 23ª 68ª 25ª 55ª 27ª 20ª 30ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
Lais da Mata Rizzi Lopes Pinheiro	052.297.579-81	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	35ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		
Fabiana Cristina Carvalho	088.910.059-40	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	02ª 50ª 29ª 63ª 58ª 26ª 31ª 44ª 36ª 56ª 53ª 33ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares	25ª 04ª 55ª 41ª 62ª 21ª 23ª 24ª 19ª 03ª 45ª 46ª 42ª 35ª 51ª 18ª 39ª 22ª 66ª 71ª 61ª 49ª 64ª 40ª 68ª 72ª 06ª 57ª 07ª 01ª 52ª 30ª 65ª 27ª 48ª 05ª 60ª 38ª 59ª 43ª 20ª 37ª 28ª 32ª 70ª 67ª 34ª 54ª 69ª	
Vanessa Silva Jeremias	026.036.609-93	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	38ª 03ª	Confirmado
			Psicologia / equipes multidisciplinares		
Ione Pereira Dionízio	024.503.769-17	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	27ª 39ª 37ª 06ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
Ladijane Brunetti	045.703.179-44	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	65ª	Confirmado
			Serviço Social /		

			equipes multidisciplinares				

III - Observadas as disposições legais, utilizando da competência delegada a esta Vice-Secretaria-Geral nos termos da Decisão 11022942, **HOMOLOGO** o julgamento realizado pela Corregedoria-Geral de Justiça e **DECLARO** credenciadas as pessoas físicas acima listadas, para prestarem serviços nas áreas de Serviço Social e Psicologia no âmbito do Poder Judiciário do Paraná, nos termos do Edital de Credenciamento nº 02/2024.
IV - À Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas da Secretaria de Contratações Institucionais, para publicações;
V - Publique-se.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 11723950 - SG-SCI-CLCD

O Secretário de Contratações Institucionais, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial das delegadas pelo art. 9º do Decreto Judiciário TJ/PR nº 53/2021 - P-GP (https://www.tjpr.jus.br/legislacao-atos-normativos/-/atos/documento/4622252), com a redação conferida pelo Decreto Judiciário TJ/PR nº 66/2024 P-GP (10027317), considerando a necessidade de designação formal dos gestores e fiscais técnicos (titulares e substitutos) para o exercício da gestão e fiscalização das contratações geridas pela Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os seguintes gestores e fiscais técnicos abaixo indicados:

Dispensa nº	Protocolo SEI	Empresa	Objeto	Gestor(a)	Gestor (a) Suplente	Fiscal Técnico	Fiscal Técnico Suplente
45/2025	0012544-70.2025.8.16.6000	SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. CNPJ 54.064.037/0001-02	Aquisição de Receituário Azul (B), para prescrição de psicotrópicos.	**Melissa Oliveira Souza Züge** Matrícula 14710	**Guilherme Correa Virtuoso** Matrícula 19638	**Nivair Maria Levisky** Matrícula 6610	**Rodrigo Abbud Canova** Matrícula 17927

Art. 2º. Os gestores titulares serão responsáveis pela gestão integral da contratação, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos, a qualidade dos serviços entregues/prestados e o alcance dos objetivos contratuais, dentre outras obrigações legais e contratuais, com relação à(s) empresa(s) contratada(s).
Art. 3º Os fiscais técnicos titulares serão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, zelando pela qualidade e conformidade dos serviços entregues/prestados, e deverão reportar quaisquer irregularidades aos gestores designados pela Secretaria de Contratações Institucionais, além de, dentre outras obrigações legais e contratuais, com relação à(s) empresa(s) contratada(s).
Art. 4º Dê-se ciência do conteúdo desta Portaria aos gestores e fiscais técnicos, estes últimos por Mensageiro, devendo tal comunicação ser acostada neste expediente.
Art. 5º Em havendo alteração de gestor e/ou fiscal técnico, comunique-se esta Secretaria de Contratações para as providências necessárias à substituição.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho
Secretário de Contratações Institucionais

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

TERMO ADITIVO Nº 11711559 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL

SEI!TJPR Nº0003023-72.2023.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11711559
TERMO ADITIVO Nº 01
Contrato nº 110/2023
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, CNPJ nº 77.821.841/0001-94, sito nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no Palácio da Justiça, sito na Praça Nossa Senhora Salete s/nº, Centro Cívico, representado neste ato pelo Secretário de Contratações Institucionais, HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**., neste ato representada por RUDIMAR BARBOSA DOS REIS, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 110/2023, cujo objeto acesso à plataforma do Banco de Preços e NP Editais - Versão Plus -, mediante as condições que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL: O prazo de vigência e execução do contrato fica prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses a partir de 22/05/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DA PRORROGAÇÃO: O valor referente aos 10 acessos será pago, na forma do contrato, em parcela única, na importância de **R$ 138.250,00 (cento e trinta e oito mil duzentos e cinquenta reais), ficando ressalvado o direito da CONTRATADA a receber a diferença do valor apurado em razão do reajuste solicitado.**
CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE CONTRATUAL: Fica ressalvado o direito a análise do pedido de reajuste que trata a cláusula 3.2 do contrato.
CLÁUSULA QUARTA - DA DISPOSIÇÃO FINAL: Ficam mantidas e incorporadas a este termo as demais condições e cláusulas não alteradas pelo presente.
E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente na presença de duas testemunhas, que também assinam em seguida.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Contratações Institucionais

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

RELAÇÃO Nº 1175/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL
DECISÃO Nº 11683878

SEI!TJPR Nº 0003023-72.2023.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11683878
I - Trata-se de expediente em que tramita o contrato nº 110/2023 (9093448), cujo objeto é o acesso à plataforma Banco de Preços e NP Editais - Versão Plus - da empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.**, conforme especificação no item 4 do Termo de Referência 8970705, contemplando ao CONTRATANTE o direito a um total de 10 (dez) acessos, sendo 07 (sete) acessos contratados e 03 (três) acessos a título de cortesia da **CONTRATADA.** O contrato tem prazo de vigência até 19/08/2025 e prazo de execução até 22/05/2025.
A Consultoria Jurídica de Patrimônio e Logística analisou o expediente por meio do parecer jurídico 11682735, manifestando pela necessidade de prorrogação do contrato antes do exaurimento do prazo de execução, concluindo pela possibilidade de prorrogação do contrato e opinando pela coincidência do prazo de vigência e execução de 24 meses a partir de 22/05/2025. Ainda, o parecer jurídico ressalva a necessidade de se processar o reajuste do contrato, na forma da cláusula 3.2, devendo incialmente ser feito o pagamento do valor original do contrato de R$ 138.250,00 (cento e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), com o pagamento da diferença e complemento da garantia contratual após o processamento do reajuste.
II - Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer jurídico 11682735 e, com fundamento no artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e cláusula 2.1 do contrato

AUTORIZO a prorrogação do contrato nº 110/2023 (9093448) firmado com a **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.797.967/0001-95, com **prazo de vigência e execução de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 22/05/2025.**
Fica ressalvado o direito da CONTRATADA ao reajuste contratual disposto na cláusula 3.1 do contrato e, enquanto não processado o reajuste, para fins de atendimento da cláusula 3.1 do contrato, o pagamento inicial deve ser realizado sobre o valor original do contrato no total de **R$ 138.250,00 (cento e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais)**, referente ao total dos acessos (07 (sete) acessos contratados e 03 (três) acessos a título de cortesia) alusivos aos 24 meses de execução.
III - Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para elaboração de termo aditivo de prorrogação do contrato e análise do pedido de reajuste.
IV - Encaminhe-se à Secretaria de Finanças para as providências necessárias.
V - Publique-se.

Em 28 de abril de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice Secretário-Geral do Tribunal de Justiça
Delegação art. 1º, inciso XVI e 1A Decreto Judiciário nº 53/2021

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1186/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0004904-16.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11709548
DISPENSA Nº 86/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor da Santa Casa de Paranavaí.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11544649, registro fotográfico (11517409), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11559904), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11709324) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11703968).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (checklist 11709446), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11544649 para a Santa Casa de Paranavaí, representada por seu presidente, Sr. Renato Augusto Platz Guimarães, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 06/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

RELAÇÃO Nº 1176/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL
DECISÃO Nº 11674706

SEI!TJPR Nº 0015997-73.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11674706
I - Trata-se de expediente em que foi realizado pedido de prorrogação de prazo para entrega de materiais por parte da empresa CALGAN EDITORA GRÁFICA LTDA. (11641875).
II - A Consultoria Jurídica analisou, por meio do parecer jurídico 11674241, e opinou pela perda de objeto e pelo encerramento do processo nas unidades envolvidas, tendo em vista que a entrega foi realizada dentro do prazo, ou seja, em 11/04/2025, quando o termo final para a entrega era **14/04/2024** (segundo informado pela Divisão).
II - Ante o exposto, com fundamento na delegação posta nos artigo 4º e 23-A do Decreto Judiciário nº 711/2011, **ACOLHO** o parecer jurídico 11674241; **DECLARO** a perda de objeto do pedido de prorrogação de prazo para a entrega dos materiais; e determino o encerramento do processo nas unidades envolvidas.
III - Publique-se.

Em 28 de abril de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

RELAÇÃO Nº 1177/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL
DECISÃO Nº 11657260

SEI!TJPR Nº 0011473-33.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11657260
I - Trata-se de expediente em que foi realizado pedido de prorrogação de prazo para entrega de materiais por parte da empresa GRÁFICA E EDITORA SANTA CRUZ LTDA (11631021).
II - A Consultoria Jurídica analisou, por meio do parecer jurídico 11649181, e opinou pela perda de objeto e pelo encerramento do processo nas unidades envolvidas, tendo em vista que a entrega foi realizada dentro do prazo, ou seja, em 08/04/2025, quando o termo final para a entrega era **11/04/2024** (segundo informado pela Divisão).
II - Ante o exposto, com fundamento na delegação posta nos artigo 4º e 23-A do Decreto Judiciário nº 711/2011, **ACOLHO** o parecer jurídico 11649181; **DECLARO** a perda de objeto do pedido de prorrogação de prazo para a entrega dos materiais; e determino o encerramento do processo nas unidades envolvidas.
III - Publique-se.

Em 16 de abril de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1187/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0012011-14.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11711946
DISPENSA Nº 88/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor da Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Pedro II - Umuarama.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11608785, registro fotográfico (11542268, 11601463), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11645657), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11711448) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11703054).

Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (checklist 11711886), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11608785 para a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Pedro II, representada por sua presidente, Sra. Tatiane Barros Nunes, já qualificada nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação

Em 06/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS
DESPACHOS DO PRESIDENTE

DESPACHO Nº 1173/2025 - CPER-6CC
PROTOCOLO Nº 0093749-92.2023.8.16.6000

I - Tendo em vista a manifestação da pregoeira (doc. 11650429), o Parecer Jurídico 11662831 , a Análise 11678230 da Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade e a proposta recomposta corrigida 11645070, **RETIFICO** a decisão de Homologação 11628961**,** conforme proposta atualizada no doc. 11645070:
GRUPO 10 - NOVA MESA UTILIDADES LTDA., CNPJ Nº 53.385.500/0001-55, Proposta Atualizada (doc. 11531332):

Nº DO ITEM	ESPECIFICA - ÇÕES	MARCA - MODELO/ VERSÃO	QUANTI - DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
75	COLHER DE SOPA EM AÇO INOX	NMD NM030	1.300	R$ 2,88	R$ 3.744,00
76	COLHER PARA CAFEZINHO EM AÇO INOX	NMD NM034	1.400	R$ 1,48	R$ 2.072,00
77	GARFO PARA REFEIÇÃO EM AÇO INOX	NMD NM035	2.000	R$ 2,39	R$ 4.780,00
78	FACA DE MESA EM AÇO INOX	NMD NM029	2.000	R$ 2,88	R$ 5.760,00
79	AÇUCAREIRO EM AÇO INOX	ZDINK CK4081	500	R$ 14,08	R$ 7.040,00
VALOR GLOBAL					R$ 23.396,00

II- Mantém-se os demais termos das decisões 11628961 e 11411181.
III- À 6ª Comissão de Contratação para as providências de publicação e cadastro.
IV- À Secretaria de Finanças para as providências orçamentárias.
V- À Divisão de Registro de Preços da Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas da Secretaria de Contratações Institucionais, para providencias quanto à Ata de Registro de Preços.
VI- À Divisão de Bens Permanentes da Coordenadoria de Patrimônio e Suprimentos da Secretaria de Infraestrutura para ciência e eventuais providências.
VII- Publique-se.

Em 06 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Secretaria de Infraestrutura

Departamento da Magistratura

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 226/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da Consultoria Jurídica do Departamento da Magistratura, a Informação da Secretaria de Finanças, e em cumprimento ao Acórdão transitado em julgado nos autos do PAD nº 0038844-79.2019.8.16.6000; e
CONSIDERANDO o teor do Protocolo Digital nº 0017945-50.2025.8.16.6000 , resolve:

D E T E R M I N A R

a conversão da aposentadoria voluntária concedida pelo Decreto Judiciário nº 465-D.M., de 26/11/2012, em aposentadoria compulsória do Doutor HÉLIO TSUTOMU ARABORI, fundada no artigo 42, inciso V, da LC nº 35/1979 (LOMAN), artigo 3º, V, da Resolução nº 135/2011 do CNJ; artigo 452, V, do RITJPR; artigo 35, §1º, II, da CE/PR c/c o artigo 15, da LC Estadual nº 233/2021, em cumprimento ao Acórdão transitado em julgado nos autos do PAD nº 0038844-79.2019.8.16.6000, com proventos proporcionais no percentual de 108,76% (cento e oito vírgula setenta e seis por cento), calculados sobre a média aritmética simples das remunerações adotadas como base para contribuições ao regime próprio de previdência social, atualizadas monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho/1994 até 27/11/2012, no valor de R$ 52.361,07 (cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e um reais e sete centavos), sem integralidade ou paridade, e respeitado o teto constitucional previsto no art. 37, XI da Constituição Federal/1988.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016816

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 227/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a Portaria nº 8/2025 encaminhada pela Juíza Diretora do Fórum da Comarca de Mandaguari que suspendeu o expediente e os prazos processuais na mencionada Comarca; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0027602-16.2025.8.16.6000, resolve:

R A T I F I C A R

a determinação de prorrogação dos prazos processuais da Comarca de Mandaguari no dia **05 de maio de 2025**, em observância ao art. 210, inc. II e III, do Código de Normas do Foro Judicial, e art. 10, § 2º, da Lei n. 11.419/2006 e art. 224, § 1º, do Novo CPC.

Curitiba, 06/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017194

PORTARIA Nº 6645/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais, resolve:

I - C O N V O C A R

SESSÃO do egrégio TRIBUNAL PLENO, a ser realizada no dia nove de maio do ano em curso (09/05/2025), sexta-feira, às nove horas (9h), visando a apreciação e deliberação de:
1. ANTEPROJETOS DE RESOLUÇÃO
1.1 Dispõe sobre a criação de nova Câmara e adequação do Regimento Interno quanto às novas regras de competência e adequação do tratamento dispensado aos Juízes de Direito Substituto em Segundo Grau
1.2 Dispõe sobre alteração da Resolução nº 93, de 12 de agosto de 2013, mediante a especialização da nova Câmara e consequente alteração do Regimento Interno
1.3 Dispõe sobre a adequação do Regimento Interno do Tribunal de Justiça às disposições da Resolução nº 106/2010 do CNJ, alterada pela Resolução nº 561/2024, do CNJ
1.4 Dispõe sobre a alteração do Regimento Interno deste egrégio Tribunal de Justiça para regulamentação do procedimento para julgamento de processos em ambiente eletrônico
2. OUTROS ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

I I - R E V O G A R

os termos da Portaria nº 5327/2025-DM.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016019

PORTARIA Nº 6706/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais;
CONSIDERANDO a assunção da nova Cúpula Diretiva deste Tribunal de Justiça para o biênio 2025/2026; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0034456-94.2023.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

para comporem o Comitê de Projetos Institucionais, conforme previsto no artigo 5º, da Resolução OE nº 327/2021, ficando revogadas as designações anteriores:
a) Grupo Decisório:
1) Desembargadora LIDIA MAEJIMA, Presidente do TJPR;
2) Desembargador HAYTON LEE SWAIN FILHO, 1º Vice-Presidente do TJPR;
3) Desembargador FÁBIO HAICK DALLA VECCHIA, 2º Vice-Presidente do TJPR;
4) Desembargador FERNANDO WOLFF BODZIAK, Corregedor-Geral da Justiça;
5) Desembargadora ANA LÚCIA LOURENÇO, Corregedora da Justiça; e,
6) Desembargador NAOR RIBEIRO DE MACEDO NETO, Presidente do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos.
b) Grupo Operacional:
1) Doutora CRISTIANE SANTOS LEITE, Juíza Auxiliar da Presidência;
2) Doutor JOSÉ RICARDO ALVAREZ VIANNA, Juiz Auxiliar da 1ª Vice-Presidência;
3) Doutor ANDRÉ CARIAS DE ARAUJO, Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência;
4) Doutor ALEXANDRE GOMES GONÇALVES, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça;
5) Servidor VINICIUS ANDRÉ BUFALO, Secretário-Geral do TJPR; e,
6) Servidora FLÁVIA VERUSCA BUTURI MONARIN MATOS, Secretária da Secretaria de Planejamento.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016557

PORTARIA Nº 6707/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais;
CONSIDERANDO a assunção da nova Cúpula Diretiva deste Tribunal de Justiça para o biênio 2025/2026; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0027692-05.2017.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

para comporem a Comissão de Gestão de Teletrabalho, nos termos do art. 15 da Resolução nº 221/2019, ficando revogadas as designações anteriores:
1) Desembargador VITOR ROBERTO SILVA, representante da Presidência e Presidente da Comissão;
2) Servidora KARLA MARINHO JARGAS CUNHA, representante da Corregedoria-Geral da Justiça;
3) Servidora ISABELLA TROMPCZYNSKI, representante do Centro de Assistência Médica e Social;
4) Servidor ROBSON FARAONI DE MELLO, representante da Secretaria-Geral de Justiça;
5) Servidora FRANCELISE MARCIA ROMPKOVSKI, representante da Secretaria de Gestão de Pessoas;
6) Servidor PEDRO SOARES DORNELLES PEREIRA, representante da Secretaria de Tecnologia da Informação;
7) Servidora ARLETE ROGOGINSKI, representante do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná; e,
8) Servidor LUCIANO MADER STINGLIN, representante do Departamento da Magistratura.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016575

PORTARIA Nº 6708/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0174754-05.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor DELCIO MIRANDA DA ROCHA, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para atuar como Relator nos processos abaixo listados:
1) 0001779-15.2019.8.16.0030 Ap
2) 0016572-10.2019.8.16.0013 Ap
3) 0003195-84.2019.8.16.0105 Ap
4) 0000512-50.2019.8.16.0113 Ap
5) 0002117-31.2019.8.16.0113 Ap
6) 0001548-15.2019.8.16.0118 Ap
7) 0026666-17.2019.8.16.0013 Ap
8) 0001803-13.2020.8.16.0061 Ap
9) 0004606-34.2020.8.16.0104 Ap
10) 0009406-21.2020.8.16.0035 Ap
11) 0026350-55.2020.8.16.0017 Ap
12) 0007537-36.2020.8.16.0160 Ap
13) 0002135-13.2020.8.16.0147 Ap
14) 0002077-49.2020.8.16.0037 Ap
15) 0012227-64.2020.8.16.0013 Ap
16) 0006371-83.2020.8.16.0025 Ap
17) 0000389-71.2020.8.16.0160 Ap
18) 0006714-40.2020.8.16.0038 Ap
19) 0003159-98.2020.8.16.0075 Ap
20) 0013667-66.2021.8.16.0173 Ap
21) 0022170-68.2021.8.16.0014 Ap
22) 0001467-56.2021.8.16.0131 Ap
23) 0004132-77.2021.8.16.0088 Ap
24) 0001009-38.2021.8.16.0196 Ap

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016576

PORTARIA Nº 6709/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais;
CONSIDERANDO a assunção da nova Cúpula Diretiva deste Tribunal de Justiça para o biênio 2025/2026; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0106224-46.2024.8.16.6000, resolve:

R E V O G A R

o item "II" da Portaria nº 18243/2024-D.M., que designou membros para comporem o Grupo de Trabalho Interinstitucional para tratar da implementação das disposições da Resolução Conjunta nº 10/2024-CNJ/CNMP.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016583

PORTARIA Nº 6710/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0029987-34.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora CAMILA FELIX SILVA, Juíza Substituta da 45ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Santo Antônio da Platina, para atuar nos autos n° 0002545-51.2023.8.16.0055, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Cambará, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz de Direito, Doutor RAFAEL DA SILVA MELO GLATZL, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 54ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Andirá.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016591

PORTARIA Nº 6711/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 28200-67.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora LETICIA VIANA BARATO, Juíza Substituta da 64ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Dois Vizinhos, para atuar nos autos de nº 0000032-08.2024.8.16.0110, em trâmite na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mangueirinha, tendo em vista o impedimento/suspeição declarada pelo Juiz Substituto da 65ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida, Doutor JEAN RODRIGUES.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016602

PORTARIA Nº 6712/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0029949-22.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor FRANCISCO DE CARVALHO LAPA, Juiz Substituto da 58ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Porecatu, para atuar nos autos abaixo relacionados, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Primeiro de Maio, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso, Doutor JEFERSON ANTONIO ZAMPIER:
1) n° 0000692-20.2021.8.16.0138; e,
2) n° 0001167-39.2022.8.16.0138.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016608

PORTARIA Nº 6714/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 30055-81.2025.8.16.6000, resolve:

I - A U T O R I Z A R

a Doutora CLAUDIA ANDREA BERTOLLA ALVES, Juíza de Direito do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a ministrar palestra no dia 05 de maio de 2025, na mesma Comarca.

I I - D E S I G N A R

a Doutora PAULA ANDREA SAMUEL DE OLIVEIRA MONTEIRO, Juíza de Direito Substituta da 5ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, para presidir as audiências no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Anexos da mesma Comarca, no dia 05 de maio de 2025, em razão da impossibilidade de realização pela respectiva Juíza de Direito Titular.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016618

PORTARIA Nº 6715/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0029990-86.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor ANDERSON RICARDO FOGAÇA, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para atuar nos autos listados abaixo, da 5ª Câmara Cível, na qualidade de Relator:
1) 0095878-28.2023.8.16.0000;
2) 0003564-18.2004.8.16.0004; e,
3) 0089497-04.2023.8.16.0000.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016619

PORTARIA Nº 6716/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 30347-66.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora MARCELLA FERREIRA DA CRUZ BARRADAS, Juíza Substituta da 57ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Rio Branco do Sul, para atuar nos autos de nº 0000733-86.2025.8.16.0189, em trâmite na Vara de Família e Sucessões da Comarca de Pontal do Paraná, durante o afastamento da Juíza Substituta da 59ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guaratuba, Doutora RENATA LUIZA BERBETZ MARTINS.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016624

PORTARIA Nº 6729/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 30332-97.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor LOURIVAL PEDRO CHEMIM, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para atuar nos autos de nº 0006684-43.2012.8.16.0116, da 4ª Câmara Criminal, na qualidade de Relator.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7016899

PORTARIA Nº 6766/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0030323-38.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor MÁRCIO CARNEIRO DE MESQUITA JUNIOR, Juiz Substituto da 24ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Castro, para atuar nos autos nº 0003570-27.2017.8.16.0147, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Rio Branco do Sul, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pela Juíza Substituta da 57ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Rio Branco do Sul, Doutora MARCELLA FERREIRA DA CRUZ BARRADAS.

Curitiba, 05/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017041

PORTARIA Nº 6771/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0030961-71.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor NICOLAS DORADO DE OLIVEIRA, Juiz Substituto da 70ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jaguariaíva, para presidir as audiências na Comarca de Faxinal, no dia 15 de maio de 2025, diante da impossibilidade de realização pela Juíza de Direito Titular.

Curitiba, 06/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017159

PORTARIA Nº 6772/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO o artigo 11, inciso XXII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0030547-73.2025.8.16.6000, resolve:

A U T O R I Z A R

a Doutora ANA MARIA ORTEGA MACEDO, Juíza de Direito da Comarca de Faxinal, a celebrar o casamento civil de ALEMY AYKO FUGIWARA ALVES e THIAGO FAGGION VINHOLO, no dia 24 de maio de 2025, na sede do 1º Registro Civil de Londrina/PR.

Curitiba, 06/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017178

PORTARIA Nº 6783/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o Ofício subscrito pela Desembargadora LUCIANA CARNEIRO DE LARA, Presidente da 20ª Câmara Cível; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 30095-63.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora MARIA ROSELI GUIESSMANN, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para atuar em regime de convocação e colaboração com os Desembargadores integrantes da 20ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em caráter fixo.

Curitiba, 06/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017389

PORTARIA Nº 6784/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 20510-84.2025.8.16.6000, resolve:

R E V O G A R

a Portaria nº 4957/2025-D.M, que designou a Doutora ANGELA REGINA RAMINA DE LUCCA, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para atuar nos autos nº 0108350-27.2024.8.16.0000, da 2ª Câmara Criminal, na qualidade de Relatora.

Curitiba, 06/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017395

PORTARIA Nº 6785/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais, resolve:

C O N V O C A R

o Desembargador MARIO LUIZ RAMIDOFF, membro deste Tribunal de Justiça, para substituir, junto ao colendo Conselho da Magistratura, o Desembargador FERNANDO ANTONIO PRAZERES, a partir do dia 06 de maio do ano em curso, durante o seu afastamento.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017415

PORTARIA Nº 6798/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00114731, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora CAROLINA MAIA ALMEIDA, Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais, Medidas Alternativas e Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se de suas funções jurisdicionais, para participar dos "Encontros Regionais 2025 - Política Antimanicomial do Poder Judiciário do Estado do Paraná", no dia 15 de maio de 2025, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LARYSSA ANGELICA COPACK MUNIZ	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	15/05/2025	15/05/2025	01

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017342

PORTARIA Nº 6799/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00114807, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor IVO FACCENDA, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2025, no dia 15 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GUILHERME MORAES NIETO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	15/05/2025	15/05/2025	01

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017225

PORTARIA Nº 6800/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00114833, resolve

C O N C E D E R

à Doutora LUCIANA LUCHTENBERG TORRES DAGOSTIM, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Guarapuava, licença para tratamento de saúde em pessoa da família no dia 05 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ, sem prejuízo das funções.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017405

PORTARIA Nº 6801/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118472, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora ANDREA RUSSAR RACHEL, Juíza de Direito da Comarca de Carlópolis, a afastar-se de suas funções jurisdicionais, para participar do "Curso de

Alterações no Código Civil - Direito de Família", no dia 15 de maio de 2025, em Londrina/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CÉSAR AUGUSTO CONSALTER	Juiz Substituto da 34ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ivaiporã	15/05/2025	15/05/2025	01

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017180

PORTARIA Nº 6802/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118433, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor RODRIGO DUFAU E SILVA, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Matelândia, quatro (04) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 20 de setembro de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	20/09/2025	23/09/2025	04

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017223

PORTARIA Nº 6803/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118431, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor RODRIGO DUFAU E SILVA, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Matelândia, quatro (04) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 16 de setembro de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	16/09/2025	19/09/2025	04

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017146

PORTARIA Nº 6804/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00114861, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor ARTHUR ARAUJO DE OLIVEIRA, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Assis Chateaubriand, a usufruir quatro (04) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2016, assegurados pelo item "II" da Portaria n° 13597/2024-D.M., a partir do dia 09 de junho de 2025.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
THIAGO STANLEY GURSKI	Juiz Substituto da 20ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	09/06/2025	12/06/2025	04

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017135

PORTARIA Nº 6805/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118665, resolve

C O N C E D E R

à Doutora JULIANA PINHEIRO RIBEIRO DE AZEVEDO, Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Paranaguá, doze (12) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017398

PORTARIA Nº 6806/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118630, resolve

C O N C E D E R

à Doutora DEBORAH PENNA, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, três (03) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 07 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017406

PORTARIA Nº 6807/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118629, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora LUCIANA GONÇALVES NUNES, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Laranjeiras do Sul, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 09 de junho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

II - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FELIPE BUZANELO FERREIRA	Juiz Substituto da 36ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	09/06/2025	13/06/2025	05

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017286

PORTARIA Nº 6808/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118628, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora LUCIANA GONÇALVES NUNES, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da

Comarca de Laranjeiras do Sul, três (03) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2023, a partir de 16 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FELIPE BUZANELO FERREIRA	Juiz Substituto da 36ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	16/06/2025	18/06/2025	03

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017234

PORTARIA Nº 6809/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118526, resolve

C O N C E D E R

à Doutora LIA SARA TEDESCO, Juíza de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Cascavel, sete (07) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, a partir de 03 de maio de 2025, nos termos do artigo 89, inciso II, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017399

PORTARIA Nº 6810/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118525, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor FABRÍCIO PRIOTTO MUSSI, Juiz de Direito do 2º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Cascavel, sete (07) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, a partir de 03 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013 - OE.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017280

PORTARIA Nº 6811/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118497, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor PETERSON CANTERGIANI SANTOS, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir vinte (20) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2025, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00057755, a partir do dia 10 de agosto de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, as supracitadas férias, a partir do dia 20 de agosto de 2025, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os 10 (dez) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	10/08/2025	19/08/2025	10

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017254

PORTARIA Nº 6812/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118476, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor PETERSON CANTERGIANI SANTOS, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir vinte (20) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2023, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 19865/2023, a partir do dia 21 de julho de 2025.

I I - D E S I G N A R

os magistrados abaixo nominados para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) FERNANDA ORSOMARZO - para atender os feitos urgentes, sem prejuízo das demais atribuições	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	21/07/2025	24/07/2025	04
b) FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	25/07/2025	09/08/2025	16

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017139

PORTARIA Nº 6813/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118473, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora ANDRÉA RUSSAR RACHEL, Juíza de Direito da Comarca de Carlópolis, a afastar-se de suas funções jurisdicionais por quatro (04) dias, para participar do "VIII Encontro do Fórum Nacional de Juízes Criminais (FONAJUC)", a partir de 19 de agosto de 2025, em Goiânia/GO, sem ônus para o Poder Judiciário.

A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARÍLIA BONAFÉ FROMENT	Juíza Substituta da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho	19/08/2025	22/08/2025	04

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017238

PORTARIA Nº 6814/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119238, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 6661/2025 - DM, que concedeu afastamento ao Doutor IVO FACCENDA, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no dia 19 de maio de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário; e, que designou o Doutor GUILHERME MORAES NIETO, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca, para substituí-lo.

Curitiba, 05 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017044

PORTARIA Nº 6815/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118705, resolve

C O N C E D E R

à Doutora KARIN FEUERHARMEL GIUSEPPIN, Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Regional de Cambé da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, oito (08) dias de licença por motivo de falecimento em pessoa da família, a partir do dia 03 de maio de 2025, de acordo com o artigo 97, inciso II, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013 - OE.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017334

PORTARIA Nº 6816/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118692, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor ANDREI JOSÉ DE CAMPOS, Juiz de Direito da Comarca de Iporã, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 09 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIEL HENRIQUE ANTÔNIO PAIVA LEOCÁDIO	Juiz Substituto da 68ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	09/05/2025	09/05/2025	01

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017255

PORTARIA Nº 6817/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118683, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor LUCAS MARTINS DE TOLEDO, Juiz de Direito da 2ª Vara Descentralizada da Cidade Industrial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir dezenove (19) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2025, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00048153, a partir do dia 15 de setembro de 2025.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	15/09/2025	03/10/2025	19

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017318

PORTARIA Nº 6818/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118682, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora MICHELI FRANZONI, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Dois Vizinhos, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, a partir de 01 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LETÍCIA VIANA BARATO	Juíza Substituta da 64ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	01/05/2025	09/05/2025	09

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017312

PORTARIA Nº 6819/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118677, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora DANIELA FERNANDES DE OLIVEIRA, Juíza de Direito da Comarca de Mangueirinha, a usufruir treze (13) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2025, assegurados pelo item "b" da Portaria nº 1880/2025 - DM, a partir do dia 27 de maio de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 06 de junho de 2025, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os 03 (três) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JEAN RODRIGUES	Juiz Substituto da 65ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida	27/05/2025	05/06/2025	10

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017305

PORTARIA Nº 6820/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118676, resolve

C O N C E D E R

à Doutora MYLENE REY DE ASSIS FOGAGNOLI, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal do Foro Regional de Marialva da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, dois (02) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, a partir de 05 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017410

PORTARIA Nº 6821/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118668, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora JADE SEFFAIR FERREIRA, Juíza de Direito da Comarca de Jaguapitã, a afastar-se de suas funções jurisdicionais por três (03) dias, para participar do "IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - FOVID/PR", a partir de 04 de junho de 2025, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FRANCISCO DE CARVALHO LAPA	Juiz Substituto da 58ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Porecatu	04/06/2025	06/06/2025	03

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017296

PORTARIA Nº 6822/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00111215, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor SILVIO HIDEKI YAMAGUCHI, Juiz de Direito da Comarca de Engenheiro Beltrão, dois (02) dias de licença por motivo de falecimento em pessoa da família, a partir do dia 29 de abril de 2025, de acordo com o artigo 97, inciso II, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada da certidão de óbito no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CÉSAR AUGUSTO CONSALTER	Juiz Substituto da 34ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ivaiporã	29/04/2025	30/04/2025	02

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017163

PORTARIA Nº 6823/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00114720, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora ARIANE MARIA HASEMANN, Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paranaguá, a usufruir quatorze (14) dias restantes de férias alusivas ao 1º período de 2025, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 2658/2025-D.M., a partir do dia 23 de junho de 2025, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir de 02 de julho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os cinco (05) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considerando não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017309

PORTARIA Nº 6824/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118648, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, à Desembargadora CRISTIANE TEREZA WILLY FERRARI, integrante da 5ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, § 1º do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

os magistrados abaixo nominados para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora e Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) SIMONE CHEREM FABRÍCIO DE MELO	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	05/05/2025	27/05/2025	23
b) DELCIO MIRANDA DA ROCHA	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	28/05/2025	03/06/2025	07
c) SIMONE CHEREM FABRÍCIO DE MELO	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	04/06/2025	03/07/2025	30

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017205

PORTARIA Nº 6825/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00114985, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor HUMBERTO GONÇALVES BRITO, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, a usufruir vinte (20) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2025, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00057211, a partir do dia 14 de julho de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, as supracitadas férias, a partir do dia 24 de julho de 2025, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os 10 (dez) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando a notória elevação do número de processos distribuídos e em trâmite perante os Órgãos Julgadores deste Tribunal de Justiça, aliado à difícil tarefa de nomeação/designação de magistrados em número suficiente para dar atendimento a tal demanda, considero não ser possível a continuidade da fruição do seu direito de férias, outrora concedido, ante a absoluta necessidade de retorno à função judicante. Esta decisão visa à ideal prestação jurisdicional e preza por uma distribuição de carga de trabalho justa e aceitável a todos os colegas.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017130

PORTARIA Nº 6826/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00114854, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora LETICIA MARINA CONTE, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, a usufruir dez (10) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2024, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00049103, a partir do dia 21 de julho de 2025.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017267

Processos do Órgão Especial

Processos do Conselho da Magistratura

Departamento de Engenharia e Arquitetura

Departamento de Gestão de Precatórios

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Paraná
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Relação Nº 1189/2025 - DGP - DA

PROTOCOLO/SEI:
0061771-78.2015.8.16.6000 - MUNICÍPIO DE SERTANEJA
0005830-46.2015.8.16.6000 - MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO
0019157-58.2015.8.16.6000 - MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
0008978-65.2015.8.16.6000 - MUNICÍPIO DE IPORÃ
0011677-92.2016.8.16.6000 - MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA

EED
PROTOCOLO/SEI Nº 0061771-78.2015.8.16.6000
MUNICÍPIO DE SERTANEJA

DECISÃO DOC.SEI Nº 11721044: 1 - Trata-se de procedimento de pagamento a credores do **MUNICÍPIO DE SERTANEJA** em ordem cronológica de apresentação de precatórios.**2-** De acordo com a Informação prestada pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes nº 11709471 - P-SEP-DGP-DCGA, o valor disponível junto à conta de repasse pode ser direcionado para o **pagamento dos precatórios** situados nas posições 3ª (terceira) e 4ª (quarta), conforme relação constante do SEI 11718696.No que se refere ao precatório posicionado na 1ª (primeira) colocação, foi esclarecido que se trata de crédito parcelado nos termos do art. 100, § 20, da Constituição Federal.Foi consignado, ainda, que o supracitado precatório, por deter natureza comum, para fins de ordenação e observância da regra de prioridade, será listado após os precatórios de natureza alimentar.Em relação ao precatório da 1ª (primeira) colocação, cabe informar que as parcelas relativas ao orçamento de 2024 já tiveram seu pagamento autorizado.Foi consignado, ainda, que o precatório da 2ª (segunda) colocação (nº 2022/906087) foi pago integralmente.**3 -** A Diretoria, por meio do Despacho nº 11719988 - P-SEP-DGP-D, acolheu a Informação nº 11709471 - P-SEP-DGP-DCGA destes autos, tendo enfatizado a necessidade de juntada de certidão nos respectivos precatórios, pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes (DCGA), relativa à titularidade, valor e outras informações relevantes, conforme orientação contida no Parecer nº 6921502 - DGP-DJ, o qual indica os atos a serem praticados pelos órgãos de execução.**4 -** Desse modo, com fulcro no artigo 100, § 6º, da Constituição Federal e considerando a regularidade do procedimento, **acolho a Informação nº 11709471 - P-SEP-DGP-DCGA** para, com fundamento no art. 32 do Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP, **autorizar a disponibilização em contas judiciais vinculadas aos autos dos precatórios**, observada a ordem estabelecida, de todos os créditos elencados, no total estimado pelo Sistema de Gestão de Precatórios de **R$ 126.883,36 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos)**, apurado conforme a data constante na relação do SEI 11718696, a ser confirmado pelos cálculos de atualização que serão juntados aos autos respectivos; bem como a adoção dos procedimentos necessários aos pagamentos, conforme o ato normativo citado e os detalhamentos constantes da Informação Técnica.**5 -** Assim, à **Divisão de Controle e Gestão de Aportes** para cumprimento aos comandos contidos no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 11709471 - P-SEP-DGP-DCGA, devendo incidir remuneração bancária a partir da data indicada na relação de precatórios supracitada.**6 -** Após, à **Divisão Administrativa** do DGP para, além das providências contidas no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 11709471 - P-SEP-DGP-DCGA:**6.1-Publicar** a presente Decisão e a Relação 11718696 no DJe;**6.2-Anexar** cópia da presente Decisão e da Informação nº 11709471 - P-SEP-DGP-DCGA nos autos dos precatórios que são objetos da presente Decisão;**6.3-Dar ciência** ao Ente devedor da presente Decisão e da Relação 11718696, via **e-mail oficial** ou postal, com aviso de recebimento.**7-** A seguir, à **Divisão de Pagamento de Precatórios** para demais diligências.**8 -** Certificado o cumprimento das determinações retro, encaminhe-se o presente protocolado SEI à DCGA para aguardar novo procedimento de pagamento. Curitiba, 06/05/2025. Desembargadora **LIDIA MAEJIMA** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

.

EED
PROTOCOLO/SEI Nº 0005830-46.2015.8.16.6000
MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

DECISÃO DOC.SEI Nº 11721116:1 - Trata-se de procedimento de pagamento a credores do **MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO** em ordem cronológica de apresentação de precatórios.**2-** De acordo com a Informação prestada pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes nº 11710503 - P-SEP-DGP-DCGA, o valor disponível junto à conta de repasse pode ser direcionado para o **pagamento do precatório** situado na 38ª (trigésima oitava) posição, conforme relação constante do SEI 11710830.No que se refere aos precatórios posicionados na 26ª (vigésima sexta), 30ª (trigésima) e 31ª (trigésima primeira) colocação, foi esclarecido que se trata de créditos parcelados nos termos do art. 100, § 20, da Constituição Federal.Cabe ressaltar, também, que os precatórios parcelados de natureza comum, para fins de ordenação e observância da regra de prioridade, serão listados após os precatórios de natureza alimentar.Em relação aos precatórios na 26ª (vigésima sexta), 30ª (trigésima) e 31ª (trigésima primeira) colocação, cabe informar que as parcelas relativas ao orçamento de 2024 já tiveram seu pagamento autorizado.Foi consignado, ainda, que os precatórios da 1ª (primeira) a 25ª (vigésima quinta), da 27ª (vigésima sétima) a 29ª (vigésima nona) e da 32ª (trigésima segunda) a 37ª (trigésima sétima) foram pagos integralmente.**3 -** A Diretoria, por meio do Despacho nº 11719987 - P-SEP-DGP-D, acolheu a Informação nº 11710503 - P-SEP-DGP-DCGA destes autos, tendo enfatizado a necessidade de juntada de certidão em respectivo precatório, pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes (DCGA), relativa à titularidade, valor e outras informações relevantes, conforme orientação contida no Parecer nº 6921502 - DGP-DJ, o qual indica os atos a serem praticados pelos órgãos de execução.**4 -** Desse modo, com fulcro no artigo 100, § 6º, da Constituição Federal e considerando a regularidade do procedimento, **acolho a Informação nº 11710503 - P-SEP-DGP-DCGA** para, com fundamento no art. 32 do Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP, **autorizar a disponibilização em conta judicial vinculada aos autos do precatório**, observada a ordem estabelecida, do crédito elencado, no total estimado pelo Sistema de Gestão de Precatórios de **R$ 5.326,87 (cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos)**, apurado conforme a data constante na relação do SEI 11710830, a ser confirmado pelo cálculo de atualização que será juntado aos autos respectivos; bem como a adoção dos procedimentos necessários aos pagamentos, conforme o ato normativo citado e os detalhamentos constantes da Informação Técnica.**5 -** Assim, à **Divisão de Controle e Gestão de Aportes** para cumprimento aos comandos contidos no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 11710503 - P-SEP-DGP-DCGA, devendo incidir remuneração bancária a partir da data indicada na relação de precatório supracitada.**6 -** Após, à **Divisão Administrativa** do DGP para, além das providências contidas no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 11710503 - P-SEP-DGP-DCGA:**6.1-Publicar** a presente Decisão e a Relação 11710830 no DJe;**6.2-Anexar** cópia da presente Decisão e da Informação nº 11710503 - P-SEP-DGP-DCGA nos autos do precatório objeto da presente Decisão;**6.3-Dar ciência** ao Ente devedor da presente Decisão e da Relação 11710830, via **e-mail oficial** ou postal, com aviso de recebimento.**7-** A seguir, à **Divisão de Pagamento de Precatórios** para demais diligências.**8 -** Certificado o cumprimento das determinações retro, encaminhe-se o presente protocolado SEI à DCGA para aguardar novo procedimento de pagamento. Curitiba, 06/05/2025. Desembargadora **LIDIA MAEJIMA** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

.

EED
PROTOCOLO/SEI Nº 0019157-58.2015.8.16.6000
MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

DECISÃO DOC.SEI Nº 11721290:1 - Trata-se de procedimento de pagamento a credores do **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ** em ordem cronológica de apresentação de precatórios.**2-** De acordo com a Informação prestada pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes nº 11707031 - P-SEP-DGP-DCGA, o valor disponível junto à conta de repasse pode ser direcionado para o **pagamento do precatório** situado na 24ª (vigésima quarta) posição, conforme relação constante do SEI 11707487.Foi consignado, ainda, que em relação à superpreferência posicionada na 1ª (primeira) colocação (nº 2024/900137) e aos precatórios da 2ª (segunda) a 23ª (vigésima terceira) colocação (nº 2018/902338, nº 2023/902535, nº 2023/902538, nº 2023/902539, nº 2023/904088, nº 2023/904087, nº 2023/905197, nº 2023/905011, nº 2023/906784, nº 2023/908125, nº 2024/900137, nº 2024/901079, nº 2024/901193, nº 2024/901192, nº 2024/901199, nº 2024/902352, nº 2023/902542, nº 2023/902544, nº 2023/904560, nº 2023/906924, nº 2023/905041 e nº 2023/908130, respectivamente) foram pagos integralmente.**3 -** A Diretoria, por meio do Despacho nº 11719985 - P-SEP-DGP-D, acolheu a Informação nº 11707031 - P-SEP-DGP-DCGA destes autos, tendo enfatizado a necessidade de juntada de certidão em respectivo precatório, pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes (DCGA), relativa à titularidade, valor e outras informações relevantes, conforme orientação contida no Parecer nº 6921502 - DGP-DJ, o qual indica os atos a serem praticados pelos órgãos de execução.**4 -** Desse modo, com fulcro no artigo 100, § 6º, da Constituição Federal e considerando a regularidade do procedimento, **acolho a Informação nº 11707031 - P-SEP-DGP-DCGA** para, com fundamento no art. 32 do Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP, **autorizar a disponibilização em conta judicial vinculada aos autos do precatório**, observada a ordem estabelecida, do crédito elencado, no total estimado pelo Sistema de Gestão de Precatórios de **R$ 32.067,17 (trinta e dois mil, sessenta e sete reais e dezessete centavos)**, apurado conforme a data constante na relação do SEI 11707487, a ser confirmado pelo cálculo de atualização que será juntado aos autos respectivos; bem como a adoção dos procedimentos necessários aos pagamentos, conforme o ato normativo citado e os detalhamentos constantes da Informação Técnica.**5 -** Assim, à **Divisão de Controle e Gestão de Aportes** para cumprimento aos comandos contidos no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 11707031 - P-SEP-DGP-DCGA, devendo incidir remuneração bancária a partir da data indicada na relação de precatório supracitada.**6 -** Após, à **Divisão Administrativa** do DGP para, além das providências contidas no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 11707031 - P-SEP-DGP-

DCGA:**6.1-Publicar** a presente Decisão e a Relação 11707487 no DJe;**6.2-Anexar** cópia da presente Decisão e da Informação nº 11707031 - P-SEP-DGP-DCGA nos autos do precatório objeto da presente Decisão;**6.3-Dar ciência** ao Ente devedor da presente Decisão e da Relação 11707487, via **e-mail oficial** ou postal, com aviso de recebimento.**7-** A seguir, à **Divisão de Pagamento de Precatórios** para demais diligências.**8 -** Certificado o cumprimento das determinações retro, encaminhe-se o presente protocolado SEI à DCGA para aguardar novo procedimento de pagamento. Curitiba, 06/05/2025. Desembargadora **LIDIA MAEJIMA** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

.

EED

PROTOCOLO/SEI N° 0008978-65.2015.8.16.6000

MUNICÍPIO DE IPORÃ

DECISÃO DOC.SEI Nº 11721197:1 - Trata-se de procedimento de pagamento a credores do **MUNICÍPIO DE IPORÃ** em ordem cronológica de apresentação de precatórios.**2-** De acordo com a Informação prestada pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes nº 11705813 - P-SEP-DGP-DCGA, o valor disponível junto à conta de repasse pode ser direcionado para o **pagamento dos precatórios** situados nas posições 3ª (terceira) a 5ª (quinta), conforme relação constante do SEI 11705822.Foi consignado, ainda, que os precatórios da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) colocação (nº 2021/903865 e nº 2021/903872) foram pagos integralmente.**3 -** A Diretoria, por meio do Despacho nº 11719986 - P-SEP-DGP-D, acolheu a Informação nº 11705813 - P-SEP-DGP-DCGA destes autos, tendo enfatizado a necessidade de juntada de certidão nos respectivos precatórios, pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes (DCGA), relativa à titularidade, valor e outras informações relevantes, conforme orientação contida no Parecer nº 6921502 - DGP-DJ, o qual indica os atos a serem praticados pelos órgãos de execução.**4 -** Desse modo, com fulcro no artigo 100, § 6º, da Constituição Federal e considerando a regularidade do procedimento, **acolho a Informação nº 11705813 - P-SEP-DGP-DCGA** para, com fundamento no art. 32 do Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP, **autorizar a disponibilização em contas judiciais vinculadas aos autos dos precatórios**, observada a ordem estabelecida, de todos os créditos elencados, no total estimado pelo Sistema de Gestão de Precatórios de **R$ 315.348,82 (trezentos e quinze mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos)**, apurado conforme a data constante na relação do SEI 11705822, a ser confirmado pelos cálculos de atualização que serão juntados aos autos respectivos; bem como a adoção dos procedimentos necessários aos pagamentos, conforme o ato normativo citado e os detalhamentos constantes da Informação Técnica.**5 -** Assim, à **Divisão de Controle e Gestão de Aportes** para cumprimento aos comandos contidos no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 11705813 - P-SEP-DGP-DCGA, devendo incidir remuneração bancária a partir da data indicada na relação de precatórios supracitada.**6 -** Após, à **Divisão Administrativa** do DGP para, além das providências contidas no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 11705813 - P-SEP-DGP-DCGA:**6.1-Publicar** a presente Decisão e a Relação 11705822 no DJe;**6.2-Anexar** cópia da presente Decisão e da Informação nº 11705813 - P-SEP-DGP-DCGA nos autos dos precatórios que são objetos da presente Decisão;**6.3-Dar ciência** ao Ente devedor da presente Decisão e da Relação 11705822, via **e-mail oficial** ou postal, com aviso de recebimento.**7-** A seguir, à **Divisão de Pagamento de Precatórios** para demais diligências.**8 -** Certificado o cumprimento das determinações retro, encaminhe-se o presente protocolado SEI à DCGA para aguardar novo procedimento de pagamento. Curitiba, 06/05/2025. Desembargadora **LIDIA MAEJIMA** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

.

EED

PROTOCOLO/SEI N° 0011677-92.2016.8.16.6000

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA

DECISÃO DOC.SEI Nº 11721354:1 - Trata-se de procedimento de pagamento a credores do **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA** em ordem cronológica de apresentação de precatórios.**2-** De acordo com a Informação prestada pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes nº 11707358 - P-SEP-DGP-DCGA, o valor disponível junto à conta de repasse pode ser direcionado para o **pagamento dos precatórios** situados nas posições 1ª (primeira) e da 33ª (trigésima terceira) a 46ª (quadragésima sexta), conforme relação constante do SEI 11707362.No que se refere ao precatório ocupante da 1ª (primeira) posição (nº 2024/905701), foi esclarecido que a credora teve reconhecida a sua condição superpreferencial. Todavia, conforme Parecer Jurídico nº 9707570 - DGP-CJ, a Consultoria Jurídica do DGP se manifestou no sentido de que "*no âmbito do regime geral de pagamento de precatórios, a quitação de parcela prioritária, relativa a precatório requisitado para orçamento futuro, não deve preceder ao pagamento de precatórios inscritos em lei orçamentária vigente*". Dessa forma, considerando que os valores presentes em conta são destinados ao pagamento dos precatórios remanescentes do orçamento de 2025, por se tratar de crédito inscrito no orçamentário de 2026, não se mostra possível o pagamento integral da parcela superpreferencial.Foi consignado, ainda, que os precatórios da 2ª (segunda) a 32ª (trigésima segunda) colocação (nº 2021/905905, nº 2021/905909, nº 2022/907724, nº 2022/906704, nº 2022/908315, nº 2022/908471, nº 2022/908327, nº 2023/902915, nº 2023/902917, nº 2023/905045, nº 2023/905044, nº 2023/904754, nº 2023/905445, nº 2023/904746, nº 2023/904745, nº 2023/904751, nº 2023/904750, nº 2023/904749, nº 2023/904748, nº 2023/905179, nº 2023/904742, nº 2023/905466, nº 2023/904752, nº 2023/906903, nº 2023/907126, nº 2023/907889, nº 2023/907891, nº 2024/900670, nº 2024/900669, nº 2024/901174 e nº 2024/902238) foram pagos integralmente.**3 -** A Diretoria, por meio do Despacho nº 11719982 - P-SEP-DGP-D, acolheu a Informação nº 11707358 - P-SEP-DGP-DCGA destes autos, tendo enfatizado a necessidade de juntada de certidão nos respectivos precatórios, pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes (DCGA), relativa à titularidade, valor e outras informações relevantes, conforme orientação contida no Parecer nº 6921502 - DGP-DJ, o qual indica os atos a serem praticados pelos órgãos de execução.**4 -** Desse modo, com fulcro no artigo 100, § 6º, da Constituição Federal e considerando a regularidade do procedimento, **acolho a Informação nº 11707358 - P-SEP-DGP-DCGA** para, com fundamento no art. 32 do Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP, **autorizar a disponibilização em contas judiciais vinculadas aos autos dos precatórios**, observada a ordem estabelecida, de todos os créditos elencados, no total estimado pelo Sistema de Gestão de Precatórios de **R$ 650.338,20 (seiscentos e cinquenta mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte centavos)**, apurado conforme a data constante na relação do SEI 11707362, a ser confirmado pelos cálculos de atualização que serão juntados aos autos respectivos; bem como a adoção dos procedimentos necessários aos pagamentos, conforme o ato normativo citado e os detalhamentos constantes da Informação Técnica.**5 -** Assim, à **Divisão de Controle e Gestão de Aportes** para cumprimento aos comandos contidos no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 11707358 - P-SEP-DGP-DCGA, devendo incidir remuneração bancária a partir da data indicada na relação de precatórios supracitada.**6 -** Após, à **Divisão Administrativa** do DGP para, além das providências contidas no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 11707358 - P-SEP-DGP-DCGA:**6.1-Publicar** a presente Decisão e a Relação 11707362 no DJe;**6.2-Anexar** cópia da presente Decisão e da Informação nº 11707358 - P-SEP-DGP-DCGA nos autos dos precatórios que são objetos da presente Decisão;**6.3-Dar ciência** ao Ente devedor da presente Decisão e da Relação 11707362, via **e-mail oficial** ou postal, com aviso de recebimento.**7-** A seguir, à **Divisão de Pagamento de Precatórios** para demais diligências.**8 -** Certificado o cumprimento das determinações retro, encaminhe-se o presente protocolado SEI à DCGA para aguardar novo procedimento de pagamento. Curitiba, 06/05/2025. Desembargadora **LIDIA MAEJIMA** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

.

lks

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017973

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 6719/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110660, originado em razão do protocolizado sob nº 0024931-25.2022.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora ALESSANDRA MITSUNAGA BENETOLI DE SANTANA, matrícula nº 52558, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6722/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110305, originado em razão do protocolizado sob nº 0018497-15.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora CLAUDIA QUENEHEN SCANDOLIERI, matrícula nº 13868, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 1º de março de 2025, nos termos da Instrução Normativa nº 42/2021.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6697/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00114397, originado em razão do protocolizado sob nº 0029764-81.2025.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

AMANDA ROCHA, matrícula nº 21141, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa;

I I - N O M E A R

AMANDA ROCHA, matrícula nº 21141, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete do Juiz de Direito Substituto Thiago Bertuol de Oliveira, da 7ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ponta Grossa, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6702/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00114617, originado em razão do protocolizado sob nº 0030120-76.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

RODRIGO OTAVIO MILEK, matrícula nº 52336, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Castro, durante o afastamento, por compensação do plantão judiciário, do titular FELIPE ANDRÉ LECHIV, no dia 19 de maio de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA

Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6720/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110575, originado em razão do protocolizado sob nº 0080134-35.2023.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização do servidor THIAGO ALVES PITANGUI, matrícula nº 15130, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6721/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110314, originado em razão do protocolizado sob nº 0164513-69.2024.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor CHRISTOFER RASERA, matrícula nº 292450, ocupante do cargo em comissão de Assistente de Juiz Substituto do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da Instrução Normativa nº 42/2021.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6700/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00111783, originado em razão do protocolizado sob nº 0029811-55.2025.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

CLEUSA ALVES DE RAMOS, matrícula nº 50499, servidora deste Tribunal, do cargo de provimento em comissão de Supervisora de Secretaria, símbolo 2-D, da Secretaria da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel;

I I - N O M E A R

CLEUSA ALVES DE RAMOS, matrícula nº 50499, servidora deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6723/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110332, originado em razão do protocolizado sob nº 0021622-88.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor JOSÉ LUIZ VERBOSKI, matrícula nº 15294, Engenheiro do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da Instrução Normativa nº 42/2021.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6728/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110905, originado em razão do protocolizado sob nº 0029394-05.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização do servidor GUILHERME HENRIQUE MARQUES CARDOSO, matrícula nº 14767, Técnico em Computação do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6701/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00114525, originado em razão do protocolizado sob nº 0030044-52.2025.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

ALESSANDRA KARINA FEITOSA AFFONSO COSTA, matrícula nº 50274, servidora deste Tribunal, do cargo de provimento em comissão de Supervisora de Secretaria, símbolo 2-D, da Secretaria da Vara da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina;

I I - N O M E A R

a) ALESSANDRA KARINA FEITOSA AFFONSO COSTA, matrícula nº 50274, servidora deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;

b) RAQUEL MOZZAQUATRO XAVIER, matrícula nº 13394, servidora deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Supervisora de Secretaria, símbolo 2-D, da Secretaria da Vara da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6718/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00108002, originado em razão do protocolizado sob nº 0140762-58.2021.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora JUSSARA BARBOSA DE SOUZA SANTOS, matrícula nº 51909, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, até 12 de julho de 2025.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6727/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110615, originado em razão do protocolizado sob nº 0027516-45.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora LUCIA MARIA MAZZO, matrícula nº 11807, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6726/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110306, originado em razão do protocolizado sob nº 0024539-80.2025.8.16.6000, resolve

I - C A N C E L A R

a autorização para a realização das atividades na modalidade de teletrabalho de DEBORA ROSA, matrícula nº 52514, Técnica Judiciária, a partir de 5 de abril de 2025;

I I - A U T O R I Z A R

a servidora DEBORA ROSA, matrícula nº 52514, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 5 de abril de 2025, nos termos da Instrução Normativa nº 42/2021.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6699/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00114607, originado em razão do protocolizado sob nº 0001762-04.2025.8.16.6000, resolve

I - N O M E A R

ISABELA NABAS SCHIAVON, matrícula nº 262310, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, em substituição temporária da força de trabalho derivada da licença à gestante da servidora ERICA FERREIRA DIAS, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;

I I - D E S I G N A R

ISABELA NABAS SCHIAVON, matrícula nº 262310, para atuar no Gabinete do Juízo Único da Comarca de Uraí, a partir da data da assunção no cargo, até o término da licença à gestante da servidora ERICA FERREIRA DIAS.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6698/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00114500, originado em razão do protocolizado sob nº 0029019-04.2025.8.16.6000, resolve

N O M E A R

EVELYN FREIRE TAUSCHECK HOHMANN, matrícula nº 276845, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete da Juíza de Direito Substituta Lidiane Rafaela Araújo Martins, da 1ª Seção Judiciária com sede no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6724/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110323, originado em razão do protocolizado sob nº 0023967-27.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora CAMILA RUTES ZABUDOWSKI ANDRADE, matrícula nº 17692, ocupante do cargo em comissão de Oficial de Gabinete de Desembargador do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 140 (cento e quarenta) dias, nos termos da Instrução Normativa nº 42/2021.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 684/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 3308/2021 - SEC, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00109717, originado em razão do protocolizado sob nº 0006412-94.2025.8.16.6000, resolve

M A N D A R C O N T A R

em favor da servidora GIUVANA GONCALVES LINS, matrícula 10817, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a partir de 08/04/2025, o tempo de 1 (um) ano, 6 (seis) meses e 26 (vinte e seis) dias de serviços/contribuições prestados à iniciativa privada, correspondente aos períodos de 01/09/1994 a 05/03/1995, de 29/04/1996 a 23/05/1996, de 08/01/2002 a 16/08/2002 e de 14/05/2003 a 30/09/2003, para efeitos de APOSENTADORIA, conforme o disposto no artigo 201, § 9° da Constituição Federal.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 707/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00119605, originado em razão do protocolizado sob nº 0031318-51.2025.8.16.6000, resolve

C O N C E D E R

a) à servidora ANA PAULA VIEIRA BRAGA DE MELO, matrícula nº 15196, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, 180 (cento e oitenta) dias de Licença à Gestante, no período de 28/04/2025 a 24/10/2025, com fulcro no art. 119 da Lei Estadual nº 16.024/2008 e no art. 14 do Decreto Judiciário nº 858/2018;
b) à servidora ANDRESSA LIMA CARVALHO DE PAIVA, matrícula nº 50214, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, 180 (cento e oitenta) dias de Licença à Gestante, no período de 07/04/2025 a 03/10/2025, com fulcro no art. 119 da Lei Estadual nº 16.024/2008 e no art. 14 do Decreto Judiciário nº 858/2018;
c) à servidora LUCIANA MESQUITA, matrícula nº 15099, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, 180 (cento e oitenta) dias de Licença à Gestante, no período de 23/04/2025 a 19/10/2025, com fulcro no art. 119 da Lei Estadual nº 16.024/2008 e no art. 14 do Decreto Judiciário nº 858/2018.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 703/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110998, originado em razão do protocolizado sob nº 0029546-53.2025.8.16.6000, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Ordem de Serviço nº 623/2025 - SGP, na parte em que se refere à servidora VANESSA HAMESSI VALÉRIO PALMA, matrícula nº 51678, referente à suspensão de licença especial, tendo em vista que a mesma foi usufruída integralmente.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 702/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110810, originado em razão do protocolizado sob nº 0029546-53.2025.8.16.6000, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a) a Ordem de Serviço nº 621/2025 - SGP, na parte referente à servidora ADELIA AKIKO SATO, matrícula nº 51250, de autorização de 6 (seis) dias de licença especial;
b) a Ordem de Serviço nº 501/2025 - SGP, na parte referente ao servidor CASSIO PINHO PRATES, matrícula nº 14145, de autorização de 45 (quarenta e cinco) dias de licença especial;
c) a Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, na parte referente à servidora DENISE BLANC, matrícula nº 50425, de autorização de 30 (trinta) dias de licença especial;
d) a Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, na parte referente ao servidor GILBERTO LUIS DE PAULA, matrícula nº 15143, de autorização de 13 (treze) dias de licença especial;
e) a Ordem de Serviço nº 241/2025 - SGP, na parte referente à servidora LEÔNIA DOMINGOS LEITE, matrícula nº 51641, de autorização de 1 (um) dia de licença especial;
f) a Ordem de Serviço nº 392/2025 - SGP, na parte referente ao servidor RENATO CARLOS GOMES, matrícula nº 8333, de autorização de 2 (dois) dias de licença especial;

g) a Ordem de Serviço nº 392/2025 - SGP, na parte referente ao servidor RENATO CARLOS GOMES, matrícula nº 8333, de autorização de 2 (dois) dias de licença especial;
h) a Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, na parte referente à servidora SCARLETTH GOBBO BITTENCOURT MORAES, matrícula nº 52579, de autorização de 2 (dois) dias de licença especial;
i) a Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, na parte referente à servidora SCARLETTH GOBBO BITTENCOURT MORAES, matrícula nº 52579, de autorização de 1 (um) dia de licença especial.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 701/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110794, originado em razão do protocolizado sob nº 0029546-53.2025.8.16.6000, resolve

C A S S A R

a) a Licença Especial anteriormente deferida pela Ordem de Serviço nº 613/2025 - SGP, ao servidor FABIO GOMES LOSSO, matrícula nº 17956, por necessidade do serviço, mantendo 90 (noventa) dias a serem usufruídos oportunamente;

b) a Licença Especial anteriormente deferida pela Ordem de Serviço nº 647/2025 - SGP, ao servidor ISIDORIO WEBER, matrícula nº 8328, por necessidade do serviço, mantendo 90 (noventa) dias a serem usufruídos oportunamente;

c) a Licença Especial anteriormente deferida pela Ordem de Serviço nº 647/2025 - SGP, ao servidor ISIDORIO WEBER, matrícula nº 8328, por necessidade do serviço, mantendo 90 (noventa) dias a serem usufruídos oportunamente.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 700/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110707, originado em razão do protocolizado sob nº 0029546-53.2025.8.16.6000, resolve

S U S P E N D E R

por necessidade do serviço, a licença especial das servidoras e dos servidores abaixo relacionados:
a) ADRIANA SILVENTE PEREIRA, matrícula nº 51958, a partir de 16/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 10/05/2013 a 09/05/2018, restando-lhe 6 (seis) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00105954;
b) ANDRÉA TIEKO KINOSHITA YANAGA, matrícula nº 52004, a partir de 09/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 19/07/2018 a 18/07/2023, restando-lhe 54 (cinquenta e quatro) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00102163;
c) BRUNA CAROLINE BELLÉ, matrícula nº 51714, a partir de 08/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 03/12/2017 a 02/12/2022, restando-lhe 36 (trinta e seis) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00100982;
d) CARLOS LUCIANO DE SOUZA, matrícula nº 52421, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 09/06/2019 a 08/06/2024, restando-lhe 72 (setenta e dois) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110153;
e) CAROLINA DE FATIMA RAFAGNIN CANDEO, matrícula nº 14125, a partir de 15/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 27/11/2012 a 26/11/2017, restando-lhe 27 (vinte e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00105280;
f) CASSIO PINHO PRATES, matrícula nº 14145, a partir de 15/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 07/08/2018 a 06/08/2023, restando-lhe 44 (quarenta e quatro) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00105250;
g) EDMAR ARNALDO LIPPMANN JUNIOR, matrícula nº 50480, a partir de 28/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 10/12/2015 a 09/12/2020, restando-lhe 39 (trinta e nove) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110609;
h) EIRE EMILIO ZIMMERMANN, matrícula nº 17935, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 12/11/2019 a 11/11/2024, restando-lhe 56 (cinquenta e seis) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109413;
i) EMERSON GONÇALVES, matrícula nº 10605, a partir de 11/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 06/12/2015 a 05/12/2020, restando-lhe 31 (trinta e um) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00103416;
j) FERNANDA SOTTILI PRUNZEL, matrícula nº 50036, a partir de 16/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2020, restando-lhe 84 (oitenta e quatro) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00106928;
k) GABRIEL LUIZ VITOLA, matrícula nº 15057, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 11/08/2015 a 10/08/2020, restando-lhe 12 (doze) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109415;
l) GISELA TEIXEIRA DE PAIVA, matrícula nº 9597, a partir de 28/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 501/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 03/02/2016 a 02/02/2021, restando-lhe 76 (setenta e seis) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110666;
m) HÉLIO ZEM, matrícula nº 15365, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 18/04/2016 a 17/04/2021, restando-lhe 38 (trinta e oito) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109698;
n) IGOR OSTAPIV, matrícula nº 14801, a partir de 28/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 388/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 19/01/2015 a 18/01/2020, restando-lhe 67 (sessenta e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110416;
o) JANAINA MARIGO GIMENEZ, matrícula nº 13573, a partir de 24/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 501/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 16/04/2018 a 15/04/2023, restando-lhe 30 (trinta) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109275;
p) JANDIRA DELLALIBERA, matrícula nº 7596, a partir de 14/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 16/01/2019 a 15/01/2024, restando-lhe 3 (três) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00104392;
q) JANETE KRACK MAGNAGNAGNO, matrícula nº 52798, a partir de 28/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 621/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 22/12/2015 a 21/12/2020, restando-lhe 53 (cinquenta e três) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110297;
r) JULIANA MARIA CARDOSO COELHO WOZNIAK, matrícula nº 14703, a partir de 14/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 18/12/2019 a 17/12/2024, restando-lhe 65 (sessenta e cinco) dias para

serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00104474;
s) LUCAS SILVESTRIN, matrícula nº 51631, a partir de 28/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 22/10/2017 a 21/10/2022, restando-lhe 38 (trinta e oito) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110691;
t) LUCIANO DE MIRANDA BARRETO, matrícula nº 52411, a partir de 11/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 06/06/2019 a 05/06/2024, restando-lhe 57 (cinquenta e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00103950;
u) LUIS FERNANDO DONADIO, matrícula nº 6434, a partir de 09/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 27/05/2017 a 26/05/2022, restando-lhe 10 (dez) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00102551;
v) MAJORIE APARECIDA BONDEZAN, matrícula nº 50629, a partir de 16/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 19/01/2011 a 18/01/2016, restando-lhe 2 (dois) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00106244;
w) MARIA FERNANDA GOMES CONTE, matrícula nº 13273, a partir de 24/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 22/10/2012 a 21/10/2017, restando-lhe 20 (vinte) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109023;
x) MARIANA MARTINS BERTOLINI, matrícula nº 51514, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 552/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 27/08/2012 a 26/08/2017, restando-lhe 3 (três) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110474;
y) MARILUCIA SABINO NEVES, matrícula nº 14336, a partir de 03/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 05/01/2019 a 04/01/2024, restando-lhe 17 (dezessete) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00095633;
z) MARINEY SANTOS, matrícula nº 11798, a partir de 24/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 07/02/2007 a 06/02/2012, restando-lhe 88 (oitenta e oito) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108721;
aa) MAYA LYSSA MATEUS DE ALMEIDA GONÇALVES, matrícula nº 52244, a partir de 15/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 621/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 27/03/2014 a 26/03/2019, restando-lhe 81 (oitenta e um) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00105239;
ab) MOISES DE SOUZA REVOREDO, matrícula nº 13260, a partir de 16/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 22/10/2017 a 21/10/2022, restando-lhe 8 (oito) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00106571;
ac) NADIELLE DA SILVA SPEROTTO, matrícula nº 13527, a partir de 04/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 552/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 11/02/2013 a 10/02/2018, restando-lhe 7 (sete) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109822;
ad) NATHÁLIA GALVÃO DE OLIVEIRA AZEVEDO ROCHA GURGEL, matrícula nº 52804, a partir de 24/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 621/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 01/08/2019 a 31/07/2024, restando-lhe 45 (quarenta e cinco) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108754;
ae) NELSON FRANCISCO VIEIRA JUNIOR, matrícula nº 51080, a partir de 15/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 621/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 12/01/2017 a 11/01/2022, restando-lhe 1 (um) dia para ser usufruído em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00105279;
af) NEUZA RODRIGUES NOVAIS, matrícula nº 13369, a partir de 04/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 388/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 13/11/2017 a 12/11/2022, restando-lhe 5 (cinco) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109728;
ag) PAOLO DO PRADO RIVA, matrícula nº 13261, a partir de 08/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 22/10/2007 a 21/10/2012, restando-lhe 1 (um) dia para serem usufruído em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00100859;
ah) PEDRO HENRIQUE BORBA CARIGNANO, matrícula nº 52203, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 552/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 17/02/2019 a 16/02/2024, restando-lhe 17 (dezessete) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109882;
ai) RAFAEL DALLAGO VILLAS BOAS, matrícula nº 10944, a partir de 24/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 501/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 10/02/2019 a 09/02/2024, restando-lhe 18 (dezoito) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109908;
aj) RENATA MELARA CICCARELLI DE CASTRO, matrícula nº 17900, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 241/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 15/10/2019 a 14/10/2024, restando-lhe 67 (sessenta e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109453;
ak) ROCELA POPP ROSA SCHOLLES, matrícula nº 18801, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 02/05/2017 a 01/05/2022, restando-lhe 23 (vinte e três) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109526;
al) TATIANA RESENDE LOPES, matrícula nº 14973, a partir de 16/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 21/07/2015 a 20/07/2020, restando-lhe 11 (onze) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00106160;
am) THAIS CECATO, matrícula nº 17848, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 300/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 12/11/2019 a 11/11/2024, restando-lhe 87 (oitenta e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110233;
an) TIAGO SUHRE, matrícula nº 52522, a partir de 16/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 03/07/2019 a 02/07/2024, restando-lhe 58 (cinquenta e oito) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00105970;
ao) URSULA FERREIRA CHEOHEN GUEDES, matrícula nº 19612, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 614/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 24/09/2018 a 23/09/2023, restando-lhe 35 (trinta e cinco) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109464;
ap) VANESSA GRINBERG, matrícula nº 12085, a partir de 25/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 501/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 02/05/2007 a 01/05/2012, restando-lhe 58 (cinquenta e oito) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110519;
aq) VIRGINIA MARIA BERNARDINO, matrícula nº 52738, a partir de 23/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2019, restando-lhe 6 (seis) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109262;
ar) VITOR VIEIRA MONTENEGRO, matrícula nº 52664, a partir de 28/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 17/07/2019 a 16/07/2024, restando-lhe 54 (cinquenta e quatro) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110625;
as) VIVIANNE ZENI BELTRAO, matrícula nº 52321, a partir de 16/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 648/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 22/05/2019 a 21/05/2024, restando-lhe 67 (sessenta e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110466;
at) WILDERROBSON RAUSIS, matrícula nº 14458, a partir de 16/04/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 552/2025 - SGP, alusiva ao período aquisitivo de 15/01/2018 a 14/01/2023, restando-lhe 10 (dez) dias para serem usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108469.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 699/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110631, originado em razão do protocolizado sob nº 0029546-53.2025.8.16.6000, resolve

R E T I F I C A R

a) a Ordem de Serviço nº 551/2025 - SGP, na parte referente à servidora CAMILA CAROLINE RAMOS MARCANTE, matrícula nº 17957, para que passe a constar que a data de início da Licença Especial se deu em 05/05/2025, e não como constou;
b) a Ordem de Serviço nº 613/2025 - SGP, na parte referente ao servidor WESLEY ANTONIO DE CARVALHO, matrícula nº 14752, para que passe a constar que a data de início da Licença Especial se deu em 10/04/2025, e não como constou.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA

Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 698/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110597, originado em razão do protocolizado sob nº 0029546-53.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

as servidoras e os servidores abaixo relacionados a usufruírem os dias restantes de licença especial, a partir das datas e em número de dias a seguir discriminados:
a) ADELIA AKIKO SATO, matrícula nº 51250, 6 (seis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 30/05/2017 a 29/05/2022, a partir de 14/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109729;
b) CARLOS JOSÉ CONCEICAO, matrícula nº 8131, 17 (dezessete) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 02/05/2016 a 01/05/2021, a partir de 24/07/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109855;
c) DANIELA CHIMENTON VIEIRA FERREIRA, matrícula nº 52340, 72 (setenta e dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 22/05/2019 a 21/05/2024, a partir de 05/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109073;
d) DENISE ALESSANDRA SILVEIRA, matrícula nº 13699, 12 (doze) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 03/07/2013 a 02/07/2018, a partir de 05/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108102;
e) DIATIUCA EMANUELA DE MOURA, matrícula nº 11246, 10 (dez) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 21/03/2010 a 20/03/2015, a partir de 12/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108219;
f) DIRCEU CARLOS SCHMIDT, matrícula nº 51928, 31 (trinta e um) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 15/04/2018 a 14/04/2023, a partir de 19/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108935;
g) EDSON PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº 14035, 11 (onze) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 24/07/2018 a 23/07/2023, a partir de 02/06/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110274;
h) EDUARDO ANTONIO BERGLER, matrícula nº 16462, 1 (um) dia restante alusivo ao período aquisitivo de 20/08/2012 a 19/08/2017, a partir de 30/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110415;
i) FABIANE TOMÉ, matrícula nº 52175, 75 (setenta e cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 20/01/2019 a 19/01/2024, a partir de 27/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109389;
j) FABIANO MACHADO DA SILVA, matrícula nº 50014, 2 (dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 01/09/2010 a 31/08/2015, a partir de 15/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00105848;
k) GRAZIELLE HARUMI MISSAWA, matrícula nº 52759, 6 (seis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/11/2015 a 09/11/2020, a partir de 05/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108218;
l) JAIRO QUERO, matrícula nº 10624, 80 (oitenta) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 18/11/2012 a 17/11/2017, a partir de 22/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00107518;
m) JOSIANE CAMPOS TEGON POMINI, matrícula nº 51156, 29 (vinte e nove) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 16/04/2017 a 15/04/2022, a partir de 28/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109468;
n) JOÃO RICARDO ZACARQUIM SIQUEIRA, matrícula nº 51178, 2 (dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 25/06/2015 a 24/06/2020, a partir de 29/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108857;
o) JULIO ANTONIO ROCHA, matrícula nº 11370, 11 (onze) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/05/2018 a 13/05/2023, a partir de 03/02/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00047126;
p) KARINA GRACIELA RICHTER, matrícula nº 13912, 68 (sessenta e oito) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 21/07/2018 a 20/07/2023, a partir de 29/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00106115;
q) LARISSA CRUZ TOSCANI TEMPO MARTINS, matrícula nº 50085, 5 (cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 27/10/2015 a 26/10/2020, a partir de 22/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00103601;
r) LEANDRO LUIZ MARQUES, matrícula nº 50312, 10 (dez) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2020, a partir de 30/06/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108872;
s) LEONARDO VINICIUS STRAUB CRESTANI, matrícula nº 50419, 7 (sete) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 16/12/2015 a 15/12/2020, a partir de 14/07/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108800;
t) LORISETE CLARA STRIEDER, matrícula nº 14420, 88 (oitenta e oito) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 12/01/2019 a 11/01/2024, a partir de 26/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108437;
u) LUCIA EMIKO AMAMIA FUJIHARA, matrícula nº 51202, 3 (três) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/05/2017 a 13/05/2022, a partir de 05/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108481;
v) MARCELY CAMILLA WALKER FAIS, matrícula nº 14615, 80 (oitenta) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 31/08/2019 a 30/08/2024, a partir de 25/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109255;
w) MARCIO HITOMI HISATUGU, matrícula nº 13692, 16 (dezesseis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 02/07/2018 a 01/07/2023, a partir de 12/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00107238;
x) MARCO ANTONIO BIGLIATTO, matrícula nº 52543, 56 (cinquenta e seis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 07/07/2019 a 06/07/2024, a partir de 23/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00107950;
y) MARIA ANGELICA TERAHATA, matrícula nº 13429, 2 (dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 20/12/2012 a 19/12/2017, a partir de 29/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109456;
z) MARIANA CESCO RIBEIRO, matrícula nº 14189, 2 (dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 01/09/2018 a 31/08/2023, a partir de 28/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00107843;
aa) MARIANA PIANARO CHEMIN, matrícula nº 13296, 29 (vinte e nove) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/11/2012 a 13/11/2017, a partir de 22/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00103397;
ab) MARTA NAOMI ISHIGAMI KAZAMA, matrícula nº 17228, 47 (quarenta e sete) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 31/07/2018 a 30/07/2023, a partir de 05/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00107916;
ac) NAIR MAGALHAES DE CAMARGO, matrícula nº 52350, 5 (cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 30/05/2014 a 29/05/2019, a partir de 05/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00107463;
ad) NINA ROMILDA GUILLAND, matrícula nº 52666, 75 (setenta e cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/07/2019 a 13/07/2024, a partir de 11/08/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108698;
ae) OSCAR VINICIUS CORDEIRO, matrícula nº 14340, 57 (cinquenta e sete) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 05/01/2019 a 04/01/2024, a partir de 28/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109988;
af) RAPHAEL FERNANDO DOS SANTOS, matrícula nº 50652, 65 (sessenta e cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 21/01/2016 a 20/01/2021, a partir de 28/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108629;
ag) RODRIGO ABBUD CANOVA, matrícula nº 17927, 67 (sessenta e sete) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/11/2019 a 09/11/2024, a partir de 14/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108092;
ah) SANDRA MEGUMI YAMAOKA FUJIKAWA, matrícula nº 51338, 27 (vinte e sete) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 02/07/2017 a 01/07/2022, a partir de 12/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109603;
ai) STAEL MARIA PATITUCCI, matrícula nº 9106, 4 (quatro) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 15/03/2013 a 14/03/2018, a partir de 22/04/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109469;
aj) WAGNER PAULO MARTINS, matrícula nº 10656, 5 (cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 19/12/2007 a 18/12/2012, a partir de 12/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00109225.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 696/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00110586, originado em razão do protocolizado sob nº 0029546-53.2025.8.16.6000, resolve

C O N C E D E R

LICENÇA ESPECIAL às servidoras abaixo relacionadas, a ser usufruída a partir das datas e em número de dias a seguir discriminados:
a) ANDREZZA NAIMA ATTUY SCHMITT, matrícula nº 52167, 90 (noventa) dias alusivos ao período aquisitivo de 07/01/2019 a 06/01/2024, a partir de 27/05/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108502;

b) ROSEMARI NOVELLETTO COSTA ROSA, matrícula nº 7824, 90 (noventa) dias alusivos ao período aquisitivo de 12/03/2020 a 11/03/2025, a partir de 09/06/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00108198;

c) SIBELE HEIL DOS SANTOS, matrícula nº 10661, 90 (noventa) dias alusivos ao período aquisitivo de 01/07/2019 a 30/06/2024, a partir de 02/06/2025, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110523.

Curitiba, 5 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 708/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00119627, originado em razão do protocolizado sob nº 0031338-42.2025.8.16.6000, resolve

C O N C E D E R

a) ao servidor DENER ROCHA BEBIANO, matrícula nº 17294, ocupante do cargo de Assessor de Desembargador do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, licença paternidade, por 5 (cinco) dias, a partir de 07/04/2025, bem como 15 (quinze) dias em prorrogação, no período de 12/04/2025 a 26/04/2025, com fulcro no artigo 122 da Lei Estadual nº 16.024/2008 e no art. 18 do Decreto Judiciário nº 858/2018;

b) ao servidor TIAGO MALFATI FAVARIN, matrícula nº 16592, ocupante do cargo de Assistente II de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, licença paternidade, por 5 (cinco) dias, a partir de 25/04/2025, bem como 15 (quinze) dias em prorrogação, no período de 30/04/2025 a 14/05/2025, com fulcro no artigo 122 da Lei Estadual nº 16.024/2008 e no art. 18 do Decreto Judiciário nº 858/2018.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO MÁRIO DITTRICH BILIERI, DA 1ª SEÇÃO JUDICIÁRIA COM SEDE NO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 1784/2025
SEI!TJPR N° 0020075-13.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 13/05/2025
LOCAL: Gabinete do Juiz de Direito Substituto Mário Dittrich Bilieri, situado no 11º andar do Fórum Cível II.
ENDEREÇO: Rua Mateus Leme, 1142, São Francisco, Curitiba.

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	HORÁRIO
3212680-8	BRUNO FUCCI ADAD	9.00	16h00min
3212099-1	RODRIGO KUENZER ANDRADE	6.50	16h30min

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SEÇÃO DE ARQUIVO TÉCNICO E ATAS DE ARQUITETURA DA DIVISÃO DE PROJETOS DA COORDENADORIA DE EDIFICAÇÕES E INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

EDITAL N° 1764/2025
SEI!TJPR N° 0011147-73.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3209063-6	LEONARDO CANIATO MARTIOLI	8,35
2	3208005-4	HELBERT GONZALO LOZADA RAMOS	8,35

Curitiba, 6 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
UNIDADE DE CEJUSC DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA FUNDIÁRIO DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 1756/2025

SEI!TJPR N° 0026600-11.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 5º (quinto) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 1 (uma) questão objetiva avaliada em 4 (quatro) pontos e 1 (uma) questão discursiva avaliada em 6 (seis) pontos.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 15 (quinze) melhores classificados.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
1. Direito Constitucional:
a) Princípios Fundamentais;
b) Direitos Fundamentais;
c) Direitos Humanos;
d) Direitos Individuais;

e) Organização do Estado Político-Administrativo;
f) Organização dos Poderes.
2. Atualidades:
a) Déficit Habitacional no Brasil;
b) Ocupações Irregulares;
c) Conflitos Possessórios Coletivos;
d) ADPF n. 828-STF;
e) Resolução n. 510/2023-CNJ.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS DA COORDENADORIA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL N° 1768/2025
SEI!TJPR N° 0005944-33.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 15/05/2025
HORÁRIO: das 14h00min às 18h00min
LOCAL: Escola Judicial do Paraná (EJUD), sala 213
ENDEREÇO: Rua Álvaro Ramos, nº 150, 2º andar, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-190

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3203961-6	BRUNO BATINGA FERNANDES DE SOUZA
3201872-8	FERNANDA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA
3202359-5	JOÃO AUGUSTO GARCIA CARDOSO
3202303-1	JOÃO VITOR GLINSKI PIETZACK
3203518-0	LARISSA BECKER ANDERS
3202050-5	LEANDRO ALBONETI ALVES
3201968-9	LETICIA SILMARA BINO KIEM
3202274-7	MELISSA HANSAUL SILVA
3201865-0	PEDRO VALL NETO

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DE GUARAPUAVA

EDITAL N° 1767/2025
SEI!TJPR N° 0019154-54.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 14/05/2025
HORÁRIO: das 09h30min às 12h30min
LOCAL:Fórum da Comarca de Guarapuava, Sala de Videoconferência
ENDEREÇO: Avenida Manoel Ribas, nº 500, Santana, Guarapuava-PR, CEP 85.070-180

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3218789-4	ALISSON FALCAO FIDEL
3217353-0	ANDRESSA DE FATIMA MENDES OLIVEIRA
3217276-8	BIANKA GABRIELLY DE LIMA
3217241-7	GABRIELLY SEMCZYSZYN VINHARSKI
3218599-7	KEMILLY THAYNARA CLERICE

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DO JUÍZO ÚNICO DE TOMAZINA

EDITAL N° 1757/2025
SEI!TJPR N° 0015902-43.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 12/05/2025
HORÁRIO: 12h30min
LOCAL: Online | Plataforma Microsoft Teams
LINK: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3a9834c427d22147269dc4f8cf8c52e9b1%40thread.tacv2/1746477448968?context=%7b%22Tid%22%3a%22dc46817f-406a-4406-a6f7-d15fbc6aa7a0%22%2c%22Oid%22%3a%22a97e1237-e101-4835-98fc-06c73a7af874%22%7d

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA
3203891-6	ANA CAROLINA CAETANO DA SILVA	8.00
3203889-0	ANA CLARA SIMOES WAHL	6.00

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE CAPANEMA

EDITAL N° 1760/2025
SEI!TJPR N° 0017642-36.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 15/05/2025
HORÁRIO: 14h00min
LOCAL: Online | Plataforma Microsoft Teams.
LINK: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGQ4YjQ2MzItZjUyNC00ZTlhLWEyY2MtMTU5Y2EyNjVkN2Nl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22dc46817f-406a-4406-a6f7-d15fbc6aa7a0%22%2c%22Oid%22%3a%2218f69cbc-cc3c-4597-9d81-a712226fda67%22%7d

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	RESERVA
3208455-9	SILVANA COSTA LIMA	10.00	2.1.1
3207768-3	FABIO LUIZ DE FRANCA FILHO	10.00	
3210291-2	INGRID TAINA WOLFART	10.00	
3207627-9	GABRIELLI VITÓRIA BANFI	10.00	
3213666-8	IVANDRA APARECIDA MARCHIORO WAGNER	9.00	
3207153-0	KEROLYN TAINA SARASSA	6.00	

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

EDITAL N° 1765/2025
SEI!TJPR N° 0018729-27.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 14/05/2025
HORÁRIO: A partir das 14h00min.
LOCAL: Fórum da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Sala de Audiências da Vara de Expansão.
ENDEREÇO: Rua Paraíba, nº 541, 2ª andar, Centro, CEP 85.960-126, Marechal Cândido Rondon/PR.

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	RESERVA
3212836-8	BRUNO BORDIGNON VOLPATO	8.00	
3214396-5	LUCAS GUILLAND PACHECO	7.50	
3212829-6	TIAGO PINTO CARDOSO	7.50	2.1.1
3213204-8	KAROL DANIELLY BRAZ PINTO	7.00	
3213099-6	ANA LUIZA SCHMITT	6.50	

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

EDITAL N° 1781/2025
SEI!TJPR N° 0021298-98.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 14/05/2025
HORÁRIO: 14h00min
LOCAL: Secretaria dos Juizados Especiais.
ENDEREÇO: Rua Paraíba, 541 - Fórum.

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA
3212383-6	MAICO HENRIQUE KUHN	9.00

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE JAGUAPITÃ

EDITAL N° 1754/2025
SEI!TJPR N° 0031095-98.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 1º (primeiro) ao 9º (nono) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 15 (quinze) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 4 (quatro) questões discursivas avaliadas em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 04h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Civil; Direito Processual Civil; Direito Penal; Direito Processual Penal; Noções de Direito Constitucional; Lei nº 9.099/95.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações

Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
NÚCLEO REGIONAL DE LONDRINA DA DIVISÃO DE NÚCLEOS REGIONAIS DE INFORMÁTICA DA COORDENADORIA DE QUALIDADE E RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EDITAL N° 1766/2025
SEI!TJPR N° 0021068-56.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de retificação de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
No Edital de Abertura passa a constar, e não como constou, o seguinte item:
4.3.1. As inscrições serão reabertas e ficarão disponíveis por mais 20 (vinte) dias na página do processo seletivo, de 16/05/2025 a 04/06/2025.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL N° 1761/2025
SEI!TJPR N° 0018263-33.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3208570-6	LUANA VENET TAMBOSI	8,75
2	3207728-5	LETICIA SILMARA BINO KIEM	8,50
3	3208750-5	CARLA SILVANA DA LUZ ALMEIDA	7,75
4	3207763-1	ILIO NIKOLAS VENET	7,50

Curitiba, 6 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE ANDIRÁ

EDITAL N° 1785/2025
SEI!TJPR N° 0018465-10.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 15/05/2025
HORÁRIO: 14h00min
LOCAL: Fórum De Andirá, No Gabinete Da Juíza Diretora Do Fórum, Dra. Tatiana Monteiro Furtado De Mendonça.
ENDEREÇO: Rua Ivaí, n° 515.

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA
3211403-0	LUCAS ELIAS CRUZ SIMAO	7.75
3208253-8	GABRIEL HENRIQUE FONSECA ZANELATO	6.25

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DA LAPA

EDITAL N° 1786/2025
SEI!TJPR N° 0020493-48.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 15/05/2025
LOCAL: Sala do tribunal do júri do fórum da comarca da Lapa.
ENDEREÇO: Av. João Joslin do Valle, 1.240, Jardim Cidade Nova, CEP 83.752-201, Lapa-PR.

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	HORÁRIO
3211509-6	BETINA SPANCERSKI BATISTA	9.00	13h30min
3211478-9	ARAMIS JOSÉ REICHERT GORNISKI	8.50	13h45min
3210985-6	ARTHUR MARSOLEK NUNES	7.50	14h00min
3212533-1	THIAGO FERNANDO FLEITER	7.50	14h15min
3211175-3	JOÃO VICTOR FIGURA GOMES	7.00	14h30min
3211188-0	JULIANA CORDEIRO DE SOUZA	7.00	14h45min
3210562-9	ANA LETICIA ALVES GONÇALVES	6.50	15h00min
3212328-8	CLEIDE CLICIANE PINTO	6.50	15h15min
3212181-7	THAMIRES CANS DOS SANTOS	6.00	15h30min

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA 12ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL
DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 1775/2025
SEI!TJPR N° 0031361-85.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 3º (terceiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 10 (dez) questões objetivas avaliadas em 0,9 (zero vírgula nove) ponto cada e 1 (uma) questão discursiva avaliada em 1 (um) ponto.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Penal.
Direito Processual Penal.
Direito Constitucional.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
DIVISÃO DE PROJETOS DA COORDENADORIA DE EDIFICAÇÕES E INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

EDITAL N° 1772/2025
SEI!TJPR N° 0031455-33.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Arquitetura e Urbanismo, cursando do 4º (quarto) ao 6º (sexto) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 15 (quinze) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 20 (vinte) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero vírgula cinco) ponto cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.
7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.
8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO
8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.
9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO
9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.
10. DAS VEDAÇÕES
10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Domínio da utilização do microcomputador como usuário.
Domínio do software AutoCAD.
Utilização do software Google SketchUp.
Desenho técnico e representação gráfica de projetos de arquitetura.
conhecimento de elaboração de projetos de edificações (NBR 3531/1995); elaboração de planta baixa, cortes, fachadas, planta de cobertura, planta de situação, planta de localização, planta de layout.
Levantamento arquitetônico de edificações.
Conhecimento básico de normas técnicas de acessibilidade.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DA DESEMBARGADORA ASTRID MARANHÃO DE CARVALHO RUTHES

EDITAL N° 1762/2025
SEI!TJPR N° 0019778-06.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESERVA
1	3211730-5	BEATRIZ JANSEN DA MAIA	8,00	
2	3211492-6	RHAYANNI DA CRUZ BRANDÃO	7,50	2.1.1

Curitiba, 6 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO

EDITAL N° 1753/2025
SEI!TJPR N° 0031070-85.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 5º (quinto) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.
1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 5 (cinco) questões objetivas avaliadas em 1 (um) ponto cada e 4 (quatro) questões discursivas avaliadas em 1,25 (um vírgula vinte e cinco) ponto cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.

9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.

9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.

9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.

9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:

9.7.1. documento de Registro Geral (RG);

9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;

9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;

9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;

9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.

10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Civil.
Processo Civil.
Direito Constitucional.
Direito Administrativo.
Direito do Consumidor.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO CRIME DO JUÍZO ÚNICO DE CORONEL VIVIDA

EDITAL N° 1498/2025
SEI!TJPR N° 0026272-81.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de pós-graduação em Direito.
1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R$ 3.198,21 (três mil cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 15 (quinze) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 10 (dez) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero vírgula cinco) ponto cada e 5 (cinco) questões discursivas avaliadas em 1 (um) ponto cada.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8.1. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;
8.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);
8.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.10 a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.

9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES
10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.1.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Constituição Federal.
Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - Parte Geral - artigos 33 a 120.
Decreto-Lei nº 3.689, de 3 De outubro De 1941 - Código de Processo Penal.
Título II: Do Inquérito Policial - artigos 4 a 23.
Título III: Da Ação Penal - artigos 24 a 62.
Lei 11340/2006.
Lei 11343/2006.
Código de Normas do Foro Judicial do Paraná.
Estatuto da Criança e do Adolescente.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO FORO REGIONAL DE MANDAGUARI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EDITAL N° 1704/2025
SEI!TJPR N° 0029836-68.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 3º (terceiro) ao 7º (sétimo) semestre no ato da inscrição.
1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as

competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 10 (dez) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
5. DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 5 (cinco) questões objetivas avaliadas em 1 (um) ponto cada e 5 (cinco) questões discursivas avaliadas em 1 (um) ponto cada.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).
6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.
7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.
8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO
8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.
9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO
9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário. Crimes em espécie do Código Penal c/c Lei Maria da Penha, Lei dos Juizados Especiais Criminais, Alimentos, Dosimetria da Pena, Divórcio, Inquérito Policial, ECA (medidas socioeducativas, medidas de proteção e destituição do poder familiar), Prisão em Flagrante, Concurso de Crimes, Tipos de Ação Penal, Reincidência, Prescrição.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS, MEDIDAS ALTERNATIVAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 1769/2025
SEI!TJPR N° 0031099-38.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de pós-graduação em Direito.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R$ 3.198,21 (três mil cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 4 (quatro) questões discursivas avaliadas em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;
8.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);
8.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.10 a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.1.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Conhecimentos Gerais.
Língua portuguesa: domínio da ortografia oficial e dos mecanismos de coesão textual.
Noções de Direito Constitucional. Noções de criminologia. Noções de filosofia jurídica. Noções de sociologia jurídica. Direito Penal. Princípios do Direito Penal. Penas. Medidas de segurança. Lei Antimanicomial (Lei n. 10.216/2001). Resolução n. 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça. Extinção da punibilidade. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Execução Penal. Princípios da Execução Penal. Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984). Código Penal, Código de Processo Penal e leis especiais com

repercussão na execução penal. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO
EM 2º GRAU CARLOS MAURÍCIO FERREIRA

EDITAL N° 1759/2025
SEI!TJPR N° 0004298-85.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3200882-1	LAURA BERNIERI GEMAEL	8,00
2	3200966-9	IZABELLA SILVA MOREIRA MENON	7,50

Curitiba, 6 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO CENTRO DE MEDIDAS SOCIALMENTE ÚTEIS DO FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

EDITAL N° 1618/2025
SEI!TJPR N° 0014093-18.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 07/05/2025
LOCAL: 4º. Andar do Fórum de Cambé (CEMSU/CEJUSC)

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	RESERVA	HORÁRIO
3208232-2	EMELY KAORI OBUTI	8.25		14h30min
3211075-2	LETÍCIA MARIA PEREIRA SIQUEIRA	8.00		14h50min
3203561-2	LUIZ HENRIQUE MARIANO DE ARAUJO	7.25	2.1.1	15h10min
3210380-3	FELIPE ABRAÃO REVERSSO	6.75		15h30min
3211349-1	RUANNY FERNANDA DE CAMARGO CASTRO	6.60		15h50min
3210839-8	BÁRBARA DA SILVA TAVARES	6.50		16h10min
3210332-7	JULIA POLICARPO SOLCIA	6.40		16h30min
3211157-1	GEOVANA GABRIELLA DOS SANTOS	6.00		16h50min

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 29 de abril de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO 2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE CASCAVEL

EDITAL N° 1778/2025
SEI!TJPR N° 0021172-48.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 13/05/2025
HORÁRIO: 14h00min
LOCAL: Online | Plataforma Microsoft Teams
LINK: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_N2U2YTgwY2QtNDU5OC00MDZjLThjNmMtZTlzYzc4MmQ0MmQ3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22dc46817f-406a-4406-a6f7-d15fbc6aa7a0%22%2c%22Oid%22%3a%22caaa4d67-e595-4964-88e8-5dfbc0f56ef1%22%7d

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	RESERVA
3211942-8	GEAN MARIO DO AMARAL	8.50	
3211903-9	JÉSSICA PUFE DE SOUZA NICHETTI	7.50	2.1.1
3211877-3	ANNE CAROLLINE PATRICIA DA SILVA	5.00	2.1.1

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EDITAL N° 1758/2025
SEI!TJPR N° 0016858-59.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3204251-0	MIGUEL DE MOURA PENTEADO	9,07
2	3205727-6	EDUARDA BOEING	8,95
3	3204574-0	MARIA EDUARDA VELASCO	8,40
4	3204929-8	MILENA MONDEK	7,80
5	3206992-7	KARLA BEATRIZ BORGES TEIXEIRA	7,25
6	3204259-9	CARLOS HENRIQUE JURAZEKI JUNIOR	7,19
7	3204912-8	RAFAELA MARTINS MATUMOTO	7,14
8	3204768-5	KAUANA LOPES DE OLIVEIRA	6,63
9	3206422-2	GABRIELLA ZANI ABREU	6,39
10	3204901-9	JULIA SOLA FAGAN	6,35

Curitiba, 6 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

Departamento do Patrimônio

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITTUCIONAIS

DESPACHO Nº 1190/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJST
RELAÇÃO Nº 01/2025

PROTOCOLO: DOCUMENTO 11672948 - SEI 0155194-14.2023.8.16.6000
INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DESPACHO:
I - Trata-se de análise complementar aos pedidos formulados pela empresa **BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA**. no documento nº 11512147, especificamente quanto aos pleitos de reajuste/reequilíbrio do item "Seguro de Vida" e de atualização/reequilíbrio referente ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP), relativos ao Contrato nº 17/2024.
II - A Decisão nº 1568681 já deferiu os pedidos de repactuação e reajuste de insumos, com base no Parecer nº 103/2025 (11568667).
III - No que tange ao pedido referente ao **Seguro de Vida**, acolho o Parecer nº 1555/2025 (11672900), exarado pela Supervisão Jurídica de Serviços Terceirizados da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário da Secretaria de Contratações Institucionais, para **INDEFERIR** o pleito, tendo em vista que a cláusula contratual de reajuste (Cláusula 7.16) aplica-se somente a insumos, categoria na qual não se enquadra o seguro de vida, e, ademais, não restou demonstrada a ocorrência de álea extraordinária que justificasse o reequilíbrio econômico-financeiro nos termos dos artigos 124, II, 'd', e 134 da Lei nº 14.133/2021.
IV - Quanto ao pedido de reequilíbrio referente ao **Fator Acidentário de Prevenção (FAP)**, acolho, igualmente, o aludido Parecer Jurídico para **INDEFERIR** o pleito, pois a variação do FAP está diretamente ligada ao desempenho da própria Contratada em relação à prevenção de acidentes de trabalho, não configurando fato imprevisível, extraordinário e alheio à sua vontade, capaz de ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos dos artigos 124, II, 'd', e 134 da Lei nº 14.133/2021.
V - À Divisão de Contratos com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra da Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços da Secretaria de Contratações Institucionais para notificar a Contratada acerca da presente Decisão.
VI - À Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados da Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços da Secretaria de Contratações Institucionais para ciência
VII - Publique-se.

Em 23 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 132/2025

SEI!TJPR Nº 0005056-64.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11713210
Dispensa nº 89/2025
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para o **MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.584/0001-21, com endereço na Rua Quinze de Novembro, 1458, Bairro Centro, Tijucas do Sul/PR, telefone: (41) 3629-1186, e-mail: gabinete@tijucasdosul.pr.gov.br, representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. **JOSÉ ALTAIR MOREIRA**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11684244, para o DONATÁRIO, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	555479	152129	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
2	555485	152135	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
3	555503	152153	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
4	555752	152402	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
5	555854	152504	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
6	555978	152628	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
7	555990	152640	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
8	555991	152641	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
9	555998	152648	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
10	556085	152735	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
11	556188	152838	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
12	556202	152852	Monitor de Vídeo	Itautec (LG) W1942PE - 19"
13	579222	154619	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
14	579233	154630	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
15	579246	154643	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
16	579259	154656	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
17	579283	154680	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
18	579299	154696	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
19	579345	154742	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
20	579361	154758	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
21	579377	154774	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
22	579378	154775	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
23	579380	154777	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
24	579381	154778	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
25	579388	154785	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
26	579398	154795	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
27	579407	154804	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
28	579413	154810	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
29	579416	154813	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
30	579417	154814	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
31	579422	154819	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
32	579425	154822	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
33	579426	154823	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
34	579427	154824	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
35	579431	154828	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
36	579432	154829	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"

37	579433	154830	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
38	579434	154831	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
39	579438	154835	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
40	579439	154836	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
41	579441	154838	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
42	579443	154840	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
43	579447	154844	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
44	579448	154845	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
45	579449	154846	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
46	579450	154847	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
47	579486	154883	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
48	579508	154905	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
49	579509	154906	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
50	579528	154925	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
51	579589	154986	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
52	579592	154989	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
53	579594	154991	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
54	579598	154995	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
55	579599	154996	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
56	579600	154997	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
57	579615	155012	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
58	579617	155014	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
59	579618	155015	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
60	579621	155018	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
61	579622	155019	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
62	579623	155020	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
63	579624	155021	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
64	579626	155023	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
65	579628	155025	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
66	579630	155027	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
67	579631	155028	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
68	579634	155031	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
69	579635	155032	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
70	579636	155033	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
71	579638	155035	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
72	579640	155037	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
73	579642	155039	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
74	579645	155042	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
75	579646	155043	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
76	579648	155045	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
77	579649	155046	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
78	579650	155047	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
79	579654	155051	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
80	579655	155052	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
81	579656	155053	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
82	579657	155054	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
83	579660	155057	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
84	579663	155060	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
85	579665	155062	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
86	579668	155065	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
87	579670	155067	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
88	579671	155068	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
89	579676	155073	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
90	579677	155074	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
91	579679	155076	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
92	579689	155086	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
93	579696	155093	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
94	579698	155095	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
95	579702	155099	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
96	579703	155100	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
97	579706	155103	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
98	579710	155107	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
99	579713	155110	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
100	579717	155114	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
101	579744	155141	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
102	579768	155165	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
103	579783	155180	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
104	579796	155193	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
105	579818	155215	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
106	579842	155239	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
107	579846	155243	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
108	579877	155274	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
109	579923	155320	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
110	579940	155337	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
111	580025	155422	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
112	580029	155426	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
113	580031	155428	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
114	580040	155437	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
115	580097	155494	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
116	580100	155497	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
117	580187	155584	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
118	580200	155597	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
119	580202	155599	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
120	580207	155604	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
121	580221	155618	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
122	580259	155656	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"

123	580298	155695	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
124	580312	155709	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
125	580420	155817	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
126	580509	155906	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
127	580644	156041	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
128	580662	156059	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
129	580664	156061	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
130	580676	156073	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
131	580680	156077	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
132	580691	156088	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
133	580695	156092	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
134	580704	156101	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
135	580714	156111	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
136	580719	156116	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
137	580763	156160	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
138	580815	156212	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
139	580850	156247	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
140	580902	156299	Microcomputador	Positivo Master - D540
141	580924	156321	Microcomputador	Positivo Master - D540
142	580974	156371	Microcomputador	Positivo Master - D540
143	580983	156380	Microcomputador	Positivo Master - D540
144	580986	156383	Microcomputador	Positivo Master - D540
145	581017	156414	Microcomputador	Positivo Master - D540
146	581084	156481	Microcomputador	Positivo Master - D540
147	581086	156483	Microcomputador	Positivo Master - D540
148	581088	156485	Microcomputador	Positivo Master - D540
149	581090	156487	Microcomputador	Positivo Master - D540
150	581110	156507	Microcomputador	Positivo Master - D540
151	581111	156508	Microcomputador	Positivo Master - D540
152	581130	156527	Microcomputador	Positivo Master - D540
153	581138	156535	Microcomputador	Positivo Master - D540
154	581180	156577	Microcomputador	Positivo Master - D540
155	581252	156649	Microcomputador	Positivo Master - D540
156	581294	156691	Microcomputador	Positivo Master - D540
157	581322	156719	Microcomputador	Positivo Master - D540
158	581325	156722	Microcomputador	Positivo Master - D540
159	581348	156745	Microcomputador	Positivo Master - D540
160	581350	156747	Microcomputador	Positivo Master - D540
161	581354	156751	Microcomputador	Positivo Master - D540
162	581360	156757	Microcomputador	Positivo Master - D540
163	581365	156762	Microcomputador	Positivo Master - D540
164	581366	156763	Microcomputador	Positivo Master - D540
165	581368	156765	Microcomputador	Positivo Master - D540
166	581372	156769	Microcomputador	Positivo Master - D540
167	581377	156774	Microcomputador	Positivo Master - D540
168	581406	156803	Microcomputador	Positivo Master - D540
169	581411	156808	Microcomputador	Positivo Master - D540
170	581418	156815	Microcomputador	Positivo Master - D540
171	581431	156828	Microcomputador	Positivo Master - D540
172	581445	156842	Microcomputador	Positivo Master - D540
173	581459	156856	Microcomputador	Positivo Master - D540
174	581460	156857	Microcomputador	Positivo Master - D540
175	581462	156859	Microcomputador	Positivo Master - D540
176	581513	156910	Microcomputador	Positivo Master - D540
177	581517	156914	Microcomputador	Positivo Master - D540
178	581520	156917	Microcomputador	Positivo Master - D540
179	581540	156937	Microcomputador	Positivo Master - D540
180	581551	156948	Microcomputador	Positivo Master - D540
181	581554	156951	Microcomputador	Positivo Master - D540
182	581563	156960	Microcomputador	Positivo Master - D540
183	581608	157005	Microcomputador	Positivo Master - D540
184	581670	157067	Microcomputador	Positivo Master - D540
185	581686	157083	Microcomputador	Positivo Master - D540
186	581709	157106	Microcomputador	Positivo Master - D540
187	581717	157114	Microcomputador	Positivo Master - D540
188	581724	157121	Microcomputador	Positivo Master - D540
189	581729	157126	Microcomputador	Positivo Master - D540
190	581758	157155	Microcomputador	Positivo Master - D540
191	581763	157160	Microcomputador	Positivo Master - D540
192	581823	157220	Microcomputador	Positivo Master - D540
193	581824	157221	Microcomputador	Positivo Master - D540
194	581830	157227	Microcomputador	Positivo Master - D540
195	581833	157230	Microcomputador	Positivo Master - D540
196	581923	157320	Microcomputador	Positivo Master - D540
197	581940	157337	Microcomputador	Positivo Master - D540
198	582024	157421	Microcomputador	Positivo Master - D540
199	582120	157517	Microcomputador	Positivo Master - D540
200	582261	157658	Microcomputador	Positivo Master - D540
201	582279	157676	Microcomputador	Positivo Master - D540
202	582280	157677	Microcomputador	Positivo Master - D540
203	582291	157688	Microcomputador	Positivo Master - D540
204	582304	157701	Microcomputador	Positivo Master - D540
205	582346	157743	Microcomputador	Positivo Master - D540
206	582406	157803	Microcomputador	Positivo Master - D540
207	582468	157865	Microcomputador	Positivo Master - D540
208	582485	157882	Microcomputador	Positivo Master - D540

209	582514	157911	Microcomputador	Positivo Master - D540
210	582535	157932	Microcomputador	Positivo Master - D540
211	582585	157982	Microcomputador	Positivo Master - D540
212	614380	158682	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2011PX - 20"
213	615534	158729	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
214	615564	158759	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
215	615600	158795	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
216	615634	158829	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
217	615658	158853	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
218	615677	158872	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
219	615698	158893	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
220	615699	158894	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
221	615774	158969	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
222	615786	158981	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
223	615788	158983	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
224	615792	158987	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
225	615794	158989	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
226	615796	158991	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
227	615798	158993	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
228	615799	158994	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
229	615801	158996	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
230	615803	158998	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
231	615805	159000	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
232	615860	159055	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
233	615895	159090	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
234	615926	159121	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
235	615933	159128	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
236	615939	159134	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
237	616027	159222	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
238	616028	159223	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
239	616108	159303	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
240	616123	159318	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
241	616147	159342	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
242	616154	159349	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
243	616160	159355	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
244	616182	159377	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
245	616194	159389	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
246	616209	159404	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
247	616225	159420	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
248	616279	159474	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
249	616280	159475	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
250	616281	159476	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
251	616283	159478	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
252	616284	159479	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
253	616288	159483	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
254	616289	159484	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
255	616291	159486	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
256	616293	159488	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
257	616295	159490	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
258	616298	159493	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
259	616300	159495	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
260	616304	159499	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
261	616307	159502	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
262	616309	159504	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
263	616314	159509	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
264	616316	159511	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
265	616319	159514	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
266	616322	159517	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
267	616324	159519	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
268	616326	159521	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
269	616327	159522	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
270	616328	159523	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
271	616337	159532	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
272	616340	159535	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
273	616341	159536	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
274	616350	159545	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
275	616355	159550	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
276	616363	159558	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
277	616365	159560	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
278	616366	159561	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
279	616371	159566	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
280	616377	159572	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
281	616384	159579	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
282	616395	159590	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
283	616397	159592	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
284	616398	159593	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
285	616402	159597	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
286	616407	159602	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
287	616415	159610	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
288	616416	159611	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
289	616422	159617	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
290	616423	159618	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
291	616426	159621	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
292	616427	159622	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
293	616432	159627	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
294	616436	159631	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"

295	616441	159636	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
296	616443	159638	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
297	616446	159641	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
298	616448	159643	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
299	616550	159745	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
300	616569	159764	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
301	616582	159777	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
302	616604	159799	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
303	616658	159853	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
304	616683	159878	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
305	616714	159909	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
306	616742	159937	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
307	616777	159972	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
308	616797	159992	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
309	616799	159994	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
310	616832	160027	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
311	616837	160032	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
312	616850	160045	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
313	616923	160118	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
314	616975	160170	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
315	616984	160179	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
316	617033	160228	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
317	617073	160268	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
318	617123	160318	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
319	617131	160326	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"
320	617241	160436	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - 20M35PD-D - 20"

Em 07/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 129/2025

SEI!TJPR Nº 0004904-16.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11709575
Dispensa nº 86/2025
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para a **SANTA CASA DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ sob nº 79.724.423/0001-04, com endereço na Rua Rio Grande do Sul, 2425, Bairro Centro, Paranavaí/PR, telefone: (44) 3421-8300, e-mail: administracao@santacasapvai.com.br, representada por seu presidente, Sr. **RENATO AUGUSTO PLATZ GUIMARÃES**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:.
CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11559904, para o DONATÁRIO, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	516994	446931	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
2	517207	447144	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
3	517894	447831	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
4	517914	447851	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
5	518226	448163	Microcomputador	Positivo Master - D550
6	518280	448217	Microcomputador	Positivo Master - D550
7	518382	448319	Microcomputador	Positivo Master - D550
8	518395	448332	Microcomputador	Positivo Master - D550
9	522368	451260	Microcomputador	Positivo Master - D550
10	522458	451350	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
11	522646	451538	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
12	523092	451984	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
13	523134	452026	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
14	523460	452352	Microcomputador	Positivo Master - D550
15	523638	452530	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
16	524871	453609	Monitor de Vídeo	Samsung - BX2240 - 22"
17	524927	453665	Monitor de Vídeo	Samsung - BX2240 - 22"
18	528428	456979	Microcomputador	Positivo Master - D550
19	528500	457051	Microcomputador	Positivo Master - D550
20	528737	457288	Microcomputador	Positivo Master - D550
21	529710	458261	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
22	529892	458443	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
23	530318	458869	Microcomputador	Positivo Master - D550
24	530448	458999	Microcomputador	Positivo Master - D550
25	530590	459141	Microcomputador	Positivo Master - D550
26	530614	459165	Microcomputador	Positivo Master - D550
27	530665	459216	Microcomputador	Positivo Master - D550
28	531845	460369	Microcomputador	Positivo Master - D550
29	531944	460468	Microcomputador	Positivo Master - D550
30	532405	460929	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
31	532487	461011	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
32	532596	461120	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"

33	533037	461561	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
34	533222	461746	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
35	533282	461806	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
36	547150	470572	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2241VPX - 22"
37	547372	470794	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2241VPX - 22"
38	548213	471635	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2241VPX - 22"
39	548338	471760	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2241VPX - 22"
40	548362	471784	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2241VPX - 22"
41	548368	471790	Monitor de Vídeo	Positivo (LG) - E2241VPX - 22"
42	548784	471956	Microcomputador	Positivo Master - D570
43	548920	472092	Microcomputador	Positivo Master - D570
44	574225	487606	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
45	574339	487720	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
46	574440	487821	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
47	574654	488035	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
48	574658	488039	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
49	574661	488042	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
50	574694	488075	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
51	574755	488136	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
52	575422	488803	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
53	575824	489205	Microcomputador	Positivo Master - D570A
54	576025	489406	Microcomputador	Positivo Master - D570A
55	576032	489413	Microcomputador	Positivo Master - D570A
56	576194	489575	Microcomputador	Positivo Master - D570A
57	576239	489620	Microcomputador	Positivo Master - D570A
58	576294	489675	Microcomputador	Positivo Master - D570A
59	576437	489818	Microcomputador	Positivo Master - D570A
60	576446	489827	Microcomputador	Positivo Master - D570A
61	576448	489829	Microcomputador	Positivo Master - D570A
62	576452	489833	Microcomputador	Positivo Master - D570A
63	576633	490014	Microcomputador	Positivo Master - D570A
64	576756	490137	Microcomputador	Positivo Master - D570A
65	591478	500219	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
66	591901	500642	Microcomputador	Positivo Master - D570A
67	591928	500669	Microcomputador	Positivo Master - D570A
68	591995	500736	Microcomputador	Positivo Master - D570A
69	592011	500752	Microcomputador	Positivo Master - D570A
70	592022	500763	Microcomputador	Positivo Master - D570A
71	598859	506950	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
72	610067	515588	Microcomputador	Positivo Master - D580
73	610068	515589	Microcomputador	Positivo Master - D580
74	610094	515615	Microcomputador	Positivo Master - D580
75	610103	515624	Microcomputador	Positivo Master - D580
76	610118	515639	Microcomputador	Positivo Master - D580
77	610694	516215	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
78	610752	516273	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
79	610754	516275	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
80	610832	516353	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"

Em 07/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 131/2025

SEI!TJPR Nº 0012011-14.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11712047
Dispensa nº 88/2025
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO PEDRO II**, inscrita no CNPJ sob nº 77.253.771/0001-15, com endereço na Av. Duque de Caxias, 5910, Bairro Alto São Francisco, Umuarama/PR, telefone: (44) 3622-5461, e-mail: colegiopedro@gmail.com, representada por sua presidente, Sra. **TATIANE BARROS NUNES**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11645657, para o DONATÁRIO, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	693878	174896	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
2	405006	365963	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
3	405489	366446	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
4	421619	373112	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
5	453710	398427	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
6	462539	407032	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
7	462540	407033	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
8	462541	407034	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
9	487957	422536	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
10	515518	445455	Microcomputador	Positivo Master - D550
11	515677	445614	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
12	517257	447194	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
13	517758	447695	Microcomputador	Positivo Master - D550
14	517769	447706	Microcomputador	Positivo Master - D550
15	517793	447730	Microcomputador	Positivo Master - D550
16	517795	447732	Microcomputador	Positivo Master - D550
17	517900	447837	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
18	518084	448021	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"

19	518144	448081	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
20	518149	448086	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
21	518167	448104	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
22	518188	448125	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
23	518215	448152	Microcomputador	Positivo Master - D550
24	510027	451110	Microcomputador	Positivo Master - D550
25	522582	451474	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
26	522593	451485	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
27	522709	451601	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
28	522711	451603	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
29	522730	451622	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
30	522791	451683	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
31	522809	451701	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
32	522810	451702	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
33	522841	451733	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
34	523003	451895	Microcomputador	Positivo Master - D550
35	523021	451913	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
36	523311	452203	Microcomputador	Positivo Master - D550
37	523393	452285	Microcomputador	Positivo Master - D550
38	527787	456338	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
39	527995	456546	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
40	528239	456790	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
41	528503	457054	Microcomputador	Positivo Master - D550
42	528614	457165	Microcomputador	Positivo Master - D550
43	528822	457373	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
44	528957	457508	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
45	528978	457529	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
46	529231	457782	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
47	529303	457854	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
48	529416	457967	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
49	529492	458043	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
50	529699	458250	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
51	529777	458328	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
52	529890	458441	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
53	529903	458454	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
54	530054	458605	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
55	530127	458678	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
56	530128	458679	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
57	530230	458781	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
58	530348	458899	Microcomputador	Positivo Master - D550
59	530571	459122	Microcomputador	Positivo Master - D550
60	530627	459178	Microcomputador	Positivo Master - D550
61	532010	460534	Microcomputador	Positivo Master - D550
62	532176	460700	Microcomputador	Positivo Master - D550
63	532213	460737	Microcomputador	Positivo Master - D550
64	532440	460964	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
65	532895	461419	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
66	533066	461590	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
67	547595	471017	Microcomputador	Positivo Master - D570
68	547657	471079	Microcomputador	Positivo Master - D570
69	548741	471913	Microcomputador	Positivo Master - D570
70	574856	488237	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
71	574887	488268	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
72	574921	488302	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
73	574935	488316	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
74	574942	488323	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
75	575060	488441	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
76	575116	488497	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
77	575969	489350	Microcomputador	Positivo Master - D570A
78	576021	489402	Microcomputador	Positivo Master - D570A
79	576128	489509	Microcomputador	Positivo Master - D570A
80	576137	489518	Microcomputador	Positivo Master - D570A
81	576170	489551	Microcomputador	Positivo Master - D570A
82	576172	489553	Microcomputador	Positivo Master - D570A
83	576181	489562	Microcomputador	Positivo Master - D570A
84	576626	490007	Microcomputador	Positivo Master - D570A
85	576630	490011	Microcomputador	Positivo Master - D570A
86	576658	490039	Microcomputador	Positivo Master - D570A
87	576664	490045	Microcomputador	Positivo Master - D570A
88	576665	490046	Microcomputador	Positivo Master - D570A

89	576676	490057	Microcomputador	Positivo Master - D570A
90	576711	490092	Microcomputador	Positivo Master - D570A
91	576719	490100	Microcomputador	Positivo Master - D570A
92	591743	500484	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
93	591747	500488	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
94	592231	500972	Microcomputador	Positivo Master - D570A
95	592233	500974	Microcomputador	Positivo Master - D570A
96	592236	500977	Microcomputador	Positivo Master - D570A
97	592237	500978	Microcomputador	Positivo Master - D570A
98	592242	500983	Microcomputador	Positivo Master - D570A
99	592245	500986	Microcomputador	Positivo Master - D570A
100	592246	500987	Microcomputador	Positivo Master - D570A
101	592247	500988	Microcomputador	Positivo Master - D570A
102	610136	515657	Microcomputador	Positivo Master - D580
103	610137	515658	Microcomputador	Positivo Master - D580
104	610138	515659	Microcomputador	Positivo Master - D580
105	610140	515661	Microcomputador	Positivo Master - D580
106	610143	515664	Microcomputador	Positivo Master - D580
107	610144	515665	Microcomputador	Positivo Master - D580
108	610145	515666	Microcomputador	Positivo Master - D580
109	610146	515667	Microcomputador	Positivo Master - D580
110	610148	515669	Microcomputador	Positivo Master - D580
111	610160	515681	Microcomputador	Positivo Master - D580
112	610161	515682	Microcomputador	Positivo Master - D580
113	610855	516376	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
114	610861	516382	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
115	610863	516384	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
116	610879	516400	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
117	610889	516410	Monitor de Vídeo	Positivo (AOC) - E2223PWD - 22"
118	668551	556909	Monitor de Vídeo	AOC - M2470PWH - 24"

Em 06/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

Departamento Econômico e Financeiro

Departamento Judiciário

Divisão de Distribuição

Seção de Preparo

Seção de Mandados e Cartas

Divisão de Processo Cível

SEÇÃO DA 5ª CÂMARA CÍVEL

**Intimação do Embargado RONALDO ADRIANO SILVA -
Presidente da Câmara de Vereadores de Pitangueiras - Réu Revel
Remessa Necessária Cível n° 0002871-92.2024.8.16.0049 ReeNec
Ação Civil Pública nº 0002429-68.2020.8.16.0049**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0000999-08.2025.8.16.0049, DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ASTORGA
Embargante : MINISTÉRIO PÚBLICO
Embargados : CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS e OUTRO
Relator : Des. LEONEL CUNHA

Em determinação ao r. despacho dos autos nº 0000999-08.2025.8.16.0049 ED de competência da 5ª Câmara Cível "1) Considerando o pedido de efeitos infringentes,intimem-se os Embargados, para, querendo, manifestarem-se,conforme estabelecido no art. 1.023, § 2º, do CPC.
2) Todavia, observa-se que a intimação do Embargado RONALDO ADRIANO SILVA - Presidente da Câmara de Vereadores de Pitangueiras - Réu Revel - deve ser nos termos do art. 346, "caput", do CPC, ou seja, por meio de publicação no diário eletrônico.
Após, voltem conclusos para análise.
Autorizo a Chefia da 5ª Câmara Cível a assinar os
expedientes necessários.
Intimem-se.
CURITIBA, 03 de abril de 2025.
Desembargador LEONEL CUNHA
Relator"

Divisão de Processo Crime

Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores

Processos do Órgão Especial

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ÓRGÃO ESPECIAL
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N° 0010977-93.2024.8.16.0000
Autor(s): Procurador-Geral de Justiça
Interessados Estado do Paraná, ALEP e outros
Relator: Desembargador Paulo Cezar Bellio

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 5º, §2º, 8º E 12 DA LEI ESTADUAL Nº 21.052/2022. DIPLOMA QUE ESTABELECE DIRETRIZES E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E ENCERRAMENTO DE ATERROS SANITÁRIOS E INDUSTRIAIS E PARA O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NO ESTADO DO PARANÁ. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DA DEMANDA OBJETIVA. REJEIÇÃO. NECESSIDADE DE COTEJO ENTRE AS NORMAS ESTADUAIS IMPUGNADAS E A LEGISLAÇÃO FEDERAL PARA AFERIÇÃO QUANTO À OCORRÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA A EDIÇÃO DE NORMAS GERAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL. MÉRITO. I. ART. 5º, §2º, DA LEI ESTADUAL 21.052/2022. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. DISPENSA DE ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENAL E RESPECTIVO RELATÓRIO PARA A AMPLIAÇÃO DE ATERROS SANITÁRIOS, QUANDO NÃO HOUVER ACRÉSCIMO NO VOLUME DIÁRIO DE RESÍDUOS RECEBIDOS. DECLARAÇÃO DE NULIDADE PARCIAL SEM REDUÇÃO DE TEXTO NO ART. 5º, §2º, DA LEI ESTADUAL Nº 21.052/2022 AO EFEITO DE COMPREENDER QUE A EXCLUSÃO DO EIA/RIMA NÃO PODE OCORRER ALÉM DAS HIPÓTESES CONTEMPLADAS PELO REGRAMENTO FEDERAL ATUAL OU QUE VIER A SER FUTURAMENTE. II. ART. 12 DA LEI ESTADUAL 21.052/2022. NORMA NÃO PROMULGADA. VAZIO NORMATIVO INCONSTITUCIONAL. SUBVERSÃO DA ORDEM DE PRIORIDADES FIXADA PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, A QUAL PREVÊ QUE, NOS CASOS DE RESÍDUOS GERADOS A MAIS DE 150 KM (CENTO E CINQUENTA QUILÔMETROS) DE INSTALAÇÕES LICENCIADAS PARA A RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA, O REFERIDO PROCEDIMENTO É PREFERENCIAL, AINDA QUE NÃO OBRIGATÓRIO. SENTENÇA ADITIVA PURA OU TÍPICA. CONCESSÃO DE EFEITOS ADITIVOS À LACUNA DO II DO ART. 12 DA LEI ESTADUAL Nº 21.052/2022 PARA QUE PASSE A CONSTAR, NA OMISSÃO DO TEXTO NÃO PROMULGADO, O SEGUINTE EXCERTO "II - PREFERENCIALMENTE, EM CONDIÇÃO DISTINTA DA ESTABELECIDA NO INCISO I". III. ART. 8º DA LEI ESTADUAL 21.052/2022. INCONSTITUCIONALIDADE NÃO CONFIGURADA. REDUÇÃO DA DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE A ÁREA DE DISPOSIÇÃO FINAL DOS ATERROS SANITÁRIOS E OS CURSOS D'ÁGUA. NORMA COMBATIDA QUE, APESAR DE IMPORTAR EM MITIGAÇÃO DA TUTELA AO MEIO AMBIENTE, NÃO AGRIDE O NÚCLEO ESSENCIAL DO DIREITO FUNDAMENTAL, NEM OFENDE AS BALIZAS DELIMITADAS PELAS NORMAS GERAIS ESTABELECIDAS PELA UNIÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA AÇÃO DIRETA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0010977-93.2024.8.16.0000, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figura como autor o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA e interessados a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ e o GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ. 1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Paraná em face dos artigos 5º, §2º, 8º e 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022, diploma que estabelece "diretrizes e critérios para o licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para o gerenciamento de resíduos, contemplando as atividades de transporte, coleta, armazenamento, tratamento e destinação e disposição final de resíduos, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais". A parte autora aduziu que os normativos referenciados reduziram os standards de proteção ambiental definidos pelas regras gerais nacionais, circunstância que implica usurpação da competência legislativa da União e proteção insuficiente ao meio ambiente. Segundo explicou, o artigo 5º, caput, do diploma estadual permite aos empreendimentos de aterros sanitários e industriais que busquem aumentar sua vida útil formular requerimento de "Licença Prévia de Ampliação" ao órgão ambiental, "para o uso das suas áreas consideradas antropizadas". Ressaltou que são compreendidas como "áreas antropizadas de aterros" aquelas que "contemplam estruturas físicas, pátio de manobra, balança, área de estacionamento para veículos leves e pesados, entre outras estruturas existentes no empreendimento, a critério do órgão ambiental". Por sua vez, ao que alegou, o art. 5º, §2º, da lei invectivada dispõe que o pedido de "Licença Prévia de Ampliação" - caso "não haja ampliação no seu volume diário de recebimento de resíduos" - deve vir acompanhado de "Relatório Ambiental Prévio", ao passo que os requerimentos com ampliação do volume diário de recebimento de resíduos de aterros que possuam "Licença de Operação" devem apresentar "novos estudos de acordo com orientação técnica do órgão licenciador". Conforme expôs a parte autora, ao dispensar a realização de EIA/RIMA para a ampliação de aterros sanitários e industriais, o normativo em questão contraria as normas federais que regem a matéria e, assim, usurpa a competência da União para editar normas gerais de proteção ao meio-ambiente. Argumentou, outrossim, que o dispositivo padece de vício material por afronta ao art. 207, § 1º, V, da Constituição do Estado do Paraná, que também demanda a realização de estudo prévio de impacto ambiental para atividades potencialmente degradadoras. Além disso, enfatizou que a norma em questão importa em proteção deficiente ao meio ambiente, o que também caracteriza mácula de ordem material. No que tange ao art. 8º da Lei Estadual nº 21.052/2022, explicitou que este trata da disposição final de resíduos sólidos urbanos e industriais. Nesse tocante, ao que sustentou, o dispositivo estabelece que os aterros sanitários devem manter uma distância mínima de coleções hídricas ou cursos d'água, nos termos da Lei Federal nº 12.651/2012. Segundo defendeu, o normativo contém mácula de inconstitucionalidade material por violação ao art. 207, caput, da CE (art. 225, caput, da CF). Salientou que a referida disposição - ao adotar as diretrizes gerais trazidas pela Lei Federal nº 12.651/2012 para a tutela das áreas de preservação permanente em zonas urbanas ou rurais - permitiu a redução da distância mínima entre os aterros e as coleções hídricas, que passou de 200 (duzentos) metros para 30 (trinta) metros. Por fim, relativamente ao art. 12, apontou que este incorre em vício formal por invasão à competência legislativa privativa da União, bem como em vício material decorrente da proteção insuficiente ao meio ambiente. Aduziu que a norma estadual reduziu os parâmetros de proteção delimitados pela Lei Federal nº 12.305/2010 e pelo Decreto nº 10.936/2022, que a regulamenta. Nesse ponto, indicou que "o ato normativo federal define a seguinte ordem de prioridade no tocante aos resíduos perigosos com características de inflamabilidade: (i) no caso de resíduos que tenham sua fonte geradora em local situado a até 150km (cento e cinquenta quilômetros) de distância da instalação licenciada para recuperação energética, estes deverão, obrigatoriamente, ter tal destinação (artigo 72, I); (ii) para os resíduos que se encontrem em condição diversa do item anterior, a destinação à recuperação energética é preferencial, isto é, havendo, dentre outras opções, a possibilidade de encaminhamento dos resíduos à recuperação energética, tal destinação deve ser preferencialmente adotada (artigo 72, II); (iii) todavia, acaso o transporte para a instalação de recuperação energética seja considerado inviável pelo órgão ambiental competente, tanto na hipótese do inciso I quanto do inciso II do artigo 72, os resíduos não precisarão ser destinados à recuperação energética (artigo 72, § 2º)". A seu turno, a normativa estadual "dispõe de maneira distinta do regramento geral preconizado pelo ente federal, modificando essencialmente a ordem preferencial de destinação lá fixada para os resíduos com características de inflamabilidade. Isso porque não conta com previsão semelhante ao supracitado artigo 72, II, que ordena o encaminhamento dos resíduos em questão preferencialmente à recuperação energética quando sua fonte de geração estiver a mais de 150km (cento e cinquenta quilômetros) de distância das instalações devidamente licenciadas para tanto". Requereu a procedência do pedido, a fim de que seja declarada a inconstitucionalidade dos arts. 5º, § 2º, 8º e 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022. Juntou documentos (mov. 1.2/1.7). Determinou-se a notificação do Estado do Paraná, da Assembleia Legislativa do Paraná, da Procuradoria-Geral do Estado e da d. Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação sobre o mérito da ação (mov. 11.1). A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná alegou, de início, que a ação direta não deve ser conhecida. Nesse tocante, asseverou que "os parâmetros utilizados para confrontar a Lei Estadual nº 21.052/2022 são sempre a legislação infraconstitucional federal, no caso a Lei Federal nº 6.938/1981 (PNMA) e a Lei Federal nº 12.305/2010 (PNRS), o que estaria a configurar, assim, ofensa indireta, ou reflexa à Carta Magna, afastando a possibilidade do exercício do controle abstrato de constitucionalidade, o qual não se presta a verificar eventual crise de legalidade" (mov. 16.1). Quanto ao mérito, defendeu, em resumo, que: a) "o processo legislativo percorrido pela Lei Estadual nº 21.015, de 19 de abril de 2022, ora questionada, procedeu-se sob o fiel cumprimento das normas constitucionais, legais e regimentais"; b) deve-se rejeitar o argumento de usurpação de competência da União, porquanto, em conformidade com o princípio da simetria constitucional, o artigo 13, inciso VI, da CE permite que o Estado legisle, de forma concorrente com a União, sobre "florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição"; c) não há mácula de inconstitucionalidade no art. 5º, §2º, da Lei Estadual nº 21.015/2022, vez que a exigência de um Relatório Ambiental Prévio (RAP) para a concessão de Licença Prévia de Ampliação - quando não há aumento no volume diário de resíduos - se mostra razoável e eficiente, além de não contrariar a legislação federal sobre a matéria; d) quanto ao art. 8º do diploma vergastado, a redução da distância mínima entre aterros e cursos d'água, de 200 metros para 30 metros, está em conformidade com a Lei Federal nº 12.651/2012; e) por derradeiro, no tocante ao art. 12, a destinação de resíduos perigosos para recuperação energética, quando houver instalações licenciadas a até 150 km, é uma medida que incentiva a recuperação energética e está alinhada com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de modo que não há falar em usurpação da competência legislativa da União. Pede o não conhecimento da demanda ou, subsidiariamente, a improcedência dos pedidos formulados. O Governador do Estado do Paraná restringiu-se à prestação de informações acerca do trâmite da proposta legislativa que culminou na edição da Lei Estadual nº 21.052/2022 (mov. 17.1). A Procuradoria-Geral do Estado requereu o não conhecimento da ação e, acaso conhecida, a sua improcedência (mov. 30.1). Alegou, inicialmente, que a inconstitucionalidade ventilada pela d. Procuradoria-Geral de Justiça é meramente reflexa, pois, conquanto a petição inicial indique formalmente "como parâmetro os artigos 1º, I, 13, VI e § 1º, e 207, caput e § 1º, V, da Constituição do Estado do Paraná e os artigos 24, VI e §1º e 2º, e 225, caput e § 1º, IV, da CF, é necessário interpretar as Resoluções do CONAMA e a Lei Federal nº 12.305/2010)".

No mérito, obtemperou que: a) os normativos vergastados não incursionaram em matéria afeta à competência privativa da União, vez que a competência para elaborar normas de direito ambiental é concorrente entre União, Estados e Municípios, nos moldes do art. 24, VI, da CF e do art. 12, VI, da CE; b) no que se refere ao art. 5º, §2º, do diploma invectivado, a apresentação de Relatório Ambiental Prévio se afigura suficiente nos casos de ampliação dos aterros sanitários sem acréscimo do volume diário de resíduos, isso porque "o artigo em questão versa sobre as áreas antropizadas, ou seja, áreas previamente degradadas por aterros sanitários", sendo "importante salientar que, para a implementação dessas intervenções, foi realizado um estudo aprofundado prévio"; c) "a exigência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), nas condições estipuladas pelo artigo 5º, acarretaria um gasto desnecessário e desproporcional, considerando que esse tipo de estudo é mais complexo do que o Relatório Ambiental Prévio (RAP)"; d) inexiste vício no art. 8º da Lei Estadual nº 21.052 /2022, na medida em que, observando os parâmetros estatuídos pelo Código Florestal - lei hierarquicamente superior - este fixa as distâncias mínimas entre os aterros e as coleções hídricas ou cursos d'água; e) não prospera o argumento de que o art. 12 padeceria de vício material em razão da ausência de previsão correspondente ao art. 72, II, do Decreto Federal nº 10.936/2022; f) "o art. 72 do Decreto Federal nº 10.936/2022 dispõe que os resíduos perigosos que apresentem característica de inflamabilidade sejam destinados à recuperação energética: I - obrigatoriamente, quando houver instalações devidamente licenciadas para recuperação energética a até cento e cinquenta quilômetros de distância da fonte de geração dos resíduos; e II - preferencialmente, em condição distinta da estabelecida no inciso I"; e g) "logo, na ausência de instalações devidamente licenciadas para a realização da recuperação energética, é preferível que se utilize outro meio, embora não seja obrigatório. E é isso que se depreende do artigo 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022". Ato contínuo, a Procuradoria-Geral de Estado acostou ao caderno processual a Informação Técnica nº 96/2024 - GELI/DLP elaborada pelo Instituto Água e Terra (IAT), cujos trechos foram citados na manifestação de mov. 30.1 (mov. 32.1/32.2). Finalmente, por meio do pronunciamento de mov. 34.1, a d. Procuradoria-Geral de Justiça repisou a argumentação articulada na peça vestibular (mov. 34.1). Na oportunidade, salientou ainda que: a) quanto ao art. 5º, §º 2º, da lei impugnada, verifica-se que "o ente federal, no exercício de sua competência legislativa para disciplinar normas gerais sobre avaliação de impacto ambiental, assentou que o licenciamento dos empreendimentos envolvendo aterros sanitários, processamento e destinação final de resíduos tóxicos ou perigosos dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, pois, como visto, o CONAMA enquadrou as referidas atividades como efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente"; b) "assim, não cabia à legislação estadual excepcionar o tratamento mais rígido do EIA/RIMA para a concessão de 'Licença Prévia de Ampliação' de aterros sanitários ou industriais pelo órgão ambiental estadual 'para o uso das suas áreas consideradas antropizadas', exigindo, apenas, a apresentação de 'Relatório Ambiental Prévio - RAP', em desrespeito às balizas gerais traçadas a nível federal"; c) relativamente ao art. 8º, apontou que "a inconstitucionalidade é material, porquanto a norma censurada, ao adotar normação federal que traz disposição mais genérica de proteção, reduziu a proteção ambiental especificamente estabelecida pela Resolução nº 94 /2014, do CONAMA, para aterros sanitários"; e, por fim, d) no que toca ao art. 12, "a norma estadual invadiu a competência legislativa geral da União em matéria ambiental, no tanto em que dispõe de maneira distinta do regramento geral preconizado pelo ente federal, modificando essencialmente a ordem preferencial de destinação lá fixada para os resíduos com características de inflamabilidade". O feito foi inicialmente incluído em pauta para a sessão virtual de 4 a 8 de novembro de 2024 (mov. 39). Sobreveio, então, pedido da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos de inserção do processo em pauta presencial/por videoconferência, manifestando interesse na sustentação oral/acompanhamento do feito (mov. 44.1). O pleito foi deferido (mov. 46.1), havendo enfim inclusão na pauta da sessão presencial/por videoconferência de 17 de fevereiro do ano corrente (mov. 59.0). Entretanto, antes do julgamento, este Relator avocou os autos, retirando-o da pauta acima referida (mov. 67.1). Assim se procedeu diante da alegação pelo órgão ministerial, no mov. 34.1, de inconstitucionalidade das Resoluções CONAMA nº 404/2008 e CEMA nº 094/2014 ("a aplicação dos referidos atos infralegais também viola diretamente o art. 225, §1º, inciso IV, da Constituição da República de 1988"), tendo sido determinadas as seguintes diligências: a) ao polo ativo, que informasse "a eventual existência de decisões judiciais, sobretudo do Supremo Tribunal Federal, que apontem para a invalidade jurídica das Resoluções CONAMA nº 404/2008 e CEMA nº 094/2014"; e b) ao IAT (Instituto Água e Terra), por meio da Procuradoria-Geral do Estado, que dissesse, "ao se considerar que a norma questionada encontra-se produzindo seus regulares efeitos por praticamente 03 (três) anos, [...] sobre o contexto geral de aplicabilidade dos dispositivos impugnados, bem como as situações práticas que foram objeto de autorização". Em cumprimento, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos se pronunciou no mov. 72.1, informando "que não foram localizadas decisões judiciais que tenham declarado a invalidade jurídica das resoluções sobreditas, o que não representa óbice, no entanto, ao confronto entre o normativo estadual questionado - artigo 5º, § 2º, da Lei Estadual nº 21.052/2022 - e os parâmetros de controle invocados", e concluindo que "a inconstitucionalidade das Resoluções CONAMA nº 404/2008 e CEMA nº 094/2014 foi aventada em reforço argumentativo, e a vigência delas não enfraquece a tese autoral". A Procuradoria-Geral do Estado, por sua vez, trouxe informação do IAT no sentido de que, no período entre 23/05/2022 e 13/02/2025, o art. 5º da Lei Estadual nº 21.052 foi aplicado em dois processos de licenciamento: "(i) Licença Prévia n° 297828 (Protocolo n° 19.774.333-6), do município de Apucarana; (ii) Licença Prévia n° 334002 (Protocolo n° 19.596.256-1), do município de Paiçandu". É o relatório. 2. Consoante relatado, cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Paraná em face dos artigos 5º, §2º, 8º e 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022, diploma que estabelece "diretrizes e critérios para o licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para o gerenciamento de resíduos, contemplando as atividades de transporte, coleta, armazenamento, tratamento e destinação e disposição final de resíduos, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais". Eis o teor dos normativos questionados: Lei Estadual nº 21.052/2022: "Art. 5º Os empreendimentos de aterros sanitários e aterros industriais que visam aumentar a sua vida útil podem requerer a Licença Prévia de Ampliação ao órgão ambiental para o uso das suas áreas consideradas antropizadas[1]. § 1º Consideram-se áreas antropizadas de aterros, aquelas que contemplam estruturas físicas, pátio de manobra, balança, área de estacionamento para veículos leves e pesados, entre outras estruturas existentes no empreendimento, à critério do órgão ambiental § 2º O pedido da Licença Prévia de Ampliação de que trata o caput deste artigo deve apresentar Relatório Ambiental Prévio - RAP, caso não haja ampliação no seu volume diário de recebimento de resíduos. [...] Art. 8ºOs aterros de resíduos sólidos urbanos e industriais devem manter a sua área de disposição final a uma distância de coleções hídricas ou cursos d'água, conforme dispõe a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Parágrafo único. Norma regulamentadora não poderá alterar os limites estabelecidos na Lei Federal mencionada no caput deste artigo. [...] Art. 12. Os resíduos perigosos que apresentem características de inflamabilidade serão destinados à recuperação energética: I - obrigatoriamente, quando houver instalações devidamente licenciadas para recuperação energética a até 150km (cento e cinquenta quilômetros) de distância da fonte de geração dos resíduos; e II - vetado. § 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, consideram-se resíduos perigosos com Características de inflamabilidade, entre outros: I - borras oleosas; II - borras de processos petroquímicos; III - borras de fundo de tanques de combustíveis e de produtos inflamáveis; IV - elementos filtrantes de filtros de combustíveis e de lubrificantes; V - solventes e borras de solventes; VI - borras de tintas à base de solventes; VII - ceras que contenham solventes; VIII - panos, estopas, serragem, equipamentos de proteção individual, elementos filtrantes e absorventes contaminados com óleos lubrificantes, solventes ou combustíveis, tais como álcool, gasolina e óleo diesel; IX - lodo de caixa separadora de óleo com mais de cinco por cento de hidrocarbonetos derivados de petróleo; e X - solo contaminado com combustíveis ou com um dos componentes a que se referem os incisos I a IX deste artigo. § 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica às hipóteses em que o transporte para as instalações de recuperação energética seja considerado inviável pelo órgão ambiental competente". A petição inicial aponta as seguintes normas como parâmetro de controle: Constituição do Estado do Paraná "Art. 1°. O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos: I - o respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;" "Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre: [...] VI - orestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição; [...] § 1º. O Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União". "Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais. (vide Lei Complementar 82 de 24/06/1998) (vide Emenda Constitucional 18 de 08/11/2006) [...] § 1º. Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito: [...] V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de signicativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade;" Constituição Federal "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. (Vide Lei nº 13.874, de 2019) § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)" "Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...] IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)" I. Preliminar de não conhecimento da ação direta Antes de adentrar o exame do mérito, necessário proceder à análise da prefacial de não conhecimento desta demanda objetiva, arguida pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e pela Procuradoria-Geral do Estado. Segundo argumentam as interessadas, as inconstitucionalidades ventiladas pela parte autora seriam meramente reflexas. Isso porque, muito embora a petição inicial aponte formalmente como parâmetro de controle os arts. 1º, I, 13, VI e § 1º, e 207, caput e § 1º, V, da CE e os arts. 24, VI e §1º e 2º, e 225, caput e § 1º, IV, da CF, a arguição de inconstitucionalidade é realizada mediante o cotejo com normas infraconstitucionais, quais sejam, a Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), além de Resoluções do CONAMA. O argumento, contudo, não prospera. Com efeito, na esteira do raciocínio delineado na vestibular, o art. 13, VI, da CE e o art. 24, VI, da CF,

consagram a competência concorrente da União e dos Estados para legislar sobre "florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição". É dizer, em matéria de direito ambiental, compete à União a edição de normas gerais, e aos Estados, a elaboração de normas suplementares, com vistas ao atendimento das peculiaridades locais. Na hipótese, a União exercitou a competência relativa à edição de normas gerais por intermédio da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305 /2010) e da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981), mediante as quais se delimitaram, respectivamente, (i) os "princípios, objetivos, instrumentos e [...] diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos" (art. 1º da Lei nº 12.305/2010); e (ii) as diretrizes nacionais voltadas à "preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana" (art. 1º da Lei nº 6.938/1981). Nesse cenário, o cotejo entre as normas editadas pelo Estado do Paraná - no exercício de sua competência legislativa suplementar (Lei Estadual nº 21.052/2022, ora impugnada) - e os diplomas federais supracitados se afigura indispensável à aferição quanto à ocorrência, ou não, de usurpação da competência da União para o estabelecimento de normas gerais em matéria de direito ambiental, motivo pelo qual descabe falar em ofensa reflexa ou indireta à Constituição. A propósito, decidiu o STF que "[a] eventual análise de normas infraconstitucionais para a aferição do respeito à competência não caracteriza ofensa reflexa à Constituição." (ADI 4132, Pleno, Relª Rosa Weber, j. 23/11/2021). No mesmo sentido, segue a orientação deste Colendo Órgão Especial: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 20.127, DE 15 DE JANEIRO DE 2020, DO ESTADO DO PARANÁ. (...) 2. QUESTÃO PRELIMINAR. ALEGAÇÃO DE OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. COTEJO ENTRE O DIPLOMA IMPUGNADO E LEIS INFRACONSTITUCIONAIS QUE SE FAZ NECESSÁRIO SOMENTE PARA AFERIR EVENTUAL VIOLAÇÃO À COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA EDITAR NORMAS GERAIS. PRELIMINAR REJEITADA (...)" (TJPR - Órgão Especial - 0025602- 06.2022.8.16.0000 - Rel.: DESEMBARGADOR LAURO LAERTES DE OLIVEIRA - J. 17.06.2024). AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 237/2021, QUE INSTITUI AS MICRORREGIÕES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. (...) PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DOS PARÂMETROS DE CONTROLE RECHAÇADA. A EVENTUAL ANÁLISE DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PARA A AFERIÇÃO DO RESPEITO À COMPETÊNCIA NÃO CARACTERIZA OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO. (TJPR - Órgão Especial - 0053958-45.2021.8.16.0000 - Rel.: DESEMBARGADORA ANA LUCIA LOURENCO - J. 05.06.2023). Desse modo, a ofensa à Constituição, tal como articulada pela parte autora, se apresenta de maneira direta, inexistindo, portanto, óbice ao conhecimento desta demanda objetiva. Do exposto, voto pelo indeferimento da prefacial suscitada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e pela Procuradoria-Geral do Estado. II. Mérito Ao se considerar que o objeto da lide pressupõe o exame das regras estabelecidas pela União, bem como sua relação com o espaço de exercício da normatividade por parte dos demais entes (Estado e Município), não se pode deixar de considerar - para fins do princípio da subsidiariedade - o exame do elemento "clear statement rule", ou seja, a presença de norma clara e legítima que afaste a competência do ente de menor envergadura (ADI 7247/SC e outros julgados). Corolário da vertente material do federalismo de cooperação "se a lei federal ou estadual claramente indicar, de forma adequada, necessária e razoável, que os efeitos de sua aplicação excluem o poder de complementação que detêm os entes menores (clear statement rule), é possível afastar a presunção de que, no âmbito regional, determinado tema deve ser disciplinado pelo ente menor" (RE 194.704, rel. p/ o ac. min. Edson Fachin, j. 29-6-2017, P, DJE de 17-11-2017). Sobre tal aspecto, assim deliberou este r. Colegiado (destaques nossos): INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI ESTADUAL Nº 18.782/16 QUE "DISPÕE SOBRE A FORMATAÇÃO DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE COMBUSTÍVEIS NO ESTADO DO PARANÁ" (...) DISCIPLINA PADRONIZADA EM ÂMBITO NACIONAL - INEXISTÊNCIA DE INOVAÇÃO "CONTRA LEGEM" - ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO ESTADO RESTRINGIDO PELAS REGRAS DA ANP - NORMA FEDERAL QUE ATENDE, A UM SÓ TEMPO, A HOMOGENEIDADE REGULATÓRIA E A UNIFORMIDADE DA MATÉRIA - OCORRÊNCIA DO INSTITUTO DA "CLEAR STATEMENT RULE" - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL ORGÂNICA DA LEI ESTADUAL - PROCEDÊNCIA DO INCIDENTE. (...) 2) Conforme evidenciado por este Órgão Especial, o federalismo passa por um processo de ressignificação. Para além dos temas positivados na distribuição constitucional de competências (aspecto formal), a leitura mais depurada não pode desconsiderar o aspecto material ante a "dupla função no jogo dialético do federalismo cooperativo: serve de instrumento de justificação das normas que prezam pelo espaço mínimo de atuação legislativa dos entes em matéria comum ou, ao revés, auxilia no banimento de legislações que, a pretexto de cumprir as normas constitucionais, esvaziam a capacidade legiferante dos demais entes federativos quando inexistente a demonstração da legitimidade institucional por parte do ente de maior envergadura, bem como o inequívoco esgotamento da competência suplementar" (IDI - 1586995-3/01, Rel. Octavio Campos Fischer).3) A interpretação que prestigia a competência dos Estados e Municípios é cabível apenas quando não houver regulamentação federal (vazio ou espaço de atuação) ou não houver justificativa do padrão normativo adotado pelo ente federativo de maior envergadura no tratamento da matéria. 4) Legitimidade da ANP para estabelecer os parâmetros nacionais sobre formação de preço dos combustíveis. Norma federal que atende, a um só tempo, a homogeneidade regulatória e a uniformidade na matéria. 5) Presença inequívoca de normatização clara e suficiente sobre o tema (clear statement rule). (...) (TJPR - Órgão Especial - 0029048-22.2019.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADORA REGINA HELENA AFONSO DE OLIVEIRA PORTES - J. 22.09.2020). DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2020, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA (...) 1) Excetuados os diplomas legais "lato sensu" violadores da legislação federal que delibere sobre a homogeneidade regulatória ou especificidade da matéria em caso de evidente e razoável espaço de atuação ("CLEAR STATEMENT RULE"), compete perquirir, no caso concreto, pela ocorrência da invasão de competência ou assenhoreamento institucional, uma vez que, para além do aspecto formal, o princípio federativo se traduz em um conceito eminentemente dinâmico.2) O fenômeno pernicioso da invasão de competência não é um produto acabado: sua violação perpassa pela disciplina formal elencada pela Constituição Federal, e, ao mesmo tempo, não dispensa o exame do conteúdo da atuação governamental em função do princípio federativo, materializado esse pela predominância do interesse ou aspecto peculiar de atuação. (...) Procedência do pleito da inicial. (TJPR - Órgão Especial - 0012511-14.2020.8.16.0000 - Rel.: DESEMBARGADOR ANTONIO RENATO STRAPASSON - J. 21.03.2022). Porque a investigação da carga de legitimidade na atuação dos entes federados em termos de divisão de competência legislativa depende, propriamente, do exame da jurisprudência, passa-se à sindicabilidade da "ratio" decidendi das decisões mencionadas pela parte autora para fins do contido no §1º do art. 489 do CPC: a) ADI 4069 / RJ - No caso mencionado, a lei questionada dispensou o EIA/RIMA para a atividade de silvicultura de forma genérica, em desacordo com as restrições da Resolução 01/1986 do CONAMA, conforme revela o seguinte excerto (destaques nossos): "(...) Nesse sentido, especifica a Lei Federal 6.938/1981 que, dentre as atividades que caracterizam a silvicultura, acha-se a "exploração econômica de madeira ou lenha e subprodutos florestais" (Anexo VIII, 20), atividade cujo licenciamento, em conformidade com a legislação federal, está condicionada à elaboração de EIA/RIMA. Portanto, percebo que, ao dispor sobre o licenciamento da silvicultura econômica no art. 10, sem qualquer ressalva quanto ao tipo de atividade a ser desenvolvida, estabelecendo que "para áreas superiores a 200 ha será exigido EIA-RIMA", com exceção das Regiões Hidrográficas IX e X (art. 10, § 3º), e que para as Regiões Hidrográficas IX e X "só será exigido para áreas superiores a 400 hectares" (art. 10, § 4º), dispensou o Estado, em contrariedade às normas federais de caráter geral, a elaboração de EIA/RIMA nos termos por ela previstos. Dessa forma, a legislação federal estipula disciplina geral que parece não deixar margem para as restrições estabelecidas. Não se admite, assim, que, no uso de sua competência residual, defina o Estado regramento que implica seja afastada a aplicação do determinado pelas normas gerais federais". b) ADI 1086/SC - No caso mencionado, a dispensa da exigibilidade de EIA/RIMA foi genérica e destinou-se às áreas florestadas ou reflorestadas para fins empresariais, conforme revela o seguinte excerto (destaques nossos): "(...) O §3º do art. 182 da Constituição do Estado de Santa Catarina cria uma exceção à aplicação do inc. IV do §1º do art. 224 da Constituição Federal, que prevê a exigência, na forma da lei, de prévio estudo de impacto ambiental para atividades que sejam potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente. Como ressaltei quanto da apreciação da medida cautelar, a atividade de florestamento ou reflorestamento, ao contrário do que poderia supor, não pode deixar de ser tida como eventualmente lesiva do meio ambiente, quando, por exemplo, implique substituir determinada espécie nativa de flora nativa, com as suas próprias especificidades, por outra, muitas vezes sem nenhuma identidade com o ecossistema local e escolhidas apenas em função de sua utilidade econômica, com ruptura, portanto, do equilíbrio e da diversidade da flora local". c) RE 650909 AgR - No caso mencionado, além do exame versar sob a ótica do direito local (ofensa constitucional indireta), foi expressamente reconhecido pelo Tribunal de origem a necessidade de prévio EIA/RIMA diante da implantação de central termoelétrica em substituição (implantação de empreendimento), bem como a criação de fábrica de oxigênio (destaques nossos): "É certo que a referida lei estadual confere à Comissão Estadual de Controle Ambiental a faculdade de dispensar o procedimento quando de projetos de ampliação das referidas atividades, mas é certo que no laudo pericial produzido encontra-se expresso que a usina termoelétrica veio substituir a outra existente, geradora de apenas 18 megawatts e que a fábrica de oxigênio é uma unidade nova que dobra a capacidade de produção das três outras precedentes". d) RE 631753 AgR - No caso mencionado, não houve enfrentamento explicito do tema da lei do Rio de Janeiro, bem como dos motivos de sua invalidade jurídica, limitando-se a reproduzir na decisão monocrática (impugnada por agravo interno) a ementa do TJPR que mencionava ser o caso de dispensa de estudo prévio de impacto ambiental para o licenciamento de usinas de geração de eletricidade e unidades industriais. Imprecisa, portanto, a compreensão da "ratio decidendi", a qual, ao que tudo indica, dizia respeito à implantação de atividade poluidora. e) ADI 4988 - No caso mencionado, a lei impugnada considerou haver baixo impacto ambiental em APP na construção de pequenas construções com área máxima de 190 metros quadrados, utilizadas exclusivamente para lazer, ou seja, criou exceção que não possui respaldo na legislação federal, bem como enseja custos à coletividade, consoante o voto do Relator (destaques nossos): "(...) Da leitura da disciplina normativa estabelecida pelo Código Florestal no concernente à APP, verifica-se que, apesar de relativamente ampla a possibilidade de utilização da referida área ambientalmente protegida, nela não se permite a instalação por parte de particulares de qualquer tipo de edificação com finalidade meramente recreativa, tal qual o fez a legislação impugnada na presente ação direta (...) Ainda que os imóveis a serem construídos sejam "desprovidos de fossas sépticas ou qualquer outro meio poluidor", é intuitivo que tal proibição não teria o condão de impedir, por parte dos veranistas, a produção dos mais diversos tipos de resíduos, como papéis, plásticos, vidros e outros. Em outros termos, a utilização do espaço físico, antes especialmente protegido, acumula custos para o meio ambiente, e, em última análise, para a própria coletividade". f) ADI 4529 - No caso mencionado, a lei impugnada dispensou o estudo de impacto ambiental (EIA) e o relatório de impacto

ambiental (RIMA) em todas as obras hidrelétricas com potencial de 10 a 30 MW e com determinada extensão da área inundada, o que contraria frontalmente o regramento federal, consoante o voto do Relator (destaques nossos): "(...) o Estado do Mato Grosso aumentou o requisito mínimo para a realização do licenciamento ambiental, uma vez que alterou obrigatoriedade para empreendimentos com fonte de energia primária acima de 10 MW, nos termos pela Resolução nº 01/86, e passou a prever a compulsoriedade tão somente para aqueles com capacidade acima de 30 MW. Além disso, inseriu novo critério de previsão de licenciamento de obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, a saber: área de inundação acima de 13km2 (treze quilômetros quadrados), como consta da redação original, ou de 300 ha, conforme o texto atual. O Estado do Mato Grasso, por conseguinte, não se limitou ao seu papel, no quadro das competências concorrentes, de elaborar normas complementares às gerais editadas pela União em matéria ambiental (artigo 24, VI, §§ 1º e 2º). Em verdade, inovou, seja ao aumentar o mínimo de fonte de energia primária idônea a criar uma presunção de significativa degradação ambiental, seja ao inserir requisito diverso para o licenciamento, consistente na extensão da área inundada". g) ADI 5312 - No caso mencionado, a lei do Estado do Tocantins impugnada excetuou, genericamente, as atividades agrossilvipastoris da sistemática de licenciamento prevista na legislação federal. Note-se que, no referido julgamento, o Relator evidenciou a autorização federal de procedimento simplificado nos casos de regularização fundiária e de empreendimentos de infraestrutura preexistentes (Resolução CONAMA 458/2013), casos excepcionais que foram indevidamente generalizados pela norma impugnada, consoante o voto do Relator (destaques nossos): "(...) a Lei 2.713/2013 do Estado do Tocantins estabeleceu o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural - TO-LEGAL. Nas disposições gerais e finais do referido diploma legal, o legislador tocantinense dispensou, no art. 10, o procedimento de licenciamento ambiental para as empresas que exercem atividades agrossilvipastoris no estado (...) A norma impugnada, por outro lado, excetuou da sistemática de licenciamento prevista na legislação federal as atividades agrossilvipastoris, que, embora voltadas para o uso sustentável de recursos naturais, não excluem a possibilidade de impacto ambiental a ser prevenido e mitigado por meio do licenciamento e dos estudos ambientais prévios (...) Houve, portanto, flexibilização indevida das normas gerais sobre licenciamento ambiental, em flagrante prejuízo ao nível de proteção ambiental firmado nessa normatização. (...) De fato, no caso das atividades agrossilvipastoris, existe a possibilidade de simplificação do procedimento de licenciamento, como previsto na já mencionada Resolução CONAMA 458/2013. No entanto, a dispensa do prévio licenciamento ambiental para as atividades agrossilvipastoris, como previsto no art. 10 da Lei Estadual 2.713 /2013, representa uma subversão da disciplina geral editada pela União, que exige a observância das regras aplicáveis à obtenção das licenças previstas na Resolução CONAMA 237/1997. Percebe-se, diante do exame analítico retro consignado, que a jurisprudência elencada pelo autor rechaça: (i) regras genéricas de atuações violadoras do regime nacional; (ii) a criação de situações excepcionais com previsível dano ao meio ambiente (com novas intervenções); ou (iii) que enseje ampliação de requisitos mínimos federais, tudo a indicar que em tais casos houve real desvirtuamento da diretriz "clear statement rule", prejudicando, assim, o regime legítimo padronizado federal e o "standard" de proteção ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Entretanto, consoante se verá, criou-se a dispensa de EIA/RIMA para aterros sanitários e aterros industriais existentes em áreas antropizadas (destituídas de vegetação e abrangidas pelo licenciamento ambiental) e quando não houver ampliação no volume diário (Art. 5º, §2º, da Lei Estadual nº 21.052/2022, pontos não enfrentados nas decisões colacionadas pelo polo ativo. II.I. Art. 5º, §2º, da Lei Estadual nº 21.052/2022 Adentrando, doravante, o mérito deste processo objetivo, o autor defende, em primeiro lugar, que o art. 5º, §2º, da Lei Estadual nº 21.052/2022 - ao dispensar a realização de EIA/RIMA para a ampliação de aterros sanitários e industriais, "para o uso de suas áreas consideradas antropizadas"[2], quando não houver "ampliação no seu volume diário de recebimento de resíduos" - incorre em vício formal por contrariar as normas federais que regem a matéria, usurpando, assim, a competência da União para editar normas gerais de proteção ao meio-ambiente. Em segundo lugar, pondera que o normativo em questão ofende o art. 207, §1º, V, da CE, além de não proteger de forma suficiente o direito constitucional ao meio ambiente equilibrado. Segue a redação da regra impugnada: Lei Estadual nº 21.052/2022: "Art. 5º Os empreendimentos de aterros sanitários e aterros industriais que visam aumentar a sua vida útil podem requerer a Licença Prévia de Ampliação ao órgão ambiental para o uso das suas áreas consideradas antropizadas[3]. § 1º Consideram-se áreas antropizadas de aterros, aquelas que contemplam estruturas físicas, pátio de manobra, balança, área de estacionamento para veículos leves e pesados, entre outras estruturas existentes no empreendimento, à critério do órgão ambiental § 2º O pedido da Licença Prévia de Ampliação de que trata o caput deste artigo deve apresentar Relatório Ambiental Prévio - RAP, caso não haja ampliação no seu volume diário de recebimento de resíduos. [...] Consoante o raciocínio desenvolvido na exordial, os aterros sanitários - por força de seu potencial de causar significativa degradação ambiental - constituem atividades taxativamente previstas como dependentes de prévia elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental. Na compreensão do autor, é vedado à norma estadual veicular previsões que importem, na prática, em flexibilização das diretrizes gerais estabelecidas pela União que dispensa a realização de EIA/RIMA para a concessão de "Licença Prévia" para a ampliação de aterros sanitários ou industriais "para o uso das suas áreas consideradas antropizadas". A proposta de inconstitucionalidade utiliza-se da seguinte pressuposição: qualquer modificação (inclusive em áreas antropizadas) nas áreas destinadas ao aterro sanitário são dependentes de EIA/RIMA. Em outras palavras, toda ampliação ou modificação causadas na área afetada ao aterro sanitário necessita de Estudo de Impacto Ambiental. Contudo, tal linha de raciocínio comporta algumas reflexões: Inicialmente cabe notar que, nos termos da Constituição Federal, o estudo prévio de impacto ambiental é reservado para obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente (art. 225, §1º, IV da CF), no mesmo sentido da Constituição Estadual que exige a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a "construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de signicativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade" (art. 227, §1º, V da CE). Tal compreensão foi adotada, igualmente, nos textos legais pós-88, na Lei Federal nº 6.938 /1981 (Política Nacional do Meio Ambiente). Assim sendo, não basta ter potencial de degradação ambiental (alteração adversa das características do meio ambiente). É imprescindível que a degradação seja classificada como de natureza significativa. No mesmo sentido, segue a Resolução CONAMA nº 237/1997 que dispõe sobre o licenciamento ambiental, nos termos do art. 8º, I, da Lei Federal nº 6.938/1981: Art. 3º A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação. Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento. Conforme evidencia o parágrafo único do art. 3º Resolução CONAMA nº 237/1997 retro consignado, a política pública ambiental não é uniforme: a depender de suas características, tais como o tipo de resíduos (perigosos ou não perigosos) e o volume de disposição diária, determinados condicionantes ambientais são agravados ou, ao revés, simplificados, como é o caso dos aterros sanitários de pequeno porte (Resolução nº 404/2008 do CONAMA[4]). Ao se adotar o EIA/RIMA como procedimento necessário em todos os casos sob a perspectiva que tais estudos evidenciarão se as aludidas intervenções resultam ou não na alteração nos impactos ambientais previamente avaliados, tal posicionamento: A uma, refuta previamente os critérios técnicos elencados por órgão público que tem missão proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental paranaense, buscando melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade[5]. As atividades de transporte, tratamento e destinação final de resíduos estão sujeitas a prévia análise e licenciamento ambiental perante o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, de acordo com as normas legais vigentes (art. 16 da Lei Estadual nº 12.493/99). Note-se que o exame da necessidade de exigência do EIA/RIMA é particularizado e de atribuição do órgão ambiental competente, no caso do Paraná, o Instituto Água e Terra (art. 2º da Resolução CONAMA nº 404/2008): Art. 2o Para os aterros tratados nesta resolução será dispensada a apresentação de EIA/RIMA. Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que o aterro proposto é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, exigirá o EIA/RIMA. No caso dos autos, se o IAT concluiu tecnicamente que, à princípio, não há degradação significativa do meio ambiente, QUER PORQUE as "áreas antropizadas estão incluídas na Área Diretamente Afetada - ADA, portanto já estão abrangidas pelo licenciamento ambiental", QUER PORQUE "não haverá ampliação da capacidade de recebimento nem supressão de vegetação, as intervenções em áreas antropizadas, a princípio, não resultam em alteração significativa na concepção do empreendimento e nos impactos ambientais previamente avaliados", QUER PORQUE "não se justifica a avaliação de alternativas locacionais (parte integrante do EIA/RIMA)", o Poder Judiciário deve adotar postura de autocontenção, na forma da jurisprudência do STF: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. PADRÕES DE QUALIDADE DO AR. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA): COMPETÊNCIA PARA EXERCER JUÍZO TÉCNICO DISCRICIONÁRIO DE NORMATIZAÇÃO DA MATÉRIA. PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO. AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 491, DE 2018(...) 3. Impropriedade do Poder Judiciário em adentrar, ou mesmo substituir, o juízo técnico discricionário realizado na elaboração e no aprimoramento da política pública em foco. 4. Não se afigura salutar a conduta judicial de permanente e minudente escrutínio incidente sobre a condução das políticas públicas selecionadas pelo Administrador. 5. Em se tratando de tema de complexa e controvertida natureza técnico-científica, cabe ao Poder Judiciário atuar com ainda maior deferência em relação às decisões de natureza técnica tomadas pelos órgãos públicos com maior capacidade institucional para o tratamento e solução da questão. 6. Eventual atuação desta Suprema Corte no sentido de rever os critérios que redundaram na opção empreendida pelo CONAMA dependeria de manifesta falta de razoabilidade, de ausência de justificação ou de evidente abusividade na escolha empreendida pelo Administrador, não sendo este o caso dos autos(...) 11. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente (ADI 6148, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Relator(a) p/ Acórdão: ANDRÉ MENDONÇA, Tribunal Pleno, julgado em 05-05-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-184 DIVULG 14-09-2022 PUBLIC 15-09-2022). EMENTA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO DE INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. ART. 7º, III E XV, IN FINE, DA LEI Nº 9.782 /1999. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA (RDC) DA ANVISA Nº 14/2002. PROIBIÇÃO DA IMPORTAÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS DO TABACO CONTENDO ADITIVOS. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. REGULAÇÃO SETORIAL. FUNÇÃO NORMATIVA DAS AGÊNCIA REGULADORAS. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. CLÁUSULAS CONSTITUCIONAIS DA LIBERDADE DE INICIATIVA E DO DIREITO À SAÚDE. PRODUTOS QUE ENVOLVEM RISCO À SAÚDE. COMPETÊNCIA ESPECÍFICA E QUALIFICADA DA ANVISA. ART. 8º, § 1º, X, DA Lei nº 9.782/1999. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. DEFERÊNCIA ADMINISTRATIVA. RAZOABILIDADE. CONVENÇÃO-QUADRO SOBRE CONTROLE DO USO DO

TABACO - CQCT. IMPROCEDÊNCIA. (...). 9. Definidos na legislação de regência as políticas a serem perseguidas, os objetivos a serem implementados e os objetos de tutela, ainda que ausente pronunciamento direto, preciso e não ambíguo do legislador sobre as medidas específicas a adotar, não cabe ao Poder Judiciário, no exercício do controle jurisdicional da exegese conferida por uma Agência ao seu próprio estatuto legal, simplesmente substituí-la pela sua própria interpretação da lei. Deferência da jurisdição constitucional à interpretação empreendida pelo ente administrativo acerca do diploma definidor das suas próprias competências e atribuições, desde que a solução a que chegou a agência seja devidamente fundamentada e tenha lastro em uma interpretação da lei razoável e compatível com a Constituição. Aplicação da doutrina da deferência administrativa (Chevron U.S.A. v. Natural Res. Def. Council). (...) (ADI 4874, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 01-02-2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-019 DIVULG 31-01- 2019 PUBLIC 01-02-2019). EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS. ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE, ABUSO DE PODER OU TERATOLOGIA. CAPACIDADE INSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E DA LEGALIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO ENTRE ATO COATOR E DECISÃO NO MS 35.758. INEXISTÊNCIA. PROVAS INSUFICIENTES PARA AMPARAR O ALEGADO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. NEGADO SEGUIMENTO MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (...) ressalvadas as hipóteses de flagrantes ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, impõe-se ao Poder Judiciário autocontenção (judicial self-restraint) e deferência às valorações realizadas pelos órgãos técnico-especializados, sobretudo os dotados de previsão constitucional para tanto, dada sua maior capacidade institucional para o tratamento da matéria. Precedentes(...) 6. Agravo Regimental ao qual se NEGA PROVIMENTO. (MS 36253 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 11-05-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe129 DIVULG 25-05-2020 PUBLIC 26-05-2020). AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO ECONÔMICO E ADMINISTRATIVO. CONCORRÊNCIA. PRÁTICA LESIVA TENDENTE A ELIMINAR POTENCIALIDADE CONCORRENCIAL DE NOVO VAREJISTA. ANÁLISE DO MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. INCURSIONAMENTO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. A capacidade institucional na seara regulatória, a qual atrai controvérsias de natureza acentuadamente complexa, que demandam tratamento especializado e qualificado, revela a reduzida expertise do Judiciário para o controle jurisdicional das escolhas políticas e técnicas subjacentes à regulação econômica, bem como de seus efeitos sistêmicos. 2. O dever de deferência do Judiciário às decisões técnicas adotadas por entidades reguladoras repousa na (i) falta de expertise e capacidade institucional de tribunais para decidir sobre intervenções regulatórias, que envolvem questões policêntricas e prognósticos especializados e (ii) possibilidade de a revisão judicial ensejar efeitos sistêmicos nocivos à coerência e dinâmica regulatória administrativa. (...). 13. Agravo regimental a que se NEGA PROVIMENTO. (RE 1083955 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28-05-2019, PROCESSO ELETRÔNICO). Finalmente, cabe consignar que o §2º do art. 5º da Lei Estadual nº 21.052/2022 possibilita a utilização do Relatório Ambiental Prévio - RAP, caso não haja ampliação no seu volume diário de recebimento de resíduos, ou seja, sequer ocorrerá incremento significativo na geração de resíduos. Aliás, mesmo no caso em que exista um incremento significativo na geração de resíduos (não é o caso da lei estadual impugnada), o §2º do art. 1º da Resolução CONAMA nº 404 /2008 admite a adoção de procedimento simplificado nos aterros de pequeno porte, desde que o incremento esteja previsto no projeto e contemple medidas de controle adicionais. De mais a mais, a declaração pura de inconstitucionalidade do §2º do art. 5º da Lei Estadual nº 21.052/2022, tal como pleiteada na tese autoral, enseja a desconsideração /nulificação da autorização federal decorrente da Resolução CONAMA nº 404/2008. Em outras palavras, para que o C. Órgão Especial julgue procedente o pleito da exordial, necessita reconhecer previamente a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 404 /2008, conforme a manifestação consignada no mov. 34: "A respeito, especificamente, das Resoluções CONAMA nº 404/2008 e CEMA nº 094/2014, cumpre tecer breves considerações. O CONAMA, por meio da Resolução nº 404/2008, estabeleceu critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos, com o intuito de simplificar o procedimento de Licenciamento Ambiental. Em seu artigo 1º, §1º, dispõe que aterros sanitários de pequeno porte são aqueles com disposição diária de até 20t (vinte toneladas) de resíduos sólidos urbanos, limitado a uma única unidade por sede municipal ou distrital e no artigo 2º, afirma que para esse tipo de empreendimento não será exigida a apresentação de EIA/RIMA, a não ser que o órgão ambiental competente verifique que o aterro proposto é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente. No Estado do Paraná, partindo desta premissa, a Resolução CEMA nº 094/2014 estabeleceu diretrizes e critérios orientadores para o licenciamento e outorga, projeto, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários, e previu, em seu artigo 4º, que os aterros sanitários com disposição diária de até 20 toneladas de resíduos sólidos urbanos devem apresentar Relatório Ambiental Preliminar, dispensando-se também o EPIA/RIMA. É fácil de ver, no entanto, que a aplicação dos referidos atos infralegais também viola diretamente o art. 225, §1º, inciso IV, da Constituição da República de 1988". Sequencialmente, é citado trecho de tese defendida no Seminário Estadual de teses do MPPR, aqui parcialmente colacionado (destaques nossos): "(...) a Resolução CONAMA 404/2008 enfraquece a garantia de EPIA/RIMA na medida em que dispensa sem qualquer fundamento técnico o estudo em alguns casos, indo de encontro à previsão constitucional e à infraconstitucional (...) em se comparando as duas normas do CONAMA (01/86 e 404/2008), há evidente violação da proibição de retrocesso ambiental, insculpido no caput do artigo 225 da CR/88 no tocante à prevenção dos impactos dos aterros sanitários, vez que a nova Resolução enfraquece sobremaneira a proteção antes dada com a avaliação e mensuração destes impactos por meio de EPIA/RIMA. E a Resolução CEMA/PR 094/2014 acaba por ecoar este retrocesso (...) a aplicação da Resolução CONAMA 404/2008 e da Resolução CEMA 094/2014 acaba por flexibilizar todos os cuidados necessários para a análise de viabilidade locacional e ambiental, assim como para a sua instalação e operação, dando azo a promoção de danos socioambientais irreversíveis (...) A Resolução CEMA 094/2014 e a NBR 15849:10 tampouco suprem essa ausência de fundamentação técnica para a dispensa do EPIA/RIMA; pelo contrário, apenas reiteram as disposições da Resolução CONAMA 404/2008 e desvirtuam a essência e os parâmetros mínimos de controle do licenciamento ambiental de uma atividade dotada de significativo impacto poluidor". Entretanto, sequer cogitou-se questionar no presente feito as Resoluções CONAMA 404 /2008 e CEMA 094/2014, aspecto que descumpre o regramento contido no inciso I do art. 3º da Lei Federal nº 9.868/99. Acrescente-se que, como visto no relatório, o autor, intimado a respeito, informou ""que não foram localizadas decisões judiciais que tenham declarado a invalidade jurídica das resoluções sobreditas". Finalmente, cabe consignar que, no movimento 34.1, a pretensão autoral é complementada pela citação de excerto da Nota Técnica 2/2022, do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo deste MPPR[6]. Ocorre que, referida Nota Técnica, igualmente pertencente ao processo legislativo (mov. 16.2 - pg. 50 e seguintes) examinou, na oportunidade, o art. 6º na versão original do PL 67/2022, conforme revela o seguinte excerto: "O Projeto de Lei propõe, em seu artigo 6º, que os empreendimentos de aterros sanitários e aterros industriais podem requerer a Licença Prévia de Ampliação ao órgão ambiental para o uso das suas áreas consideradas antropizadas, dispensando a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA ". A versão original do projeto de lei não continha o elemento normativo condicional presente no dispositivo questionado, qual seja, a ausência de ampliação no volume diário de recebimento de resíduos. Confira-se a redação original que foi posteriormente alterada: "Art. 6º Os empreendimentos de aterros sanitários e aterros industriais podem requerer a Licença Prévia de Ampliação ao órgão ambiental para o uso das suas áreas consideradas antropizadas. § 1º Consideram-se áreas antropizadas aquelas que contemplam estruturas físicas, pátio de manobra, balança, área de estacionamento para veículos leves e pesados, entre outras áreas existentes no empreendimento, à critério do órgão ambiental. § 2º O pedido da Licença Prévia de Ampliação de que trata o caput deste artigo deve conter o Relatório Ambiental Preliminar - RAP. § 3º O pedido da Licença Prévia de Ampliação de que trata o caput deste artigo dispensa a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, por se tratar de uma atividade já licenciada e em operação". Consoante redação acima, a versão original previa que a justificativa da dispensa do EIA /RIMA dependia da simples existência de prévio licenciamento e operação da atividade. Em tal contexto, era irrelevante o aumento no volume de resíduos. Com ou sem aumento de resíduos era dispensado o EIA/RIMA. Portanto, não restou evidenciado que a Nota Técnica 2/2022, do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo rechaçou a possibilidade de afastar o EIRA/RIMA em caso de ampliação de aterros de pequeno porte desde que ausente o incremento na geração de resíduos. II.II Art. 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022 Segue-se o teor do art. 12 do diploma vergastado na parte que interessa à lide objetiva: "Art. 12. Os resíduos perigosos que apresentem características de inflamabilidade serão destinados à recuperação energética: I - obrigatoriamente, quando houver instalações devidamente licenciadas para recuperação energética a até 150km (cento e cinquenta quilômetros) de distância da fonte de geração dos resíduos; e II - vetado. Depreende-se do caderno processual que o regramento contido no inciso II, que estabelecia a destinação energética "opcionalmente, em condição distinta da estabelecida no inciso I deste artigo" foi: (i) inicialmente vetado pelo Poder Executivo, cuja prerrogativa de veto foi posteriormente rejeitada pelo Poder Legislativo; (ii) nada obstante a manutenção da regra pelo Poder Legislativo pós-derrubada do veto aposto, optou-se por deixar de ser promulgado, tanto pelo Governador, quanto pelo Presidente da ALEP. Assim foi redigido o veto governamental (página 121 do movimento 16.2 - destaques nossos): "Ainda, cumpre destacar a necessidade de veto do contido no inciso II do art. 12, que dispõe: Art. 12. Os resíduos perigosos que apresentem características de inflamabilidade serão destinados à recuperação energética: (...) II - opcionalmente, em condição distinta da estabelecida no inciso I deste artigo. Neste ponto, justifica-se o veto uma vez que a disposição de resíduos que apresentem características de inflamabilidade (potencial energético) em aterros industriais significa um retrocesso na política de resíduos sólidos que vem sendo estabelecida no âmbito estadual. A proposta também contraria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, pois a não proibição da destinação final desses resíduos em aterros no Estado do Paraná, acabará por incentivar tal prática". Sobre o tema, a Assembleia Legislativa Paranaense noticiou (mov. 16.1) a existência de nota publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 2.499/2022 na qual é justificada a não promulgação do trecho do veto rejeitado. Cita-se o excerto relevante: (...) Durante o processo legislativo, Deputados e técnicos debateram intensamente sobre todas as consequências ambientais, econômicas e sociais e procuraram entender a prática de geração e destinação de resíduos.Entretanto, quando da discussão do Veto, houve compreensão equivocada dos objetivos da referida norma legal, interpretando-a de maneira diversa da ideia apresentada durante o processo legislativo. A Assembleia Legislativa respeita e defende o posicionamento de todos e de cada um de seus Parlamentares, suas opiniões, manifestações e votos no cumprimento de seus deveres funcionais enquanto mandatários eleitos. Repudiamos

as afirmações de que qualquer Deputado Estadual ou Deputada tenha tomado suas decisões sem considerar todos os aspectos a partir do estrito interesse público. Apesar disso, em razão das interpretações diversas e para resguardar o compromisso ambiental, não promulgaremos nem divulgaremos ou publicaremos os dispositivos vetados, tornando sem efeito o Veto derrubado". Para melhor compreender, evidencia-se no quadro comparativo abaixo a diferença de tratamento normativo entre a redação do Projeto de Lei nº 67/2022 (vetada) e o regramento federal (destaques nossos): Projeto de Lei nº 67/2022 Art. 12. Os resíduos perigosos que apresentem características de inflamabilidade serão destinados à recuperação energética: I - obrigatoriamente, quando houver instalações devidamente licenciadas para recuperação energética a até 150km (cento e cinquenta quilômetros) de distância da fonte de geração dos resíduos; e II - opcionalmente, em condição distinta da estabelecida no inciso I deste artigo (texto não promulgado). Decreto Federal nº 10.936/2022 Art. 72. Observada a ordem de prioridade estabelecida no art. 9º da Lei nº 12.305, de 2010, e no art. 30 deste Decreto, os resíduos perigosos que apresentem características de inflamabilidade serão destinados à recuperação energética: I - obrigatoriamente, quando houver instalações devidamente licenciadas para recuperação energética a até cento e cinquenta quilômetros de distância da fonte de geração dos resíduos; e II - preferencialmente, em condição distinta da estabelecida no inciso I. A previsão "opcionalmente" ao invés de "preferencialmente" demonstra, portanto, que, a disposição estadual (art. 12 do Projeto que foi convertido na Lei Estadual nº 21.052/2022) realmente distanciou-se do comando do art. 72 do Decreto Federal nº 10.936/2022 ao subverter a ordem de prioridades delimitada por aquele dispositivo. Violado, no ponto, o elemento "clear statement rule", dada a legitimidade no estabelecimento de regramento federal. Divergindo do preceito federal, a norma invectivada subverte a hierarquia delineada para a destinação dos resíduos inflamáveis, porquanto não contempla a diretriz do artigo 72, II do regramento federal, que estabelece ser preferencial a recuperação energética nos casos de resíduos gerados a mais de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de instalações licenciadas. Entretanto, como o inciso II do art. 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022 deixou de ser promulgado (ato formal que enuncia a instituição de texto legal), restou a lacuna normativa sobre o tratamento a ser conferido aos resíduos perigosos que apresentem características de inflamabilidade e serão destinados à recuperação energética quando houver instalações devidamente licenciadas para recuperação energética a mais de 150km (cento e cinquenta quilômetros) de distância da fonte de geração dos resíduos. Nesse tocante, menciona-se, por oportuno, excerto da petição inicial que bem explicita a questão: "Vale dizer, mesmo havendo a possibilidade de destinação à recuperação energética em situação que não se amolde ao inciso I daquele preceito (cujo comando legal é de "obrigatoriedade" da destinação), o vazio normativo proporciona seja dado fim alternativo aos resíduos, potencialmente menos benéfico ao meio ambiente e contrário à PNRS, ainda que não exista parecer do órgão ambiental competente atestando a inviabilidade do transporte dos resíduos". Desse modo, há de ser reconhecida a inconstitucionalidade da norma contida no art. 12 da Lei nº 21.052/2022: a) seja porque, quando ainda em projeto legislativo, eliminou-se o critério federal da preferência ao prever o critério da facultatividade; b) seja porque a lacuna normativa decorrente da não promulgação do inciso I do art. 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022 prejudicou a função deôntica da hipótese do destino dos resíduos perigosos quando houver instalações devidamente licenciadas para recuperação energética a mais de 150km. II.III Art. 8º da Lei nº 21.052/2022. Por outro lado, não merece acolhida a arguição de inconstitucionalidade material do art. 8º da Lei Estadual nº 21.052/2022. Eis a redação do sobredito dispositivo: "Art. 8º Os aterros de resíduos sólidos urbanos e industriais devem manter a sua área de disposição final a uma distância de coleções hídricas ou cursos d' água, conforme dispõe a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Parágrafo único. Norma regulamentadora não poderá alterar os limites estabelecidos na Lei Federal mencionada no caput deste artigo". Acerca do tema, por seu turno, prevê o art. 4º da Lei Federal nº 12.651/2012: "Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012). a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;" Segundo expõe a parte autora, a matéria era anteriormente regulada pela Resolução nº 94 /2014 do Conselho Estadual de Meio Ambiente, que "estabelece diretrizes e critérios orientadores para o licenciamento e outorga, projeto, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais [...]". O art. 15 do aludido ato normativo assim previa: "Artigo 15. O aterro sanitário deverá: a) localizar-se fora da área de influência direta do manancial de abastecimento público; b) manter sua área de disposição final a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros de rios, nascentes e demais corpos hídricos, respeitando distâncias maiores estabelecidas em normas específicas referente às áreas de preservação permanente [...]". Desse modo, ao que argumenta a d. Procuradoria-Geral de Justiça, o art. 8º do diploma invectivado importou em redução da proteção ambiental anteriormente estatuída pela Resolução nº 94/2014 - que previa uma distância mínima de 200 (duzentos) metros entre a área de disposição final de aterros sanitários e rios, nascentes e demais corpos hídricos, com o respeito, todavia, a "distâncias maiores estabelecidas em normas específicas referente às áreas de preservação permanente". Por outro lado, a novel legislação dispôs tão somente que os aterros devem "manter a sua área de disposição final a uma distância de coleções hídricas ou cursos d'água, conforme dispõe a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012". Ou seja, previu como suficiente a observância das distâncias mínimas fixadas pela legislação federal, a qual, em termos práticos, permite uma distância inferior a 200 (duzentos) metros - entre os aterros e os cursos d'água - quando estes tiverem largura de até 200 (duzentos) metros. Na visão da parte autora, ao reduzir o patamar de proteção anteriormente delimitado pela Resolução nº 94/2014, a norma estadual incorreu em mácula de inconstitucionalidade material, por traduzir tutela insuficiente ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Não lhe assiste razão. Embora seja desejável o incremento paulatino da proteção ao meio ambiente, abalizada doutrina entende possível a redução dos patamares protetivos por intervenção legislativa, desde que esta não afete o núcleo fundamental das garantias ambientais. Menciona-se, por pertinente, o ensinamento de Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer: "Por força da proibição de retrocesso, não é possível engessar a ação legislativa e administrativa, portanto, não é possível impedir ajustes e mesmo restrições. Do contrário - e quanto ao ponto dispensam-se maiores considerações - a proibição de retrocesso poderia até mesmo assegurar aos direitos socioambientais uma proteção mais reforçada do que a habitualmente empregada para os direitos civis e políticos, onde, em princípio, se parte do pressupostos de que não existem direitos absolutamente imunes a qualquer tipo de restrição, mormente para salvaguarda eficiente (do contrário, incidiria a proibição de proteção insuficiente) de outros direitos fundamentais e bens de valor constitucional. Ao analisar a proibição de retrocesso ambiental (ou princípio da não regressão, como prefere), Michel Prieur assinala que 'a regressão não deve, jamais, ignorar a preocupação de tornar cada vez mais efetivos os direitos protegidos. Enfim, o recuo de um direito não pode ir aquém de certo nível, sem que esse direito seja desnaturado. Isso diz respeito tanto aos direitos substanciais como aos direitos procedimentais. Deve-se, assim, considerar que, na seara ambiental, existe um nível de obrigações jurídicas fundamentais de proteção, abaixo do qual toda medida nova deveria ser vista como violando o direito ao ambiente'. Em outras palavras, não se deixa de admitir uma margem de discricionariedade do legislador em matéria ambiental, mas, como bem colocado por Prieur, existem fortes limites à adoção de medidas restritivas no tocante aos direitos ecológicos, tanto sob o prisma material quanto processual (ou procedimental)" (SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito constitucional ambiental: Constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 302 - destaquei.). Esse também é o entendimento da Suprema Corte, a qual, na ADC nº 42 e nas ADI nº 4.901, 4.902, 4.903 e 4.937[7] - ao examinar a constitucionalidade de uma série de dispositivos da Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) - entendeu que o princípio da vedação ao retrocesso ambiental não se reveste de caráter absoluto, não podendo ser invocado para coibir toda e qualquer providência voltada à redução dos níveis de proteção ao meio ambiente. Transcreve-se excerto da ementa do referido precedente na porção que interessa: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO AMBIENTAL. ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO. DEVER DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAÇÃO COM OUTROS VETORES CONSTITUCIONAIS DE IGUAL HIERARQUIA. ARTIGOS 1º, IV; 3º, II E III; 5º, CAPUT E XXII; 170, CAPUT E INCISOS II, V, VII E VIII, DA CRFB. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. JUSTIÇA INTERGERACIONAL. ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA GERAÇÃO ATUAL. ESCOLHA POLÍTICA. CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. IMPOSSIBILIDADE DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO. EXAME DE RACIONALIDADE ESTREITA. RESPEITO AOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE DECISÓRIA EMPREGADOS PELO FORMADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS. INVIABILIDADE DE ALEGAÇÃO DE VEDAÇÃO AO RETROCESSO. NOVO CÓDIGO FLORESTAL. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES. 1. O meio ambiente é tutelado constitucionalmente pela regra matriz do artigo 225, caput, da Constituição, que dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. 11. Por outro lado, as políticas públicas ambientais devem conciliar-se com outros valores democraticamente eleitos pelos legisladores como o mercado de trabalho, o desenvolvimento social, o atendimento às necessidades básicas de consumo dos cidadãos etc. Dessa forma, não é adequado desqualificar determinada regra legal como contrária ao comando constitucional de defesa do meio ambiente (art. 225, caput, CRFB), ou mesmo sob o genérico e subjetivo rótulo de retrocesso ambiental, ignorando as diversas nuances que permeiam o processo decisório do legislador, democraticamente investido da função de apaziguar interesses conflitantes por meio de regras gerais e objetivas. 12. Deveras, não se deve desprezar que a mesma Constituição protetora dos recursos ambientais do país também exorta o Estado brasileiro a garantir a livre iniciativa (artigos 1º, IV, e 170) e o desenvolvimento nacional (art. 3º, II), a erradicar a pobreza e a marginalização, a reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III; art. 170, VII), a proteger a propriedade (art. 5º, caput e XXII; art. 170, II), a buscaro pleno emprego (art. 170, VIII; art. 6º) e a defender o consumidor (art. 5º, XXXII; art. 170, V) etc. 13. O desenho institucional das políticas públicas ambientais suscita o duelo valorativo entre a tutela ambiental e a tutela do desenvolvimento, tendo como centro de gravidade o bem comum da pessoa humana no cenário de escassez. É dizer, o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente não são políticas intrinsecamente antagônicas. [...] 15. A preservação dos recursos naturais para as gerações futuras não pode significar a ausência completa de impacto do homem na natureza, consideradas as carências materiais da geração atual e também a necessidade de gerar desenvolvimento econômico suficiente para assegurar uma travessia confortável para os nossos descendentes. [...] 18. A capacidade institucional, ausente em um cenário de incerteza, impõe auto-contenção do Judiciário, que não pode substituir as escolhas dos demais órgãos

dos Estado por suas próprias escolhas (VERMEULE, Adrian. Laws Abnegation . Cambridge: Harvard University Press, 2016. p. 130, 134- 135) 19. O Princípio da vedação do retrocesso não se sobrepõe ao princípio democrático no afã de transferir ao Judiciário funções inerentes aos Poderes Legislativo e Executivo, nem justifica afastar arranjos legais mais eficientes para o desenvolvimento sustentável do país como um todo. 20. A propósito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal demonstra deferência judicial ao planejamento estruturado pelos demais Poderes no que tange às políticas públicas ambientais. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 586.224/SP (Rel. ministro Luiz Fux , julgamento em 05/03 /2016), apreciou-se o conflito entre lei municipal proibitiva da técnica de queima da palha da cana-de-açúcar e a lei estadual definidora de uma superação progressiva e escalonada da referida técnica. Decidiu a Corte que a lei do ente menor, apesar de conferir aparentemente atendimento mais intenso e imediato ao interesse ecológico de proibir queimadas, deveria ceder ante a norma que estipulou um cronograma para adaptação do cultivo da cana-de-açúcar a métodos sem a utilização do fogo. Dentre os fundamentos utilizados, destacou-se a necessidade de acomodar, na formulação da política pública, outros interesses igualmente legítimos, como os efeitos sobre o mercado de trabalho e a impossibilidade do manejo de máquinas diante da existência de áreas cultiváveis acidentadas. Afastou-se, assim, a tese de que a norma mais favorável ao meio ambiente deve sempre prevalecer (in dubio pro natura), reconhecendo-se a possibilidade de o regulador distribuir os recursos escassos com vistas à satisfação de outros interesses legítimos, mesmo que não promova os interesses ambientais no máximo patamar possível. Idêntica lição deve ser transportada para o presente julgamento, a fim de que seja refutada a aplicação automática da tese de vedação ao retrocesso para anular opções validamente eleitas pelo legislador. 21. O Código Florestal ostenta legitimidade institucional e democrática, sendo certo que a audiência pública realizada nas presentes ações apurou que as discussões para a aprovação da Lei questionada se estenderam por mais de dez anos no Congresso Nacional. Destarte, no âmbito do Parlamento, mais de 70 (setenta) audiências públicas foram promovidas com o intuito de qualificar o debate social em torno das principais modificações relativas ao marco regulatório da proteção da flora e da vegetação nativa no Brasil. Consectariamente, além da discricionariedade epistêmica e hermenêutica garantida ao Legislativo pela Constituição, também militam pela autocontenção do Judiciário no caso em tela a transparência e a extensão do processo legislativo desenvolvido, que conferem legitimidade adicional ao produto da atividade do Congresso Nacional. [...] 23. Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4901, 4902, 4903 e 4937 e Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 42 julgadas parcialmente procedentes. (ADC 42, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 28-02-2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-175 DIVULG 12-08-2019 PUBLIC 13-08- 2019 - destaquei.) Colaciona-se, por oportuno, trecho do voto do Relator, Ministro Luiz Fux: "Essa movimentação política de âmbito global tem despertado os Estados nacionais e a coletividade para a urgência e a importância da causa ambiental. Comparativamente, 150 constituições nacionais atualmente em vigor tratam da proteção ao meio ambiente em seus textos. No Brasil, não obstante constituições anteriores tenha disciplinado aspectos específicos relativos a alguns recursos naturais (água, minérios etc), a Carta de 1988 consistiu em marco que elevou a proteção integral e sistematizada do meio ambiente ao status de valor central da nação. Não à toa, a comunidade internacional a apelidou de Constituição Verde, considerando-a a mais avançada do mundo nesse tema. No entanto, a escolha de políticas públicas no âmbito do Direito Ambiental representa a difícil tarefa de acomodar a satisfação de diferentes valores relevantes em permanente tensão, valores esses que podem pertencer igualmente à seara do meio-ambiente ou podem transbordar para outros setores, como o mercado de trabalho, o desenvolvimento social, o atendimento às necessidades básicas de consumo dos cidadãos etc. Dessa forma, não é adequado desqualificar determinada regra legal como contrária ao comando constitucional de defesa do meio ambiente (art. 225, caput, CRFB), ou mesmo sob o genérico e subjetivo rótulo de "retrocesso ambiental", ignorando as diversas nuances que permeiam o processo decisório do legislador, democraticamente investido da função de apaziguar interesses conflitantes por meio de regras gerais e objetivas. Não se deve desprezar que a mesma Constituição protetora dos recursos ambientais do país também exorta o Estado brasileiro a garantir a livre iniciativa (artigos 1º, IV, e 170), o desenvolvimento nacional (art. 3º, II), a erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III; art. 170, VII), a proteger a propriedade (art. 5º, caput e XXII; art. 170, II), a buscar o pleno emprego (art. 170, VIII; art. 6º), a defender o consumidor (art. 5º, XXXII; art. 170, V) etc. [...] A preservação dos recursos naturais para as gerações futuras não pode ser um valor absoluto, a significar a ausência completa de impacto do homem na natureza, consideradas as carências materiais da geração atual e também a necessidade de gerar desenvolvimento econômico suficiente para assegurar uma travessia confortável para os nossos descendentes. A questão, portanto, envolve diversas nuances, em especial a justiça intergeracional, demandando escolhas trágicas a serem realizadas pelas instâncias democráticas, e não pela convicção de juízes, por mais bem-intencionados que sejam. [...] [...] Evidencia-se, à luz do exposto, que a revisão judicial das premissas empíricas que embasam determinada medida regulatória, quanto mais quando editada pelo legislador democrático, não pode ocorrer pela singela e arbitrária invocação de um suposto "retrocesso" na defesa do meio ambiente. Na realidade, os proponentes da denominada "teoria da vedação do retrocesso" entendem existente um estado de inconstitucionalidade quando eliminada determinada norma infraconstitucional ou estrutura material essencial para a concretização mínima de um comando explícito da Carta Magna. Assim, o que se qualifica como vedada é a omissão do Estado quanto ao atendimento do núcleo essencial de uma ordem constitucional inequívoca a ele dirigida - assim decidiu esta Egrégia Corte, v. g., nos seguintes precedentes: ARE 745745 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 02/12/2014; ARE 727864 AgR, Relator (a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 04/11/2014 [...]. Entender como "vedação ao retrocesso" qualquer tipo de reforma legislativa ou administrativa que possa causar decréscimo na satisfação de um dado valor constitucional seria ignorar um elemento básico da realidade: a escassez. Rememore-se que, frequentemente, legisladores e administradores somente poderão implementar avanços na concretização de determinados objetivos constitucionais por meio de medidas que causam efeitos negativos em outros objetivos igualmente caros ao constituinte. O engessamento das possibilidades de escolhas na formulação de políticas públicas, a impedir a redistribuição de recursos disponíveis entre as diversas finalidades carentes de satisfação na sociedade, em nome de uma suposta "vedação ao retrocesso" sem base no texto constitucional, viola o núcleo básico do princípio democrático e transfere indevidamente ao Judiciário funções inerentes aos Poderes. [...] (ADC 42, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 28-02- 2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-175 DIVULG 12-08-2019 PUBLIC 13-08-2019 - destaquei.). A respeito especificamente do princípio da vedação do retrocesso ambiental, extrai-se também do voto prolatado, na ocasião, pelo Ministro Dias Toffoli: "[...] A revisão das premissas adotadas pelo Poder Legislativo na tomada de decisão em matéria de natureza técnico-científica encontra limites na capacidade institucional do STF, recomendando uma postura de autocontenção. A esse respeito, leciona Roberto Barroso (O Novo Direito Constitucional Brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2013): "Capacidade institucional envolve a determinação de qual Poder está mais habilitado a produzir a melhor decisão em determinada matéria. Temas envolvendo aspectos técnicos ou científicos de grande complexidade podem não ter no juiz de direito o árbitro mais qualificado, por falta de informação ou de conhecimento específico". Nesse quadro, entendo ser inadequado invocar, no caso presente, o princípio da vedação do retrocesso - argumento que perpassa a fundamentação contida em todas as ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas em face da Lei nº 12.651/2012 -pois, conforme bem pontuou o Relator, essa perspectiva "ignora[] as diversas nuances que permeiam o processo decisório do legislador, democraticamente investido da função de apaziguar interessantes conflitantes por meio de regras gerais e objetivas". Ademais, é preciso atentar para a advertência de Canotilho de que "a proibição do retrocesso não deve interpretar-se como proibição de qualquer retrocesso referido a normas concretas ou como proibição geral de retrocesso". O princípio da vedação do retrocesso impõe que se preserve o núcleo essencial do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que, em muitos casos, ocorre por meio da adoção de medidas compensatórias de intervenções eventualmente lesivas ao meio ambiente. [...] Nesse sentido se orienta a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar a ADI 4.350, de relatoria do Ministro Luiz Fux, afirmou que o princípio da vedação do retrocesso não tem natureza absoluta, de modo que "não pode impedir o dinamismo da atividade legiferante do Estado, mormente quando não se está diante de alterações prejudiciais ao núcleo fundamental das garantias sociais" (Tribunal Pleno, DJe de 3/12/14). Portanto, o aludido princípio constitucional não comporta interpretação no sentido de se tomar por petrificadas as normas infraconstitucionais garantidoras de determinado padrão de proteção ambiental, como se tivessem passado por um processo de constitucionalização. Tendo em vista essa compreensão teórica, entendo que o antigo Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) e demais normas anteriores à Lei nº 12.651/2012 não podem ser convertidas - como faz crer a argumentação dos requerentes das ações diretas de inconstitucionalidade - em parâmetro de controle da legitimidade da nova lei florestal. Conforme já exposto aqui, a Lei nº 12.651/2012 foi editada com o claro escopo de romper com a sistemática anterior, redesenhando as relações entre proteção ambiental, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social na política nacional de proteção das florestas nativas, a partir de um ajuste realizado entre os diversos segmentos da sociedade, com base em critérios de democracia deliberativa. Por tais razões,o exame dos pedidos formulados nas ações em análise deve envolver o confronto entre a Lei nº 12.651/2012 e a Constituição de 1988, dentro dos limites impostos pelo princípio democrático, que recomenda deferência às opções legislativas contidas na lei questionada, e pela capacidade institucional desta Corte" (ADC 42, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 28-02-2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe175 DIVULG 12-08-2019 PUBLIC 13-08-2019 - destaquei.). Deveras, consoante se extrai do julgado referenciado, não se afigura adequado invocar o princípio da vedação ao retrocesso para tolher todas as intervenções legislativas tendentes à flexibilização de normas de proteção ambiental. Ora, como assentado pelo STF, tal postura equivaleria ao engessamento da atividade do Legislador, que acabaria destituído dos instrumentos necessários à conciliação do direito ao meio ambiente equilibrado (art. 170, VI, da CF) com outros valores de igual estatura constitucional, a exemplo "[d]a livre iniciativa (artigos 1º, IV, e 170), [d]o desenvolvimento nacional (art. 3º, II), [da redução das...] desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III; art. 170, VII), [da proteção da] propriedade (art. 5º, caput e XXII; art. 170, II), [d]a busca [d]o pleno emprego (art. 170, VIII; art. 6º)" (ADC 42, Relator (a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 28-02-2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-175 DIVULG 12-08-2019 PUBLIC 13-08-2019), entre outros. Em decorrência, mostra-se possível a edição de norma que reduz parâmetros de proteção delineados anteriormente, para fins de propiciar a realização dos diversos direitos fundamentais agasalhados na Carta Magna, desde que a mitigação dos níveis de proteção não implique violação ao núcleo essencial do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Na hipótese, a norma combatida, apesar de importar em mitigação da tutela ao meio ambiente, não agride o núcleo essencial do direito fundamental, nem ofende as balizas delimitadas pelas normas gerais estabelecidas pela União, motivo pelo qual é de rigor afastar a alegação de inconstitucionalidade nesse ponto. Dessa feita, no que tange ao art. 8º da lei impugnada, não verifico pecha de inconstitucionalidade. II.IV DAS TÉCNICAS DECISÓRIAS NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE Ao se considerar que, ao contrário do sustentado pelo

Ministério Público, o CONAMA não enquadrou, como atividades sujeitas ao EIA/RIMA, todas as modalidades de atuação /alteração em aterros sanitários (aqui incluído o processamento e destinação final de resíduos tóxicos ou perigosos) de forma que não se encontra violado o legítimo regramento uniforme federal. Entretanto, afigura-se correta a leitura feita pela parte autora no sentido de que a lei estadual, nos termos em que o texto legal se materializou, comporta ajustes interpretativos, conforme os argumentos abaixo elencados: - Art. 5º, §2º, da Lei Estadual nº 21.052/2022 (declaração de nulidade parcial sem redução de texto - declaração de nulidade parcial qualitativa). A par da abrangência alargada dos contornos da interpretação conforme (método de interpretação e técnica de controle da validade normativa), é cediço que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não oferece critérios seguros quando versa sobre a técnica decisória em controle de constitucionalidade como bem esclarece o Ministro Gilmar Mendes: "Ao se analisar detidamente a jurisprudência do Tribunal, no entanto, é possível verificar que, em muitos casos, a Corte não atenta para os limites, sempre imprecisos, entre a interpretação conforme delimitada negativamente pelos sentidos literais do texto e a decisão interpretativa modificativa desses sentidos originais postos pelo legislador (ADI 3.324, ADI 3.046, ADI 2.652, ADI 1.946, ADI 2.209, ADI 2.596, ADI 2.405). No julgamento conjunto das ADI 1.105 e 1.127, ambas de relatoria do ministro Marco Aurélio, o Tribunal, ao conferir interpretação conforme à Constituição a vários dispositivos do Estatuto da Advocacia (Lei n. 8.906/94), acabou adicionandolhes novo conteúdo normativo, convolando a decisão em verdadeira interpretação corretiva da lei (ADI 1.105/DF e ADI 1.127/DF, rel. min. orig. Marco Aurélio, rel. min. p/ acórdão Ricardo Lewandowski). Em outros vários casos mais antigos (ADI 2.332, ADI 2.084, ADI 1.797, ADI 2.087, ADI 1.668, ADI 1.344, ADI 1.105, ADI 1.127), também é possível verificar que o Tribunal, a pretexto de dar interpretação conforme à Constituição a determinados dispositivos, acabou proferindo o que a doutrina constitucional, amparada na prática da Corte Constitucional italiana, tem denominado de decisões manipulativas de efeitos aditivos (Sobre a difusa terminologia utilizada, vide: Carlos Blanco de Morais, Justiça constitucional: o contencioso constitucional português entre o modelo misto e a tentação do sistema de reenvio, cit., t. 2, p. 238 e s.; Augusto Martín De La Vega, La sentencia constitucional en Italia, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2003; Francisco Javier Díaz Revorio, Las sentencias interpretativas del Tribunal Constitucional, Valladolid: Lex Nova; 2001; Héctor López Bofill, Decisiones interpretativas en el control de constitucionalidad de la ley, Valencia: Tirant lo Blanch, 2004) . (RE 641320, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 11-05-2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-159 DIVULG 29-07-2016 PUBLIC 01-08-2016 RTJ VOL-00237-01 PP-00261). Tal ausência de critério metodológico fora objeto de anterior ponderação[8], inclusive por parte de autorizada doutrina: "A discussão acerca da interpretação conforme a constituição segue o mesmo padrão de outras discussões relativas a modelos de interpretação e controle de constitucionalidade desenvolvidos em outros países e recepcionados no Brasil. Há uma enorme distância entre aquilo que a doutrina expõe, aquilo que a jurisprudência sustenta aplicar e aquilo que a jurisprudência de fato aplica. Tudo aquilo que a doutrina brasileira expõe e que foi analisado na primeira parte deste artigo, isto é, o conceito de interpretação conforme a constituição e sua fundamentação, não foi ainda assimilado pelo Supremo Tribunal Federal, embora ele mencione a interpretação conforme a constituição em um sem-número de julgados. Esses julgados, no entanto, raramente fazem uso da interpretação conforme a constituição da forma como pretende a doutrina"[9]. No mesmo sentido, já se afirmou que: "Efetivamente, observa-se que o Supremo Tribunal Federal já atribuiu as mais diversas funções à interpretação conforme a Constituição. Há manifestações de Ministros dessa Corte utilizando-a para antecipar futuras discussões jurisprudenciais, colmatar lacunas legislativas, ou, enfim, para eliminar discriminações legislativas arbitrárias. Se há, portanto, um Tribunal Constitucional em que a interpretação conforme a Constituição assume realmente a feição de uma "técnica camaleão", essa Corte é o Supremo Tribunal Federal" [10] Além das notórias diferenças existentes entre a aplicação da interpretação conforme a constituição como técnica de controle (polissemia de sentidos, limites na expressão literal do texto e possibilidade de reexame futuro da validade normativa por novas perspectivas interpretativas[11] frente à problemática dos efeitos vinculantes[12]) e a declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto (exclusão definitiva da norma reconhecida por violadora do ordenamento constitucional impeditivo da revisitação do "decisum"), há outra característica que bem demonstra a diferença entre tais técnicas: na primeira, as normas extraídas do texto legal são conflitantes, conquanto que, na segunda, as normas extraídas são alternativas ou concorrentes. Dito isso, enquanto na interpretação conforme há, como resultado normativo, duas ou mais interpretações que se opõe entre si, na inconstitucionalidade sem redução de texto há alternativas normativas concorrentes e alternativas que serão objeto de recorte/exclusão quando da delimitação do sentido interpretativa violador da Constituição. Justamente por isso, a técnica da inconstitucionalidade sem redução tem a função de excluir determinados campos de domínio fático-jurídico da incidência normativa. Há, sob essa perspectiva, uma restrição (nulidade) de determinados contextos de incidência do dispositivo legal. É dizer, antes da declaração de inconstitucionalidade podem ser identificados várias normas concorrentes (vários aspectos de incidência não conflitantes entre si), as quais serão objeto de restrição quando do reconhecimento jurisdicional da nulidade de uma ou mais pontos de incidência. Conforme esclarece Gilmar Mendes (destaques nossos): Ainda que se não possa negar a semelhança dessas categorias e a proximidade do resultado prático de sua utilização, é certo que, enquanto na interpretação conforme à Constituição se tem dogmaticamente, a declaração de que uma lei é constitucional com a interpretação que lhe é conferida pelo órgão judicial, constata-se, na declaração de nulidade sem redução de texto, a expressão exclusão, por inconstitucionalidade, de determinadas hipóteses de aplicação do programa normativo sem que se produza alteração expressa do texto legal[13]. No mesmo sentido, Rui Medeiros afirma que: "[...] enquanto na inconstitucionalidade parcial qualitativa as diferentes normas que se extraem da disposição podem operar contemporaneamente, pois regulam fattispecie diversas ou determinam efeitos independentes, já na interpretação conforme à Constituição as diferentes normas que resultam das interpretações contrastantes estão destinadas a operar alternativamente."[14] Pedro Moniz Lopes explica, didaticamente, o aspecto redutivo das sentenças que declaram a nulidade parcial qualitativa: "Destaque-se, também, o sentido redutivo das sentenças que declaram a inconstitucionalidade parcial qualitativa, materializado no efeito ablativo produzido parcialmente no espectro normativo decorrente do preceito sob iudicio. Assim, suponha-se que o preceito B engloba três hipotéticas normas - a norma B', B'' e B''' - tendo sido as duas primeiras estimadas como inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional. À partida, o preceito englobava um espectro interpretativo relativamente amplo. Porém, após a sentença de inconstitucionalidade sobre as duas primeiras interpretações, o preceito sofreu um efeito redutivo na sua potencialidade interpretativa, dando agora azo apenas a um sentido prezado como conforme à Constituição: a norma B''', estatuindo-se a nulidade das interpretações (normas) remanescentes"[15]. No caso, percebe-se que a norma mais ampla (campo de incidência mais abrangente porque não contém exceções) do art. 5º, §2º, da Lei Estadual nº 21.052/2022 que prevê a dispensa a realização de EIA/RIMA para a ampliação de aterros sanitários e industriais para o uso de suas áreas consideradas antropizadas, quando não houver ampliação no seu volume diário de recebimento de resíduos deve ser reduzido à luz do regramento federal, a exemplo da Resolução CONAMA n° 404/2008. Diante disso, recebe o efeito ablativo próprio da pronúncia de nulidade sem redução de texto a aplicação do dispositivo legal estadual que exclua o EIA/RIMA fora das hipóteses contempladas pelo regramento federal atual ou que vier a ser futuramente editado. - inciso II do art. 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022 (sentença aditiva pura/típica). Consoante explicita Jorge Miranda: "Nas decisões aditivas (também ditas modificativas ou manipulativas) a inconstitucionalidade detectada não reside naquilo que a norma preceitua; ou, por outras palavras, a inconstitucionalidade acha-se na norma na medida em que não contém tudo aquilo que deveria conter para responder aos imperativos da Constituição. E então o órgão de fiscalização acrescenta (e, acrescentando, modifica) esse elemento que falta"[16]. Destarte, uma vez que o inciso II do art. 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022 deixou de ser promulgado (ato formal que enuncia a instituição de texto legal), restou a lacuna normativa sobre o tratamento a ser conferido aos resíduos perigosos que apresentem características de inflamabilidade e serão destinados à recuperação energética quando houver instalações devidamente licenciadas para recuperação energética a mais de 150km (cento e cinquenta quilômetros) de distância da fonte de geração dos resíduos. Tal lacuna deve ser corrigida para passar a valer, no lugar do inciso II não promulgado, a disposição federal imperativa constante do Decreto Federal nº 10.936/2022, qual seja, "II - preferencialmente, em condição distinta da estabelecida no inciso I", mediante a utilização da técnica da sentença aditiva pura/típica. A ausência de promulgação do excerto legal acima mencionado justifica a excepcional admissibilidade de um modelo de sentença de perfil aditivo, dada a solução obrigatória pela perspectiva constitucional: por força das balizas federais determinantes ("clear statement rule") a norma que subjaz o lacunoso inciso II do art. 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022 só pode conter o mesmo significado que o inciso II do art. 72 do Decreto Federal nº 10.936/2022. De mais a mais, como o inciso I do art. 72 do Decreto Federal nº 10.936/2022 estabelece a obrigatoriedade (dever jurídico) da recuperação energética a até 150km (cento e cinquenta quilômetros) de distância da fonte de geração dos resíduos, a ausência de explicitação normativa do inciso II do art. 72 do Decreto Federal nº 10.936/2022 afeta, sobremaneira, o alcance de todas as condutas que não se performam no dever de obrigatoriedade descrito no inciso I. Tem-se, portanto, prejuízo na relação de hipótese e consequência normativa (functor deôntico) dada a indefinição do modal deôntico (permitido, proibido e obrigatório) decorrente do dispositivo não promulgado. Por conseguinte, a lacuna identificada afeta negativamente o sistema normativo estadual porque "o sistema jurídico positivo que estatui, preceitua, preestabelece dentre as possíveis hipóteses e as possíveis consequências as relações que devem ser. 0 minimum genérico que há nas espécies "obrigatoriedade", "proibitividade", "permissividade", e que tais modos são modos de dever-ser. São modais especificados de um modal genérico, o dever-ser"[17]. Saliente-se que a adoção do regramento federal para colmatar a lacuna normativa seque a moderna tendência do Supremo Tribunal Federal, pois "em muitos casos, ao concluir pela existência de omissão legislativa, o Tribunal demonstrou preferência pela utilização de parâmetros normativos preestabelecidos no ordenamento jurídico, os quais foram estendidos, por analogia, para possibilitar o exercício de direitos constitucionais negligenciados pelo legislador (...) nas raras hipóteses em que prolatou decisões manipulativas com efeitos aditivos, este Tribunal sinalizou preferência por soluções que incorporam parâmetros normativos preestabelecidos, ou seja, limitou-se a estender, por analogia, critérios definidos pelo legislador para situações similares" (MI 7300/DF). Embora o ajuste da lacuna do II do art. 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022 pudesse, sob uma certa ótica, ser justificado pelo resultado da aplicação da técnica de interpretação conforme à constituição, é sabido que, na prática jurisprudencial, o efeito aditivo frequentemente encontra-se oculto nos fundamentos determinantes em sede de controle de constitucionalidade, como bem aponta o Ministro Gilmar Mendes (RE 641320/RS - destaques nossos): "Ao se analisar detidamente a jurisprudência do Tribunal, no entanto, é possível verificar que, em muitos casos, a Corte não atenta para os limites, sempre imprecisos, entre a interpretação conforme delimitada negativamente pelos sentidos literais do texto e a decisão interpretativa modificativa desses sentidos originais postos pelo legislador (ADI 3.324, ADI 3.046, ADI 2.652, ADI 1.946, ADI 2.209, ADI 2.596, ADI 2.405). No julgamento conjunto das ADI 1.105 e 1.127, ambas de relatoria do ministro Marco Aurélio, o Tribunal, ao conferir interpretação conforme à Constituição

a vários dispositivos do Estatuto da Advocacia (Lei n. 8.906/94), acabou adicionando-lhes novo conteúdo normativo, convolando a decisão em verdadeira interpretação corretiva da lei (ADI 1.105 /DF e ADI 1.127/DF, rel. min. orig. Marco Aurélio, rel. min. p/ acórdão Ricardo Lewandowski). Em outros vários casos mais antigos (ADI 2.332, ADI 2.084, ADI 1.797, ADI 2.087, ADI 1.668, ADI 1.344, ADI 1.105, ADI 1.127), também é possível verificar que o Tribunal, a pretexto de dar interpretação conforme à Constituição a determinados dispositivos, acabou proferindo o que a doutrina constitucional, amparada na prática da Corte Constitucional italiana, tem denominado de decisões manipulativas de efeitos aditivos". Uma última palavra: descabe a declaração de inconstitucionalidade total do art. 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022, conforme pedido da exordial. Além dos demais dispositivos constantes de tal artigo (salvo o inciso II) não terem sido pormenorizadamente contestados, estão eles em sintonia com o regramento federal. Ante o exposto, voto por julgar parcialmente procedente os pedidos da ação direta, para o fim de: a) declarar a nulidade parcial sem redução de texto no art. 5º, §2º, da Lei Estadual nº 21.052/2022 ao efeito de compreender que a exclusão do EIA/RIMA não pode ocorrer além das hipóteses contempladas pelo regramento federal atual ou que vier a ser futuramente editado; b) conferir efeitos aditivos à lacuna do II do art. 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022 para que passe a constar, na omissão do texto não promulgado, o seguinte excerto "II - preferencialmente, em condição distinta da estabelecida no inciso I".

Ante o exposto, acordam os Desembargadores da Órgão Especial do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, por unanimidade de votos, em julgar JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO o recurso de Procurador-Geral de Justiça. O julgamento foi presidido pelo (a) Desembargadora Lidia Maejima - Presidente Do Tribunal De Justiça, com voto, e dele participaram Desembargador Paulo Cezar Bellio (relator), Desembargador Guilherme Luiz Gomes, Desembargador Jorge De Oliveira Vargas, Desembargadora Lenice Bodstein, Desembargador Octavio Campos Fischer, Desembargador Claudio Smirne Diniz, Desembargador Fábio André Santos Muniz, Desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, Desembargador Sergio Luiz Kreuz, Desembargador Antonio Franco Ferreira Da Costa Neto, Desembargadora Ivanise Maria Tratz Martins, Desembargador Carvílio Da Silveira Filho, Desembargador Marcus Vinicius De Lacerda Costa, Desembargador Rogério Luis Nielsen Kanayama, Desembargador Lauro Laertes De Oliveira, Desembargador Antonio Renato Strapasson, Desembargador Eugenio Achille Grandinetti, Desembargador Miguel Kfouri Neto, Desembargador Hayton Lee Swain Filho - 1º Vice Presidente, Desembargador José Maurício Pinto De Almeida e Desembargador Luiz Carlos Gabardo.

05 de maio de 2025

Desembargador Paulo Cezar Bellio, Relator.

---

[1]Conquanto mencionado, o caput do art. 5º, caput, e §1º, não compõem o objeto de impugnação deste processo objetivo. [2]Art. 5º Os empreendimentos de aterros sanitários e aterros industriais que visam aumentar a sua vida útil podem requerer a Licença Prévia de Ampliação ao órgão ambiental para o uso das suas áreas consideradas antropizadas. § 1º Consideram-se áreas antropizadas de aterros, aquelas que contemplam estruturas físicas, pátio de manobra, balança, área de estacionamento para veículos leves e pesados, entre outras estruturas existentes no empreendimento, à critério do órgão ambiental. [3]Conquanto mencionado, o caput do art. 5º, caput, e §1º, não compõem o objeto de impugnação deste processo objetivo. [4]No mesmo sentido a Resolução CEMA nº 094/2014: Art. 4°. Os aterros sanitários a serem implantados com disposição diária de até 20 toneladas de resíduos sólidos urbanos, devem apresentar, por ocasião do requerimento de Licença Prévia, Relatório Ambiental Preliminar, dispensando-se a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental. § 1º. Faz-se exceção ao disposto no caput os casos em que órgão ambiental verificar que o aterro sanitário proposto é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, exigindo a elaboração e apresentação de EIA - RIMA. § 2º. A critério do órgão ambiental estadual, poderão ser admitidas soluções técnicas utilizadas para aterros sanitários de pequeno porte [5]Lei Estadual nº Lei 20.070/2019: Art. 3.º O Instituto Água e Terra tem por finalidades básicas (...) II - fazer cumprir a legislação ambiental, exercendo, para tanto, o poder de polícia administrativa, controle, monitoramento, licenciamento, outorga e fiscalização ambiental dos recursos naturais; III - conceder o Licenciamento Ambiental, Autorização Ambiental e Outorga de Recursos Hídricos de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. [6]Disponível no endereço eletrônico: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/documento/2023- 07/nota_tecnica_02_2022_pl_67-22_caopmahu_mppr_licenciamento_de_aterros_sanitarios_e_industriais_1.pdf. Acesso em 10/01/2025. [7] As referidas ações foram julgadas conjuntamente. [8] Conforme evidenciado no voto declarado pelo Ministro Gilmar Mendes nos autos da ADPF 54, Relator(a): Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 12-04-2012, Divulg 29-04-2013 Public 30-04-2013 RTJ VOL-00226-01 PP-00011). [9] SILVA, Virgílio Afonso da. Interpretação conforme a constituição: entre a trivialidade e a centralização judicial. Revista Direito GV, V. 2 N. 1, P. 191 - 210, JAN-JUN 2006. [10] Laurentiis, Lucas Catib de. Interpretação conforme a Constituição: conceitos, técnicas e efeitos. Malheiros, 2012, p. 77/78. [11] No ponto, convém citar o entendimento de Gilmar Ferreira Mendes, à época Procurador da República: "Enquanto a declaração de nulidade importa na cassação da lei, não dispõe a declaração de constitucionalidade efeito análogo (...) Em síntese, declarada a constitucionalidade de uma lei, ter-se-á de concluir pela inadmissibilidade de que o Tribunal se ocupe, uma vez mais, da aferição de sua legitimidade, salvo no caso de significativa mudança das circunstâncias fáticas ou de relevante adas concepções jurídicas dominantes" MENDES, Gilmar, A declaração de nulidade da lei inconstitucional, a interpretação conforme a constituição e a declaração de constitucionalidade da lei na jurisprudência da corte constitucional alemã. Revista dos Tribunais. Ano 1, nº 4 Julho/Setembro de 1993, p.p. 19 e 21. [12] Conclui incisivamente Georges Abboud "Diante do que expusemos, reafirmamos nossa conclusão pela impossibilidade de se atribuir efeito vinculante às decisões que aplicam a interpretação conforme a Constituição, mormente naquelas provenientes do controle concentrado". ABBOUD, Georges. Processo Constitucional Brasileiro. 2º ed. Revista dos Tribunais, 2018, p. 558. [13] MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo. Curso de Direito Constitucional. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 1366. [14] MEDEIROS, Rui. A Decisão de Inconstitucionalidade: os autores, o conteúdo e os efeitos da decisão de inconstitucionalidade da lei. Lisboa: Universidade Católica, 1999 "apud" Julio de Melo Ribeiro, Controle de constitucionalidade das leis e decisões interpretativas. Revista de informação legislativa, v. 48, n. 191, p. 265-289, jul./set. 2011. Disponível no endereço eletrônico: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242920 /000926873.pdf?&>. Acesso em 11/12/2024. [15] LOPES, Pedro Moniz. Sobre as sentenças de inconstitucionalidade parcial qualitativa. In: As sentenças intermédias da justiça constitucional. Estudos Luso-Brasileiros de Direito Público. Coord. MORAIS, Carlos Blanco de. Lisboa: AAFDL, 2009. p. 510. [16]Miranda, Jorge. Os tipos de decisões na fiscalização da constitucionalidade. In: Interesse Público. ano 5, nº 18. Porto Alegre : Notadez, 2003, p. 46. [17] VILANOVA, Lourival. Causalidade e Relação no Direito. 5. ed. São Paulo: Noeses, 2015, p. 94.

Comissão Int. Conc. Promoções

Comissão Permanente de Avaliação Documental

Conselho da Magistratura

Corregedoria da Justiça

Plantão Judiciário Capital

Divisão de Concursos da Corregedoria

Núcleo de Conciliação do 2º Grau

FUNREJUS

Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Comarca da Capital

Direção do Fórum

Cível

Crime

Fazenda Pública

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ESPÓLIO DE CONCEIÇÃO BERDAKI, portador(a) do RG 11809359 SSP/PR e CPF 504.604.399-87, na pessoa dos herdeiros LUCIANO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 39168413 SSP/PR e CPF 676.280.289-34, e PAULO ROBERTO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 52781744 SSP/PR e CPF 750.250.609-82. PRAZO DE 20 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Carolina Delduque Sennes Basso, da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba - 1ª Vara, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Rescisão / Resolução, sob nº 0002668-52.2016.8.16.0004, em que é(são) autor(es) COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA, e réu(s) HÉLIO DE SOUZA PAIVA, CONCEIÇÃO BERDAKI , NATALICIO BRAZ FERREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) os herdeiros do ESPÓLIO DE CONCEIÇÃO BERDAKI, LUCIANO DE SOUZA PAIVA portador(a) do RG 39168413 SSP/PR e CPF 676.280.289-34; PAULO ROBERTO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 52781744 SSP/PR e CPF 750.250.609-82. Desta forma, procede-se por meio deste edital à CITAÇÃO do ESPÓLIO DE CONCEIÇÃO BERDAKI, portador(a) do RG 11809359 SSP/PR e CPF 504.604.399-87, na pessoa dos herdeiros LUCIANO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 39168413 SSP/PR e CPF 676.280.289-34 e PAULO ROBERTO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 52781744 SSP/PR e CPF 750.250.609-82. para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita: *"Resumo do pedido: "Pretende a autora a resolução do contrato de compromisso de Compra e Venda firmado com Conceição Berdaki Paiva, do imóvel: apartamento 32, bloco 01, do Conjunto Jardim Araucárias Condomínio III, sob o contrato nº 22300205-2 na data de 20/06/1991, e a consequente reintegração de posse com efeito erga omnes em seu favor, além da condenação da mesma na Indenização por Perdas e Danos"."*] Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, MÍRIAM KIMURA, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 25 de abril de 2025. Carolina Delduque Sennes Basso Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ALEXANDRA DE SOUZA FUSTINONI, portador(a) do RG 93738705 SSP/PR e CPF 047.166.519-32; CARLOS DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 97209952 SSP/PR e CPF 010.327.099-01;DAMIÃO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 90829653 SSP/PR e CPF 040.685.069-06;LUCIANO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 39168413 SSP/PR e CPF 676.280.289-34;PAULO ROBERTO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 52781744 SSP/PR e CPF 750.250.609-82;QUITERIA TEIXEIRA CAVALCANTI, portador(a) do RG 49843240 SSP/PR e CPF 715.415.519-15. PRAZO DE 20 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Carolina Delduque Sennes Basso, da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba - 1ª Vara, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Rescisão / Resolução, sob nº 0002668-52.2016.8.16.0004, em que é(são) autor(es) COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA, e réu(s) HÉLIO DE SOUZA PAIVA, CONCEIÇÃO BERDAKI, NATALICIO BRAZ FERREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente o(a)(s) herdeiros(a)(s) de HÉLIO DE SOUZA PAIVA, ALEXANDRA DE SOUZA FUSTINONI, portador(a) do RG 93738705 SSP/PR e CPF 047.166.519-32; CARLOS DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 97209952 SSP/PR e CPF010.327.099-01; DAMIÃO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 90829653 SSP/PR e CPF 040.685.069-06; LUCIANO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 39168413 SSP/PR e CPF 676.280.289-34; PAULO ROBERTO DE SOUZA PAIVA, portador(a) do RG 52781744 SSP/PR e CPF 750.250.609-82; QUITERIA TEIXEIRA CAVALCANTI, portador(a) do RG 49843240 SSP/PR e CPF 715.415.519-15. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para que se manifestem sobre o procedimento de habilitação nos autos 0002668-52.2016.8.16.0004, exegese do artigo 690 do CPC para, querendo, apresente manifestação através de advogado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrito: "Em seguida, CITEM-SE, pessoalmente (AR) e mediante EDITAL com prazo de 20 (vinte) dias, para que, no do prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se sobre a habilitação em razão da morte réu HELIO DE SOUZA PAIVA (art. 690, parágrafo único, do CPC).". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, MÍRIAM KIMURA, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 25 de abril de 2025. Carolina Delduque Sennes Basso Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

1ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS ESTADUAIS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): IMPRIMA FÁCIL GRÁFICA E EDITORA LTDA PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Vanessa de Souza Camargo, da 1ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0005973-39.2023.8.16.0185, em que é exequente ESTADO DO PARANÁ, e executado(a)(s) IMPRIMA FÁCIL GRÁFICA E EDITORA LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) requerida(s) Promovido IMPRIMA FÁCIL GRÁFICA E EDITORA LTDA, portador(a) do CNPJ 07.786.763/0001-59, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua INTIMAÇÃO da penhora efetivada nos autos indicados acima, bem como para, querendo, opor Embargos à Execução no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data da intimação (art. 16, Lei n° 6.830/1980). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Ronaldo Tazoniero Machado, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 10 de abril de 2025. Vanessa de Souza Camargo Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): SIMONE CRISTINA BORGES E CARLOS EDUARDO BORGES PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Vanessa de Souza Camargo, da 1ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias, sob nº 0001184-37.1999.8.16.0185, em que é exequente GOVERNO DO PARANA - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, e executado(a)(s) SIMONE CRISTINA BORGES, TRANSPORTES PESADOS CURITIBA LTDA, CARLOS EDUARDO BORGES, e que não foi possível localizar pessoalmente a (s) parte(s) requerida(s) Promovido SIMONE CRISTINA BORGES E CARLOS EDUARDO BORGES, portador(a) do RG 51928920 SSP/ PR e CPF 845.096.009-68, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua INTIMAÇÃO a respeito de saldo remanescente depositado em conta judicial, bem como fica intimado o o beneficiário para que compareça aos autos para reclamar o numerário, nos termos do artigo 257 do CPC, sob pena de transferência ao FUNJUS, conforme Decreto Judiciário 626/2018, artigo 4º e seguintes. Do que para constar eu, Ronaldo Tazoniero Machado, Analista Judiciário, subscrevi o presente. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Ronaldo Tazoniero Machado, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 05 de maio de 2025. Vanessa de Souza Camargo Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ROBERTO DA SILVA MARQUES PRAZO DE 30 dias O(A) Juiz(íza) de Direito Vanessa de Souza Camargo, da 1ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Multas e demais Sanções, sob nº 0007358-18.2006.8.16.0185, em que é exequente DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARANÁ - DETRAN/PR, e executado(a)(s) ROBERTO DA SILVA MARQUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) requerida(s) Promovido ROBERTO DA SILVA MARQUES, portador(a) do RG 80929340 SSP/PR e CPF 039.137.869-45, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua INTIMAÇÃO da existência de saldo remanescente depositado em conta judicial, bem como fica ciente da necessidade de comparecer em juízo para informar a respeito da conta para devolução dos valores. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Ronaldo Tazoniero Machado, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 05 de maio de 2025. Vanessa de Souza Camargo Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br / projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): IVALDIR JOSE MUSSULIN PRAZO DE Sem Prazo O(A) Juiz(íza) de Direito Vanessa de Souza Camargo, da 1ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais de Curitiba, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Multas e demais Sanções, sob nº 0009131-93.2009.8.16.0185, em que é autor DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER , e réu IVALDIR JOSE MUSSULIN, IVALDIR JOSE MUSSULIN, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido IVALDIR JOSE MUSSULIN, portador(a) do CPF 176.114.239-91, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua INTIMAÇÃO para tomar ciência que há saldo remanescente depositado na conta judicial, junto à CEF, no valor atualizado de R$ 1.660,61 (mil seiscentos e sessenta reais e sessenta e um centavos), bem como fica intimado o o beneficiário para que compareça aos autos para reclamar o numerário, nos termos do artigo 257 do CPC, sob pena de transferência ao FUNJUS, conforme Decreto Judiciário 626/2018, artigo 4º e seguintes Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Ronaldo Tazoniero Machado, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 28 de abril de 2025. Vanessa de Souza Camargo Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): GABRIEL CONZATTI PRAZO DE 30 dias O(A) Juiz(íza) de Direito Vanessa de Souza Camargo, da 1ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0007987-74.2011.8.16.0004, em que é exequente GOVERNO DO PARANA - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, e executado(a)(s) TRANS CONZATTI LTDA, GABRIEL CONZATTI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) requerida(s) Promovido GABRIEL CONZATTI, portador(a) do RG 142466406 SSP/PR e CPF 096.765.899-34, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua INTIMAÇÃO da penhora efetivada nos autos indicados acima, bem como para, querendo, opor Embargos à Execução no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data da intimação (art. 16, Lei n° 6.830/1980). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Ronaldo Tazoniero Machado, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 05 de maio de 2025. Vanessa de Souza Camargo Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi

---

1ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS MUNICIPAIS

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

O(a) MM. JUÍZ(a) DE DIREITO, Dr(a). NILCE REGINA LIMA, FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam pelo sistema PROJUDI e nesta Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas de Execuções Fiscais Municipais de Curitiba - 1ª Vara, os autos de EXECUÇÃO FISCAL n.º **0009440-51.2008.8.16.0185**, em que é exequente **MUNICÍPIO DE CURITIBA** e executado **CONSTRUTORA M T M LIMITADA (CNPJ 82.187.519/0001-95)**, nos quais será levado a público leilão o bem abaixo descrito, na forma que segue:

LEILÃO: O 1º leilão será realizado no dia 05/06/2025, às 14:00h, oportunidade em que será aceito lance igual ou superior ao valor atualizado da avaliação. Caso não haja licitante, será realizado o 2º leilão no dia 10/06/2025, às 14:00h, ocasião em que será aceito lance igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação.

VENDA DIRETA: Promovidos os leilões com resultados negativos, o Leiloeiro deverá efetuar a venda direta do bem ao primeiro interessado que ofertar proposta nas mesmas condições do segundo leilão, durante o prazo de até 03 (três) meses.

MODALIDADE DO LEILÃO: O leilão será realizado na modalidade eletrônica pelo *site https://topoleiloes.com.br/*, onde serão efetuados os lances eletrônicos.

LEILOEIRO: Sr. Guilherme Eduardo Stutz Toporoski (Matrícula 12/049-L - JUCEPAR), devidamente nomeado pelo Juízo. Mais informações no *site* https://topoleiloes.com.br/ ou no telefone/WhatsApp (41) 3599-0110.

FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A arrematação far-se-á com dinheiro preferencialmente à vista, com possibilidade de parcelamento. Na hipótese de o lance para pagamento parcelado ser superior ao lance para pagamento à vista, o Sr. Leiloeiro consultará o juízo para análise daquele que será considerado vencedor.

a) À VISTA: Ao optar pelo pagamento à vista do valor do lance, o arrematante, no ato da arrematação, deverá efetuar, diretamente ao leiloeiro ou mediante guia judicial, o pagamento da integralidade do valor do lance.

b) PARCELADO: Ao optar pelo pagamento parcelado, o licitante, no ato da arrematação deverá efetuar, diretamente ao leiloeiro ou mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% (vinte e cinco) do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em, **no máximo 12 parcelas** (art. 895, §1º, do Código de Processo Civil) iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias corridos, contados da data da arrematação, e atualizadas mensalmente (*pro rata die*) pela média do INPC/IGP-DI, que deverão ser pagas mediante guia de depósito judicial vinculada aos autos a que se refere o bem arrematado. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste edital, será garantida por hipoteca gravada sobre o próprio imóvel arrematado, ficando o arrematante como fiel depositário do bem a partir da expedição de carta de arrematação, quando o arrematante passará a arcar com todos os custos do imóvel arrematado (taxas de condomínio, IPTU, ITR, despesas com manutenção, dentre outros). Em caso de arrematação de bens móveis mediante pagamento parcelado, o r. juízo poderá condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas ou ao oferecimento de caução idônea a ser analisado no caso concreto. O inadimplemento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado das demais, com incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre a soma das parcelas inadimplidas com as parcelas vincendas (conforme art. 895 §4º do Novo Código de Processo Civil), facultando-se ao exequente a opção entre a resolução da arrematação ou execução do valor devido, na forma do artigo 895, §5º do CPC. Caso seja pleiteada a resolução da arrematação, o arrematante, sem prejuízo das demais sanções previstas na lei e/ou neste edital, assim como sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos, perderá o sinal de negócio já pago. Caso seja pleiteada a execução, todas as parcelas vincendas vencerão antecipadamente à data da parcela inadimplida, incidindo sobre o montante devido a multa prevista no art. 895 §4º do Código de Processo Civil, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com

as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: A remuneração do leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: **a)** em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da alienação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor oferecido, o que deverá ser informado previamente aos interessados; **b)** em caso de acordo ou remição após a alienação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo executado; **c)** em caso de desistência, anulação da arrematação, resultado negativo da hasta pública, ou acordo, remição ou perdão da dívida após publicação do edital e antes da realização do ato, somente será efetuado o ressarcimento das despesas realizadas para a efetivação do leilão, bem como com a de remoção, guarda e conservação do bem, devidamente comprovados. Em qualquer caso de invalidade da venda, serão devolvidos os valores pagos pelo adquirente.

CONDIÇÕES GERAIS: 1) Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, o(s) bem(s) será(ão) entregue(s) livre(s) e desembaraçado(s) de quaisquer ônus, inclusive o(s) de natureza fiscal (conforme art. 130, § único do CTN e de natureza *propter rem* (conforme art. 908, §1º do CPC). 2) A responsabilidade do arrematante é restrita ao preço e custas da arrematação, tributo relativo à respectiva aquisição, comissão do leiloeiro e eventuais custas para levantamento das restrições registrais e imissão na posse, de modo que, satisfeitas tais obrigações, a ele os bens serão entregues livres de quaisquer dívidas ou ônus, observando-se o preconizado no artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional. 3) O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m), sendo responsabilidade do(s) interessado(s) realizar prévia vistoria com o(s) depositário(s) indicado(s). 4) Correrão por conta do adquirente as despesas inerentes à eventual regularização, transferência e expedição de carta de arrematação. 5) No caso de bem(ns) móvel(is), o adquirente arcará com o imposto ICMS incidente sobre a venda, bem como deverá promover a remoção no prazo de até 48 horas, contados da sua notificação para tanto, sob pena de arcar com os custos do depositário. 6) No caso de bem(ns) imóvel(is), a venda será feita em caráter *ad corpus*, respondendo o adquirente com os custos inerentes à imissão na posse. 7) Em caso de inadimplemento dos valores devidos pelo licitante vencedor, inclusive da comissão do leiloeiro, ficará o mesmo sujeito às penalidades previstas no art. 895, §4° e art. 897, do Código de Processo Civil, bem como às demais sanções previstas em lei. 8) Caso não haja expediente nas datas designadas, o(s) ato(s) fica(m) transferido(s) para o próximo dia útil, no mesmo horário e local. 9) O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados.

DESCRIÇÃO DO BEM: Lote de terreno foreiro, sob nº 39 da Planta Juvevê, nas proximidades do arrabalde do Bacacheri, na cidade de Curitiba, medindo 15m. de frente para uma rua projetada, atual João Américo de Oliveira, confrontando do lado direito de quem do imóvel olha para a rua, com a casa nº 158 da mesma rua, pertencente ao General Airton Tourinho, onde mede 43m., do lado esquerdo com o lote nº 16.000 de Carlos Sergio Carollo, onde mede 43m. e fundos com a casa nº 4.000 da rua Clovis Bevilaqua, pertencente a Alneto Graf, onde mede 15m., com a área total de 645m², indicação fiscal 54.082.017.000-7, contendo uma casa em alvenaria de tijolos sob nº 171, com um pavimento, acabamento normal, com 113,23m² de área construída, havido pela transcrição nº 5.666 do livro 3-C do 1º Ofício. Imóvel com domínio pleno constituído ao proprietário, conforme remissão de foro averbada sob AV-21 perante o Município de Curitiba/PR. BENFEITORIA: Uma construção, em alvenaria, com aproximadamente 420,00m², idade aparente de 45 anos, padrão construtivo normal, necessitando de reparos simples, sendo averbada na matrícula apenas 113,23m². Matrícula nº 261 do 2º Registro de Imóveis de Curitiba/PR. LOCALIZAÇÃO: Rua João Américo de Oliveira, nº 177, Cabral, CEP 80035-060 Curitiba - PR.

AVALIAÇÃO: R$ 2.545.000,00 em fevereiro/2025. **AVALIAÇÃO ATUALIZADA:** R $ 2.545.110,83 em abril/2025.

DÉBITO EXECUTADO NO PROCESSO: R$ 30.710,51 em fevereiro/2025 (mov. 50.1), a ser acrescido de custas processuais e honorários advocatícios.

DEPOSITÁRIO: Sr. Francisco Luiz Klimovicz - Sócio Administrador da empresa executada (mov. 1.4).

ÔNUS DA MATRÍCULA (atualizada até 06/02/2025): R14 - Hipoteca em favor de Zilda Arns Neumann e outros; R18 - Penhora nos autos físicos nº 74.760/2008 da 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba/PR; R19 - Penhora nos autos físicos nº 81.401/2009 da 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba/PR; R20 - Penhora nos autos físicos nº 1435/2004 da 17ª Vara Cível de Curitiba/PR; R23 - Hipoteca em favor de Teak Ventures do Brasil S/A.; R24 - Penhora nos autos físicos nº 1425/2004 da 14ª Vara Cível de Curitiba/PR; R25 - Penhora nos autos nº 19.304/2010 da 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba/PR; AV26 - Averbação Premonitória nos autos nº 0015829-51.2010.8.16.0001 da 4ª Vara Cível de Curitiba/PR - PR; R27 - Penhora nos autos nº 0000239-58.2015.8.16.0001 da 4ª Vara Cível de Curitiba/PR; R28 - Penhora nos autos nº 0006103-10.2011.8.16.0004 da 1ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Curitiba/PR; R29 - Penhora nos autos nº 0017360-12.2009.8.16.0001 da 10ª Vara Cível de Curitiba/PR; R30 - Penhora nos autos nº 0015829-51.2010.8.16.0001 da 4ª Vara Cível de Curitiba/PR; R31 - Penhora nos autos 0040265-06.2012.8.16.0001 da 21ª Vara Cível de Curitiba/PR; AV34 - Indisponibilidade nos autos nº 0000522-43.1999.8.16.0001 da 6ª Vara Cível de Curitiba/PR; R36 - Penhora nos autos nº 0010412-67.2016.5.09.0029 da 20ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR; AV37 - Indisponibilidade nos autos nº 0010412-67.2016.5.09.0029 da 20ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR; R39 - Penhora nos autos nº 0004261-87.2018.8.16.0185 da 3ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Curitiba/PR; R40 - Penhora nos autos nº 0003361-70.2019.8.16.0185 da 1ª Vara Cível de Curitiba/PR; R41 - Penhora nos autos nº 0006631-73.2017.8.16.0185 da 3ª Vara Cível de Curitiba/PR; R42 - Penhora nos autos nº 0011669-82.2009.8.16.0185 da 1ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Curitiba/PR; AV43 - Indisponibilidade nos autos nº 0015829-51.2010.8.16.0001 da 4ª Vara Cível de Curitiba/PR; AV44 - Indisponibilidade nos autos nº 0015829-0000239-58.2015.8.16.0001 da 4ª Vara Cível de Curitiba/PR; R45 - Penhora nos autos nº 0006435-64.2021.8.16.0185 da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Curitiba/PR; R46 - Penhora nos autos nº 0014090-49.2005.8.16.0185 da 3ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Curitiba/PR.

RECURSOS OU PROCESSOS PENDENTES SOBRE OS BENS A SEREM LEILOADOS: Nada consta.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) executado(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) representante(s) legal(is), bem como o(s) corresponsável(is), cônjuge, herdeiro(s) e/ou sucessores, senhorio(s) direto(s), depositário(s) e credor(es) preferencial(is), por meio deste devidamente intimado(s), caso não o seja(m) por qualquer outro meio legal: FRANCISCO LUIZ KLIMOVICZ (CPF 391.997.899-49); TEAK VENTURES DO BRASIL S.A (CNPJ 09.587.821/001-40); ZILDA ARNS NEUMANN (CPF 255.464.309-15); RUBENS ARNS NEUMANN (CPF 544.255.499-53); NELSON ARNS NEUMANN (CPF 529.061.329-34); LUCIANE DO ROCIO FRIEDRICH NEUMANN (CPF 757.081.679-04; HELOISA ARNS NEUMANN STUTZ (CPF 787.870.259-49); BERNARDO STUTZ (CPF 518.688.069-87); ROGÉRIO ARNS NEUMANN (CPF 729.284.849-49); LYCIA TRAMUJAS VASCONCELLOS NEUMANN (CPF 914.869.479-72); SILVIA ARNS NEUMANN (CPF 877.168.609-68); ZENITH ENGENHARIA LTDA. (CNPJ 81.106.122/0001-69). DADO E PASSADO nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, aos 6 de maio de 2025. Eu, Heloise Freiberger Bubniak Alberici, técnica judiciária o digitei.

Rodrigo Diego Santa Ritta
Chefe de Setor

Família

Delitos de Trânsito

Execuções Penais

Tribunal do Júri

Infância e Juventude

VARA DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ
FORO CENTRAL
JUÍZO DA 49ª VARA JUDICIAL - ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
Juiz de Direito: FLÁVIO DARIVA DE RESENDE

PUBLICAÇÃO 01/2025

SEGREDO DE JUSTIÇA
01 - Autos nº 0000591-58.2025.8.16.0003
Objeto: Intimação do teor da seguinte decisão:
Vistos e examinados.
Indefiro habilitação (seq. 10), ante "princípio da proteção integral" (ECA, art. 6º), sigilo previsto no artigo 143 do ECA e tendo em vista que "(...) Não se admite a intervenção no procedimento para apuração de ato infracional que não seja a voltada para a garantia dos interesses do menor (...)" (STJ - 5ª T., HC 190651/ SC HABEAS CORPUS 2010/0211954-5 - Relator Ministro Jorge Mussi - j. 08/11/2011 - DJe 05/12/2011).
Frise-se a fundamentada discordância do Ministério Público (seq. 12).
Int.
Curitiba, d.s.
Flávio Dariva de Resende
Juiz de Direito
Advogados: TONY MOREIRA - OAB/PR nº 72.508
ALESSANDRA SOUZA BAGIO - OAB/PR nº 124.540

.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial
Precatórias Criminais
Auditoria da Justiça Militar
Central de Inquéritos
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais
Concursos
Central de Movimentações Processuais
Comarcas do Interior
Direção do Fórum

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PALMAS

Portaria Nº 13/2025 - PAL-DF-SDF

A Doutora Tatiane Bueno Gomes, Juíza de Direito, Diretora do Fórum da Comarca de Palmas/PR, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei, etc...; e
Considerando o contido no SEI nº 0022364-16.2025.8.16.6000;

RESOLVE

Revogar a Portaria 24/2019, de 22/10/2019, na qual designou **Adriana Bruner Gomes** Agente Interina do Serviço Distrital de Coronel Domingos Soares da Comarca de Palmas.
Publique-se.
Registre-se.
Comunique-se à Corregedoria-Geral da Justiça através da inclusão no sistema Hércules.
Cumpra-se

Palmas/PR, 22 de abril de 2025.

Tatiane Bueno Gomes
Juíza de Direito
Diretora do Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7012361

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PALMAS

Portaria Nº 14/2025 - PAL-DF-SDF

A Doutora Tatiane Bueno Gomes, Juíza de Direito, Diretora do Fórum da Comarca de Palmas/PR, no uso de suas atribuições legais, na forma
da Lei, etc...; e
Considerando o contido no SEI nº 0023166-14.2025.8.16.6000;

RESOLVE

Artigo 1º - Revogar a Portaria 25/2018, de 02/10/2018, na qual homologu a indicação de **Elisângela Piva Deres** como escrevente substituta legal do Tabelionato de Notas de Palmas.
Artigo 2º - Revogar a Portaria 33/2021, de 02/08/2021, na qual homologu a indicação de **Cristiano Guimarães Dezanoski** como escrevente substituto legal do Serviço Distrital de Coronel Domingos Soares, nesta Comarca.
Artigo 3º - Designar **Elisângela Piva Deres**, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.454.053/PR e inscrita no CPF sob o nº 046.719.669-99, AGENTE INTERINA do Tabelionato de Notas de Palmas, para responder em caráter provisório pela referida serventiva até o provimento da vaga.
Artigo 4º - Designar **Cristiano Guimarães Dezanoski**, brasileiro, casado, portador do RG nº 6.040.982-0/PR e inscrito no CPF sob o nº 019.774.209-23, AGENTE INTERINO do Serviço Distrital de Coronel Domingos Soares, nesta Comarca, para responder em caráter provisório pela referida serventiva até o provimento da vaga.
Registre-se.
Comunique-se à Corregedoria-Geral da Justiça atrávés do Sistema Hércules.
Cumpra-se.

Palmas/PR, 25 de abril de 2025.

Tatiane Bueno Gomes
Juíza de Direito
Diretora do Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7014105

PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE PALMAS PR

Portaria Nº 15/2025 - PAL-DF-SDF

A Doutora Tatiane Bueno Gomes, Juíza de Direito, Diretora do Fórum da Comarca de Palmas/PR, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei, etc...; e
Considerando o contido no SEI nº 0030152-81.2025.8.16.6000;

RESOLVE

HOMOLOGAR A INDICAÇÃO DE GESLAINE DOS SANTOS LEHMANN NEVES, brasileira, casada, portadora do RG nº 13.061.748-4 , inscrita no CPF nº 108.126.499-31, contratada sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para a função de ESCREVENTE SUBSTITUTO LEGAL do Serviço Distrital de Coronel Domingos soares PR, para que possa praticar, simultaneamente com a titular, todos os atos da Serventia, bem como substituir a titular na sua ausência ou impedimento.

Palmas/ PR, 06 de maio de 2025.

Tatiane Bueno Gomes - Juíza de Direito
Diretora do Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017422

Plantão Judiciário

GUARAPUAVA

Período:	28/04/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Rafhael Wasserman
Responsável:	Cassiane do Prado (Técnica Judiciária)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99932-2045

Período:	28/04/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Aneiza Vanessa Costa do Nascimento
Responsável:	Cassiane do Prado (Técnica Judiciária)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99932-2045

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Susan Nataly Dayse Perez Moraes
Responsável:	Tatiani Aparecida Serbai (Empregada Juramentada)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99997-4195

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Luciana Luchtenberg Torres Dagostim
Responsável:	Tatiani Aparecida Serbai (Empregada Juramentada)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99997-4195

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Luciana Luchtenberg Torres Dagostim
Responsável:	Roberto Marcos dos Santos (Técnico Judiciário)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99802-0451

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Paola Gonçalves Mancini de Lima
Responsável:	Roberto Marcos dos Santos (Técnico Judiciário)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99802-0451

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Bernardo Fazolo Ferreira
Responsável:	Christine Danguy de Brito (Analista Judiciária) e Claudiane Terezinha Andriola (Técnica Judiciária)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 98801-1888

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Patricia Roque Carbonieri
Responsável:	Christine Danguy de Brito (Analista Judiciária) e Claudiane Terezinha Andriola (Técnica Judiciária)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 98801-1888

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Bernardo Fazolo Ferreira
Responsável:	Marcos Abreu Silvestri (Analista Judiciário)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99133-8695

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Marcio Trindade Dantas
Responsável:	Marcos Abreu Silvestri (Analista Judiciário)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99133-8695

TELÊMACO BORBA

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Frederico Alencar Monteiro Borges
Responsável:	**Juiz(a) responsável pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais): FREDERICO ALENCAR MONTEIRO BORGES** **Juiz(a) responsável pela Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (demais processos): LEONARDO FELIPE MARQUES TIRADENTES** **1. (REBECA ?**OFICIAL DE JUSTIÇA ? JOSÉ **- TELÊMACO BORBA)** **2. (MIRIAN ?**OFICIAL DE JUSTIÇA - LUIZ EDUARDO **- ORTIGUEIRA)** **3. (ESTER ?**OFICIAL DE JUSTIÇA ? JULIANA GOELLNER **- RESERVA)** **4. (RAPHAEL ?** OFICIAL DE JUSTIÇA - MARCELO **? TIBAGI)**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	RUA: LEOPOLDO VOIGT, 75 - TELÊMACO BORBA - RUA: JOÃO BARBOSA DE MACEDO, 147, ORTIGUEIRA - RUA: PAULINO FERREIRA E SILVA, 778, RESERVA - RUA: FREI GAUDENCIO, 469, TIBAGI

Telefone:	REBECA (41) 99800-1125 - MIRIAN (42) 98835-6826 - ESTER (42) 99978-1351 - RAPHAEL (41) 98488-4473
Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Pedro Toaiari de Mattos Esterce
Responsável:	**Juiz(a) responsável pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais): LEONARDO FELIPE MARQUES TIRADENTES** **Juiz(a) responsável pela Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (demais processos): JOSÉ VALDIR HALUCH JUNIOR** **1. (ELISON ?**OFICIAL DE JUSTIÇA ? KÁSSIA **- TELÊMACO BORBA)** **2. (ADRIANA ?**OFICIAL DE JUSTIÇA - MARCOS LEITE **- ORTIGUEIRA)** **3. (JOSE MENDES ?**OFICIAL DE JUSTIÇA ? JULIANA GOELLNER **- RESERVA)** **4. (IVONE ?** OFICIAL DE JUSTIÇA - MARICLEIA **? TIBAGI)**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	RUA: LEOPOLDO VOIGT, 75 - TELÊMACO BORBA - RUA: JOÃO BARBOSA DE MACEDO, 147, ORTIGUEIRA - RUA: PAULINO FERREIRA E SILVA, 778, RESERVA - RUA: FREI GAUDENCIO, 469, TIBAGI
Telefone:	ELISON (42) 98402-0244 - ADRIANA (41) 98837-2653 - JOSÉ MENDES (42) 9 9971-0997- IVONE (42) 98806-6830

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	João Batista Spanier Neto
Responsável:	**Juiz(a) responsável pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais): JOÃO BATISTA SPANIER NETO** **Juiz(a) responsável pela Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (demais processos): AMANI KHALIL MUHD CIUFFI** **1. (CILIANE ?**OFICIAL DE JUSTIÇA ? DIEGO **- TELÊMACO BORBA)** **2. (ALEXANDRE ?**OFICIAL DE JUSTIÇA - LUIZ EDUARDO **- ORTIGUEIRA)** **3. (STELLA ?**OFICIAL DE JUSTIÇA ? JULIANA GOELLNER **- RESERVA)** **4. (GUSTAVO ?** OFICIAL DE JUSTIÇA - MARCELO **? TIBAGI)**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	RUA: BENTO MUNHOZ DA ROCHA, 1103, TELÊMACO BORBA - RUA: JOÃO BARBOSA DE MACEDO, 147, ORTIGUEIRA - RUA: PAULINO FERREIRA E SILVA, 778, RESERVA - RUA: FREI GAUDENCIO, 469, TIBAGI
Telefone:	CILIANE (42) 99923-8660 - ALEXANDRE (42) 99819-5158 - STELLA (42) 99983-5278 - GUSTAVO (42)-98418-5688

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Elessandro Demetrio da Silva
Responsável:	**Juiz(a) responsável pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais): ELESSANDRO DEMETRIO DA SILVA** **Juiz(a) responsável pela Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (demais processos): LEONARDO FELIPE MARQUES TIRADENTES** **1. (ANTONIO ?**OFICIAL DE JUSTIÇA ? MARCOS **- TELÊMACO BORBA)** **2. (ERIKA ?**OFICIAL DE JUSTIÇA - MARCOS LEITE **- ORTIGUEIRA)** **3. (ESTER ?**OFICIAL DE JUSTIÇA ? JULIANA GOELLNER **- RESERVA)** **4. (IVONE ?** OFICIAL DE JUSTIÇA - MARICLEIA **? TIBAGI)**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	RUA: LEOPOLDO VOIGT, 75 - TELÊMACO BORBA - RUA: JOÃO BARBOSA DE MACEDO, 147, ORTIGUEIRA - RUA: PAULINO FERREIRA E SILVA, 778, RESERVA - RUA: FREI GAUDENCIO, 469, TIBAGI
Telefone:	ANTONIO (42) 99873-6931 - ERIKA (41) 99851-9617 - ESTER (42) 99978-1351 - IVONE (42) 98806-6830

TOLEDO

Período:	28/04/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	TOLEDO: João Walmir Matte - (45) 9 9115-6536 jowm@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Paulino Antunes Ribeiro
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	28/04/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Eugenio Giongo
Responsável:	TOLEDO: João Walmir Matte - (45) 9 9115-6536 jowm@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Paulino Antunes Ribeiro
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	28/04/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Raphael de Morais Dantas
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : MARECHAL CANDIDO RONDON : **Eduardo Antonio Primon** - 45-33279181 (apenas Whatsapp) eanp@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Carlos J. Dornelas. SANTA HELENA: **Flavio Bizotto** (49) 9 9927-1822 flavio.bizotto@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: Taicir Ibrahim
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Marcelo Marcos Cardoso
Responsável:	TOLEDO: Cristiane Regina Holzbach, 45: 9-9988-3900, tol-5vj-e@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Gilvana Bortoncelo
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Berenice Ferreira Silveira Nassar
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Marcus Michael Meyer** - (45) 3284-7442 (apenas Whatsapp) marcus.meyer@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Cristiane M. L. Prestes.

	SANTA HELENA: **Elizeu Antunes 45 9 9153-9344** e Oficial de Justiça: **Diatiuca E. Moura**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	TOLEDO: Cristiane Regina Holzbach, 45: 9-9988-3900, tol-5vj-e@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Gilvana Bortoncelo
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Figueiredo Monteiro Neto
Responsável:	Toledo - **Manoella Rosane da Silva, (45)99937-2073, tol-6vj-s@tjpr.jus.br.** - Oficial de Justiça: Osemir Aparecido Queiroz.
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Luciana Lopes do Amaral Beal
Responsável:	Toledo - **Manoella Rosane da Silva, (45)99937-2073, tol-6vj-s@tjpr.jus.br.** - Oficial de Justiça: Osemir Aparecido Queiroz.
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Renato Cigerza
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Regis Prestes** - 45-33279183 (apenas Whatsapp) rpre@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Lucas L. A. Tessaro. SANTA HELENA: **Marcio Dantas Pinheiro** 9 9820-8420 marcio.pinheiro@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: **Josean Tavares dos Santos**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Vanessa D Arcângelo Ruiz Paracchini
Responsável:	TOLEDO: Lourenço Jefferson Bringmann - 45 99815-7997, tol-5vj-e@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: José Valdir Ortiz
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	TOLEDO: Lourenço Jefferson Bringmann - 45 99815-7997, tol-5vj-e@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: José Valdir Ortiz
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Jorge Anastácio Kotzias Neto
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Anderson Marcelo Boroske** - (45) 3284-7405 (apenas Whatsapp) anmb@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Luciani M. S. Salvaro. SANTA HELENA: **Flavio Bizotto** (49) 9 9927-1822 flavio.bizotto@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: Taicir Ibrahim
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Sérgio Laurindo Filho
Responsável:	TOLEDO: Guilherme de Carvalho Pedro - (44) 9 9804-7730 (segundavaraciveltoledo@gmail.com) - Oficial de Justiça: Mary Deilor Bogon
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Clairton Mario Spinassi
Responsável:	TOLEDO: Guilherme de Carvalho Pedro - (44) 9 9804-7730 (segundavaraciveltoledo@gmail.com) - Oficial de Justiça: Mary Deilor Bogon
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Denise Terezinha Corrêa de Melo
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Diego Engelmann** - (45) 3284-7403 (apenas Whatsapp) dien@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Roberto A. Brescovitt. SANTA HELENA: **Elizeu Antunes 45 9 9153-9344** e Oficial de Justiça: **Diatiuca E. Moura**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Cível

Crime

TELÊMACO BORBA

VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE
TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA VÍTIMA FLAVIA CAROLINE DE LIMA.

O Dr Frederico Alencar Monteiro Borges, Juiz de Direito da Vara Criminal de TELÊMACO BORBA, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima FLAVIA CAROLINE DE LIMA nascida aos 16.01.1996, filha de Samadar Aparecida Lima RG 128042628 SSP PR, por sentença datada de 25.02.2025 GABRIEL GONÇALVES DA SILVA foi condenado como incurso nas sanções do artigo 157 caput do Código Penal a pena de 4 anos de reclusão e 10 dias-multa a ser cumprida em regime aberto e em relação ao ressarcimento à vítima, incabível o arbitramento de indenização à vítima, haja vista a recuperação integral do bem subtraído, conforme auto de entrega nos autos. E como não tenha sido possível intimá-la pessoalmente pelo presente fica intimada da mencionada decisão, nos autos de Processo Crime nº 0007686.17.2020;.8.16.0165. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, aos seis (06) dias do mês de maio do ano de 2025. Eu, ..., Rosane M. Ribas, Técnica de Secretaria que o digitei e o subscrevi.
ROSANE M. RIBAS
Técnica de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE
TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU JOÃO VITOR MONTEIRO
PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

O Dr Frederico Alencar Monteiro Borges, Juiz de Direito da Vara Criminal de TELÊMACO BORBA, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar JOÃO VITOR MONTEIRO, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob n.° 106.535.669-21, portador da Cédula de Identidade/RG n.° 1.375.354-2/PR, nascido em 10.11.1999, com 24 (vinte e quatro) anos de idade na data dos fatos, natural de Telêmaco Borba/PR, filho de Maria de Fátima de Paula Monteiro e João Aparecido Monteiro, para que respondam a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, nos termos do art 396 do CPP, na resposta o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário a que responde(m) nos autos de Processo Crime nº 0003839.65.2024.8.16.0165 que responde como incurso nas sanções do art. 47, caput, cumulado com o artigo 61, inciso II, alínea "f", ambos do Código Penal (redação anterior à Lei n.º 14.994/2024) (1° Fato), e no artigo 21, caput, do Decreto-Lei n.° 3.688/1941, cumulado com o artigo 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal (redação anterior à Lei n.° 14.994/2024) (2° Fato), na forma do artigo 69, caput, do Código Penal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, aos seis (06) dias do mês de maio do ano de 2025. Eu, ..., Rosane M. Ribas, Escrivã Designada que o digitei e o subscrevi.
ROSANE M. RIBAS
Escrivã Designada

Juizados Especiais

Concursos

Família

Execuções Penais

Infância e Juventude

Fazenda Pública

PONTA GROSSA

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO
2° SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DE PONTA GROSSA, PR.
EDITAL 115/2025
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 30 DIAS.
Edital de **CITAÇÃO E INTIMAÇÃO** da parte executada **PAULINO & PAULINO LTDA-ME** (CNPJ 22.180.564/0001-96) da unificação dos processos de execução fiscal (**0004045-37.2021.8.16.0019 e 0019156-27.2022.8.16.0019**) movidos por **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**, que tramita por via eletrônica nesta 2ª Secretaria da Fazenda Pública de Ponta Grossa/PR, localizada na Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, n.º 590.
OBJETIVO: Pagamento no prazo de 5 (cinco) dias, da importância de **R$ 25.589,46** (vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos), a ser atualizada até o efetivo pagamento, acrescida de custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos legais, ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quanto bastem para a garantia do débito, bem como a nomeação de um curador especial.
OBJETO: Certidões de Dívida Ativa nº(s) 149/2021, 6412/2022 e 6413/2022.
DESPACHO: *"(...)Expeça-se edital de citação com prazo de 30 (trinta) dias, observando os requisitos do artigo 257 do Código de Processo Civil e do artigo 8, inciso IV da Lei de Execuções Fiscais. Ponta Grossa, 03 de julho de 2024. Poliana Maria Cremasco Fagundes Cunha - Juíza de Direito Substituta."*
Eu, Gerson Luís Holk, Técnico Judiciário, o digitei.
Ponta Grossa, 24 de abril de 2025.
Poliana Maria Cremasco Fagundes Cunha Wojciechowski
Juíza de Direito Substituta

Editais Judiciais

Conselho da Magistratura

Capital

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ROSALINA CARARA PEREIRA, COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS.
A Doutora DÉBORA DE MARCHI MENDES, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº. 535, 1º. andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** autuado sob **nº. 0020305-88.2017.8.16.0001** em que é exequente **FUNDO DE DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ** e executado (a): **ROSALINA CARARA PEREIRA**- diz a respeito do imóvel localizado na Rua Cesar Misael Chaves, nº 05 da planta Jardim Rafaela, com indicação fiscal nº 91-080-076.000-9, registrado sob matrícula de nº 18998, pendente de averbação, desde a data de 21/06/2011, quando comprou o imóvel de João Maria Horst Saldanha e Lidia Kochinski Saldanha, conforme consta escritura pública lavrada as 132/133 do Livro 16660-N, nas notas do 1º Tabelião. Em meados 2013- a requerente disponibilizou parte do imóvel para moradia de sua mãe, temporariamente e a título gratuito. Durante 4 anos, a parte requerente permitiu que a parte requerida utilizasse o bem para fins de moradia, pois como sua mãe manifestava desejo em se mudar à cidade de Curitiba e havia espaço em seu terreno, decidiu a requerente construir uma casa simples e disponibilizar, à título gratuito, a requerida. Encontrando-se o devedor, atualmente em lugar incerto e não sabido. - Tem este edital a finalidade de **INTIMAÇÃO** do terceiro (a) **ROSALINA CARARA PEREIRA,** a fim de que, no prazo de 20 dias contados da primeira publicação, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprove que a) as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis; ou b) ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros, conforme determina o art. 854, § 3º do CPC/2015. - O presente edital será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba - Capital do Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). - E eu (Sérgio Ribeiro) Escrivão, o subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão- Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura pelo art. 3º da Portaria 01/2024).

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO CTBA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA ME , COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº. 535, 1º. andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** autuado sob **nº. 0027362-60.2017.8.16.0001** em que é exequente **SENFFNET INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA** e executada: **CTBA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA ME,** Alegou a parte autora, em síntese, que firmou com a parte ré um contrato de Prestação de Serviços de administração e processamento de cartões de crédito e que a parte ré possui um saldo devedor em aberto- Encontrando-se o devedor, atualmente em lugar incerto e não sabido. - Tem este edital a finalidade de **INTIMAÇÃO** do (a) requerido (a) **CTBA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA ME,** para que no prazo de trinta (30) dias, a partir da primeira publicação, efetue o pagamento da quantia a que foi condenado, no prazo no **prazo de 15 (quinze) dias,** sob pena de multa de 10% e, também de honorários advocatícios relativos ao cumprimento de sentença em igual percentual, nos termos do art. 523, § 1° do CPC/2015, conforme os cálculos apresentados. - O presente edital será publicado na forma da lei. No caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, III CPC) - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba - Capital do Estado do Paraná, aos trinta (30) dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). - E eu (Sérgio Ribeiro) Escrivão, o subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pela art. 3º da Portaria 01/2024).

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE JORGE ALBINO MATZEMBACHER, COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS.
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº. 535, 1º. andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação **EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL** autuado sob **nº. 0028240-19.2016.8.16.0001** em que é exequente **EDIFICIO TORRI DI QUARTESOLO** e executado: **JORGE ALBINO MATZEMBACHER,** a executada é proprietária do imóvel do apartamento nº 08 do Edifício Torri Di Quartesolo. Todos os condôminos estão obrigados a concorrer para as despesas de conservação e manutenção do condomínio. Entretanto, a Executada não vêm cumprindo com as referidas obrigações encontrando-se em atraso com o pagamento das cotas condominiais ordinárias e extraordinárias, totalizando o débito o valor de R$ 4.751,29 (quatro mil setecentos e cinquenta e hum reais e vinte e nove centavos) - Encontrando-se os devedores, atualmente em lugar incerto e não sabido. - Tem este edital a finalidade de **INTIMAÇÃO** do requerido **JORGE ALBINO MATZEMBACHER** a fim de que, no prazo de 20 dias contados da primeira publicação, para que no **prazo de 10 (dez) dias**, se manifestem nos termos do art. 841, CPC/2015 e cônjuge (art. 842, do CPC/2015), acerca da penhora no rosto dos autos nº. 0001019-23.2015.5.09.0072, junto à 1º Vara do Trabalho de Pato Branco/PR. - O presente edital será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba - Capital do Estado do Paraná, aos 30 (Trinta) dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). - E eu (Sérgio Ribeiro) Escrivão, o subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024).

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HUGO ANDRE MACHADO BRIZOLA, JOSIANE MARLI FRANCO SVISTALSKI E TERCEIROS INTERESSADOS, COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS.
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº. 535, 1º. andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL** autuado sob **nº. 0037597-76.2023.8.16.0001** em que são requerentes: **EDUARDO HENRIQUE PIMPÃO BUSNARDO, GLÓRIA MARIA SOVIERZOSKI PIMPÃO BUSNARDO E GUILHERME AUGUSTO PIMPÃO BUSNARDO** e requeridos: **HUGO ANDRE MACHADO BRIZOLA, JOSIANE MARLI FRANCO SVISTALSKI,** alegaram que: locaram o imóvel objeto da lide aos réus, com início em 19.1.2023, no valor de R$900,00, acrescido dos encargos incidentes sobre o imóvel (mov.1.7), todavia, os locatários pagaram apenas os alugueres dos meses de janeiro e fevereiro, ambos do ano de 2023, permanecendo inadimplentes desde então enviaram notificação extrajudicial para a desocupação voluntária do imóvel, em vão (mov.1.9). Postulam, liminarmente, o despejo e a declaração de rescisão do contrato. - Encontrando-se os devedores, atualmente em lugar incerto e não sabido. - Tem este edital a finalidade de **INTIMAÇÃO** dos requeridos **HUGO ANDRE MACHADO BRIZOLA, JOSIANE MARLI FRANCO SVISTALSKI E TERCEIROS INTERESSADOS,** a fim de que, no prazo de 20 dias contados da primeira publicação, para que no **prazo de 3 (TRÊS) dias**, para que, os requeridos e de terceiros interessados tomem ciência da decisão de sequência 125, a qual autorizou a venda dos veículos (Trailer de placa AJH-4451: R$500,00, Peugeot Scapede - Placa ARU-2385 R$ 1.000,00), em valor não inferior a 60% das avaliações juntadas ao auto de imissão na posse, e, querendo, sobre ela se manifestem, no prazo de 3 (três) dias. - O presente edital será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba - Capital do Estado do Paraná, aos 30 (Trinta) dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e quatro (2025). - E eu (Sérgio Ribeiro) Escrivão, o subscrevi.

Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024).

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE WYLLIANA SOUZA DE CAMARGO .
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, foram processados os termos da **INTERDIÇÃO** de **WYLLIANA SOUZA DE CAMARGO**, a requerimento de sua mãe **ANDREA DA SILVA PINA** através dos autos nº. **0012313-66.2023.8.16.0001**, tendo a respectiva SENTENÇA, datada de 12 de Dezembro de 2024, nomeando sua cunhada ANDREA DA SILVA PINA como curadora da interditada, e declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil elencados no artigo 1.782, do Código Civil e os atos de mera administração com as delimitações a seguir estampadas; De acordo com o artigo 1.775, § 1º, da mesma lei, nomeio como sua curadora a requerente Andrea da Silva Pina, a qual incumbirá realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária, operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, representação da parte requerida perante qualquer entidade privada ou pública (notadamente perante o INSS), administração de bens e gerenciamento de sua saúde; Os poderes do curador são limitados pelo artigo 1.748 cumulado com o artigo 1.781, ambos do Código Civil. Visto que foi diagnosticada com (CID 10 G 40.9 e G800), (Paralisia Cerebral: Quadriplegia atetóide com exacerbação de movimentação e interferência reflexa, secundário a hipóxia perinatal (broncoaspiração Meconial). Epilepsia: crises convulsivas iniciadas em setembro /2005. Fez uso FENOBARBITAL, sendo suspenso em 2016, não apresentando recidiva de convulsões) - E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de Abril do ano de 2025. E eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024)

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE AMÉLIA MICHILIN BOZ .
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, foram processados os termos da **INTERDIÇÃO** de **AMÉLIA MICHILIN BOZ**, a requerimento de sua mãe **ANDREA CRISTINA BOZ**, através dos autos nº. **0021095-62.2023.8.16.0001**, tendo a respectiva SENTENÇA, datada de 14 de Novembro de 2024, nomeando sua mãe Sra. ANDREA CRISTINA BOZ como curadora da interditada, e declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil elencados no artigo 1.782, do Código Civil e os atos de mera administração com as delimitações a seguir estampadas; De acordo com o artigo 1.775, § 1º, da mesma lei, nomeio como sua curadora a requerente Andrea Cristina Boz, a qual incumbirá realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária, operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, representação da parte requerida perante qualquer entidade privada ou pública (notadamente perante o INSS), administração de bens e gerenciamento de sua saúde; Os poderes do curador são limitados pelo artigo 1.748 cumulado com o artigo 1.781, ambos do Código Civil. Visto que foi diagnosticada com (CID 10 G 40.9 e F02.C3), (Doença de Alzheimer, grave com sintomas de humor). - E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de Abril do ano de 2025. E eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024)

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO DE LISIANE WOSIACK .
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, foram processados os termos da **INTERDIÇÃO** de **LISIANE WOSIACK**, a requerimento de seu sobrinho **ADALBERTO DE PAULA PIRES JUNIOR** através dos autos nº. **0004703-84.2022.8.16.0194**, tendo a respectiva SENTENÇA, datada de 22 de Novembro de 2024, nomeando seu sobrinho ADALBERTO DE PAULA PIRES JUNIOR, e nomeio como curador de Lisiane Wosiack, a qual, nos termos da nova redação do art. 4º do Código Civil Brasileiro, é relativamente incapaz, o seu sobrinho Adalberto de Paula Pires Junior, o qual deve ser intimado para, em cinco dias, prestar o compromisso legal, ficando incumbido de realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, venda e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compra de maior valor mediante autorização judicial), com fulcro no art. 1.748, I e IV do Código Civil; movimentação de conta bancária e operações mediante o uso de cartão bancário ou cheque e administração de bens.- E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de Abril do ano de 2025. E eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024)

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: **HUGO ALEXANDRE WINDMÜLLER**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0001228-46.2024.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **90** dias.
PRAZO PARA RECURSO: 05 (cinco) dias após o transcurso do prazo do edital.
A DRA. INÊS MARCHALEK ZARPELON, MM. JUÍZA DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(a) réu(ré) HUGO ALEXANDRE WINDMÜLLER , brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº 70313340 SESP/PR, nascido(a) aos 14/08/1980, filho(a) de MARIA NELCI WINDMÜLLER, ora em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital fica o(a) réu(ré) INTIMADO(A) de que em data de **27/09/2024** foi proferida **SENTENÇA CONDENATÓRIA** nos autos de Processo Crime 0001228-46.2024.8.16.0196, como incurso nas sanções art. 155, caput, do Código Penal. , à pena de 01 (UM) ANO E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO e 13 (TREZE) DIAS-MULTA, REGIME SEMIABERTO. Fica a parte CIENTE de que, vencido o prazo deste edital, caso queira, terá ainda 05 (cinco) dias para, interpor recurso à Instância Superior, depois do que o processo terá transitado em julgado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, datado eletronicamente.
INÊS MARCHALEK ZARPELON
JUÍZA DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: **FÁBIO LUIZ SANTOS DE ALMEIDA**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0001382-69.2021.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **90** dias.
PRAZO PARA RECURSO: 05 (cinco) dias após o transcurso do prazo do edital.
A DRA. INÊS MARCHALEK ZARPELON, MM. JUÍZA DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou

dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(a) réu(ré) FÁBIO LUIZ SANTOS DE ALMEIDA , brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº 95502580 SESP/PR, nascido(a) aos 23/02/1987, filho(a) de IVALDA DOS SANTOS DE ALMEIDA, ora em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital fica o(a) réu(ré) INTIMADO(A) de que em data de **26/03/2025** foi proferida **SENTENÇA CONDENATÓRIA** nos autos de Processo Crime 0001382-69.2021.8.16.0196, como incurso nas sanções artigo 155, caput, do Código Penal. , à pena de 01 (UM) ANO DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS MULTA REGIME SEMIABERTO. Fica a parte CIENTE de que, vencido o prazo deste edital, caso queira, terá ainda 05 (cinco) dias para, interpor recurso à Instância Superior, depois do que o processo terá transitado em julgado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, datado eletronicamente.
INÊS MARCHALEK ZARPELON
JUÍZA DE DIREITOum(a) Conteúdo

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: **NATALIEL DE OLIVEIRA FERREIRA**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0002150-58.2022.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **95** dias.
PRAZO PARA RECURSO: 05 (cinco) dias após o transcurso do prazo do edital.
A DRA. INÊS MARCHALEK ZARPELON, MM. JUÍZA DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(a) réu(ré) NATALIEL DE OLIVEIRA FERREIRA , brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº 145188059 SESP/PR, nascido(a) aos 09/10/2003, filho(a) de NERLI BUENO DE OLIVEIRA, ora em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital fica o(a) réu(ré) INTIMADO(A) de que em data de **22/10/2024** foi proferida **SENTENÇA CONDENATÓRIA** nos autos de Processo Crime 0002150-58.2022.8.16.0196, como incurso nas sanções 157, §2º, II, c.c. art. 14, II , à pena de 2 (OITO) ANOS E 8 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 6 (SEIS) DIAS-MULTA, REGIME ABERTO. Fica a parte CIENTE de que, vencido o prazo deste edital, caso queira, terá ainda 05 (cinco) dias para, interpor recurso à Instância Superior, depois do que o processo terá transitado em julgado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, datado eletronicamente.
INÊS MARCHALEK ZARPELON
JUÍZA DE DIREITO

1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO** expedido nos Autos de Pedido de Medida de Proteção nº 004489-09.2025.8.16.0188 com "PRAZO DE 20 DIAS"
A DOUTORA **LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI**, MM. JUIZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DE LEI, ETC.
FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua da Glória, n° 290, 6° andar, CENTRO CÍVICO - CURITIBA/PR - CEP 80.030-060, Telefone (41) 3250-1704, EMAIL: ctba-47vj-s@tjpr.jus.br, a Ação de Pedido de Medida de Proteção nº 004489-09.2025.8.16.0188, em que consta no polo ativo o M. P. do E. P., no polo passivo A.C.C e D. dos S.C., e como consta dos referidos autos que a Requerida se encontra em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para a **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO** de **ANA CLAUDIA CARVALHO**, quanto à Ação de MEDIDA DE PROTEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, ALIMENTOS E APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA POR DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES INERENTES DO PODER FAMILIAR, proposta pelo Ministério Público, bem como da decisão proferida nos autos supramencionados, para que, querendo, apresente contestação, através de advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo apresentar comprovantes de rendimentos e/ou outros documentos que comprovem sua renda familiar (para análise quanto ao pedido de fixação de alimentos). Sendo hipossuficiente, poderá requerer o patrocínio da causa pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, mediante comparecimento pessoal na unidade situada no 1º andar do Fórum da Família da Criança e do Adolescente de Curitiba, localizado na Rua da Glória, n. 290, Curitiba/PR. Maiores informações e eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone (41) 3352-8783 (Defensoria Pública do Paraná) ou comparecer em cartório para solicitar a nomeação de Advogado Dativo, dentro do prazo de defesa especificado acima. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, é expedido o presente **EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO**, que será publicado no Diário da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo.
CUMPRA-SE.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (07.05.2025). Eu, Cintia Tiemi Miyabukuro, Técnica Judiciária, o digitei.
LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI
Juíza de Direito Substituta

2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Citação

EDITAL COM O PRAZO DE VINTE DIAS PARA CITAÇÃO DE JOSÉ ÁVILA
A Exma. Sra. Dra. JOSEANE FERREIRA, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
FAZ SABER a quem conhecimento deste haja pertencer, especialmente do Sr. SERGIO GERMAN CILLARUELO, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os autos n.º 0016435-46.2023.8.16.0188, ação de ALIMENTOS, em que é Requerente FABRICIO DORTES CILLARUELO, representado por FERNANDA FERREIRA FORTES e Requerido SERGIO GERMAN CILLARUELO, sendo o presente objeto de citação do requerido, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta mediante advogado habilitado nos autos, advertindo-lhe de que a falta de contestação implicará presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor (CPC, art. 344).
Decisão de seq. 116.1: *"1. Tendo em vista que todas as tentativas de localização do réu resultaram infrutíferas (seqs. 20.1 (desconhecido), 23.1 (desconhecido), 28.2, 71.1 (não existe o número, 74.1 (desconhecido), 75.1 (mudou-se), 76.1 (desconhecido), 77.1 (ausente) e não foram encontrados novos endereços, defiro o pedido formulado (seq. 107.1) e DETERMINO a intimação do réu, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. 1.1. Se transcorrido o prazo sem manifestação, e certificado nos autos pela Escrivania, com o escopo de resguardar os direitos da parte, remetam-se os autos à DEFENSORIA PÚBLICA para que designe Defensor (a) para atuar como CURADOR ESPECIAL do réu, nos termos do art. 72, II, CPC, sempre com prazo em dobro para falar nos autos. 1.2. Na sequência, intime-se o (a) Defensor (a), via PROJUDI, para se manifestar, nos interesses do réu; 3. Cumpram-se o Código de Normas, a Portaria de delegação de atos, e, no que couber, a Instrução Normativa 73/2021, da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná. 4. Intimações e diligências necessárias. Curitiba, 22 de abril de 2025. Carolina Marcela Franciosi Bittencourt Juíza de Direito".*
E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados na imprensa desta Capital para citação do Sr. SERGIO GERMAN CILLARUELO.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 07 de maio de 2025. Eu, Sandra Maria Urbano, empregada juramentada, digitei.
JOSEANE FERREIRA
JUÍZA DE DIREITO

Edital de Intimação

EDITAL COM O PRAZO DE TRINTA DIAS PARA INTIMAÇÃO DE CASSIANO CAMARGO
A Exma. Sra. Dra. CAROLINA MARCELA FRANCIOSI BITTENCOURT, MM. Juíza de Direito Substituta da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
FAZ SABER a quem conhecimento deste haja pertencer, especialmente do Sr. CASSIANO CAMARGO, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os autos n.º 0013697-03.2014.8.16.0188, ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é Exequente LUCAS RECHETELLO CAMARGO e Executado CASSIANO CAMARGO, sendo o presente objeto de intimação do executado, para que reclame o numerário depositado nos autos, nos termos do art. 5º do Decreto Judiciário n. 626/2018.
Decisão de seq. 323.1: *"1. Considerando que foram esgotados todos os meios para localizar o executado, determino a sua intimação por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para que reclame o numerário depositado nos autos, nos termos do art. 5º do Decreto Judiciário n. 626/2018. 1.1. À Secretaria para que se atente ao § 5º do referido artigo. 2. Intimações e diligências necessárias. Curitiba, 16 de abril de 2025. Luiz Henrique Vianna Silva Juiz de Direito Substituto".*
E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados na imprensa desta Capital para intimação do Sr, CASSIANO CAMARGO.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 07 de maio de 2025. Eu, Sandra Maria Urbano, empregada juramentada, digitei. CAROLINA MARCELA FRANCIOSI BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

Edital Geral

EDITAL COM O PRAZO 30 DIAS PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
A Exma. Sra. Dra. Carolina Marcela Franciosi Bittencourt, MM. Juíza de Direito Substituta da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
FAZ SABER a quem conhecimento desta haja pertencer, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os autos n.º 0004548-94.2025.8.16.0188 de ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS, em que são Requerentes MARIA LETICIA DE MACEDO ZANIOLO e SERGIO RODRIGO ZANIOLO, sendo pretensão dos requerentes alterar o regime de casamento de Comunhão Parcial de Bens para o regime de Separação Total de Bens.
Sendo o presente objeto de imprimir publicidade à mudança.
Decisão Seq. 17.1: "*1. Publiquem-se editais, com prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do § 1º do art. 734 do CPC. 2. Após, abra-se vista ao Ministério Público. 3. Intimações e diligências necessárias. Curitiba, 23 de abril de 2025. Carolina Marcela Franciosi Bittencourt Juíza de Direito*".
E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados na imprensa desta Capital para conhecimento de terceiros.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 07 de maio de 2025. Eu, Sandra Maria Urbano, empregada juramentada, digitei. CAROLINA MARCELA FRANCIOSI BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

EDITAL COM O PRAZO 30 DIAS PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
A Exma. Sra. Dra. Joseane Ferreira, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
FAZ SABER a quem conhecimento desta haja pertencer, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os autos n.º 0014789-64.2024.8.16.0188 de ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS, em que são Requerentes LUZIA SALETE FREITAS e WALDIR LUIZ FERRARI, sendo pretensão dos requerentes alterar o regime de casamento de Separação Convencional de Bens para o regime de Separação de Bens Obrigatória.
Sendo o presente objeto de imprimir publicidade à mudança.
Decisão Seq. 22.1: "*1. DEFIRO os benefícios da Justiça Gratuita em favor dos requerentes, cujos efeitos suspendem a exigibilidade do pagamento das custas, despesas processuais, e honorários advocatícios, com a ressalva do disposto no art. 98, §3º, do CPC. ANOTE-SE. 1.1. Inexistindo elementos que contrariem a afirmação de carência dos requerentes, caberá à Escrivania eventual impugnação. 2. Nos termos do art. 734, §1º, do Código de Processo Civil c/c 442, caput e §1º do Código de Normas do Foro Judicial, dê-se vista dos autos ao Ministério Público e publique-se o edital para conhecimento de terceiros, com prazo de 30 (trinta) dias. 3. Cumpram-se o Código de Normas, a Portaria de delegação de atos, e, no que couber, a Instrução Normativa 73/2021, da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná. 4. Intimações e diligências necessárias. Curitiba, 31 de março de 2025. Carolina Marcela Franciosi Bittencourt Juíza de Direito*".
E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados na imprensa desta Capital para conhecimento de terceiros.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 07 de maio de 2025. Eu, Sandra Maria Urbano, empregada juramentada, digitei. JOSEANE FERREIRAJUÍZA DE DIREITO

4ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
RÉU: **RAFAEL CHARLES FREIRE COSTA**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0001631-15.2024.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível NOTIFICAR pessoalmente o réu **RAFAEL CHARLES FREIRE COSTA**, portador do RG. nº 102019806 SSP/PR, inscrito no CPF nº 090.308.499-67, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **NOTIFICADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0001631-15.2024.8.16.0196, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **artigo 33, c/c artigo 40, inciso III, ambos da Lei nº 11.343/2006**Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, o subscrevo.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: **DARLAN CLESIO NEVES DA SILVA**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0000302-65.2024.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu **DARLAN CLESIO NEVES DA SILVA**, portador do RG. nº 16710255 SSP/PR, inscrito no CPF nº 111.670.955-45, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0000302-65.2024.8.16.0196, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **artigo 33, caput da Lei nº 11.343/06**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
RÉU: **FELIPE GABRIEL DOS SANTOS**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0005294-06.2023.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível NOTIFICAR pessoalmente o réu **FELIPE GABRIEL DOS SANTOS**, portador do RG. nº 14336201 SSP/PR, inscrito no CPF nº 143.627.099-59, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **NOTIFICADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0005294-06.2023.8.16.0196, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **artigo 33, *caput,* da Lei nº 11.343/2006**Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, o subscrevo.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

8ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃOAutos nº. 0005894-23.2025.8.16.0013 RÉU: JOÃO LUIS JANISZEWSKI PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) diasPRAZO PARA RESPOSTA: 10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital A Exma. Sra. Sayonara Sedano, MMa. Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, na forma da lei FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a parte ré JOÃO LUIS JANISZEWSKI, residente no(a) Rua Nova Jerusalém, 127 - Planta Deodoro - PIRAQUARA/PR - CEP: 83.304-350, (filiação: Nome da Mãe: MARLI DE LIMA JANISZEWSKI Nome do Pai: LUIZ JANISZEWSKI - nascido em: PIRAQUARA/PR ,na data de 25/01/1978) **_e como consta dos autos que se encontra atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente edital CITA-O(A) e chama para, no prazo acima indicado, comparecer** a este Juízo (End.: Avenida Anita Garibaldi, 750, Ahú, Curitiba - PR - Fone: (41)3309-9108) em que tramita a Ação Penal n. 0005894-23.2025.8.16.0013 na qual foi denunciado(a) como incurso no artigo 171, caput, do Código Penal. Ficando devidamente INTIMADO a constituir defensor e apresentar resposta à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados do término do prazo deste edital ou a partir do comparecimento pessoal do denunciado ou do defensor constituído**.** A parte ré deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Na forma do artigo 366 do mesmo Código, se o acusado não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Lotério Paquete , Técnica Judiciária , digitei e conferi.
SAYONARA SEDANO Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃOAutos nº. 0004081-28.2024.8.16.0196 RÉU: BERNARDO MACHADO DA SILVA PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) diasPRAZO PARA RESPOSTA: 10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital A Exma. Sra. Sayonara Sedano, MMa. Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, na forma da lei FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a parte ré BERNARDO MACHADO DA SILVA, residente no(a) Rua Gustavo Emilio Xavier, 99 - Arambaré - ARAMBARÉ/RS - CEP: 96.178-000, (filiação: Nome da Mãe: IDA CARMELHA GARCIA MACHADO Nome do Pai: FABIO ODONI MEDEIROS DA SILVA - nascido em: CAMAQUA/RS ,na data de 06/08/1989) **_e como consta dos autos que se encontra atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente edital CITA-O(A) e chama para, no prazo acima indicado, comparecer** a este Juízo (End.: Avenida Anita Garibaldi, 750, Ahú, Curitiba - PR - Fone: (41)3309-9108) em que tramita a Ação Penal n. 0004081-28.2024.8.16.0196 na qual foi denunciado(a) como incurso no artigo 33, caput da Lei nº 11.343/06. Ficando devidamente INTIMADO a constituir defensor e apresentar resposta à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados do término do prazo deste edital ou a partir do comparecimento pessoal do denunciado ou do defensor constituído**.** A parte ré deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Na forma do artigo 366 do mesmo Código, se o acusado não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Lotério Paquete , Técnica Judiciária , digitei e conferi.
SAYONARA SEDANO Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃOAutos nº. 0000089-59.2024.8.16.0196 RÉU: PAULO EDUARDO MARTINS DA ROSA PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) diasPRAZO PARA RESPOSTA: 10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital A Exma. Sra. Sayonara Sedano, MMa. Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, na forma da lei FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a parte ré PAULO EDUARDO MARTINS DA ROSA, residente no(a) Rua São Sidônio Apolinário, 750 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-490, (filiação: Nome da Mãe: VIVIANE SODREIA MARTINS Nome do Pai: PAULO DA ROSA - nascido em: CURITIBA/PR ,na data de 09/11/1999) **_e como consta dos autos que se encontra atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente edital CITA-O(A) e chama para, no prazo acima indicado, comparecer** a este Juízo (End.: Avenida Anita Garibaldi, 750, Ahú, Curitiba - PR - Fone: (41)3309-9108) em que tramita a Ação Penal n. 0000089-59.2024.8.16.0196 na qual foi denunciado(a) como incurso no artigo o 33, caput, c/c artigo 40, inciso III, ambos da Lei n° 11.343/2006, em concurso material, nos termos do artigo 69 do mesmo código. Ficando devidamente INTIMADO a constituir defensor e apresentar resposta à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados do término do prazo deste edital ou a partir do comparecimento pessoal do denunciado ou do defensor constituído**.** A parte ré deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Na forma do artigo 366 do mesmo Código, se o acusado não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Lotério Paquete , Técnica Judiciária , digitei e conferi.
SAYONARA SEDANO Juíza de Direito

9ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR
Av. Cândido de Abreu, 535, 9º Andar, Ed. Montepar, Centro Cívico
Telefone: 041-41021060 - Endereço de e-mail: curitibacartorio9varacivel@gmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO DÉ "A FIRMA BAR & RESTAURANTE LTDA. ME - representada por NIDAL MOHAMAD OMEIRI" - COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O DOUTOR **JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SAMON,** MM. JUIZ DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,
FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que tem curso neste Juízo de Direito, situado à Rua Cândido de Abreu, 535, Centro Cívico, nesta Capital, a **AÇÃO MONITÓRIA** autuada **sob nº. 0007367-27.2018.8.16.0001,** movida por **BANCO SANTANDER**, **nscrito no CNPJ/MF sob n.º 11.047.696/0001-28,** em face de **A FIRMA BAR & RESTAURANTE LTDA. ME**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob n ° 014.173.102/0001-13**, **representada por NIDAL MOHAMAD OMEIRI, CPF/MF nº 915.210.339-00**, que conforme síntese apresentada aduz o seguinte: **"**Trata-se de Ação Monitória ajuizada por Banco Santander em face de A FIRMA BAR & RESTAURANTE LTDA. ME - CNPJ no 11.047.696/0001-28 (Representada por NIDAL MOHAMAD OMEIRI, CPF: 915.210.339-00), titular da conta corrente no 0000130007102, da agência 4404, tendo formalizado eletronicamente o "Crédito reorganização" sob no 00334404300000005930 (operação no 4404000005930300424), oportunidade em que tomou um empréstimo no valor de R$ 95.489,73, sobre o qual incidiram juros prefixados de 2,45% ao mês, e o valor total seria pago em 24 parcelas mensais no valor de R$ 5.410,10, vencendo a primeira parcela em 06/03/2017 e a última com vencimento previsto para 06/02/2019. No entanto, ocorreu o descumprimento contratual com o inadimplemento a partir da 3a parcela, resultando em débito junto ao banco credor no valor de R$102.829,17, montante este atualizado até a data do ajuizamento da ação. Após diversas tentativas frustradas em promover a citação da pessoa jurídica ré no processo, considerando que todos os endereços encontrados nos autos já foram diligenciados, restou deferida a citação da parte demandada por Edital.**"**. **E haja vista que foram frustradas as tentativas de localização** da parte Ré **A FIRMA BAR & RESTAURANTE LTDA. ME** nestas condições é feita a sua **CITAÇÃO** pelo compretente **EDITAL** com prazo de 30 (trinta) dias**,** na pessoa de seu representante **NIDAL MOHAMAD OMEIRI**, para que, cumpra a obrigação referida na petição inicial ou ofereça embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados apartir do esgotamento dos 30 (trinta) dias da publicação deste edital, sob pena de revelia e de conversão automática do mandado inicial em mandado executivo, prosseguindo o feito como execução por quantia certa, pelo que, ficam desde já fixados honorários advocatícios de 5% (cinco por cento), para o patrono da parte autora, (artigo 702, NCPC). Em não sendo apresentado defesa será nomeado Defensor Público para

exercer a função de curador especial do réu citado por edital. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será publicado na forma da Lei. NADA MAIS, Curitiba, 07 de maio de 2025, Eu, Luiz Carlos Martins, Analista Judiciário desta Serventia, que assim o digitei o presente edital, por determinação judicial.
CARLOS ROMANEL
Escrivão
Por aut. do MM. Juiz de Direito - Portaria n.º 01/13

JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR
Av. Cândido de Abreu, 535, 9º Andar, Ed. Montepar, Centro Cívico
Telefone 041-41021060 - Endereço de e-mail: curitibacartorio9varacivel@gmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO DOS EXECUTADOS "OLIMAGDA VAREJISTA DE PRESENTES LTDA e MAGDA VALEZI GALVÃO" - COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O DOUTOR **JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON,** MM. JUIZ DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;
Faz Saber; a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo **sob n.º 0013349-95.2013.8.16.0001**, processa-se os autos de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**, ajuizado por **BANCO BRADESCO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, em face dos executados **OLIMAGDA VAREJISTA DE PRESENTES LTDA, CNPJ/MF sob o nº 08.873.313/0001-66**, e **MAGDA VALEZI GALVÃO**, **inscrita no CPF/MF sob nº 017.799.599-82**, que conforme síntese apresentada aduz o seguinte: **"**1 - Em 20 de julho de 2012, a primeira Executada, avalizada pela segunda Executada, emitiu, a favor do Exequente, a Cédula de Crédito Bancário sob nº 5.966.427 no importe de R$ 30.454,99 (trinta mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e nove) (documento incluso), na modalidade "Capital de Giro", que deveria ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 28 de agosto de 2012 e a última em 28 de julho de 2015, conforme cártula em anexo. Ocorreu, todavia, que as Executadas deixaram de efetuar os pagamentos devidos nas datas estabelecidas cedularmente, advindo o inadimplemento a partir da 5ª (quinta) parcela avençada na Cédula nº 5.966.427 vencida em 28 de dezembro de 2012, ensejando o vencimento antecipado das demais, com amparo no disposto no item 7 da Cédula, sob o título "VENCIMENTO ANTECIPADO", e especificamente em seu sub-item 7.1, letra 'a', permitindo concomitantemente a exigibilidade imediata e integral do crédito do ora Exequente que, atualizado até 15 de março de 2013 , importa em R$ 31.023,30 (trinta e um mil vinte e três reais e trinta centavos), conforme demonstra a planilha de cálculo anexa à presente peça, a qual contém memória discriminada e atualizada do débito**"**. E, como consta dos autos que os Executados encontra-se em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-los pessoalmente**,** nestas condições, nos termos do art. 256, inicos II e 257, inciso III, ambos do C.P.C., expediu-se o presente **EDITAL**, com prazo de 30 (vinte) dias, pelo qual ficam **CITADOS** os executados **MAGDA VALEZI GALVÃO; e OLIMAGDA VAREJISTA DE PRESENTES LTDA**, esta na pessoa de sua sócia administradora **MAGDA VALEZI GALVÃO,** dos termos da presente ação, para que no prazo de três (03) dias, pague a quantia acima reclamada, nos termos do Código de Processo Civil, art. 829, além de honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, salvo embargos. Ainda, fica cientificado que, nos termos do art. 827, § 1º do Novo Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre- se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes ou ainda, reconhecendo o crédito do exeqüente, depositar 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescidos de custas e honorários advocatícios e requerer o pagamento do restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (artigos 231 e 915, §§1º e 2º, ambos do NCPC), no prazo de 15 (quinze) dias. **"**Prazos estes que fluiram após os esgotamento dos 30 (trinta) dias da publicação deste ediatl**"**. Em havendo revelia será nomeado Defensoria Pública para atuar como curadora especial dos executados citados por edital, na forma do artigo 72, inciso II do CPC. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. NADA MAIS, Curitiba, aos sete (07) dias do mês cinco (05) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). Eu, Luiz Carlos Martins, Analista Judiciário desta Serventia, que assim o digitei, por determinação judicial.
CARLOS ROMANEL
Escrivão
Por aut. do MM. Juiz de Direito - Portaria n.º 01/13

JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR
Av. Cândido de Abreu, 535, 9º Andar, Ed. Montepar, Centro Cívico
Telefone 041-41021060 - Endereço de e-mail: curitibacartorio9varacivel@gmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO DOS SUSCITADOS "JAIR VIEIRA, NACONOS DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., TOPLINE - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME" -COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O DOUTOR **JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON,** MM. JUIZ DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,
FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso, neste Juízo da 9ª Vara Cível, sito à Rua Cândido de Abreu, nº 535 , 9 º Andar, Centro Cívico, Curitiba - Paraná, os autos de **INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA**, autuados sob o **nº 0022630-60.2022.8.16.0001** PROJUDI, em que figura como Suscitante: **FANARO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**. representado(a) **por IRACI FABRICIO DE MELO**, e Suscitados: **JAIR VIEIRA, inscrito no CPF/MF nº 845.084.340-53, NACONOS DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.214.614/0001-09, TOPLINE - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME -E, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.211.943/0001-30**, que tem o presente EDITAL a finalidade de **CITAÇÃO** dos sucitados acima descritos, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo 15 (quinze) dias úteis, contados do término do prazo deste edital, **nos termos doartigo 135 do NCPC**, **querendo se manifestem e requeiram as provas cabíveis**. Em havendo revelia, será nomeado Defensor Público para exercer a função de curador especial dos suscitados citados por edital, (conforme dispõe o art. 72, inc. II, do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. NADA MAIS, Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Luiz Carlos Martins, Analista Judiciário desta Serventia, que assim o digitei, por determinação judicial.
CARLOS ROMANEL
Escrivão
Por aut. do MM. Juiz de Direito - Portaria n.º 01/13

JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR
Av. Cândido de Abreu, 535, 9º Andar, Ed. Montepar, Centro Cívico
Telefone: 041-41021060 - Endereço de e-mail: curitibacartorio9varacivel@gmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU "D R PAMPLONA CONSTRUÇÃO CIVIL, representado legalmente por seus sócios-administradores, **Ricardo Felipe Pissetti Pamplona** e **Larissa Renata dos Santos Pamplona" - COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.**
O DOUTOR **JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SAMON,** MM. JUIZ DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,
FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que tem curso neste Juízo de Direito, situado à Rua Cândido de Abreu, 535, Centro Cívico, nesta Capital, a **AÇÃO MONITÓRIA** autuada **sob nº. 0016302-51.2021.8.16.0001,** movida por **BANCO BRADESCO S/A**, **nscrito no CNPJ/MF sob n.º 060.746.948/0001-12**, com sede social em OSASCO-SP, na CIDADE DE DEUS, S/N, CEP 06029-900 90**,** em face de **D R PAMPLONA CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob n º 014.173.102/0001-13**, que conforme síntese apresentada aduz o seguinte: **"**Em homenagem ao relacionamento bancário existente, e agindo na confiança de que a Ré cumpriria seus deveres contratuais, o Autor deu curso a referidos débitos, acarretando saldo devedor em conta corrente no valor de R$ 146.243,31 (cento e quarenta e seis mil duzentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos), atualizado até 16/07/2021. No entanto, apesar de seus esforços, o saldo da conta corrente nunca foi recomposto pela Ré.**"**. **E haja vista que foram frustradas as tentativas de localização** da parte Ré **D R PAMPLONA CONSTRUÇÃO CIVIL**, nestas condições é feita a sua **CITAÇÃO** pelo compretente **EDITAL** com prazo de 30 (trinta) dias**,** na pessoa de seus sócios-administradores **Ricardo Felipe Pissetti Pamplona** e **Larissa Renata dos Santos Pamplona**, para que, cumpram a obrigação referida na petição inicial ou ofereça embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados apartir do esgotamento dos 30 (trinta) dias da publicação deste edital, **sob pena de revelia e de conversão automática do mandado inicial em mandado executivo**, prosseguindo o feito como execução por quantia certa, pelo que, ficam desde já fixados honorários advocatícios de 5% (cinco por cento), para o patrono da parte autora, (artigo 701, §1º, NCPC). Bem como, poderá a parte requerida oferecer (art. 702 do CPC), e que não promovendo o pagamento, ou apresentando embargos, deverá arcar também com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo, desde logo, em 10% sobre o valor atribuído à causa. Em não sendo apresentado defesa será nomeado Defensor Público para exercer a função de curador especial do réu citado por edital. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será publicado na forma da Lei. NADA MAIS, Curitiba, 07 de maio de 2025, Eu, Luiz Carlos Martins, Analista Judiciário desta Serventia, que assim o digitei o presente edital, por determinação judicial.
CARLOS ROMANEL
Escrivão
Por aut. do MM. Juiz de Direito - Portaria n.º 01/13

13ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO JULIO CESAR GONZAGA DE OLIVEIRA, COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS. O DR. MURILO GASPARINI MORENO - JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA TERCEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABER que por este edital com o prazo de 60 (sessenta) dias, fica CITADO o executado JULIO CESAR GONZAGA DE OLIVEIRA (CPF nº 541.921.459-87), atualmente em lugar incerto e não sabido, para que no prazo de 03 (três) dias paguem o débito no valor de R$ 5.778,62 (cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos), acrescida das cominações legais e honorários advocatícios fixados em dez por cento (10%), observe-se que se houver pagamento no prazo estabelecido, os honorários ficam reduzidos para 5 % do valor do débito (art. 827, § 1º do Novo Código de Processo Civil) sob pena de penhora de bens suficientes à garantia da execução ou, embargar(em) a execução, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 915 do Novo Código de Processo Civil) sendo que, dentro do prazo de embargos, reconhecida a dívida, o(s) executado(s) poderá(ão) optar em promover o deposito de trinta por cento (30%) do valor total atualizado do débito e requerer(em) o restante do pagamento em até seis parcelas mensais, nestes autos de Execução de Título Extrajudicial sob nº 0009769- 13.2020.8.16.0001, em que é exequente FOCO SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 10.947.511/0001-79, e executado JULIO CESAR GONZAGA DE OLIVEIRA, em trâmite perante o Juízo da 13ª Vara Cível de Curitiba - Pr., sito a Rua Mateus Leme, 1142-2º AndarCentro Cívico. ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Tudo na conformidade com o r. despacho de mov. 264.1, a seguir parcialmente transcrito: "I) Da citação por edital Diante da diligência realizada e da tentativa negativa de citação, fica deferida a citação por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias e conforme os arts. 257 e 830, §2º, ambos do CPC. Assim, nos termos do art. 829 do CPC, cite-se a parte executada, por edital, para pagar a dívida, as custas e os honorários advocatícios no valor de 10% do valor do débito, nos termos do art. 827 do CPC, no prazo de 03 (três dias) contados do término do prazo do edital de citação, sob pena de penhora. No caso de integral pagamento no prazo estabelecido, os honorários advocatícios ficam reduzidos para 5% do valor do débito. A advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia deverá constar do edital. Não havendo as ferramentas previstas no art. 257, II, do CPC, a publicação do edital pelo Cartório será feita por afixação do mesmo no quadro de avisos da Vara e no Diário Oficial.[...]" Curitiba, 07 de Janeiro de 2025. Murilo Gasparini Moreno Juiz de Direito". E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO, nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, aos 06 de Maio de 2025. Eu, Karen S. Maximovitz de Araujo, Analista Judiciária, o digitei e subscrevi. MURILO GASPARINI MORENO Juiz de Direito

---

JUSTIÇA GRATUITA EDITAL DE CITAÇÃO DA REQUERIDA PERCILIANA MARIA DE JESUS, COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS. O DOUTOR MURILO GASPARINI MORENO - JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA TERCEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABERque por este edital com o prazo de 60 (sessenta) dias, fica CITADA a requerida PERCILIANA MARIA DE JESUS, CPF nº 024.899.129-92, para que, querendo, apresentem resposta aos termos da presente ação, no prazo de (15) quinze dias, com as advertências dos artigo 335 e 344 do CPC, nestes autos de AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA sob nº 0021229- 94.2020.8.16.0001, em que figura como requerente ESPÓLIO DE JOSE BATISTA DA SILVA e MARIA INES CARDOSO DA SILVA, e requeridos PERCILIANA MARIA DE JESUS e OUTROS, em trâmite perante o Juízo da 13ª (Décima Terceira) Cível de Curitiba - Pr., sito a Rua Mateus Leme, 1142, 2º Andar, Centro Cívico, tendo como objeto da ação: usucapião da fração ideal do imóvel que está registrado sob a matrícula de n.º 137.015, no Cartório de Registro de Imóveis da 8º Circunscrição. Advertência: Em caso de revelia será nomeado curador especial. Conforme determinado na r. decisão de mov. 220.1 a seguir parcialmente transcrito: "[...]I) Da citação por edital Diante da diligência realizada e da tentativa negativa de citação, fica deferida a citação por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias e conforme o art. 257 do CPC. Deverá constar do edital a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia.[...] Curitiba, 31/03/2025. Murilo Gasparini Moreno - Juiz de Direito". E para que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, passou-se o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume na sede deste Juízo, localizado na Rua Mateus Leme nº 1142 - 2º andar, Curitiba - Pr. Curitiba, 06 de Maio de 2025. Eu, Karen S. Maximovitz de Araujo, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi Murilo Gasparini Moreno Juiz de Direito

---

JUSTIÇA GRATUITA EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS, TERCEIROS INTERESSADOS, AUSENTES INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA DIAS. A DRA ANNE REGINA MENDES JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA DÉCIMA TERCEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABERque por este edital com o prazo de 30 (trinta) dias, FICAM CITADOS OS RÉUS, TERCEIROS INTERESSADOS, AUSENTES INCERTOS E DESCONHECIDOS, para querendo, contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias, sob pena de não o fazendo importar na presunção de que admitiram como verdadeiros os fatos alegados pelos autores, nestes autos de ação AÇÃO DE USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL OU ESPECIAL URBANA INDIVIDUAL sob nº 0019066-05.2024.8.16.0001, tendo como requerente DENILSON ASSUNÇÃO DOS SANTOS, contra JOÃO RENATO ASSUNÇÃO, tendo por objeto: " edícula utilizada para fins de moradia do Autor, localizada na Rua Apucarana, 598, MD2, Sítio Cercado, Curitiba/PR, CEP: 81.900-430, cuja área total do imóvel é de 100m2". Ficam citados para que tomem ciência da presente ação e contestem-a, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia isto é, não contestada a presente ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos autores. ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia será nomeado curador especial. Ficam citados para que tomem ciência da presente ação e contestem-a, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia isto é, não contestada a presente ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos autores. Na conformidade do despacho de seq. 41.1, a seguir parcialmente transcrito: "[...]4. Citem-se, via edital, com prazo de 30 (trinta) dias, os réus incertos e eventuais interessados, conforme orientação do artigo 259, I, do CPC. [...]". E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam a futuro alegar ignorância, mandou o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Curitiba/PR aos 06 de Maio de 2025. Eu, Karen S. Maximovitz de Araujo, Analista Judiciário, que o digitei e subscrevi. Anne Regina Mendes Juíza de Direito Substituta

---

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO RAFAEL MALISKI DE SOUZA, CONFECÇÕES E ACESSORIOS LTDA - ME, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. A DRA. ANNE REGINA MENDES - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA DÉCIMA TERCEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABERa todos que tiverem conhecimento do presente edital, que por este Juízo tramitam os autos sob nº 0005226-74.2014.8.16.0001, de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é exequente ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC, CNPJ nº 76.659.820/0001-51 fica o executado RAFAEL MALISKI DE SOUZA, CPF nº 032.793.899-41, INTIMADO, para que no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia de R$ 43.145,06 (quarenta e três mil, cento e quarenta e cinco reais e seis centavos), atualizado até Abril/2025, acrescidos de eventuais custas, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado, nos termos do art. 523, §1º, do CPC, ficando advertido de que, no caso de pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (artigo 523, §2º, do Código de Processo Civil). Decorrido o prazo sem o pagamento, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, impugnação, art. 525 do NCPC. Tudo conforme determinado na decisão de mov. 408.1 a seguir parcialmente transcrita:"1. Trata-se de cumprimento de sentença iniciado por ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA para cobrança da quantia de R$ 40.087,74 (mov. 395) em desfavor de RAFAEL MALISKI DE SOUZA, citado por edital na fase de conhecimento (mov. 347). 2. Defiro o pedido de mov. 404 de intimação do executado por edital, conforme dispõe o art. 513, §2º, IV do CPC. 2.1. Assim, intime o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o montante atualizado da condenação ou apresente impugnação nos próprios autos.[...] Curitiba, 31/01/2025. Anne Regina Mendes Juíza de Direito Substituta".E para que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, passou-se o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume na sede deste Juízo, localizado na Rua Mateus Leme 1142, 2º andar, nesta Capital. Curitiba/PR, aos 06 de Maio de 2025. Eu, Karen S. Maximovitz de Araujo, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi. Anne Regina Mendes Juíza de Direito Substituta

---

13ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO 13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE PENA DE MULTAAvenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE CITAÇÃO
ACUSADO: **GEOVANE GOES DE SOUZA** PRAZO: 20 (VINTE) DIAS PROCESSO CRIME: **0000526-33.2025.8.16.0013**

O DR. ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO - MM. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o(a) Ré(u) GEOVANE GOES DE SOUZA , nascido em 11/09/1998, com Nome da Mãe: ANGELA APARECIDA DE GOES Nome do Pai: VALDECI DE SOUZA, natural de CURITIBA/PR, portador do RG 135836931 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 103.691.769-01, atualmente em local incerto e não sabido, sendo que nos autos supra referidos, pelo presente procede a **CITAÇÃO** do mesmo, para que pague, no prazo de 10 dias, o valor da multa de **R$13.234,57 (treze mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)** ou nomeie bens à penhora, indicando os respectivos valores e exibindo prova de sua propriedade; fica o réu ciente da possibilidade de pedir o parcelamento da multa em até 12 prestações mensais, iguais e sucessíveis, mediante comprovação de falta de condições econômica, sendo que no caso de não realizar o pagamento no devido prazo, tampouco requerer o parcelamento, será procedida a penhora de bens. E, para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça Eletrônico, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 22 de abril de 2025. Eu, _____ (Marisa Muller Carneiro) **Técnica Judiciária** - o digitei.
ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHOJuiz de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO 13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE INTIMAÇÃO
ACUSADO: **RENATO MARTINS LIMA** PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS PROCESSO CRIME: **0000859-18.2025.8.16.0196**
O DR. **ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO** - MM. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) Ré(u) RENATO MARTINS LIMA , nascido em 22/12/1988, com Nome da Mãe: MARGARIDA HORTÊNCIO MARTINS LIMA Nome do Pai: ANTONIO LIMA, natural de GUAIRACA/PR, portador do RG 103136180 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 063.982.879-59, o(a) qual atualmente se encontra em local incerto e não sabido. Pelo presente procede a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a) quanto a rejeição da denúncia e, além disso, o prazo de 2 dias para apresentar contrarrazões. E, para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça Eletrônico, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 06 de maio de 2025. Eu, _____ (**Marisa Muller Carneiro**) **Técnica Judiciária** - o digitei.
ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHOJuiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO 13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE INTIMAÇÃO
ACUSADO: **DAVID PEDRANGELO DE SOUZA** PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS PROCESSO CRIME: **0004442-27.2015.8.16.0013**
O DR. **ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO** - MM. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente, DAVID PEDRANGELO DE SOUZA , nascido em 21/05/1986, com Nome da Mãe: MAGALI PEDRANGELO COELHO DE SOUZA Nome do Pai: CARLOS DE SOUZA, natural de CURITIBA, portador do RG 98873422 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 061.048.079-09, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente procede a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), para que tome conhecimento à extinção da pretensão punitiva estatal em face dos acusados David Pedrangelo de Souza e Lucimar da Silva, referente ao artigo 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal (CP, artigo 107, inciso IV c/c artigos 109, incisos V, e 114, inciso II). E para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 06 de maio de 2025. Eu, _____ (**Marisa Muller Carneiro**) **Técnica Judiciária** - o digitei.
ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHOJuiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO 13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE INTIMAÇÃO
ACUSADO: **JOÃO LUCAS PEREIRA** PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS PROCESSO CRIME: **0000859-18.2025.8.16.0196**
O DR. **ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO** - MM. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) Ré(u) JOÃO LUCAS PEREIRA , nascido em 18/09/1990, com Nome da Mãe: MARIA GORETI PEREIRA Nome do Pai: , natural de NOVO HAMBURGO/RS, portador do RG 109689378 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 074.947.389-40, o(a) qual atualmente se encontra em local incerto e não sabido. Pelo presente procede a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a) quanto a rejeição da denúncia com prazo de 2 dias para apresentar contrarrazões. E, para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça Eletrônico, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 06 de maio de 2025. Eu, _____ (**Marisa Muller Carneiro**) **Técnica Judiciária** - o digitei.
ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHOJuiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO 13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
ACUSADO: **MARIANA DA CUNHA** PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS PROCESSO CRIME: **0000960-90.2023.8.16.0013**
O DR. **ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO** - MM. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) Ré(u) MARIANA DA CUNHA , nascido em 22/08/1993, com Nome da Mãe: MARIA MADALENA DA CUNHA Nome do Pai: , natural de CURITIBA/PR, portador do RG 126425589 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 094.398.419-07, o(a) qual atualmente se encontra em local incerto e não sabido, da decisão proferida nos autos supra referidos, onde encontra-se incurso nas sanções do MARIANA DA CUNHA: (Penas MP) CP, ART 155 Furto simples - subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, pelo presente procede a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), com prazo de 5 dias para recorrer, da parte final da sentença que o condenou à pena de 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, em regime inicial aberto. E, para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça Eletrônico, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 30 de abril de 2025. Eu, _____ (**Marisa Muller Carneiro**) **Técnica Judiciária** - o digitei.
ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHOJuiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO 13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS E MULTA
ACUSADO: **PATRICK SANTIAGO PEDROZO** PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS PROCESSO CRIME: **0001073-82.2020.8.16.0196**
O DR. **ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO** - MM. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) Ré(u) PATRICK SANTIAGO PEDROZO , nascido em 09/05/1996, com Nome da Mãe: LUCIANE SANTIAGO Nome do Pai: LUCIANO PEDROZO, natural de CURITIBA/PR, portador do RG 11110051 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 097.624.639-27, atualmente

em local incerto e não sabido, pelo presente procede a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), para que no prazo de 10 dias proceda ao pagamento de custas processuais e multa, conforme demonstrativo seguinte: Multa: R$30.070,80. E para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 06 de maio de 2025. Eu, _____ (**Marisa Muller Carneiro**) **Técnica Judiciária** - o digitei.
ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHOJuiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO 13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS E MULTA
ACUSADO: **PAULO HENRIQUE SPERB**
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS PROCESSO CRIME: **0000730-86.2020.8.16.0196**
O DR. **ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO** - MM. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) Ré(u) PAULO HENRIQUE SPERB , nascido em 14/01/1969, com Nome da Mãe: MARIA CAMILLA SESSA SPERB Nome do Pai: RODOLFO LUIZ SPERB, natural de PORTO ALEGRE/RS, portador do RG 4137130777 / PR e inscrito no CPF sob o nº 661.066.489-72, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente procede a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), para que no prazo de 10 dias proceda ao pagamento de custas processuais e multa, conforme demonstrativo seguinte: Escrivão: R$ 55,40; Distribuidor: R$ 40,21, Contador: R$ 19,80, Oficial de Justiça: R $ 977,67 - Total de Custas: R$ 1.093,08. E para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 06 de maio de 2025. Eu, _____ (**Marisa Muller Carneiro**) **Técnica Judiciária** - o digitei.
ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHOJuiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO 13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE INTIMAÇÃO
ACUSADO: **DANIEL DE JESUS** PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS PROCESSO CRIME: **0003249-29.2023.8.16.0196**
O DR. **ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO** - MM. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente, DANIEL DE JESUS , nascido em 01/02/1981, com Nome da Mãe: Nome do Pai: MARIA ROSA DE JESUS, natural de SALVADOR/BA, portador do RG 535841553 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 810.550.645-91, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente procede a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), para que tome conhecimento quanto a rejeição da denúncia oferecida pela imputação prevista no artigo 155, caput, do Código Penal. E para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 06 de maio de 2025. Eu, _____ (**Marisa Muller Carneiro**) **Técnica Judiciária** - o digitei.
ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHOJuiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO 13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS E MULTA
ACUSADO: **FABIO BELOTTO PINTO** PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS PROCESSO CRIME: **0001802-06.2023.8.16.0196**
O DR. **ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO** - MM. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) Ré(u) FABIO BELOTTO PINTO , nascido em 15/08/1990, com Nome da Mãe: LUCIANA BELOTTO Nome do Pai: SEBASTIÃO PINTO, natural de CURITIBA/PR, portador do RG 125208380 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 085.216.159-06, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente procede a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), para que no prazo de 10 dias proceda ao pagamento de custas processuais e multa, conforme demonstrativo seguinte: Escrivão: R$ 110,80; Distribuidor: R$ 40,21, Contador: R$ 19,80, Oficial de Justiça: R$ 434,51 - Total de Custas: R$ 605,32. E para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 06 de maio de 2025. Eu, _____ (**Marisa Muller Carneiro**) **Técnica Judiciária** - o digitei.
ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHOJuiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO 13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE INTIMAÇÃO
ACUSADO: **SAMUEL JUNIOR FITZ MARTINS** PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS PROCESSO CRIME: **0043556-43.2018.8.16.0182**
O DR. **ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO** - MM. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente, SAMUEL JUNIOR FITZ MARTINS , nascido em 01/10/1992, com Nome da Mãe: ROSICLÉ FITZ MARTINS Nome do Pai: JULIO NASCIMENTO MARTINS, natural de CURITIBA/PR, portador do RG 130769578 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 082.143.079-37, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente procede a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), para que declaro extinta a pretensão punitiva estatal em face do acusado Samuel Junior Fitz Martins referente ao artigo 331, caput, ambos do Código Penal (CP, art. 107, inc. IV c/c art. 109, inc. V). E para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 06 de maio de 2025. Eu, _____ (**Marisa Muller Carneiro**) **Técnica Judiciária** - o digitei.
ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHOJuiz de Direito

13º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação

O(A) Juiz(íza) de Direito TELMO ZAIONS ZAINKO, da 13º Juizado Especial Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Violação de domicílio , sob nº 0016508-70.2022.8.16.0182, em que é(são) autor(es) réu(s) HALBERT STABEN RAMOS DA LUZ, CLEBERTON SCHEFFER DE OLIVEIRA, e vítima NADIR SYPNIEWSKI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CLEBERTON SCHEFFER DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 11118194 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 17/08/1989, natural de CURITIBA, filho(a) de CLARICE SCHEFFER e SERGIO DE OLIVEIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo

e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luiz Henrique Guiraud Santos, Analista Judiciário, conferi e digitei.

O(A) Juiz(íza) de Direito TELMO ZAIONS ZAINKO, da 13º Juizado Especial Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico, sob nº 0036083-98.2021.8.16.0182, em que é(são) autor(es) réu(s) MAHARA ANDRESSA STECIUK, e vítima ESTADO DO PARANA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MAHARA ANDRESSA STECIUK, portador(a) do RG 134175664 SSP/PR e CPF 081.055.309-02, nascido(a) em 07/11/1990, natural de UNIAO DA VITORIA/PR, filho(a) de MARINES APARECIDA DOS SANTOS e MARIO STECIUK**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luiz Henrique Guiraud Santos, Analista Judiciário, conferi e digitei.

O(A) Juiz(íza) de Direito TELMO ZAIONS ZAINKO, da 13º Juizado Especial Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Infração de Medida Sanitária Preventiva, sob nº 0015679-89.2022.8.16.0182, em que é(são) autor(es) réu(s) ALINE BECKER, e vítima ESTADO DO PARANA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ALINE BECKER, portador(a) do RG 10029595 SSP/PR e CPF 068.982.179-41, nascido(a) em 23/07/1988, natural de CURITIBA, filho(a) de MARLI TEREZINHA BECKER**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luiz Henrique Guiraud Santos, Analista Judiciário, conferi e digitei.

14ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS. O DOUTOR ERICK ANTONIO GOMES, MM. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, etc...

FAZ SABER a todos os que o presente edital com prazo de 60 (sessenta) dias virem ou dele tiverem conhecimento, expedido nos autos nº **0011945-31.2021.8.16.0194** de ação de **EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL** promovida por **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A** em face de **FELIPE MIRANDA SALES,** que após realizadas tentativas de citação sem êxito e estando a parte executada em lugar incerto impossibilitando a citação pessoal, **CITA** o executado FELIPE MIRANDA SALES, inscrito no CPF/MF sob nº 092.526.024-02, para efetuar o pagamento do débito no valor de R$11.522,54 (onze mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos), conforme indicado pelo exequente aos 25/4/2025 (mov. 284.2), no prazo de 03 (três) dias, sendo que cumprindo o disposto dentro do prazo, os honorários do advogado da parte credora (fixados em 10% sobre o valor atualizado do débito) ficará reduzido pela metade. Dentro do prazo de 15 (quinze) dias poderá ainda opor-se mediante embargos. Alternativamente poderá reconhecer o crédito da parte exeqüente comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, podendo requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês e que, optando por esta situação, o não pagamento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subseqüentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos com imposição da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas, vedada a oposição de embargos. Sem prejuízo, o executado também fica **INTIMADO** acerca do ARRESTO executivo realizado através do Sistema SISBAJUD no valor de R$594,93 (quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos) junto ao Banco do Brasil S/A (mov. 260.1). **MINUTA do edital apresentado pela parte exequente na mov. 284.1**: "*EDITAL DE CITAÇÃO O Sr. Juiz Dr. ERICK ANTONIO GOMES, juiz de direito da 14ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE CURITIBA - PR, na forma da lei e no uso de suas atribuições, FAZ SABER, para conhecimento público, que tramita por esta Serventia a ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, processo nº 0011945-31.2021.8.16.0194, ajuizada por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A., em face de FELIPE MIRANDA SALES, tendo sido determinada a citação do Sr. FELIPE MIRANDA SALES, para: Nos termos do art. 829, caput, do CPC, efetuar, no prazo de 3 (três) dias, o pagamento total da dívida, no montante de R$ 11.522,54 (onze mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos) e, se necessário for, atualizá-lo junto ao autor, até a data do efetivo pagamento. Ainda, o Executado poderá oferecer, querendo, EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos dos arts. 914, caput, e 915, caput, ambos do CPC. Fica o Réu ciente de que, caso não seja realizado o pagamento do débito exequendo dentro do prazo estipulado, serão penhorados tantos bens quantos forem necessários para a satisfação integral da dívida, conforme disposto no art. 830, caput, do CPC.*". E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possa ninguém alegar ignorância será **o presente edital publicado pela imprensa oficial, e afixado no local de costume desta serventia, na forma da lei vigente**. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Curitiba Capital do Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de maio do ano 2025. Eu,_ (Elenita Yasní S. da Silva) Escrivã da Décima Quarta Vara Cível, o subscrevi.

ERICK ANTONIO GOMES
Juiz de Direito

16ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 16ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI - Rua Mateus Leme, 1142 - Atendimento presencial, WhatsApp ou Balcão Virtual - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Celular: (41) 99174-6574 - E-mail: CTBA-16VJ-E@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE RICARDO ROBERTO PIERES DOS SANTOS, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
Processo: 0018079-08.2020.8.16.0001 Classe Processual: Cumprimento de sentença Assunto Principal: Causas Supervenientes à Sentença Valor da Causa: R $ 188.197,84 (mov. 194) e R$ 2.346,00 (mov. 196) Exequente(s): ALDIVA COPATTI (RG: 15198915 SSP/PR e CPF/CNPJ: 322.609.979-53) TAKA SONEHARA (RG: 4119215 SSP/PR e CPF/CNPJ: 253.745.409-04) Executado(s): CESIDIO LOLE ORBEN (RG: 1248327 SSP/PR e CPF/CNPJ: 236.825.319-04) Ricardo Roberto Pieres dos Santos (CPF/CNPJ: 494.890.618-24)
A DOUTORA TATHIANA YUMI ARAI JUNKES, MM. Juíza de Direito da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, na forma da Lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo e Cartório, sito à Rua Mateus Leme, nº 1142, 5º Andar Fórum Cível II Curitiba-PR, tramitam os autos acima mencionados. Assim, é dada como feita a INTIMAÇÃO do(a) executado(a) Ricardo Roberto Pieres dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento dos débitos espontaneamente nos valores de R$ 188.197,84 (mov. 194) e R$ 2.346,00 (mov. 196), nos termos do artigo 523, do CPC/2015, sob pena de não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) cada, nos termos do artigo 523 e §1º, do CPC. ADVERTÊNCIA de que poderá apresentar impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, por meio de advogado(a), independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. A suspensão do cumprimento de sentença, contudo, condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). Se o pagamento voluntário não for efetuado na data estipulada, será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação (art. 523, § 3º, CPC). O prazo de (15) quinze dias acima, para o pagamento, fluirá a partir do decurso de (20) vinte dias contados da publicação do presente edital. O que se cumpra na forma da lei. Curitiba, 05 de maio de 2025.Eu Taka Sonehara, Escrivã, mandei digitar.
Assinado digitalmente
TATHIANA YUMI ARAI JUNKES
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 16ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI - Rua Mateus Leme, 1142 - Atendimento presencial, WhatsApp ou Balcão Virtual - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Celular: (41) 99174-6574 - E-mail: CTBA-16VJ-E@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADRIANO VIEIRA MACIEL, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
Processo: 0023386-11.2018.8.16.0001 Classe Processual: Cumprimento de sentença Assunto Principal: Causas Supervenientes à Sentença Valor da Causa: R $42.366,95 Exequente(s): CAIAN ESPINDOLA ELHABRE (RG: 93701950 SSP/PR e CPF/CNPJ: 073.743.589-54) JÉSSICA AGDA DA SILVA PAOLONI (RG: 72187997 SSP/PR e CPF/CNPJ: 039.339.319-40) SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (CPF/CNPJ: 76.515.071/0001-99) Executado(s): ADRIANO VIEIRA MACIEL (RG: 75403631 SSP/PR e CPF/CNPJ: 004.964.789- 07)
A DOUTORA TATHIANA YUMI ARAI JUNKES, MM. Juíza de Direito da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, na forma da Lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo e Cartório, sito à Rua Mateus Leme, nº 1142, 5º Andar Fórum Cível II Curitiba-PR, tramitam os autos acima mencionados. Assim, é dada como feita a INTIMAÇÃO do(a) executado(a) ADRIANO VIEIRA MACIEL, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito espontaneamente no valor de R$ 42.366,95, nos termos do artigo 523, do CPC/2015, sob pena de não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) cada, nos termos do artigo 523 e §1º, do CPC. ADVERTÊNCIA de que poderá apresentar impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, por meio de advogado(a), independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. A suspensão do cumprimento de sentença, contudo, condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). Se o pagamento voluntário não for efetuado na data estipulada, será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação (art. 523, § 3º, CPC). O prazo de (15) quinze dias acima, para o pagamento, fluirá a partir do decurso de (20) vinte dias contados da publicação do presente edital. O que se cumpra na forma da lei. Curitiba, 05 de maio de 2025.Eu Taka Sonehara, Escrivã, mandei digitar.
Assinado digitalmente
TATHIANA YUMI ARAI JUNKES
Juíza de Direito

27ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

Edital de Intimação

ESTADO DO PARANÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL
27ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EDITAL DO ART. 99, § 1º, DA LEI 11.101/2005 - DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA e ART. 7º, § 1º, PRAZO APRESENTAÇÃO AO ADMINISTRADOR JUDICIAL AS HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS QUANTO AOS CRÉDITOS.
ADVERTÊNCIA AOS CREDORES: PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, §1º, DA LEI 11.101/2005, PARA APRESENTAR AO ADMINISTRADOR JUDICIAL SUAS HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS QUANTO AOS CRÉDITOS RELACIONADOS
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS
PROCESSO Nº 0005064-94.2023.8.16.0185
MASSA FALIDE DE IRMÃOS ABAGE & CIA LTDA
Advertência: Art. 7º, § 1º da Lei 11.101/2005: § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados. Os pedidos poderão ser encaminhados no seguinte e-mail contato@mbpm.adv.br
ADMINISTRADOR JUDICAL:
Íntegra da decisão proferida no mov. 660.1:
SENTENÇA
I - Relatório:
Trata-se a presente demanda de pedido de Recuperação Judicial formulado por J D Abage Comércio de Materiais Elétricos Ltda, nos termos da petição inicial e documentos juntados nos movs. 1 e 15.
Após a análise dos documentos juntados pela autora, o processamento do pedido de Recuperação Judicial foi deferido no mov. 17. O escritório Barros Martins Advogados Associados foi nomeado para exercer o cargo de Administrador Judicial (Termo de Compromisso mov. 33).
O Edital do artigo 52, §1º da LFRJ foi devidamente publicado no mov. 70 e 76.
A Recuperanda juntou o plano de recuperação judicial no mov. 112.
Os Editais previstos nos artigos 53, parágrafo único e artigo 7º, §2º da LFRJ, foram publicados, respectivamente, nos movs. 162 e 182.
O Edital previsto no artigo 36 da LFRJ foi publicado no mov. 183.
O plano de recuperação judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores realizada na data de 10 de janeiro de 2024, nos termos da Ata juntada no mov. 235.
Ante a aprovação do plano de recuperação judicial, em mov. 240 restou determinada à Recuperanda o cumprimento do disposto no artigo 57 da LFRJ.
Proposta de honorários para o pagamento dos honorários do Administrador Judicial homologada no mov. 293
Novas determinações para o cumprimento do disposto no artigo 57 da LFRJ e apresentação de relatório de situação fiscal, pela Recuperanda, em movs. 377, 423, 530, 578,585 e 598.
Em mov. 650, a Recuperanda, ante a situação econômico-financeira das empresas, pugnou pela convolação da recuperação judicial em falência, tendo em vista a impossibilidade de prosseguimento das atividades.
O Administrador Judicial, mov. 653, e o Ministério Público, mov. 657, concordaram com a convolação da recuperação judicial em falência.
É a síntese do necessário.
II - Fundamentação:
Trata-se a demanda de Recuperação Judicial proposta pela empresa J D Abage Comércio de Materiais Elétricos Ltda, na qual a devedora pugna pela decretação de falência, ante a impossibilidade de prosseguimento das atividades empresariais e a inexistência de fluxo de caixa para fazer frente as suas despesas e pagamento dos credores.
O artigo 47 da Lei n. 11.101/2005 fixa:
"Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica."
Em que pese a dicção legal, é preciso fixar que a promoção da preservação da empresa não é objetivo único, estanque e absoluto a ser perseguido no processamento da Recuperação Judicial, uma vez que o instituto não deve servir a preservar empresas que evidentemente não apresentam condições de recuperabilidade ou, no extremo, visem cometer ilegalidades e fraudar credores.
Ou seja, não deve dar guarida a empresas que não estejam em atividade ou, estando, não apresentem resultados capazes de fazer frente aos: i) créditos sujeitos à Recuperação Judicial; ii) aos créditos extraconcursais; iii) aos encargos e créditos naturais do exercício pleno de sua atividade; iv) aos créditos fiscais.
Em caso de insolvência, mesmo que presumida, a solução encontrada pela lei é a falência, ou seja, retirar a empresa do ambiente social, empresarial e econômico reconhecendo sua inviabilidade e os prejuízos que causa e causará a todos.
Isso porque a recuperação judicial não existe para atender aos interesses da própria empresa e sócios.
A prevalência de interesses públicos, sociais e individuais indisponíveis (ou mesmo

disponíveis, quando presente interesse coletivo) no bojo dos feitos falimentares, recuperações judiciais e extrajudiciais e seus correlatos, resta evidente em face da determinação constitucional em tutelar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (artigo 1º, IV/CF), o direito dos trabalhadores (artigo 7º da CF), a ordem econômica (artigo 170 da CF).

É preciso compreender que as crises que atingem as empresas causam reação em cadeia desencadeadora de danos à toda a conjuntura econômica e à sociedade por diversos fatores, entre eles: i) a inadimplência que traz prejuízo e desajustes à outras empresas que igualmente podem ter sua saúde financeira abalada, verdadeiro processo em cadeia; ii) o desemprego, fator primeiro de desestabilidade social; iii) a desconfiança generalizada do mercado, implicando, por exemplo, em aumento dos juros praticados pelos bancos ou dificuldades para obtenção de crédito comercial; iv) o inadimplemento dos débitos fiscais, que causam prejuízos a toda a sociedade, uma vez que a queda na arrecadação inviabiliza e/ou precariza a atuação estatal; v) a possibilidade de desabastecimento e escassez de produtos.

Como se vê, o interesse primordial da Lei é a preservação da empresa, não para tutelar

interesses particulares da própria pessoa jurídica ou dos sócios, mas em defesa da sociedade.

Contudo, se este objetivo se mostra inviável, a solução legal é a extirpação da empresa, pela falência. Por este motivo a lei exige, artigo 53, II, que o Plano de Recuperação Judicial traga a demonstração de sua viabilidade financeira, ou seja, que reste plenamente demonstrado que a recuperanda detém meio de adimplir as obrigações assumidas, como leciona Marcelo Barbosa Sacramone :[1]

"(...) No plano deverá ser ainda demonstrada a viabilidade econômica da proposta realizada aos credores. O devedor deverá provar que a aplicação dos meios de recuperação pretendida, diante dos demonstrativos financeiros e do fluxo de caixa projetado, permitirá ao empresário satisfazer suas obrigações do modo que previstas no plano. Para tanto, as prestações da dívida, tal qual previstas no plano de recuperação judicial, deverão ser contidas no fluxo de caixa projetado pelo devedor conforme os meios de recuperação judicial a serem aplicados. Além das prestações da dívida submetida à recuperação judicial, as prestações não submetidas, tal como o pagamento dos tributos anteriores e posteriores à recuperação judicial, o recolhimento dos encargos trabalhistas pela prestação de serviço durante a recuperação judicial etc., deverão estar previstas e possíveis de satisfação".

Pois bem.

Conforme comprova a manifestação das próprias Recuperandas, mov. 650, a empresa não possui mais fluxo de caixa para fazer frente as suas despesas, restando inviável a

continuidade das suas atividades.

A ausência de fluxo de caixa e a consequente paralisação das atividades da empresa retira qualquer possibilidade da manutenção deste feito recuperacional, ante a não observância a um dos requisitos previstos no caput do artigo 48, da Lei n. 11.101/2005, que é o de que, no pedido da recuperação judicial, esteja a devedora exercendo a atividade empresarial.

Conforme leciona Fábio Ulhoa Coelho :[2]

"É decorrência lógica do disposto no art. 48 da LF que apenas o empresário e a sociedade empresária em atividade estão legitimados para o pedido de recuperação judicial. Se a empresa está inativa, não há objeto a se recuperar. O TJSP adotou esse entendimento no Agravo de Instrumento 576.793-4/9-00. No Acórdão, o relator Des. Romeu Ricupero citou a manifestação do Procurador de Justiça Alberto Caminã Moreira, que o sintetiza: 'É a atividade que merece toda a atenção da lei, pois com o seu exercício vem a produção de bens e serviços, e justifica-se a manutenção da fonte produtora. É a atividade que proporciona emprego aos trabalhadores; é a atividade que pode extrair recursos para o pagamento dos credores. A preservação da empresa tem em vista tudo isso, servindo, assim, de estímulo à atividade econômica. No caso, como não há atividade em desenvolvimento, não há objeto a ser protegido, nem há objetivo a ser alcançado'".

Sendo assim, não resta outra medida que não seja a convolação da Recuperação Judicial em falência, já que a inatividade da empresa, por si só, inviabiliza o cumprimento do plano de recuperação judicial da forma como proposto nos autos.

Nestes termos:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.EMPRESA INATIVA POR OCASIÃO DO PEDIDO. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a decisão em que restou determinada a convolação da recuperação judicial em falência. De acordo com o art. 48, caput da Lei n. 11.101/2005, 'poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos'. In casu, em que pese num primeiro momento o Juízo de origem tenha deferido o pedido, restou constatado pelo administrador judicial que, em verdade, a empresa recuperanda se encontrava inativa, o que se denota, inclusive, por estar com o fornecimento de energia elétrica desativado. A inatividade da empresa inviabiliza o cumprimento do plano de recuperação judicial e infringe o requisito temporal de dois anos de exercício regular de atividade, conduzindo inexoravelmente à decretação da quebra. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO". (Agravo de Instrumento n. 70074704727, 6ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Sylvio José Costa da Silva Tavares. J. 22.02.2018, dje 26/02/2018).

III - Dispositivo:

Posto isso, ante a comprovada impossibilidade de prosseguimento das atividades das

Recuperandas e a perda superveniente de requisito necessário para prosseguimento da Recuperação Judicial, artigo 48, , da Lei n. 11.101/2005, convolo a Recuperação Judicial caput em Falência, decretando a quebra da empresa J D Abage Comércio de Materiais Elétricos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob n. 76.509.041/0001-70, com sede na Rua Professor Plácido e Silva, n. 219, Parolin, Cep n. 80.220-400.

A Falidas têm como sócio administrador: Sr. Jorge Dib Abage, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. n. 363.298-9 SESP/PR, e inscrito no CPF/MF n. 000.074.809-97, residente e domiciliado em Curitiba/PR, na Rua Joaquim da Silva Sampaio, n. 801, Mercês, Cep n. 80.710-630.

Ante a decretação da falência, considerando o disposto no artigo 76 da LFRJ, oficie-se imediatamente o Juízo indicado no mov. 630, solicitando o cancelamento do leilão designado nos autos de Execução Fiscal, bem como o levantamento das penhoras incidentes sobre os bens da empresa, uma vez que serão devidamente arrecadados pela Massa Falida.

Conforme exige o artigo 99 da LF/2005:

I - Nomeio como administrador judicial o escritório Barros Martins Advogados

Associados, que desempenhará suas funções nos exatos termos do artigo 22 da Lei Falimentar; devendo ser intimada pessoalmente e de imediato (autorizada a intimação por telefone e outros meios de comunicação instantânea), para, em 48 (quarenta e oito) horas, assinar o Termo de Compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo e assumir todas as responsabilidades a ele inerentes, sob pena de substituição (artigos 33 e 34 da LFRJ).

a) Em se tratando de pessoa jurídica, declarar-se-á, no termo de compromisso o nome do profissional responsável pela condução do processo de falência ou de recuperação judicial, que não poderá ser substituído sem autorização do juiz (artigo 21, par. único, LFRJ).

b) Deve o Administrador Judicial, sob pena de destituição, cumprir fielmente todas os deveres insculpidos no artigo 22 da LFRJ, além dos demais contidos na mesma Lei.

c) No prazo de 05 (cinco) dias, deve o Administrador Judicial:

c.1) Informar ao Juízo, dando ciência a todos os interessados, endereço eletrônico para

os fins elencados no artigo 22, I, k, da LFRJ; bem como endereço eletrônico específico para os fins elencados no artigo 22, I, l da LFRJ.

c.2) Informar a eventual necessidade de contratação de auxiliares, inclusive para a verificação de créditos, às expensas da massa falida, conforme artigo 22, I, h c/c 25, da LFRJ, apresentando proposta de honorários que observem os parâmetros do artigo 22, § 1º, da LFRJ.

C.3) Informar, considerando o rol de credores da peça inicial, o valor necessário para a

expedição da correspondência aos credores, artigo 22, I, a, da LFRJ, intimando-se a falida para que deposite, em 24 horas, o valor necessário para a referida despesa processual.

c.4) Observar com rigor os prazos de apresentação das habilitações ou divergências dos credores (art 7º, § 1º, da LFRJ), bem como da publicação do edital contendo a relação de credores (art 7º, § 2º, da LFRJ).

c.5) Arrecadar de imediato os bens e documentos do devedor e elaborar o auto de arrecadação, nos termos dos arts. 22, III, f e s c.c 108 e 110, todos da LFRJ.

d) Ato contínuo, deverá o Administrador judicial:

d.1) Avaliar os bens arrecadados e, caso entenda não ter condições técnicas para a tarefa, requerer a contratação de perito avaliador (art. 22, III, g e h, § 1º, da LFRJ).

d.2) Praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores, ciente que a venda dos bens arrecadados deverá ocorrer no prazo máximo 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da juntada do auto de arrecadação, sob pena de destituição, salvo por impossibilidade fundamentada, reconhecida por decisão judicial.

Para tanto, deverá, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do termo de nomeação, apresentar ao Juízo, plano detalhado de realização dos ativos, inclusive com a estimativa de tempo não superior a 180 dias a partir da juntada de cada auto de arrecadação (artigos 22, III, j c.c 99, § 3º, e 139, todos da LFRJ).

II - Fixo o termo legal da falência para o 90º (nonagésimo) dia anterior ao pedido de recuperação judicial.

III - Determino que o falido apresente, em 05 (cinco) dias, relação nominal dos

credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, se esta já não se encontrar nos autos, sob pena de caracterização de crime de desobediência.

IV - Fixo o prazo de 15 (quinze) dias, estes contados da respectiva publicação em edital

desta sentença, para que os credores apresentem as suas habilitações de crédito diretamente ao Administrador Judicial, na forma prevista no artigo 7º, §1º da LFRJ.

a) Cientes os credores que:

a.1) A decretação da falência sujeita todos os credores, que somente poderão exercer os seus direitos sobre os bens do falido e do sócio ilimitadamente responsável na forma da lei (art. 115 da LFRJ).

a.2) As habilitações de crédito apresentadas ao Administrador Judicial (fase administrativa), deverão atender aos requisitos do art. 9º da LFRJ.

a.3) Por sua vez, as habilitações e impugnações de crédito propostas na forma no artigo 8º e 10º (fase judicial), deverão ser autuadas em separado (art. 11 da LFRJ), sob pena de não serem conhecidas pelo Juízo.

V - Proíbo a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido, submetendo-os preliminarmente à autorização judicial e do Comitê, se houver, ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor, somente na hipótese de continuidade dos negócios.

VI - Ordeno ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que procedam à anotação da falência no registro do devedor, para que conste a expressão "Falido", a data da decretação da falência e a inabilitação para exercer qualquer atividade empresarial a partir desta data até a sentença de extinção das obrigações.

VII - Oficie-se ao Banco Central, Registros Imobiliários, DETRAN e Receita Federal e demais instituições pertinentes para que informem sobre a existência de bens e direitos do falido.

VIII - Determino, de momento, a lacração do estabelecimento comercial como forma de segurança até que o administrador promova a arrecadação de bens, quando, após, deliberarei sobre eventual continuidade dos negócios.
IX - Promova-se a intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal em que o devedor tiver estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência, observando-se o contido no art. 99, XIII c/c § 2º da LFRJ.
X - Oficie-se, também, à Justiça do Trabalho através da sua direção, informando sobre a decretação da falência do presente devedor.
XI - Expeça-se edital eletrônico contendo a íntegra desta decisão de decretação de falência, além da relação dos credores, assim que houver, na forma prevista no artigo 99, § 1º da LFRJ.
XII - Realizadas as intimações e publicado o edital, conforme previsto, respectivamente, no inciso XIII do caput e no § 1º do art. 99 da LFRJ, instaurem-se, na forma do artigo 7º-A da LFRJ, em apartado, Incidentes de Classificação de Crédito Público, para cada Fazenda Pública Credora. Após, intimem-se para que, no prazo de 30 dias, apresentem, naqueles autos formados, a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual. Decorrido o prazo fixado, voltem conclusos.
XIII - Deve o Falido, no prazo de cinco dias:
a) Assinar nos autos o Termo de Comparecimento, na forma estabelecida no artigo 104, I da LFRJ.
b) Entregar ao Administrador Judicial os seus livros obrigatórios para o fim previsto no 104, II da LFRJ.
c) Entregar todos os bens, livros, papéis e documentos ao administrador judicial, indicando-lhe, para serem arrecadados, os bens que porventura tenha em poder de terceiros, art. 104, V da LFRJ.
Deve ainda, cumprir todas os demais deveres impostos no artigo 104 da LFRJ, ao seu devido tempo e pertinência, sob pena de responder por crime de desobediência, conforme dispõe o parágrafo único do mesmo artigo.
XIV - Ciência às partes e todos os interessados que os prazos da LFRJ serão contados em dias corridos, art. 189, II da LFRJ.
XV - Deve a Secretaria:
a) Cumprir todo o antes determinado, exarando certidão nos autos.
b) Certificar acerca do cumprimento das obrigações do Falido. Em caso de descumprimento, que deverá ser certificado, fazer os autos imediatamente conclusos.
c) Certificar o decurso do prazo fixado no artigo 7º, §1º da LFRJ, fazendo então os autos conclusos.
d) Após realizadas as intimações e publicado o edital, conforme previsto, respectivamente, no inciso XIII do caput e no § 1º do artigo 99 desta Lei, o que deverá ser prontamente certificado, determino a instauração de ofício, para cada Fazenda Pública credora, incidente de classificação de crédito público e determinará a intimação eletrônica do respectivo credor para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente diretamente ao administrador judicial ou em juízo, a depender do momento processual, a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual (artigo 7º-A, caput, da LFRJ).
Decorrido o prazo assinalado, o que deverá ser certificado, venham os autosm imediatamente.
XVI - Publique-se. Registre-se. Intime-se. Diligências Necessárias.
Curitiba, 27 de março de 2025.
Anexos:

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017161

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL
2.ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EDITAL DO ART 154, § 2º da LEI 11.101/2005 - PRESTAÇÃO DE CONTAS.
Prazo 10 (dez) DIAS CORRIDOS
Processo nº 0008492-21.2022.8.16.0185
MASSA FALIDA DE SIER SISTEMA ETICO INTEGRADO DE PROD FARMACEUTICOS LTDA ME - Processo de Falência nº 0000258-46.2005.8.16.0185.
A Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba, FAZ SABER aos credores e terceiros interessados que este edital virem ou dele tiverem conhecimento que o ADMINISTRADOR JUDICIAL ALVADIR PERI MOREIRA, apresentou as contas, na forma do art. 154, § 1º, da Lei 11.101/2005, e se encontram à disposição dos interessados, que poderão impugná-las no prazo de 10 (dez) dias corridos.
Para que todos possam fazer valer seus direitos, e ninguém no futuro possa alegar ignorância, passou-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de Curitiba - Paraná, aos 5 de maio de 2025.

ESTADO DO PARANÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL
2.ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EDITAL DO ART 96, § 2º, do Decreto-Lei 7.661/45.
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS
Processo nº 0000777- 33.1998.8.16.0034:
FALÊNCIA ARTPLASTIC INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS
ADVERTÊNCIA AOS CREDORES: o Administrator Judicial, **Murilo Ramon**, COMUNICA aos credores e interessados que se encontra à disposição dos mesmos, de segunda a sexta-feira, das 14:00 às 18:00 horas, para eventuais dúvidas ou esclarecimentos acerca da falência/recuperação judicial bem como sobre o Quadro Geral de Credores, através do fone/whatsapp (041) 99619-8022 ou pessoalmente no seguinte endereço: Al. Dr Muricy, 390, cj. 402, Curitiba/PR, mediante agendamento e, ainda, através do e-mail muriloramon@uol.com.br.
QUADRO GERAL DE CREDORES, MASSA FALIDA DE ARTPLASTIC INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA, AUTOS nº 0000777- 33.1998.8.16.0034:
1. Créditos homologados/definidos
1.1 Trabalhistas

Habilitação de Crédito	Nome	Valor Dt. base	Valor atualizado (Fev/25)	Classificação
Autos 162/2000 Fls. 11	Ernesto Ribeiro da Silva	R$ 2.000.00 Out/2006	R$ 6.252,36	Trabalhista
Autos 061/2002 Fls. 42	Claudio Itamar Gomes	R$ 36.554.48 Out/2006	R$ 114.280,12	Trabalhista
Autos 114/1999 Fls. 20	Francisco S. Trindade	R$ 3.500,00 Out/2006	R$ 10.942,04	Trabalhista
Autos 062/2001	José da Rocha	R$ 6.282,45 Jul/2001	R$ 31.119,25	Trabalhista
0003935-66.2016.8.16.0034	Divanildo Soares de Araújo	R$ 6.523,73 Jun/2021	R$ 7.653,66	Trabalhista
0007202-12.2017.8.16.0034	Leandro Alberti Marcella	R$ 6.371,32 mai/2022	R$ 6.797,91	Trabalhista
0001754-34.2012.8.16.0034	Lucimar Rosa de Jesus	R$ 1.828,58 Fev/2011	R$ 4.402,53	Trabalhista
0000619-21.2011.8.16.0034	Mauricio Ostroski de Souza	R$ 23.833,84 Jan/2011	R$ 57.936,43	Trabalhista
0021513-98.2021.8.16.0185	Leandro Alberti Villar	R$ 17.235,81 nov/2021	R$ 19.497,07	Trabalhista
EF 5024498-24.2013.4.04.7000	UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (FGTS)	R$ 21.981,31 set/2016	R$ 36.211,36	Trabalhista (equiparado)
	TOTAL		**R$ 295.092,73**	

1.2 Tributários

Habilitação de Crédito	Nome	Valor (Nov/22)	Classificação
EF 00014416719988160033 EF 00044720920098160034 EF 00063827120098160034 EF 00063607620108160034	Fazenda Nacional	R$ 1.424.807,41	Tributário
0003178-87.2007.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 8.491,49	Tributário
0004649-70.2009.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 555,96	Tributário
0004587-30.2009.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 13.932,73	Tributário
0005673-36.2009.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 1.135,69	Tributário
0015355-73.2013.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 38.714,32	Tributário
0015360-95.2013.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 1.174,82	Tributário
0015369-57.2013.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 1.174,82	Tributário
0015228-38.2013.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 3.474,77	Tributário
0015226-68.2013.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 1.915,64	Tributário
0014671-51.2013.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 3.107,56	Tributário
0011467-62.2014.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 7.360,97	Tributário
0007797-74.2018.8.16.0034 (mov. 933)	Município de Piraquara	R$ 30.710,28	Tributário
0004589-97.2009.8.16.0034 (penhora)	Município de Piraquara	R$ 4.924,81 (fev/23)	Tributário
0007203-94.2017.8.16.0034 (INSS Empregador autos 02167-2009-245-09-00-0)	Fazenda Nacional	R$ 2.817,14	Tributário (INSS)
0007203-94.2017.8.16.0034 (INSS Empregado autos 02167-2009-245-09-00-0)	Fazenda Nacional	R$ 889,80	Tributário (INSS)
	TOTAL	**R$ 1.545.188,21**	

1.3 Garantia Real

Habilitação de Crédito	Nome	Valor	Classificação

1.4 Quirografários

Habilitação de Crédito	Nome	Valor Dt. base	Valor atualizado (fev/25)	Classificação

0007212-56.2017.8.16.0034 (honorários periciais)	Amanda Marenda Pereira	R$ 704,76 (Jan/2011)	R$ 1.713,17	Quirografário
0003398-85.2007.8.16.0034	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	R$60.522,31 (Dez/2020)	R$ 77.989,69	Quirografário
	TOTAL		**R$ 79.702,86**	

1.5 Encargos da Massa

Habilitação de Crédito	Nome	Valor Dt. base	Classificação
13a Vara do Trabalho (custas)	Fazenda Nacional	R$ 168,73 (Jul/2001)	Encargos da Massa
0007203-94.2017.8.16.0034 (custas autos 02167-2009-245-09-00-0)	Fazenda Nacional	R$ 496,08 (jul/2011)	Encargos da Massa
0007203-94.2017.8.16.0034 (Custas)	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 319,87 (Ago/21)	Encargos da Massa
0003935 66.2016.8.16.0034 (Custas)	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 403,06 (Nov/21)	Encargos da Massa
0007202-12.2017.8.16.0034 (Custas)	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 422,33 (Mai/22)	Encargos da Massa
0007212-56.2017.8.16.0034 (Custas)	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 374,85 (Ago/22)	Encargos da Massa
0001754-34.2012.8.16.0034 (Custas)	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 21,93 (Ago/22)	Encargos da Massa
0000777-33.1998.8.16.0034 (Custas)	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 3.681,42 (Mai/23)	Encargos da Massa
0012221-96.2017.8.16.0034 (Custas)	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 451,26 (Ago/22)	Encargos da Massa
0000619-21.2011.8.16.0034	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 805,66 (Ago/22)	Encargos da Massa
0007214-26.2017.8.16.0034	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 552,17 (Mai/23)	Encargos da Massa
0021513-98.2021.8.16.0185	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 866,54 (Nov/23)	Encargos da Massa
0001194-72.1985.8.16.0185	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 516,71 (Nov/19)	Encargos da Massa
0003398-85.2007.8.16.0034	2ª Vara de Falências e RJ de Curitiba	R$ 691,34 (Nov/21)	Encargos da Massa
	TOTAL	**R$ 9.783,77**	

1.6. Encargos da Massa (2)

Habilitação de Crédito	Nome	Valor		Classificação
Honorários Síndico	Murilo Ramon	4% do total arrecadado - valor levantado	R$ 98.519,90	Encargos da Massa
Honorários demais Síndicos	Francisco Machado de Jesus	2% do total arrecadado	R$ 108.659,95	Encargos da Massa
TOTAL			**R$ 207.179,85**	
Total (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5) =		**R$ 2.136.947,42**		

2. Pendentes de Homologação e/ou definição

2.1 Trabalhistas

Habilitação de Crédito	Nome	Valor Dt. base	Classificação

2.2 Tributários

Habilitação de Crédito	Nome	Valor	Classificação
0000860-49.1998.8.16.0034	Município de Campo Magro	(a ser informado)	Tributário
0001573-67.2011.8.16.0034	Conselho Regional de Química da 9ª. Região	R$ 16.381,25 (Mai/20)	Tributário

2.3 Quirografários

Habilitação de Crédito	Nome	Valor	Classificação
Protesto/ Sem comprovação nos autos	POLI PINHAIS	R$ 13.252,14 (Out/2006)	Quirografário

CRÉDITO

· 0002041-84.2018.8.16.0034 - Crédito em ação de desapropriação - valor a ser definido.

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃOexpedido nos autos de Pedido de Medida de Proteção nº 0006005-98.2024.8.16.0188

"PRAZO DE 20 DIAS CORRIDOS"

A DOUTORA LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI, MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DE LEI, ETC.

FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua da Glória, n° 290, 6° andar, Centro Cívico, Curitiba/PR - CEP 80.030-060, telefone (41) 3250-1704, e-mail: ctba-47vj-s@tjpr.jus.br, processo sob o nº 0006005-98.2024.8.16.0188 de Pedido de Medida de Proteção, referente à A.B.d.S.C., M.P.B.d.N. e N.F.B.d.N., filhos(as) de S.L.B., A.A.d.S.C. e J.R.d.N., e como consta dos referidos autos que a Requerida se encontra em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para a **INTIMAÇÃO** de **STEFANIE LUIZ BERLIM,** acerca da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 20 de maio de 2025, às 13:30 horas, podendo participar presencialmente (endereço acima) ou por videoconferência (através do link https://linktr.ee/infanciacuritiba). E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, é expedido o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, que será publicado no Diário da Justiça.

CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Aline de Souza Silva, Técnica Judiciária, o digitei.

LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI
Juíza de Direito Substituta
Assinado eletronicamente

VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL.

EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO **LUCAS MATHEUS FERREIRA** , **COM O PRAZO DE 15 DIAS**.

A Doutora Shaline Zeida Ohi Yamaguchi, MMª. Juíza de Direito da Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo tramitam os autos de **ação penal sob o n° 0014624-62.2021.8.16.0013**, em que é autor réu LUCAS MATHEUS FERREIRA, e vítima(s) ANDRÉ LUIZ ALVES DOS SANTOS, DOUGLAS FERREIRA DE LIMA, , que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o denunciado **LUCAS MATHEUS FERREIRA** , filiação: Nome da Mãe: OJOSILEIA ALEXANDRE DE MELLO Nome do Pai: ANGELO JAMIR FERREIRA, nascido(a) em 20/09/2000, natural de CURITIBA/ PR, portador(a) do RG n° 142410940 SSP/PR e CPF 800.362.869-58, atualmente em lugar incerto, pelo presente CITA-O para responder à acusação que a Justiça Pública lhe move nos autos de Ação Penal de nº 0014624-62.2021.8.16.0013, como incurso nas penas do artigo 302 § 3º, aplicada a causa especial de aumento de pena do § 1º, inciso I, do mesmo dispositivo do Código de Trânsito Brasileiro, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, através de advogado constituído ou por intermédio da Defensoria Pública, nos termos dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal, ficando, pelo presente, citado para se ver processar, até o final do julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar por mais de 08 (oito) dias sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.

(RESUMO DA DENÚNCIA). " "No dia 08 de maio de 2021, por volta de 03h50min, na avenida Victor Ferreira do Amaral, altura do cruzamento com a rua Frei Orlando, bairro Tarumã, nesta cidade e comarca de Curitiba/PR, o denunciado LUCAS MATHEUS FERREIRA, agindo com vontade livre e ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, sem permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor (vide extrato de mov. 33.1), sob a influência de álcool e de outra substância psicoativa que determina dependência (vide boletim de ocorrência n. 202201- 01113 do Corpo de Bombeiros [mov. 27.5 - p. 7], prontuário de atendimento médico do Hospital do Trabalhador [mov. 30.3 - p. 1] e relatório de atendimento do socorrista [mov. 30.8]), conduzia, sentido bairro Alto da XV, a motocicleta MT03, placas BBG9E19 (Colombo/PR), cor preta, ano 2017, com placas falsas (clonadas), idênticas à de propriedade de Douglas Ferreira de Lima1 (vide BATEU de mov. 1.3)"

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos art. 365 do Código de Processo Penal, que será publicado.

Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Jessica Cipriani de Almeida, Técnico Judiciário, o digitei e conferi.

SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI
Juíza de Direito
(assinado por ordem da MMª Juíza de Direito, em conformidade com a Portaria n° 750/2024 deste Juízo)

VARA DESCENTRALIZADA DO BAIRRO NOVO (SÍTIO CERCADO)

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
VARA DESCENTRALIZADA DO BAIRRO NOVO - SÍTIO CERCADO
Rua Izaac Ferreira da Cruz, 2151, Sítio Cercado - Curitiba/PR - Cep: 81900-000 - Telefone: (41) 4501-6300
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 10 (dez) DIAS (§4º do artigo 158 do ECA.)
Processo: 0000326-47.2025.8.16.0200
Réus: AMANDA AULER DA SILVA , MAYKON PIMENTEL
DE: AMANDA AULER DA SILVA CPF : 132.028.629-10 , RG: 142903784SSP/PR e MAYKON PIMENTEL CPF: 081.360.739-61, RG: 104062466 SSP/PR , atualmente em lugar incerto e não sabido
FINALIDADE: Citar os réus da decisão que segue, para responder no prazo legal:
Decisão : " 1. Defiro a citação por edital dos requeridos. 2. Fixo o prazo de dilação de 10 dias para o edital. ".
Expediu-se o presente edital em 5 de maio de 2025 o qual será afixado no local de costume deste Juízo e publicado no Diário da Justiça, nos termos dos itens 6.5.4 e 6.13.1.1 do Código de Normas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Interior

FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL* DE *CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MOISES DOS SANTOS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hermes da Fonseca Neto, da 1ª Vara Criminal de Almirante Tamandaré,
FAZ SABER a todos que virem o presente *EDITAL* ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Ação Penal - Procedimento Ordinário**, assunto Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência, **sob nº 0018877-89.2023.8.16.0024**, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu **MOISES DOS SANTOS**, natural de Jaguariaíva/PR, portador do RG sob o nº 109063983 SSP - PR e inscrito no CPF sob o nº 084.365.439-20, filho de Maria Lúcia dos Santos, nascido no dia 02/10/1991, e que não sendo possível encontrar a parte Ré, pelo presente, procede-se à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, pela prática do crime previsto no artigo 129 § 13º do Código Penal (1º fato), e artigo 24-A da Lei 11.340/2006, por duas vezes, na forma do artigo 69, do Código Penal (2º e 3º fatos), oferecida em 12/01/2024 e recebida em 12/01/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: *"1º fato: No dia 28 (vinte e oito) de dezembro de 2023, por volta das 13:00 (treze horas), na Rua Ângelo Prodóscimo, nº. 1.051, Bairro Jardim Apucarana, em Almirante Tamandaré - PR, o denunciado Moisés dos Santos agrediu fisicamente a sua companheira, a ofendida Dioice Clara da Silva, desferindo contra ela socos no rosto e no corpo, vindo a atingir o olho, boca e braços da ofendida, ofendendo a sua integridade corporal, causando na ofendida os ferimentos constantes do auto de constatação provisória de lesões corporais e fotografias anexas à presente denúncia. 2º fato: No dia 30 (trinta) de dezembro de 2023, em horário não precisado nos autos, mas certo que após as 19h10, na Rua Ângelo Prodóscimo, nº. 1.051, bairro Centro, em Almirante Tamandaré - PR, o denunciado Moisés dos Santos descumpriu decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência a Dioice Clara da Silva, sua ex-companheira, o que fez ao ir até a residência da vítima, infringindo diretamente a ordem judicial de não aproximação da vítima em 200 (duzentos) metros. Tais medidas foram concedidas nos autos nº 0018864-90.2023.8.16.0024 - mov. 11.1, e o denunciado havia sido intimado no dia 30/12/2023, conforme mov. 22.1 daqueles autos. 3º Fato: No dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2023, por volta das 09h00, no mesmo local do 'Fato 01', o denunciado Moisés dos Santos, agindo dolosamente, com consciência e vontade, descumpriu decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência a Dioice Clara da Silva, sua ex-companheira, o que fez ao ir até a residência da vítima, permanecendo nas imediações até ser flagrado pela equipe policial, infringindo diretamente a ordem judicial de não aproximação da vítima em 200 (duzentos) metros. Tais medidas foram concedidas nos autos nº 0018864-90.2023.8.16.0024 - mov. 11.1, e o denunciado havia sido intimado no dia 30/12/2023, conforme mov. 22.1 daqueles autos. Assim agindo, o denunciado MOISÉS DOS SANTOS infringiu a legislação vigente, praticando os fatos típicos e antijurídicos descritos no ar t. 24-A da Lei nº 11.340/2006, por duas vezes, na forma do artigo 69, do Código Penal. Por esta razão contra ele é oferecida a presente denúncia e requer-se o seguinte: 1) o recebimento da denúncia e a notificação do denunciado para o oferecimento de resposta à acusação; 2) a intimação das testemunhas do rol anexo para virem depor em Juízo; 3) seja fixado valor mínimo para reparação dos danos patrimoniais causados pelo crime, cuja existência e extensão serão apurados durante a instrução, além de ser fixado valor mínimo para reparação de danos morais a vítima, nos termos do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.* ". Procede-se à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Hermes da Fonseca Neto
Juiz de Direito

MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO: Giancarlo Casturino Laynes
PRAZO DE 15 dias
O Juiz de Direito Hermes da Fonseca Neto, Titular da 1ª Vara Criminal de Almirante Tamandaré, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Medidas Protetivas de Urgência** (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a Mulher, sob **nº 0007870-66.2024.8.16.0024**, em que é requerente B. C. da C., réu Giancarlo Casturino Laynes, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte ré**Giancarlo Casturino Laynes**, portador(a) do RG 6.811.815 SSP/PR e CPF 052.064.019-51, nascido em 29/07/1978, natural de CURITIBA/PR, filho de MARIA APARECIDA CASTURINO e NEY JOSE LAYNES, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência da decisão quer concedeu as MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA nos referidos autos, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, que seguem em suma transcrita: *"A) Afastar-se do lar comum, estando autorizado a de lá retirar seus pertences pessoais por intermédio de terceiro de confiança do casal ou acompanhado do Oficial de Justiça; B) Manter da vítima e de seus familiares, distância mínima de 100 (cem) metros; C) Abster-se de manter, por qualquer meio, contato com a vítima; e D)Comprovar matrícula em curso de conscientização de ofensores domésticos no prazo de 30 (trinta) dias contados da eventual soltura nos autos apensos. Expeça-se mandado de intimação do noticiado para que dê cumprimento às medidas que lhe foram impostas, sob pena de decretação da prisão preventiva"*. Procede-se, ainda, à sua **CITAÇÃO** para, querendo, apresentar contestação no prazo de 5 (cinco) dias, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Samyra Cuja Cresenski, Estagiário, conferi e digitei.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Hermes da Fonseca Neto Juiz de Direito
Juiz de Direito

ANDIRÁ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
Denunciado: LUÍS CARLOS MEDEIROS PEREIRA
Prazo: vinte e cinco (25) dias
Ação Penal: 0002766-31.2023.8.16.0153
Pelo presente, por determinação do Dr. MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO, Juiz de Direito da Vara Criminal de Andirá/PR, se faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, com o prazo de fixação de vinte e cinco (25) dias, a partir desta data, que por este Juízo de Direito da Vara Criminal, sito na Rua Ivaí, nº 515, centro, nesta cidade de Andirá/PR, processam-se os autos de Ação Penal 0002766-31.2023.8.16.0153 que o Ministério Público do Estado do Paraná move contra **LUÍS CARLOS MEDEIROS PEREIRA**, brasileiro, natural de SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR, nascido em 01/12/1988, filho de MARIA APARECIDA MEDEIROS e VALDEVINO CARLOS PEREIRA, CPF: 067.756.239-09, não tendo sido possível citá-lo pessoalmente, pois se encontra atualmente em lugar ignorado e não sabido, sendo necessário, pelo presente edital, que o réu fique, então, devidamente **CITADO** a apresentar **RESPOSTA POR ESCRITO**, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, dentro de 10 (dez) dias, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário; caso a resposta não seja apresentada no prazo, será nomeado defensor para fazê-lo. O réu foi denunciado pela prática da conduta delituosa assim descrita na denúncia: Em data não precisada nos autos, mas certo que entre os dias 26 e 27 de junho de 2024, na propriedade rural "Mangueira", no município de Barra do Jacaré/PR, Comarca de Andirá/PR, o denunciado **LUÍS CARLOS MEDEIROS PEREIRA**, com vontade livre e consciente, apropriou-se de coisa alheia móvel de que tinha a detenção em razão de seu emprego, consistente em 01 (um) automóvel, modelo GM/Celta 2 portas, de cor planca e placa ANT-9576, bem avaliado em R$16.000,00 (dezesseis mil reais) e pertencente à vítima Jair de Freitas Aguiar, conforme Boletins de Ocorrência de n° 2023/793480 (mov 1.2) e 2024/770951 (mov. 41.1); termos de depoimento (movs. 16.4; 16.6; 16.9); e auto de avaliação

indireta (mov. 16.10). Segundo consta, o denunciado, que é mecânico, dirigiu-se à residência da vítima a fim de realizar o conserto do câmbio de seu veículo. Informou que precisaria deslocar-se até Andirá/PR para adquirir uma peça, entretanto, após essa justificativa, não manteve qualquer contato e nem retornou com o automóvel, apropriando-se deste. ***Assim agindo****, o denunciado* ***LUÍS CARLOS MEDEIROS PEREIRA*** *praticou* a conduta tipificada no artigo 168, §1°, inciso III, do Código Penal, razão pela qual é oferecida a presente denúncia, que se espera seja recebida, registrada e autuada, citando-se a acusada para apresentar resposta à acusação, imprimindo-se o rito ordinário previsto no artigo 394, §1°, inciso I, do Código de Processo Penal, prosseguindo o feito até final julgamento*, fixando-se o valor de indenização da vítima pelos prejuízos eventualmente por ela sofridos, nos moldes do previsto no artigo 387, inciso IV, do código de processo penal. Requer, ainda,* a produção de todas as provas em direito admitidas e que se mostrarem necessárias à elucidação dos fatos, inclusive a oitiva das pessoas adiante arroladas, as quais deverão ser intimadas a comparecer em juízo, em dia e hora a serem designados, sob as penas da lei. Nada mais. Andirá, 30 de abril de 2025. Eu,.....(Mariana Mimim de Sousa Siqueira), Chefe de Secretaria, o digitei e subscrevi.
MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO
Juiz de Direito

ANTONINA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ANTONINA
VARA CRIMINAL DE ANTONINA - PROJUDI
Travessa Ildefonso, Nº115 - Whatsapp (41) 3200-3850 - Centro - Antonina/PR - CEP: 83.370-000 - Fone: 41-3263-5156 - Celular: (41) 3263-5154 - E-mail: ant-2vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): LUCIANO FREIRE DUTRA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Jonathan Cheong, da Vara Criminal de Antonina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0000817-79.2021.8.16.0043, em que é(são) autor(es) réu(s) CAIO KLETTENBERG ZILIOTTI, LUCIANO FREIRE DUTRA, e vítima MARCEL DA CRUZ MENDES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **LUCIANO FREIRE DUTRA, portador(a) do RG 94618738 SSP/PR e CPF 062.774.249-12, nascido(a) em 28/10/1989, natural de ANTONINA/PR, filho(a) de LEONETE FREIRE DUTRA e NILO DA SILVA DUTRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 129 - LESAO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE, Reclusão: 1 ano e 9 meses, inciso I, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Joice Motta, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Antonina, 06 de maio de 2025.
Jonathan Cheong
Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

APUCARANA

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE APUCARANA 2ª VARA CRIMINAL DE APUCARANA - PROJUDI Travessa João Gurgel de Macedo, 100 - Fone e contato via WhatsApp n° 43 3572 8819 - Vila Formosa - Apucarana/PR - CEP: 86.800-710 - Fone: 43 3572 8819 - E-mail: apu-4vj-s@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS Processo: 0011790-27.2020.8.16.0044 Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Sumário Assunto Principal: Real Data da Infração: 06/10/2020 Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307 /0001-30) Réu(s): JOSÉ PAULO TOMAZ DE LIMA (RG: 131822235 SSP/PR e CPF/CNPJ: 083.243.539-25) O(A) MM(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE APUCARANA infra-assinado, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo acima indicado, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível intimar pessoalmente a pessoa acima qualificado (a), atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos supramencionados a que responde como incurso nas penas dos artigos também acima mencionados, pelo presente procede a sua INTIMAÇÃO a respeito da sentença proferida, datada de 04/02/2025, nos termos do art. 392, §1° do Código de Processo Penal, para querendo, recorrer no prazo de 05 (cinco) dias, nos seguintes termos: JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva para os fins de CONDENAR o réu JOSÉ PAULO TOMAZ DE LIMA, pelos crimes previstos no art. 129, §1º e §9º, e art. 147, na forma do art. 69, todos do Código Penal. Torno definitiva a pena do acusado em 01 (UM) ANO E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO E 01 MÊS E 08 DIAS DE DETENÇÃO. Fixo como regime inicial de cumprimento de pena, o REGIME ABERTO. Mantenho a liberdade do acusado de forma que não se vislumbram presentes os motivos ensejadores da Prisão Preventiva. Apucarana, 06 de maio de 2025. Maria Isabela das Merces de Paiva Estagiária José Roberto Silvério Juiz de Direito

ARAPONGAS

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Autos nº. 0004434-36.2024.8.16.0045
JUÍZO DE DIREITO DA 1ªVARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPONGAS-PR.
Edital de citação/intimação da(o) ré(u) IGOR CHAVES MARINHO com o prazo de 30 (trinta) dias.
O(a) MM(a). Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Criminal de Arapongas, Estado do Paraná,
etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem, com o prazo de 30 (trinta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR/INTIMAR pessoalmente a pessoa de IGOR CHAVES MARINHO , portador(a) da cédula de identidade
RG de nº 131160410 SSP/PR - SSP/PR, nascido(a) em 08/12/1995, filho(a) de MARIA
APARECIDA CHAVES MARINHO e SEBASTIÃO MARIANO MARINHO, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITAR E INTIMAR, acerca da decisão que
PRORROGOU as medidas protetivas anteriormente aplicadas, por mais 180 dias em seu
desfavor conforme mov. 68.1, oriundos dos autos de n° 0004434-36.2024.8.16.0045, que
lhe move a Justiça Pública, decorrente de violência Doméstica.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Arapongas, 28 de abril de 2025. Eu, ELOISA
DOMINGOS, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA CRIMINAL DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Íbis esquina com rua Pica Pau, 888 - Fórum Desembarg Aristóxenes Correia de Bittencourt - Centro - Arapongas /PR - CEP: 86.700-195 - Fone: (43) 3572-9012 - E-mail: apas-3vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): LARISSA DE LIMA MARTINS PRAZO DE 30 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato, da 1ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0003400-94.2022.8.16.0045, em que é(são) autor (es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ADRIAN BRUNO

DOS SANTOS DA SILVA, NATAN LEONARDO BATISTA DE SILVA, LARISSA DE LIMA MARTINS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LARISSA DE LIMA MARTINS, portador(a) do RG 159834433 SSP/PR e CPF 083.708.829-19, nascido(a) em 21/07 /2003, natural de ARAPONGAS, filho(a) de MARIA APARECIDA DE LIMA MARTINS e REGINALDO MARTINS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência de que deverá manifestar interesse na restituição dos aparelhos celulares apreendidos nos autos acima descritos, apresentando a pertinente documentação comprobatória da propriedade, no prazo de 10 dias, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Norma dos Santos Carapelli, Analista Judiciário, conferi e digitei. Arapongas, documento datado e assinado digitalmente Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EVANDRO MARCUS LOPES GONÇALLES
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0013238-90.2024.8.16.0045, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EVANDRO MARCUS LOPES GONÇALLES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido EVANDRO MARCUS LOPES GONÇALLES, portador(a) do RG 89629659 SSP/PR e CPF 054.401.609-22, nascido(a) em 15/11/1986, natural de ARAPONGAS/PR, filho(a) de LOURDES DA SILVA GONÇALLES e ADEMIR GONÇALLES,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 2 a 5 anos ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses, c/c art. 70 do CP oferecida em 28/02/2025 e recebida em 28/03/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: *"Fato 01 - Lesão corporal "No dia 22 de setembro de 2024, por volta das 04h00min, na rua Tecelão, nº105, nesta cidade e comarca de Arapongas/PR, o denunciado, EVANDRO MARCUS LOPES GONÇALLES, com consciência e vontade livres, infundido do ânimo de ferir, ofendeu a integridade física de sua filha Yasmin Lopes Gonçalles, mediante socos, causando-lhe lesão corporal de natureza leve, consistente em lesão no braço esquerdo, cf. Auto de Constatação de Lesões Corporais de seq. 1.6, declarações de seq. 1.5/1.3/14.1, declaração médica de seq. 1.9 e boletim de ocorrência de seq. 1.1."Fato 02 - Ameaça "Ato contínuo ao fato 01, o denunciado, EVANDRO MARCUS LOPES GONÇALLES, com consciência e vontade livres, ameaçou causar mal injusto e grave a Y. L. G. e S. C. L., dizendo "Vou te matar, vocês merecem morrer, minha casa não é uma zona."(sic) com uma faca em mãos, cf. boletim de ocorrência de seq. 1.1, declarações de seq. 1.5/ 1.3 e áudio de seq. 1.8 ."Apurou-se que a adolescente Y. L. G. (dn: 17/05/2009 - 15 anos) voltou para casa de madrugada, na presença de Caio da Cunha Ferreira. O denunciado, ao ver os Yasmin (sua filha) e Caio no quarto, se alterou, mandando Caio ir embora e agredindo Yasmin com socos, tendo ela defendido as agressões com o braço. Posteriormente, o autor foi até a cozinha, pegou uma faca e começou a ameaçar tanto a genitora, S. C. L., quanto sua filha, proferindo as seguintes palavras: "vou te matar, vocês merecem morrer, minha casa não é uma zona."(SIC) O denunciado também quebrou o celular de Y. e outras itens da residência (fotos em seq. 1.11 e 1.10). Registre-se que o denunciado cometeu os crimes contra sua esposa e sua filha. Portanto, os fatos se deram no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, através de ações que causaram sofrimento físico, psicológico e moral a Yasmin Lopes Gonçalles e Susete Cristiane Lopes na forma do art. 5º da lei n.º 11.340/06."*; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Mylena Aparecida Andreata, Estagiário, conferi e digitei.
Arapongas, 06 de maio de 2025.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MESAQUE AMARO DA SILVA
PRAZO DE 10 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0001046-28.2024.8.16.0045, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MESAQUE AMARO DA SILVA, e vítima NELSON DOS SANTOS SILVA, ROSI DOS SANTOS ADRIANO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MESAQUE AMARO DA SILVA, portador(a) do RG 37773883 SSP/PR e CPF 474.472.499-04, nascido(a) em 14/02/1964, natural de SAO TOME, filho(a) de SOFHIA BERNARDES DA SILVA e AUDALIO AMARO DA SILVA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 302 - PRATICAR HOMICIDIO CULPOSO NA DIRECAO DE VEICULO AUTOMOTOR, Detenção: 2 a 4 anos, c/c art. 298, V, ambos da lei n. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), na forma do art. 70 do Código Penal oferecida em 18/11/2024 e recebida em 28/11/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "*No dia 30 de janeiro de 2024, por volta das 20h30min, na Rodovia BR 369, KM 192,8 (em frente a empresa Belagrícola), nesta comarca de Arapongas/PR, o denunciado, Mesaque Amaro da Silva, violando o dever de cuidado objetivo, de forma culposa, na condução do veículo automotor (caminhão - trator) SCANIA/T124 GA4X2NZ 360, cor branca, ano 2002, placas JZH6G34, chassi n. 9BST4X2A023532867, de propriedade de Geneci Sandeski Da Silva, agindo com imprudência, ao realizar conversão em local proibido (saída de veículos), causando, assim, a colisão da motocicleta HONDA/CG 150 e as mortes de Nelson Dos Santos Silva e Rosi Dos Santos Adriano, condutor e garupa, respectivamente, cf. boletim de ocorrência de seq. 1.2, laudo pericial de acidente de trânsito de seq. 11.7 e laudos de necrópsia de seqs. 10.1 e 15.1." Consta nos autos que o denunciado conduzia o caminhão semirreboque graneleiro pela faixa do lado direito da via. Ato contínuo, iniciou a conversão para acessar a cooperativa Belagrícola, utilizando a via destinada para saída de veículos (área com pouco espaço). No momento em que executava esta manobra (à direita), devido às dimensões do*
veículo, a parte do semirreboque ficou sobre a rodovia, ocasião em que a motocicleta não conseguiu parar/desviar, colidindo na lateral do caminhão, resultando nas mortes de Nelson e Rosi"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Mylena Aparecida Andreata, Estagiário, conferi e digitei.
Arapongas, 06 de maio de 2025.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JOÃO RAFAEL RAMOS IENSEN
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Estelionato, sob nº 0014842-67.2016.8.16.0045, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Marcelo Ferreira Canassa, Moacir Jesus de Oliveira, e vítima JOÃO RAFAEL RAMOS IENSEN, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima JOÃO RAFAEL RAMOS IENSEN, portador(a) do RG 58671258 SSP/PR e CPF 006.119.369-09, nascido(a) em 09/06/1981, natural de CURITIBA, filho(a) de ALVINA MARIA RAMOS IENSEN e JOÃO FALAVINHA IENSEN**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** da indenização de seq.257.1, no **prazo de 10 (dez) dias**, o referido valor deverá ser recolhido em Juízo próprio. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Mylena Aparecida Andreata, Estagiário, conferi e digitei.
Arapongas, 06 de maio de 2025.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): LUCAS MATEUS DE BARROS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0008941-16.2019.8.16.0045, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LUCAS

MATEUS DE BARROS, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido LUCAS MATEUS DE BARROS, portador(a) do RG 14651374 SSP/PR e CPF 125.768.579-14, nascido(a) em 27/11/1999, natural de ARAPONGAS/PR, filho(a) de IRENE RIBEIRO DOS SANTOS e JULIO CESAR DE BARROS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Mylena Aparecida Andreata, Estagiário, conferi e digitei.

Arapongas, 06 de maio de 2025.

RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

DESTINATÁRIO(A)(S): RENAN HENRIQUE DA SILVA

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0015083-36.2019.8.16.0045, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RENAN HENRIQUE DA SILVA, e vítima ADRIANO TOSHIO HAYASHIDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **RENAN HENRIQUE DA SILVA, portador(a) do RG 139393155 SSP/PR e CPF 109.982.039-12, nascido(a) em 06/02/1997, natural de LONDRINA/PR, filho(a) de SILVANA MATIAS DA SILVA e RONIVAL APARECIDO DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 anos, § 4º, incisos I e IV. na data de 06/02/2025 conforme seq.150.1, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Mylena Aparecida Andreata, Estagiário, conferi e digitei.

Arapongas, 06 de maio de 2025.

RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): ADRIANO RODRIGUES DA SILVA

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Priscila Soares Crocetti, da Vara Criminal de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Contra a Mulher, sob nº 0005007-37.2024.8.16.0025, em que é(são) autor(es) réu(s) ADRIANO RODRIGUES DA SILVA, e vítima ANA ROSA GONÇALVES DA SILVA, *(** Caso o processo seja segredo de justiça, inserir apenas as iniciais das partes que não são destinatárias da comunicação, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **)* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ADRIANO RODRIGUES DA SILVA, portador(a) do RG 106983143 SSP/PR e CPF 072.833.589-19, nascido(a) em 13/07/1989, natural de DOIS VIZINHOS/PR, filho(a) de ANA ROSA GONÇALVES e VALDAIR RODRIGUES DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO**acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou extinta a punibilidade do representado, com fundamento no art. 107, inciso VI, do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Antonio Josney Pczbiowski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Araucária, 07 de maio de 2025.**

Priscila Soares Crocetti

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): Jair Pereira

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Priscila Soares Crocetti, da Vara Criminal de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Latrocínio, sob nº 0011522-25.2023.8.16.0025, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DEBORA CHIQUITO PEREIRA, FELIPE DIORGE PEREIRA, e vítima Maria Lucia Rosa Pereira, *(** Caso o processo seja segredo de justiça, inserir apenas as iniciais das partes que não são destinatárias da comunicação, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **)* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Testemunha **Jair Pereira, portador(a) do RG 2233816 SSP/PR e CPF 524.755.909-63, nascido(a) em 22/02/1960, natural de TOLEDO/PR, filho(a) de DORALINA PEREIRA e ALZEMIRO PEREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou parcialmente procedente a pretensão punitiva do Estado para o fim de CONDENAR o réu FELIPE DIORGE PEREIRA, como incurso nas sanções do artigo 155, § 4°, inciso II, do Código Penal e artigo 157, § 2º, inciso VII e § 3º, inciso II, do Código Penal e, ABSOLVER a ré DÉBORA CHIQUITO PEREIRA, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, do crime a ela imputado previsto no artigo 157, § 2º, inciso II e § 3º, inciso II, do Código Penal. *(** Caso o processo seja segredo de justiça, o relato da matéria de fato, se necessário, será feito com terminologia concisa e adequada, evitando-se expor a intimidade das partes envolvidas ou de terceiros, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **)*, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Antonio Josney Pczbiowski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Araucária, 07 de maio de 2025.**

Priscila Soares Crocetti

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): ADRIELE DE BONFIM DOS SANTOS

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito HELÊNIKA VALENTE DE SOUZA PINTO, da Vara Criminal de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro de vulnerável, sob nº 0010489-05.2020.8.16.0025, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DIONATAN MACHADO DE BONFIM, *(** Caso o processo seja segredo de justiça, inserir apenas as iniciais das partes que*

*não são destinatárias da comunicação, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **)* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima **ADRIELE DE BONFIM DOS SANTOS, portador(a) do CPF 134.926.649-38, nascido(a) em 02/03/2009, filho(a) de SILMARA MACHADO DE BONFIM e OSNI FERREIRA DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou parcialmente procedente a pretensão punitiva deduzida na denúncia, a fim de CONDENAR o denunciado DIONATAN MACHADO DE BONFIM, já qualificado nos autos, pela prática do crime previsto no artigo 217-A, c/c artigo 226, inc. II, ambos do Código Penal. *(** Caso o processo seja segredo de justiça, o relato da matéria de fato, se necessário, será feito com terminologia concisa e adequada, evitando-se expor a intimidade das partes envolvidas ou de terceiros, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **)*, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Antonio Josney Pczbiowski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Araucária, 07 de maio de 2025.**

HELÊNIKA VALENTE DE SOUZA PINTO

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA LIMA

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Maria Teresa Thomaz, da Vara Criminal de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0005904-65.2024.8.16.0025, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA LIMA, e vítima ANILDE MACHADO DE OLIVEIRA, *(** Caso o processo seja segredo de justiça, inserir apenas as iniciais das partes que não são destinatárias da comunicação, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **)* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA LIMA, portador(a) do RG 93453417 SSP/PR e CPF 644.897.283-87, nascido(a) em 27/04/1980, natural de BACABAL/MA, filho(a) de MARIA JOSE GONCALVES PEREIRA LIMA e JOSÉ DOMINGOS LIMA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 ano e 4 meses. julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva do Estado para o fim de CONDENAR o réu FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA LIMA, com fulcro no artigo 387, do Código de Processo Penal, como incurso nas sanções do artigo 155, caput, do Código Penal. *(** Caso o processo seja segredo de justiça, o relato da matéria de fato, se necessário, será feito com terminologia concisa e adequada, evitando-se expor a intimidade das partes envolvidas ou de terceiros, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **)*, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Antonio Josney Pczbiowski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Araucária, 07 de maio de 2025.**

Maria Teresa Thomaz

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): JACIR NUNES PACHECO

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Priscila Soares Crocetti, da Vara Criminal de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0000083-80.2024.8.16.0025, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JACIR NUNES PACHECO, *(** Caso o processo seja segredo de justiça, inserir apenas as iniciais das partes que não são destinatárias da comunicação, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **)* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **JACIR NUNES PACHECO, portador(a) do RG 13199680 SSP/PR e CPF 618.763.729-15, nascido(a) em 23/12/1955, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de CATARINA NUNES PACHECO e JOÃO MARIA PACHECO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 306 - CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR COM CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA EM RAZAO DA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA, Detenção: 6 meses. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia para o fim de: a) CONDENAR JACIR NUNES PACHECO pela prática do crime previsto no art. 306, caput, do CTB. b) ABSOLVER o SUPRANOMINADO acusado da prática do crime previsto no art. 307, caput , do aludido Diploma Legal, o que faço com fundamento no art. 386, III, do CPP. *(** Caso o processo seja segredo de justiça, o relato da matéria de fato, se necessário, será feito com terminologia concisa e adequada, evitando-se expor a intimidade das partes envolvidas ou de terceiros, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **)*, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Antonio Josney Pczbiowski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Araucária, 07 de maio de 2025.**

Priscila Soares Crocetti

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

ASTORGA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ASTORGA-PR. VARA CÍVEL DE ASTORGA.
Rua Pará, nº 515, Centro, CEP: 86.730-000, ASTORGA/PR.
Pelo presente edital, se faz saber a todos, que será(ão) levado(s) à leilão/praça o(s) bem(ns) de propriedade do(s) devedor(es), da seguinte forma:

PRIMEIRO LEILÃO: Dia **26 de MAIO do ano 2025, com fechamento a partir das15:00 horas**, cuja venda se fará pelo maior valor ofertado, não podendo ser inferior ao valor da avaliação, **tão somente na modalidade eletrônica,** mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br.

SEGUNDO LEILÃO: Dia **09 de JUNHO do ano 2025, com fechamento a partir das 15:00 horas,** cuja venda se fará por qualquer preço, a quem mais der, ressalvando o preço vil arbitrado em 60% da avaliação, **tão somente na modalidade eletrônica,** mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br.

LEILOEIRO OFICIAL NOMEADO: WERNO KLÖCKNER JÚNIOR, leiloeiro público oficial, devidamente inscrito na JUCEPAR sob o n.º 660.

PROCESSO: Autos de n.º 0000863-79.2023.8.16.0049, de Execução de Título Extrajudicial, movida por ADEJAIMES DOS SANTOS PAIVA em desfavor de ADEMAR ROCHA FILHO.

BEM: **Imóvel urbano**, constituído pela data de terras sob nº 08 (oito), da quadra nº 20 (vinte), com a área de 250,00 (duzentos e cinquenta) metros quadrados, situada no JARDIM COPACABANA, na Cidade de Iguaraçu, sede do Município de Iguaraçu, Comarca de Astorga, Estado do Paraná, com as seguintes divisas e confrontações: "Com a Rua Projetada 03 no rumo NE 11º56'23" SW com 12,50 metros; com a Data 9 no rumo SE 78º03'37" NW com 20,00 metros; com a Data 15 no rumo SW 11º56'23"NE com 12,50 metros; Finalmente com a Data 7 no rumo NW 78º03'37"SE com 20,00 metros. Todos os rumos acima mencionados referem-se ao Norte Verdadeiro". **Matrícula nº 18.026 do 2º Serviço de Registro de Imóveis de Astorga/PR.**

AVALIAÇÃO: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em 06/11/2024 (seq. 58 e 70).

DEPÓSITO: Não constante no processo.

ÔNUS:Constantes da Matrícula nº 18.026 na data de 24/04/2025:**1) Coproprietário:** Caroline Zorzenoni Espinosa (R.02); **2) Hipoteca:** Credor: FAS Automóveis Ltda (R.03); **3) Existência de Ação:** autos nº 0002615-23.2022.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga/PR (Av.04); **4) Sequestro:** autos nº 0002613-53.2022.8.16.0049 da Vara Criminal de Astorga/PR (Av.05); **5) Indisponibilidade de Bens:** autos nº 0002657-72.2022.8.16.0049 do Juizado Especial Cível de Astorga (Av.06); **6) Indisponibilidade de Bens:** autos nº 0002641-21.2022.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga (Av.07); **7) Existência de Ação e Restrição de Alienação:** autos nº 0002607-46.2022.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga/PR (Av.08); **8) Existência de Ação:** autos nº 0002641-21.2022.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga, autor: J.C.B Máquinas e Equipamentos EIRELI - EPP (Av.09); **9) Existência de Ação e Restrição de Alienação:** autos nº 0002647-28.2022.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga/PR (Av.10); **10) Indisponibilidade de Bens:** autos nº 0002615-23.2022.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga/PR (Av.11); **11) Indisponibilidade de Bens:** autos nº 0002814-45.2022.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga (Av.12); **12)**

Indisponibilidade de Bens: autos nº 0002811-90.2022.8.16.0049 do Juizado Especial Cível de Astorga/PR (Av.13); **13) Existência de Ação e Restrição de Alienação:** autos nº 0002816-15.2022.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga/PR (Av.14); **14) Existência de Ação e Restrição de Alienação:** autos nº 0002920-07.2022.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga/PR (Av.15); **15) Existência de Ação e Restrição de Alienação:** autos nº 0003093-31.2022.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga, Exequente: FAS Automóveis Ltda (Av.16); **16) Arresto:** autos nº 0024071-28.2022.8.16.0017 de Tutela Antecipada Antecedente da 6ª Vara Cível de Maringá, Exequentes: AZ Concept e Cobsin Assessoria e Cobrança Eireli (R.17); **17) Indisponibilidade de Bens:** autos nº 0018149-03.2022.8.16.0018 do 1º Juizado Especial Cível de Maringá/PR (Av.19); **19) Existência de Ação e Restrição de Alienação:** autos nº 0000902-76.2023.8.16.0049 do Juizado Especial Cível de Astorga/PR (Av.20); **20) Indisponibilidade de Bens:** autos nº 0001152-12.2023.8.16.0049 do Juizado Especial Cível de Astorga/PR (Av.21); **21) Existência de Ação e Restrição de Alienação:** autos nº 0001152-12.2023.8.16.0049 do Juizado Especial Cível de Astorga/PR (Av.22); **22) Existência de Ação:** autos nº 0026144-70.2022.8.16.0017 da 1ª Vara Cível de Maringá (Av.23); **23) Arresto:** autos nº 0007983-75.2023.8.16.0017 da 3ª Vara Cível de Maringá/PR (R.24); **24) Penhora:** autos nº 0001152-12.2023.8.16.0049 de Execução de Título Extrajudicial do Juizado Especial Cível de Astorga (R.25); **25) Penhora:** autos nº 0002871-63.2022.8.16.0049 de Execução de Título Extrajudicial da Vara Cível de Astorga (R.26); **26) Existência de Ação:** autos nº 0000036-34.2024.8.16.0049 da Vara Cível de Astorga (Av.27); **27) Penhora dos presentes autos (R.28); 28) Penhora:** autos nº 0000233-23.2023.8.16.0049 de Execução de Título Extrajudicial da Vara Cível de Astorga, Exequente: Banco Bradesco S/A (R.29).
Podendo existir ônus diversos não informados no processo ou com registro posterior à(s) data(s) da Matrícula e da Certidão do Distribuidor.
OBS: Custas, carta de arrematação e/ou mandado de entrega, serão de responsabilidade do arrematante.
VALOR DA CAUSA:R$ 101.176,12 (cento e um mil, cento e setenta e seis reais e doze centavos) em 27/03/2023 (seq. 1.1), que poderá ser acrescida das devidas correções, custas processuais, eventuais multas e honorários advocatícios.
CUSTAS E COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão do leiloeiro será devida da seguinte forma: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a serem pagos pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a serem pagos pelo adjudicante; e, em caso de remição e acordo, 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a serem pagos pela parte executada.
PAGAMENTO: O arrematante poderá pagar o preço à vista, em conta judicial, vinculada a este processo, na Caixa Econômica Federal. Facultando, porém, as possibilidades de parcelamento, previstas no artigo 895, do CPC.
AD-CAUTELAM: Fica(m) o(s) devedor(es) ADEMAR ROCHA FILHO, e cônjuge(s), se casado(s) for(em), devidamente intimado(s) das designações acima para a realização dos leilões/praças, no caso de não ser(em) encontrado(s) pessoalmente para a intimação, bem como os terceiros interessados: CAROLINE ZORZENONI ESPINOSA, FAS AUTOMÓVEIS LTDA, J.C.B MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, AZ CONCEPT, COBSIN ASSESSORIA E COBRANÇA EIRELI, BANCO BRADESCO S/A e demais credores eventualmente interessados.
PUBLICAÇÕES: As publicações serão realizadas pelo Leiloeiro na rede mundial de computadores em sítio mantido pelo leiloeiro www.kleiloes.com.br com a específica destinação de divulgação de leilão em geral.
OBSERVAÇÃO: Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas, por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização. Edital subscrito e datado em 24/04/2025.
KARINA DE AZEVEDO MALAGUIDO
JUÍZA DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ASTORGA-PR. VARA CÍVEL DE ASTORGA.
Rua Pará, nº 515, Centro, CEP: 86.730-000, ASTORGA/PR.
Pelo presente edital, se faz saber a todos, que será(ão) levado(s) à leilão/praça o(s) bem(ns) de propriedade do(s) devedor(es), com possibilidade de arrematação, da seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: Dia **26 de MAIO de 2025, com fechamento a partir das15:00 horas**, cuja venda se fará pelo maior valor ofertado, não podendo ser inferior ao valor da avaliação, **tão somente na modalidade eletrônica,** mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br.
SEGUNDO LEILÃO: Dia **09 de JUNHO de 2025, com fechamento a partir das 15:00 horas,** cuja venda se fará por qualquer preço, a quem mais der, ressalvando o preço vil arbitrado em 60% da avaliação, **tão somente na modalidade eletrônica,** mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br.
LEILOEIRO OFICIAL NOMEADO: WERNO KLÖCKNER JÚNIOR, leiloeiro público oficial, devidamente inscrito na JUCEPAR sob o n.º 660.
PROCESSO: Autos de n.º 0000137-71.2024.8.16.0049 de Execução de Título Extrajudicial, movida por COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB METROPOLITANO em desfavor de LUCAS MACHADO PINHEIRO, LUCAS M. PINHEIRO & CIA LTDA e MARA APARECIDA ROVELLI SILVA.
Processo Apenso: autos nº 0000947-46.2024.8.16.0049.
BENS: **A)** 60 Painéis solares DAH 360W. Avaliado em R$ 600,00 a unidade, totalizando o valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
B) 250 metros de Cabo Solar. Avaliado em R$ 9,00 o metro, totalizando o valor de R$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).
C) 04 PT Conector MC4 2 Pares. Avaliado em R$ 42,00 (quarenta e dois reais).
D) 01 Inversor Growatt MID 1500-TL2-X. Avaliado em R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos).
E) 01 String Box 4E/2S Camper. Avaliado em R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
F) 15 CX KIT Romagnole telhado metálico. Avaliado em R$ 388,00 a unidade, totalizando o valor de R$ 5.820,00 (cinco mil, oitocentos e vinte reais).
(**Observação do Oficial de Justiça na data de 19/10/2024 (seq. 80.3):** todos os itens visualmente encontram-se em bom estado de conservação).
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 54.162,00 (cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e dois reais), em 19/10/2024 (seq. 80.3).
DEPÓSITO: Nas mãos do Executado Lucas Machado Pinheiro (seq. 80.2).
ÔNUS: Não constante nos autos. Podendo existir ônus diversos não informados no processo.
OBS: Custas, carta de arrematação e/ou mandado de entrega, serão de responsabilidade do arrematante.
VALOR DA DÍVIDA:R$ 75.815,44 (setenta e cinco mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos) em 15/01/2024 (seq. 1.10), que poderá ser acrescida das devidas correções, custas processuais, eventuais multas e honorários advocatícios.
CUSTAS E COMISSÃO DO LEILOEIRO: a) em caso de arrematação, 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, pago pelo arrematante diretamente ao leiloeiro; b) em caso de adjudicação, 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, pago pelo adjudicante; c) em caso de remição e acordo, 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, pago pela parte executada.
PAGAMENTO: O arrematante poderá pagar o preço à vista, em conta judicial, vinculada a este processo, na Caixa Econômica Federal. Facultando, porém, as possibilidades de parcelamento, previstas no artigo 895, do CPC.
AD-CAUTELAM: Fica(m) o(s) devedor(es) LUCAS MACHADO PINHEIRO, LUCAS M. PINHEIRO & CIA LTDA e MARA APARECIDA ROVELLI SILVA, e seu(s) cônjuges, se casado(s) for(em), devidamente intimado(s), bem como os terceiros eventualmente interessados das designações acima para a realização dos leilões/praças, no caso de não ser(em) encontrado(s) pessoalmente para a intimação, bem como os demais terceiros eventualmente interessados.
PUBLICAÇÕES: As publicações serão realizadas pelo Leiloeiro em rede mundial de computadores em sítio mantido pelo leiloeiro www.kleiloes.com.br com a específica destinação de divulgação de leilão em geral.
OBSERVAÇÃO: Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas, por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização. Astorga, 23/04/2025.
KARINA DE AZEVEDO MALAGUIDO
JUÍZA DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ASTORGA-PR. VARA CÍVEL DE ASTORGA.
Rua Pará, nº 515, Centro, CEP: 86.730-000, ASTORGA/PR.
Pelo presente edital, se faz saber a todos, que será(ão) levado(s) à leilão/praça o(s) bem(ns) de propriedade do(s) devedor(es), da seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: Dia **26 de MAIO do ano 2025**, **com fechamento a partir das15:00 horas**, cuja venda se fará pelo maior valor ofertado, não podendo ser inferior ao valor da avaliação (seq. 205, item 2), **tão somente na modalidade eletrônica,** mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br.
SEGUNDO LEILÃO: Dia **09 de JUNHO do ano 2025, com fechamento a partir das 15:00 horas**, cuja venda se fará pelo maior valor ofertado, não podendo ser inferior ao valor da avaliação (seq. 205, item 2), **tão somente na modalidade eletrônica,** mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br.
LEILOEIRO OFICIAL NOMEADO: WERNO KLÖCKNER JÚNIOR, leiloeiro público oficial, devidamente inscrito na JUCEPAR sob o n.º 660.
PROCESSO: Autos de n.º 0002734-28.2015.8.16.0049 de Alienação Judicial de Bens, movida por APARECIDO CORREIA em desfavor de SUELY DE FATIMA DA SILVA.
BEM: **Imóvel:** urbano, constituído pelo Lote de Terras sob n. 02, da quadra n. 06, medindo a área de 280,57m², situada no Jardim Londrina, nesta cidade e comarca de Astorga - Paraná, limitando-se: Frente com prolongamento Rua K, na distância de 16,10 metros; Lado Direito com prolongamento Rua T, na distância de 19,13 metros; Lado Esquerdo com parte dos lotes 3, 4 e 5, na distância de 30,46 metros; Fundos com lote 01, na distância de 11,12 metros. Contendo como benfeitorias uma casa em alvenaria/tijolos padrão popular, com área de 44,40 metros quadrados.**Matrícula nº 6.585 do Registro de Imóveis - 1º Oficio de Astorga (Matrícula Mãe).**
AVALIAÇÃO: R$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais), em 12/11/2024 (seq. 418 e 427).
DEPÓSITO: Não constante no processo.
ÔNUS: Não constam nos autos, haja vista que o referido imóvel não possui Matrícula individualizada, fazendo parte, ainda, da Matrícula Mãe do loteamento.
Podendo existir ônus diversos não informados no processo ou com registro posterior à(s) data(s) da Matrícula e da Certidão do Distribuidor.
OBS: Custas, carta de arrematação e/ou mandado de entrega, serão de responsabilidade do arrematante.
CUSTAS E COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão do leiloeiro será devida da seguinte forma: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a serem pagos pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a serem pagos pelo adjudicante; e, em caso de remição e acordo, 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a serem pagos pela parte executada.

AD-CAUTELAM: Fica(m) o(a)(s) interessado(a) SUELY DE FATIMA DA SILVA e cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(s) das designações acima para a realização dos leilões/praças, no caso de não ser(em) encontrado(s) pessoalmente para a intimação, bem como os terceiros interessados (HERDEIRO) JOSÉ SIMÃO CORREA REPRESENTADO(A) POR GREICE KELLY CORREA DE AMARAL, IZABEL SOFIA CORRÊA, DINALVA CORREA, SEBASTIÃO CORRÊA NETO, bem como demais terceiros eventualmente interessados.
PUBLICAÇÕES: As publicações serão realizadas pelo Leiloeiro na rede mundial de computadores em sítio mantido pelo leiloeiro www.kleiloes.com.br com a específica destinação de divulgação de leilão em geral.
OBSERVAÇÃO: Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas, por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização. Edital subscrito e datado em 28/04/2025.
KARINA DE AZEVEDO MALAGUIDO
JUÍZA DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ASTORGA-PR. VARA CÍVEL DE ASTORGA.
Rua Pará, nº 515, Centro, CEP: 86.730-000, ASTORGA/PR.
Pelo presente edital, se faz saber a todos, que será(ão) levado(s) à leilão/praça o(s) bem(ns) de propriedade do(s) devedor(es), com possibilidade de arrematação, da seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: Dia **26 de MAIO de 2025, com fechamento a partir das15:00 horas**, cuja venda se fará pelo maior valor ofertado, não podendo ser inferior ao valor da avaliação, **tão somente na modalidade eletrônica,** mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br.
SEGUNDO LEILÃO: Dia **09 de JUNHO de 2025, com fechamento a partir das 15:00 horas,** cuja venda se fará por qualquer preço, a quem mais der, ressalvando o preço vil arbitrado em 60% da avaliação, **tão somente na modalidade eletrônica,** mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br.
LEILOEIRO OFICIAL NOMEADO: WERNO KLÖCKNER JÚNIOR, leiloeiro público oficial, devidamente inscrito na JUCEPAR sob o n.º 660.
PROCESSO: Autos de n.º 0000137-71.2024.8.16.0049 de Execução de Título Extrajudicial, movida por COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB METROPOLITANO em desfavor de LUCAS MACHADO PINHEIRO, LUCAS M. PINHEIRO & CIA LTDA e MARA APARECIDA ROVELLI SILVA.
Processo Apenso: autos nº 0000947-46.2024.8.16.0049.
BENS: **A)** 60 Painéis solares DAH 360W. Avaliado em R$ 600,00 a unidade, totalizando o valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
B) 250 metros de Cabo Solar. Avaliado em R$ 9,00 o metro, totalizando o valor de R$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).
C) 04 PT Conector MC4 2 Pares. Avaliado em R$ 42,00 (quarenta e dois reais).
D) 01 Inversor Growatt MID 1500-TL2-X. Avaliado em R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos).
E) 01 String Box 4E/2S Camper. Avaliado em R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
F) 15 CX KIT Romagnole telhado metálico. Avaliado em R$ 388,00 a unidade, totalizando o valor de R$ 5.820,00 (cinco mil, oitocentos e vinte reais).
(**Observação do Oficial de Justiça na data de 19/10/2024 (seq. 80.3):** todos os itens visualmente encontram-se em bom estado de conservação).
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 54.162,00 (cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e dois reais), em 19/10/2024 (seq. 80.3).
DEPÓSITO: Nas mãos do Executado Lucas Machado Pinheiro (seq. 80.2).
ÔNUS: Não constante nos autos. Podendo existir ônus diversos não informados no processo.
OBS: Custas, carta de arrematação e/ou mandado de entrega, serão de responsabilidade do arrematante.
VALOR DA DÍVIDA:R$ 75.815,44 (setenta e cinco mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos) em 15/01/2024 (seq. 1.10), que poderá ser acrescida das devidas correções, custas processuais, eventuais multas e honorários advocatícios.
CUSTAS E COMISSÃO DO LEILOEIRO: a) em caso de arrematação, 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, pago pelo arrematante diretamente ao leiloeiro; b) em caso de adjudicação, 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, pago pelo adjudicante; c) em caso de remição e acordo, 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, pago pela parte executada.
PAGAMENTO: O arrematante poderá pagar o preço à vista, em conta judicial, vinculada a este processo, na Caixa Econômica Federal. Facultando, porém, as possibilidades de parcelamento, previstas no artigo 895, do CPC.
AD-CAUTELAM: Fica(m) o(s) devedor(es) LUCAS MACHADO PINHEIRO, LUCAS M. PINHEIRO & CIA LTDA e MARA APARECIDA ROVELLI SILVA, e seu(s) cônjuges, se casado(s) for(em), devidamente intimado(s), bem como os terceiros eventualmente interessados das designações acima para a realização dos leilões/ praças, no caso de não ser(em) encontrado(s) pessoalmente para a intimação, bem como os demais terceiros eventualmente interessados.
PUBLICAÇÕES: As publicações serão realizadas pelo Leiloeiro em rede mundial de computadores em sítio mantido pelo leiloeiro www.kleiloes.com.br com a específica destinação de divulgação de leilão em geral.
OBSERVAÇÃO: Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas, por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização. Astorga, 23/04/2025.
KARINA DE AZEVEDO MALAGUIDO
JUÍZA DE DIREITO

BELA VISTA DO PARAÍSO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Antonio Neto dos Santos
PRAZO DE 03 DIAS
O Juiz de Direito Helder José Anunziato, da Vara de Família e Sucessões de Bela Vista do Paraíso, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Alimentos, sob nº 0003340-05.2019.8.16.0053, em que é autora M. C. M. S., e réu Antonio Neto dos Santos, e que não foi possível localizar pessoalmente a **parte Promovido Antonio Neto dos Santos**, portador(a) do RG 366137323 SSP/CE e CPF 834.117.043-49. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para no prazo de três dias pagar o débito, provar que o pagou ou justificar a impossibilidade de pagá-lo, sob pena de prisão de um a três meses conforme prevê o art. 528, caput e §2º do Código de Processo Civil.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Eu, Aline Caroline da Silva Beluci, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Bela Vista do Paraíso, 06 de maio de 2025.**
Helder José Anunziato
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ELETRO BRAZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
PRAZO DE 25 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Cambé, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0005612-21.2023.8.16.0056, no importe de R$ 968,00 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Cambé/PR, e executado(a)(s) ELETRO BRAZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, e que não foi possível localizar pessoalmente a (s) parte(s) executada(s) ELETRO BRAZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, portador(a) do CNPJ 09.233.299/0001-07, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito , com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de 968,00 (novecentos e sessenta e oito reais). No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Hilário Aleixo, Escrivão conferi e digitei. Cambé, data da inserção no sistema. Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti Juíza de Direito (assinado digitalmente)

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ESPÓLIO DE ENOCH VIEIRA DOS SANTOS E NEWTON FAHL e sua esposa JACY GOMES FAHL
PRAZO DE 30 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Cambé, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0000694-13.2019.8.16.0056, em que é exequente Município de Cambé/PR, e executado(a)(s) FRANCISCO ASTROGILDO DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) os terceiros interessados, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua INTIMAÇÃO quanto aos termos da presente ação, bem como, da penhora efetivada nos autos indicados acima, sobre imóvel matriculado sob o nº 40.656 do C.R.I. local e sua respectiva avaliação. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Hilário Aleixo, Escrivão, conferi e digitei. Cambé, data da inserção no sistema. Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti Juíza de Direito (assinado digitalmente)

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): CLEBER HENRIQUE DA SILVA - (CNPF/MF sob nº 027.341.439-92) e IPÊ FÁBRICA DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL LTDA - (CNPJ/MF sob nº 03.723.296/0001-67). FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 12 de JUNHO de 2025, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 12 de JUNHO de 2025, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC). OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances. PROCESSO: Autos sob o nº 0054174-76.2012.8.16.0014 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em que é exequente AMARAL VASCONCELLOS ADVOGADOS ASSOCIADOS - (CNPJ/MF sob nº 00.347.386/0001-02) e executados CLEBER HENRIQUE DA SILVA - (CNPF/MF sob nº 027.341.439-92) e IPÊ FÁBRICA DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL LTDA - (CNPJ/MF sob nº 03.723.296/0001-67). BEM(NS): "Área de terras industriais de formato irregular denominado lote 424/A, contendo 72.600,00m2, ou 7,26 hectares, ou 3 (três) alqueires paulistas, da subdivisão do lote 424, da Gleba Cafezal, com as divisas e confrontações constantes da e benfeitorias registradas na matrícula n.º 404 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Londrina-Pr. BENFEITORIAS - ÁREA CONSTRUIDA - COMPLEXO INDUSTRIAL 1) Área industrial de 11.250,00m2, formada por galpões abertos e fechados, área de descarga, deposito, estacionamento, manobra, construção em alvenaria de tijolos, e folhas galvanizadas, cobertura metálica em treliças e zinco, bom estado de conservação; 2) Área administrativa de 320,00m2, escritórios com sala de reuniões, administração, wc masculino e feminino, copa e sala de espera, pintura em ótimo estado, grafiato e textura, pvs látex, piso cerâmico; 3) Curral de 220,00m2, em péssimo estado; 4) Área cercada e poço artesiano centro administrativo com 210,00m2; 5) 01 casa para caseiro de 100,00m2; 6) 01 granja de suínos desativada com 824,00m2; 7) 01 casa de caseiro de 247,00m2 de alvenaria de tijolos em bom estado; 8) Uma barracão deposito com 1.230,00m2 em bom estado de conservação, cobertura de Eternit; 9) Casa da sede com 920,00m2, mais precisamente um centro de administração industrial, sendo escritórios, laboratórios, deposito, refeitório e wcs, masculino e feminino, apresenta rachaduras, concerto recentes, piso cerâmico, de alvenaria e laje; 10) Portaria 25,00m2, uma guarita em alvenaria de tijolos; 11) Área de asfalto e calçada com paralelepípedo aproximadamente 2.000,00m2; 12) Tanque de decantação de mau cheiro com eucalipto, aproximadamente 100m2." Tudo conforme Laudo de Avaliação evento 355.2. ÔNUS: R.15/404 - Servidão de Passagem por terra constituída pelo Lote 424-A, denominada uma faixa de terras contendo 209,83 metros de extensão por 6,00 metros de largura; R.17/404 - Hipoteca/Alienação Fiduciária em favor do Banco Bradesco S/A, cujo saldo devedor informado em agosto de 2023 perfaz R$ 47.746,53, sendo que nos termos da decisão de evento 369.1 positiva a alienação, e quitado o saldo devedor com o produto da arrematação, o arrematante se sub-roga nos direitos do executado para aquisição da propriedade plena; Av.18/404 - Averbação de Execução referente aos autos nº 13082/2012, em trâmite na 1ª Vara Cível de Cambé; Av.19/404 - Averbação de Execução referente aos autos nº 41483- 30.2012.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara Cível de Cambé; R.20/404 - Penhora em favor do Banco Bradesco S/A, referente aos autos nº 0041483-30.2012.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara Cível de Cambé; R.21/404 - Penhora em favor do Banco Bradesco S/A, referente aos autos nº 0007655-09.2013.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara Cível de Londrina; Av.22/404 - Arrolamento Fiscal em favor da Receita Federal; R.23/404 - Penhora em favor do Banco Safra S/A, referente aos autos nº 7686-29.2013.8.16.0014, em trâmite na 7ª Vara Cível de Londrina; R.24/404 - Penhora em favor da Fazenda Nacional - União, referente aos autos nº 5006426-78.2016.4.04.7001/PR, em trâmite na 7ª Vara Federal de Londrina; R.26/404 - Penhora em favor do Estado do Rio Grande do Sul, referente aos autos nº 0001029-36.2013.8.21.0110, em trâmite na Vara Judicial de Marcelino Ramos-RS; Av.28/404 - Averbação de Ação referente aos autos nº 0055026-90.2018.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara Cível de Londrina; Av.29/404 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0049457-84.2013.8.16.0014, em trâmite na 3ª Vara Cível de Londrina; R.30/404 - Penhora em favor do Banco do Brasil S/A, referente aos autos nº 0088937-69.2013.8.16.0014, em trâmite na 6ª Vara Cível de Londrina; Av.31/404 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000422-58.2013.8.16.0014, em trâmite na 8ª Vara Cível de Londrina; Av.32/404 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0067318-83.2013.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara Cível de Cambé; R.33/404 - Penhora em favor da União - Fazenda Nacional, referente aos autos nº 5006602-28.2014.4.04.7001/PR, em trâmite na 7ª Vara Federal de Londrina; Av.34/404 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 00247210220138160014, em trâmite na 1ª Vara Cível de Londrina; R.35/404 - Penhora em favor do Banco Santander (BRASIL) S.A, referente aos autos nº 0024721-02.2013.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina; Av.36/404 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0007686- 29.2013.8.16.0014, em trâmite na 7ª Vara Cível de Londrina; R.37/404 - Penhora em favor do Banco Santander (Brasil) S.A, referente aos autos nº 0024721-02.2013.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara Cível de Londrina; Av.39/404 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0047585-97.2014.8.16.0014, em trâmite na 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina; Av.40/404 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0078711-05.2013.8.16.0014, em trâmite na 6ª Vara Cível de Londrina; R.41/404 - Penhora em favor do Estado do Paraná, referente aos autos nº 0047585-97.2014.8.16.0014, em trâmite na 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina; Av.42/404 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0088937- 69.2013.8.16.0014, em trâmite na 6ª Vara Cível de Londrina; Av.44/404 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0015439-90.2020.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina; R.45/404 - Penhora em favor do Município de Londrina, referente aos autos nº 0015439- 90.2020.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina; R.46/404 - Penhora referente aos presentes autos; tudo conforme matricula imobiliária de evento 351.2. Eventuais constantes da matrícula de nº 404. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação d0 o arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação. OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN). DATA DA PENHORA: 26 de agosto de 2024, conforme Termo de Penhora do evento 337.1. AVALIAÇÃO ATUALIZADA DO BEM: R$ 7.815.612,74 (sete milhões oitocentos e quinze mil seiscentos e doze reais e setenta e quatro centavos), conforme Laudo de Avaliação do evento 355.2, atualizado até a expedição do presente edital. OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Código de Processo Civil/2015, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. Artigo 895 do Código de Processo Civil/2015: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC). OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo

leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC) O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal. DEPÓSITO: Referidos bens se encontram depositados nas mãos do executado Sr. Cleber Henrique da Silva, podendo ser localizado na Avenida Adhemar P. de Barros, 1300, apto 603 - Jardim Bela Suíça - Londrina/PR, como fiel depositária, até ulterior deliberação. LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - LEILOEIRO - MATRÍCULA 13/246-L. COMISSÃO DO LEILOEIRO: Arbitro a comissão em caso de arrematação, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado; por outro lado, no caso de adjudicação ou remição, será de 02% (dois por cento) sobre o laudo da avaliação, e; finalmente, em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado no prazo de 05 (cinco) dias antes da efetivação da praça/leilão, arbitro a comissão do leiloeiro em 2% sobre o valor da transação/pagamento para cobrir as despesas na preparação da praça e remunerar os serviços prestados pelo leiloeiro, sendo devida pelo executado. ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização. INTIMAÇÃO "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: CLEBER HENRIQUE DA SILVA - (CNPF/MF sob nº 027.341.439-92) e IPÊ FÁBRICA DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL LTDA - (CNPJ/MF sob nº 03.723.296/0001-67), através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s); Eventual(is) proprietário(s), Credor(es) Hipotecário(s);Credor(a) Fiduciário(a): BANCO BRADESCO S/A, coproprietário(s), Possuidor(es), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Cambé, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco. (24/03/2025). Eu,_____,/// Jorge V. Espolador/// Leiloeiro Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi LUCIENE OLIVEIRA VIZZOTTO ZANETTI Juíza de Direito

FORO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): Naiara Gonçalves dos Santos PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Mayra dos Santos Zavattaro, da Vara de Família e Sucessões de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Reconhecimento / Dissolução, sob nº 0001983-33.2022.8.16.0037, em que é(são) autor (es) Jones Bento dos Reis, e réu(s) JOÃO ELEOTERIO DOS SANTOS, TEREZA GONÇALVES PADILHA, GEORGE HENRIQUE GONÇALVES DOS REIS, Naiara Gonçalves dos Santos,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte (s) Promovido Naiara Gonçalves dos Santos, portador(a) do CPF 084.781.219-78. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com [a resenha da inicial / o despacho judicial] que segue parcialmente transcrita/o: " Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução de união estável c/c medida cautelar de separação de corpos, guarda e alimentos, face a Naiara Gonçalves dos Santos Fatos: As partes constituíram união estável por mais de dez anos, dessa união nasceu uma criança que esse ano completou 07 (sete) anos, rompida a relação em 2020, devido ao desgaste, sendo necessário o reconhecimento da união estável e sua imediata dissolução. Por esses motivos, e por estarem presentes os requisitos legais, há que ser reconhecida a UNIÃO ESTÁVEL, para que, em decorrência desta, surtam os efeitos legais pertinentes diante da dissolução aqui pleiteada. Assim, comprovada a união estável, e não havendo mais, qualquer possibilidade de reconciliação ante os argumentos fáticos e de direito, os quais demonstram que a REQUERENTE não possui mais condições de prorrogar a união demonstrada, requer de Vossa Excelência o RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL desde 02/01/2010, cumulada com a sua DISSOLUÇÃO, declarada desde 29/12/2020. III. DA GUARDA Inicialmente cumpre destacar que o direito busca, precipuamente, resguardar os direitos e interesses do menor, devendo ser conduzida a presente ação ao fim de atendê-los. DOS PEDIDOS Por todo o exposto, REQUER: A tramitação prioritária da demanda, nos termos do art. Art. 152 §1º da Lei 8.069/90; 2. A concessão da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil; Regulamentar o valor já depositado desde 2020, e definir a título de alimentos definitivos, os R$ 400,00 (quatrocentos reais), para seu filho; A citação da ré para responder a presente ação, querendo; O deferimento da ação para a.1) Reconhecer e dissolver a União Estável; A produção de todas as provas admitidas em direito, em especial a testemunhal mediante designação de audiência; Intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos moldes do artigo 698, do CPC; A condenação da ré ao pagamento de honorários advocatícios nos parâmetros previstos no art. 85, §2º do CPC. Nestes termos pede deferimento. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC)." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30(trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Maribel Canali, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Campina Grande do Sul, 30 de abril de 2025. Mayra dos Santos Zavattaro Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Nº 04/2025
DESTINATÁRIO(A)(S): EDY DA SILVA JUNIOR
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
A Juíza de Direito Vivian Curvacho Faria de Andrade, do Juizado Especial Criminal de Campo Largo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Posse de Drogas para Consumo Pessoal, sob nº 0011116-98.2023.8.16.0026, em que é (são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDY DA SILVA JUNIOR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido EDY DA SILVA JUNIOR, portador(a) do RG 149395814 SSP/PR e CPF 129.955.399-03, nascido(a) em 08/09/1999, natural de CAMPO LARGO/PR, filho(a) de ROSILDA DOS SANTOS FERREIRA e EDVALDO FRANCISCO DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP; Enunciado 125, Fonaje), na qual restou condenado(a) à sanção administrativa de advertência, na data de 29/11/2024, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "...reconhecida a ilicitude extrapenal da conduta, aplica-se ao denunciado Edy da Silva Júnior a sanção de advertência sobre os efeitos do uso de maconha, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 11.343/2006, sendo informado, ainda, sobre a disponibilidade de tratamento no CAPS. Considerando a abolitio criminis, declara-se extinta a punibilidade do denunciado, com fundamento no art. 107, inciso III, do Código Penal.", e de que possui o prazo de 10 (dez) dias para recorrer (art. 82, § 1º, Lei nº 9.099/1995), prazo este contado do término do fixado no presente edital, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Felipe Garrett Donato, Estagiário, conferi e digitei.
Campo Largo, 07 de maio de 2025.
Vivian Curvacho Faria de Andrade
Juíza Substituta de Direito

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Processo:	0010437-64.2024.8.16.0026
Classe Processual:	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal:	Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins
Data da Infração:	19/06/2023
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• ESTADO DO PARANÁ
Réu(s):	• GENDERSON JOSE AMAYA HERNANDEZ

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS

O Doutor **Mércia Deodato do Nascimento**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/ PR, na forma da Lei

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 90 (noventa) dias**, que, não tendo sido possível **INTIMAR** pessoalmente o(s) réu(s) **GENDERSON JOSE AMAYA HERNANDEZ (RG: 169755175 SSP/PR e CPF/CNPJ: 712.873.481-30) Nome do Pai: , Nome da Mãe: Vilman Josefina Hernandez Carreno,** tem este a finalidade de **INTIMÁ-LO(S)** do teor da sentença prolatada em nos autos de Ação Penal nº. **0010437-64.2024.8.16.0026** :" Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na denúncia, para CONDENAR o réu GENDERSON JOSE AMAYA HERNANDES nas sanções previstas no art. 35 da Lei 11.343/06 c/c artigo 40, inciso VI do mesmo Diploma Legal, o que faço com fulcro no artigo 387 do CPP. Condeno o réu ao pagamento das custas e demais despesas processuais. ." Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Campo Largo, 07 de maio de 2025.

Willian Pedroso
Técnico Judiciário
Assinado Digitalmente
Assinatura autorizada - Portaria 21/2022

Edital Geral

Vara Plenário do Tribunal do Júri de Campo Largo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2025

A Doutora Vivian Curvacho Faria de Andrade, MM. Juiz de Direito da **Vara Plenário do Tribunal do Júri de Campo Largo** ;

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, nesta data, para servirem durante a **01/06/2025-30/06/2025 5ª Reunião 2025**, cujas sessões encontram-se programadas para os dias **03/06/2025 09:00, 10/06/2025 09:00, 17/06/2025 13:00, 24/06/2025 09:00 ,** no auditório do Tribunal do Júri, sito à Rua Joanin Stroparo, S/n - Centro - Campo Largo/PR - CEP: 83.601-460 - Fone: 41 3263-5251 - E-mail: cl-3vj-s@tjpr.jus.br , os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para as mencionadas sessões, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber: **1. ELIANA OLIVEIRA DA SILVA;2. Etiene Leticia Leone;3. RICARDO JOSE VIDAL CAMPOS;4. RICARDO ALBACH;5. WALANSY DIAS GOMES;6. RODRIGO JOSE SILVA LOPES;7. JAQUELINE APARECIDA KAMPA;8. JESSICA DOS SANTOS;9. JOÃO GUILHERME GARRETT;10. RONALDO BARAUSSE;11. BRUNA DOS SANTOS KUPKA;12. EDIMAR FARIA DE FREITAS;13. BRUNA MARIA DOS SANTOS;14. ZELMA TAVARES PINHEIRO FERNANDES;15. MAGDA APARECIDA RAIMUNDO DE OLIVEIRA;16. ALESSANDRO ZAVATTI;17. ADEMIR PEREIRA DE ARAUJO;18. JESSICA CUNHA DOS SANTOS AGIO;19. ALEXANDRE DE SOUZA LEAL JUNIOR;20. Andrea S P Prescinotti;21. RODRIGO DE MATOS;22. JOÃO MOREIRA DE ANDRADE;23. EDIVALDO BARBOZA CLEMENTE;24. RAFAEL BREKAILO REIS;25. ZENAIDE BASSANI FABRICIO; .** Ainda, visando assegurar o comparecimento do numero mínimo de Jurados, o MM. Juiz sorteou, como SUPLENTES, os Jurados: **1. JESSICA GENARI;2. ROGÉRIO GRIGORIO DA SILVA;3. REGIANE SEGURO;4. JOEL APARECIDO BATISTA;5. GABRIELLE LEAL LAGO SILVEIRA ;6. JEFERSON FERREIRA DOS SANTOS;7. ELAINE CRISTINA DA SILVA LIMA FERREIRA;8. BRUNO LEITE NEVES;9. AMANDA DE FATIMA GONCALVES LUZ;10. Diego Henrique Kupczak; .** E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, aos 07 de maio de 2025. Eu WILLIAN PEDROSO, Técnico Judiciário, lavrei e subscrevo.

Vivian Curvacho Faria de Andrade
Juiz de Direito

CAMPO MOURÃO

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CAMPO MOURÃO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CAMPO MOURÃO - PROJUDI
Av. José Custódio de Oliveira, 2065, Centro, Campo Mourão - PR - Fone: 44 3259-6155
e-mail: e-mail: cm-6vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

Autos:0005234-59.2023.8.16.0058 - Cumprimento de sentença
Exequente:RICARDO JOSE ERHARDT
Executado:HURB TECHNOLOGIES S.A.
1ª PRAÇA:13 de junho de 2025, às 14:00 horas (online), pelo maior lance oferecido, em valor não inferior ao da avaliação. **2ª PRAÇA:** 27 de junho de 2025, às 14:00 horas (online), aceito lances a partir do valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. **Local:**1ª PRAÇA, diretamente no site do leiloeiro http://spencerleiloes.com.br/; 2ª PRAÇA, diretamente no site do leiloeiro http://spencerleiloes.com.br/
BEM LEILOADO: **04 (QUATRO) CADEIRAS MODELO DIRETOR COM ENCOSTO EM TELA E REGULAGEM.** **04 (QUATRO) MONITORES MARCA DELL MODELO P2422H.**
Depósito: Em mãos e poder da parte executada HURB TECHNOLOGIES S.A., com endereço a Avenida João Cabral de Mello Neto, 400 Andar 7 - Barra da Tijuca - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 22.775-057. **Recurso:** Não há **Valor Primitivo da Avaliação: 04 (QUATRO) CADEIRAS MODELO DIRETOR COM ENCOSTO EM TELA E REGULAGEM** - R$ 2.000,00 (dois mil reais), em 10/12/2024; **04 (QUATRO) MONITORES MARCA DELL MODELO P2422H** - R$ 3.000,00 (três mil reais), em 10/12/2024. **Valor Atualizado da Avaliação: 04 (QUATRO) CADEIRAS MODELO DIRETOR COM ENCOSTO EM TELA E REGULAGEM** - R$ 2.055,09 (dois mil, cinquenta e cinco reais e nove centavos), em 22/04/2025; **04 (QUATRO) MONITORES MARCA DELL MODELO P2422H** - R$ 3.082,64 (três mil, oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), em 22/04/2025. **Valor Primitivo da Dívida:** R$ 3.197,50 (três mil, cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos), em 22/02/2024. **Valor Atualizado da Dívida:** R$ 4.177,55 (quatro mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), em 09/04/2025. **ÔNUS:** Não informado.
Despesas Decorrentes:A comissão do Leiloeiro será paga na forma descrita: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante (art. 24, parágrafo único do Decreto 21.981/32).
Ficam as partes credora RICARDO JOSE ERHARDT e devedora HURB TECHNOLOGIES S.A. devidamente intimadas das datas acima designadas, bem como cientificadas de que poderão remir a execução, pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação ou adjudicação.

Campo Mourão, 6 de maio de 2025. Eu, (José Albino Bieszczad - Chefe de Secretaria), que digitei e subscrevi, por ordem judicial.
LUZIA TEREZINHA GRASSO FERREIRA
Juíza Supervisora

CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

Vara Plenário do Tribunal do Júri de Capitão Leônidas Marques

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Doutor Luis Fernando Nandi Vicente, MM. Juiz de Direito da **Vara Plenário do Tribunal do Júri de Capitão Leônidas Marques** ;

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, nesta data, para servirem durante a **01/05/2025 a 31/05/2025 - 3ª Reunião Periódica do Tribunal do Júri da Comarca de Capitão Leônidas Marques**, cujas sessões encontram-se programadas para os dias **22/05/2025 às 09:00 (0002146-64.2024.8.16.0062) e 29/05/2025 às 9:00 (0001656-91.2014.8.16.0062),** no auditório do Tribunal do Júri, sito à Avenida Tancredo Neves, 530 - Centro - Capitão Leônidas

Marques/PR - CEP: 85.790-000 - Fone: (45) 3327-9520 , os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para as mencionadas sessões, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber: **1. SANDRA NUNES DA SILVA;2. ALUISIO CARLOS NOGUEIRA;3. MARCOS ROBERTO MASARO;4. ONEIDE MARIA MALDANER;5. ISABELA DE MELLO;6. DAIANE ROSSI;7. DANIEL FELIPPE SOTT;8. SUZANA REZENDE CARLOS;9. JAIR GEHLEN;10. PATRICIA APARECIDA DA SILVA LUCIETTO;11. KARINE COCO;12. JHENIFER JAQUELINE MÂNICA;13. CARLA INES SELL;14. IVETE NOELI SCHEER JURKIEWICZ;15. NILSON RENÊ VICENTE;16. MARIA GABRIELA MONTEIRO;17. LEONARDO MATHEUS BURATTI;18. ADRIELLI CAMARGO DA SILVA;19. EDES MOTA TAVARES;20. CLEOMIR DE SOUSA MEDEIROS;21. ROSANGELA ANA MANDELLI DE MELO;22. EMILY REGINA WEIERBACHER;23. CRISTIANE TERESINHA DA CAS LORENZETTI;24. ANDRÉIA CRISTINA ZATTA;25. FÁBIO MARCELO OST;** Ainda, visando assegurar o comparecimento do numero mínimo de Jurados, o MM. Juiz sorteou, como SUPLENTES, os Jurados: **1. JULIANA MARIA BUSANELLO HANEMANN;2. SILVANA PEREIRA RIBAS NEVES;3. EMILIN SILVA SILVEIRA;4. CELSO ANTONIO GRASSI;5. FABIA CRISTINA DA SILVA;6. LISAMARA FARINA ZENI;7. JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES;8. SONIAMAR GONÇALVES BATISTA;9. FERNANDA CRISTINA CAIMI GHEDIM;10. LORIANE APARECIDA TORTELLI DE ANDRADE; .** E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, aos 06 de maio de 2025. Eu Rozanjela Fatima Dias, Técnica Judiciária, lavrei e subscrevo.
Luis Fernando Nandi Vicente
Juiz de Direito

CASCAVEL

4ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

Edital de intimação de credores e terceiros interessados na recuperação judicial de: (I) Fábio Luiz Tedesco Produtor Rural (CNPJ 56.108.296/0001-13); (Ii) Franciele Terezinha Tedesco Produtora Rural (CNPJ 56.108.808/0001-41); (Iii) Luiz Tedesco Produtor Rural (CNPJ 56.108.499/0001-00); (Iv) Rede Alta Materiais Elétricos Ltda (CNPJ 09.432.233/0001-38); (V) Telri - Tecnica em Linhas Redes Rurais e Industriais Ltda (CNPJ 77.097.376/0001-90); E, (Vi) Terezinha Galante Tedesco Produtora Rural (CNPJ 56.108.212/0001-41)
Art. 7º, § 2º, e Art. 53, parágrafo único, ambos da Lei 11.101/2005
Processo n.º 0033231-94.2024.8.16.0021. Classe/Assunto: Recuperação Judicial
Edital expedido por determinação do MM°. Juiz de Direito Nathan Kirchner Herbst, nos autos do **PROCESSO nº** 0033231-94.2024.8.16.0021 de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ajuizada por (I) **Fábio Luiz Tedesco Produtor Rural (CNPJ 56.108.296/0001-13)**; (II) **Franciele Terezinha Tedesco Produtora Rural (CNPJ 56.108.808/0001-41)**; (III) **Luiz Tedesco Produtor Rural (CNPJ 56.108.499/0001-00)**; (IV) **Rede Alta Materiais Elétricos Ltda (CNPJ 09.432.233/0001-38)**; (V) **Telri - Tecnica em Linhas Redes Rurais e Industriais Ltda (CNPJ 77.097.376/0001-90)**; e, (VI) **Terezinha Galante Tedesco Produtora Rural (CNPJ 56.108.212/0001-41),** que tramita perante a 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Cascavel - Estado do Paraná - com prazo de 10 (dez) dias corridos para impugnação à relação de credores da Administração Judicial e 30 (trinta) dias corridos para objeção ao plano de recuperação judicial.
Pelo presente EDITAL, expedido nos autos n.º 0033231-94.2024.8.16.0021, de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em trâmite perante a 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Cascavel - Estado do Paraná, promovido por (I) **Fábio Luiz Tedesco Produtor Rural (CNPJ 56.108.296/0001-13)**; (II) **Franciele Terezinha Tedesco Produtora Rural (CNPJ 56.108.808/0001-41)**; (III) **Luiz Tedesco Produtor Rural (CNPJ 56.108.499/0001-00)**; (IV) **Rede Alta Materiais Elétricos Ltda (CNPJ 09.432.233/0001-38)**; (V) **Telri - Tecnica em Linhas Redes Rurais e Industriais Ltda (CNPJ 77.097.376/0001-90)**; e, (VI) **Terezinha Galante Tedesco Produtora Rural (CNPJ 56.108.212/0001-41),** ficam intimados os credores da disponibilização deste Edital relativo à apresentação da RELAÇÃO DE CREDORES DA ADMINISTRADORA JUDICIAL (ev. 146) a que se refere o art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005, bem como AVISO DE RECEBIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (ev. 117.2) para que, querendo, apresentem incidente de impugnação de crédito, no prazo de 10 (dez) dias corridos da publicação deste edital, na forma prevista no art. 8º, da Lei 11.101/2005, assim como, querendo, apresentem objeção ao plano de recuperação judicial, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar, também, da publicação deste edital, nos termos do art. 55, da Lei 11.101/2005. Os referidos documentos também se encontram disponíveis no *website* da Administradora Judicial, que pode ser localizado pelo *link*https://auxiliaconsultores.com.br/cliente_r.php?id=65. Os documentos que fundamentaram a relação de credores ora mencionada estarão disponíveis para consulta na sede da Administradora Judicial Auxilia Consultores, em Maringá/PR, na Av. Dr. Gastão Vidigal, 851, sala 04, mediante prévio contato para agendamento, pelo seguinte telefone (44) 3225-9433, os quais também poderão ser solicitados por e-mail, ao endereço contato@auxiliaconsultores.com.br. Relação de credores da Administradora Judicial: **Classe I - Trabalhista:** DESKON CONTABILIDADE, 07.225.989/0001-80, R$21.295,00. **Total Classe I: R$21.295,00.Classe II - Garantia Real:** BANCO DO BRASIL S/A, 00.000.000/0587-85, R $721.412,63; CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 00.360.305/0726-01, R$814.370,61; CRESOL, 07.268.499/0006-76, R$1.607.945,33; SICOOB UNICOOB MERIDIONAL, 05.392.810/0001 54, R$186.860,00. **Total Classe II: R$3.330.588,57.Classe III - Quirografária:** ADEMIR JOÃOZINHO TEIXEIRA, 224.891.699-04, R $250.000,00; AUTO POSTO ESTRADAO LTDA, 05.954.049/0001-05, R$1.500,00; AUTO POSTO SONIR LTDA, 06.026.708/0001-06, R$30.600,90; BANCO DO BRASIL S/A, 000000000587-85, R$1.440.500,77; BELENZIER & CIA LTDA, 81.554.644/0001-23, R$227,16; BERTOLINI IND. DE CONCRETO E METAL LTDA, 02.456.718/0001-12, R$12.076,38; CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 00.360.305/0726-01, R$18.234,83; CLIP INDUSTRI IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, 14.561.099/0001-05, R$2.761,23; COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB CREDICAPITAL, 04.529.074/0012-23, R$174.179,69; CRESOL, 07.268.499/0006-76, R$220.720,73; DILMAR BORMANN, 156.448.209-04, R $50.000,00; FERTIZAN - COMÉRCIO DE DEF. AGRÍCOLAS LTDA., 13.864.300/0001-60, R$214.766,43; FRANCISCO FAIDIGA, 403.448.358-04, R $100.000,00; HERCULES COMPONENTES ELETRICOS, 01.964.161/0001-68, R $9.600,00; INDUSTRIA E COMERCIO LEAL, 61353199/0001-26, R$13.871,00; JD LIMA E CIA LTDA, 75.689.190/0001-03, R$7.800,00; JEIME ARGENTA, 146.523.669-49, R$51.000,00; LAUDIR JOAO ROTAVA, 165.887.039-53, R $60.000,00; LF COMERCIAL DE BENS, 91.845.735/0007-67, R$5.081,40; NILO BONAZZA, 297.327.609-82, R$130.000,00; RITA FABIANA BARRETO DOS SANTOS, 018.119.959-93, R$30.000,00; SAMAR COM DE AUTO PECAS LTDA, 07.037.347/0002-39, R$1.815,00; SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA, 03.802.018/00028-15, R$4.710,10; SICOOB UNICOOB MERIDIONAL, 05.392.810/0001-54, R$205.904,86; SOLUCAO EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA, 10.676.939/0001-24, R$12.672,04; STECK DISTRIBUIDORA LTDA, 44.415.136/0001-38, R$42.291,70; TIGRE MATERIAIS E SOLUCOES, 08.862.530/0007-46, R$8.316,02; VIA SEG COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA, 06.914.536/0001-07, R$18.897,44; WEG DRIVES E CONTROLS, 14.309.992/0001-48, R$1.162,64.
Total Classe III: R$3.119.319,32.Classe IV - ME e EPP: R. FRACHINI MECANICA DIESEL - ME, 21.343.494/0001-87, R$344,00; 4 ESTACOES PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS, 21.577.915/0001-34, R$2.560,76; A. A. SCHANOSKI E CIA LTDA ME (PALADAR GRILL LTDA), 22.024.166/0001-80, R$274,00; A CASA DAS MANGUEIRAS, 04.916.476/0001-28, R$390,58; A O REFATTI AUTO ELETRICA, 82.445.667/0001-06, R$1.793,00; ABERCON TELECOMUNICACOES LTDA, 07.099.621/0001-13, R$3.230,00; AS BARROSO, 11.476.988/0001-22, R$937,00; BOLOGNESI DE OLIVEIRA OLIVEIRA LTDA, 12.341.128/0001-06, R$7.128,50; CAROLLO NE CIA LTDA, 09.516.184/0001-11, R$304,90; CHURRASCARIA MOSSINGER EIRELI, 03.522.658/0001-51, R $13.426,40; CLAUDEMIR ROBERTO DE SOUZA E CIA LTDA, 10.839.899/0001-94, R$618,29; COUROS O BOTINEIRO LTDA EPP, 05.155.889/0001-08, R$3.718,50; CPR AUTOMAÇÃO COMERCIAL, 05.110.949/0001-68, R$420,00; D A RITT E CIA LTDA, 09.428.431/0001-28, R$332,09; DISTRIFORTE DIS DE MAT PARA CONSTRUCAO LTDA, 14.739.246/0001-94, R$2.000,70; ESZ COMERCIO E MANUTENÇÃO DE RADIADORES, 04.916.067/0001-21, R$1.323,34; FC CARROCERIAS, 29.482.476/0001-98, R$27.100,00; FERRONATO ENGENHARIAE EMPREENDIMENTOS EIRELI, 16.908.314/0001-27, R$627.980,62; FORNAZARI E FURIATO LTDA, 26.067.407/0001-20, R$6.396,00; HEISS COMRCIO DE FERRO LTDA, 04.330.143/0001-12, R$454,70; INVIOLAVEL TOLEDO LTDA EPP, 03.582.298/0001-83, R$726,00; IPC IMPORTADOR DE PRODUTOS CASCAVEL, 07.951.737/0001-39, R$11.016,98; JF DISTRIBUIDORA LTDA, 44.053.753/0001-30, R$2.028,50; JOAO WILSON KAISER ME, 12.632.409/0001-00, R$642,00; LONDRIFORÇA FABRIA DE QUADROS E CAIXAS PADRAO, 47.335.010/0001-41, R$11.720,00; MAGNANTI E CIA LTDA, 17.946.370/0001-19, R$4.000,00; OESTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, 43.001.329/0001-80, R$31.620,00; POWER UNIFORMES, 10.235.206/0001-54, R$14.560,00; RM EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS, 22.037.085/0001-15, R$1.100,00; ROMERO E FERNANDES LTDA, 40.869.511/0001-69, R$19.722,71; SIMONICA MATTOS DE SOUZA, 50.180.619/0001-01, R$650,00; TORNEARIA E HIDRAULICOS SALVINI LTDA, 03.250.410/0001/89, R$2.466,50; TRANSPORTADORA PETRI LTDA, 75.584.656/0001-06, R$2.954,00; V ROMAN E CIA LTDA, 81.231.201/0001-00, R $2.500,00; VINICIUS GABRIEL HAITO FONSECA, 40.976.489/0001-56, R$430,00.
Total Classe IV: R$806.870,07. TOTAL GERAL:R$7.278.072,96. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, Cascavel, 7 de maio de 2025
-Assinatura Digital-
Nathan Kirchner Herbst
Juiz de Direito
4ª Vara Cível e Empresarial de Cascavel/PR

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

P O D E R J U D I C I Á R I O
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CASCAVEL - PR
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Av.Tancredo Neves, n° 2320 - Alto Alegre. Tel.: (45) 3392 5044/5043/ 5042, whatsapp: (45) 3392 5043, e-mail: cas-12vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO:
ALCEU FARIAS
O DOUTOR **GLAUCIO FRANCISCO MOURA CRUVINEL,** MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,
FAZ SABER a todos quantos este **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo, sito a Av. Tancredo Neves, 2320, Bairro Alto Alegre, os autos de **Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente -Pedido de Acolhimento 0009990-57.2025.8.16.0021** em que é requerente M.P., em favor do protegido L.F.P.F. e L.G.P.F. e requeridos A.F. e I.P.O. é expedido o presente para a **CITAÇÃO** da requerida **ALCEU FARIAS,** atualmente em lugar incerto, com prazo de vinte (20) dias, para querendo apresentar resposta no prazo de dez (10) dias, podendo solicitar assistência da Defensoria Pública. E para que chegue a seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar é expedido o presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico Tribunal de Justiça deste Estado e fixado em local próprio deste Juízo.
CUMPRA-SE. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, datado digitalmente. Eu, Tiago Gomes Ferreira, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.
Tiago Gomes Ferreira
Técnico Judiciário
Autorizado pelas Portarias 01/2019

CASTRO

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): JEFFERSON WISTON NASCIMENTO DA SILVA
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Viviane Cristina Dietrich, da Vara Criminal de Castro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0001973-97.2025.8.16.0064, em que é(são) autor(es) RITA APARECIDA DO NASCIMENTO, réu(s) JEFFERSON WISTON NASCIMENTO DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JEFFERSON WISTON NASCIMENTO DA SILVA, portador(a) do RG 142544644 SSP/PR e CPF 116.398.799-94, nascido(a) em 23/05/1998, natural de TELEMACO BORBA/PR, filho(a) de RITA APARECIDA DO NASCIMENTO e SEBASTIÃO DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: a) proibição de o noticiado se aproximar da ofendida, devendo manter uma distância de 200 metros da vítima (art. 22, inciso III, alínea "a"); b) proibição de o noticiado manter contato com a ofendida, por qualquer meio de comunicação (telefone, mensagem de SMS ou WhatsApp, email e outros), seja diretamente ou por intermédio de terceiros; e (art. 22, inciso III, alínea "b"); c) proibição de frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida, consistente em sua residência (art. 22, inciso III, alínea; e à sua **CITAÇÃO** para, querendo, apresentar contestação no **prazo de 5 (cinco) dias**, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Stephany Kawane Moreira Sviercoski, Estagiária, conferi e digitei.**Castro, 30 de abril de 2025.**
Viviane Cristina Dietrich
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Vara Plenário do Tribunal do Júri de Castro
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2025
O Doutor Viviane Cristina Dietrich, MM. Juiz de Direito da Vara Plenário do Tribunal do Júri de Castro ;
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das
formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, nesta data, para
servirem durante a 14/05/2025-14/05/2025, cujas sessões encontram-se programadas para os dias 14/05
/2025 09:00 , no auditório do Tribunal do Júri, sito à Rua Cel. Jorge Marcondes, S/n - Esq. C/ Raimundo
Feijó Gaião - Vila Rio Branco - Castro/PR - CEP: 84.172-020 - Fone: (42) 3309-3051 - E-mail: cast-2vjs@
tjpr.jus.br , os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para as mencionadas sessões, através
do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber: 1. ANA LUCIA
BARTH;2. SAMANTHA MARIA OSTHEIMER KUBES;3. JAQUELINE HEINEMANN;4. RENNO GABRIEL
DA SILVA;5. CAMILA APARECIDA DONATO;6. JESSICA HELEN SANTOS ALBERTY;7. DOUGLAS
WILLIAN DE SOUZA;8. RAFAEL APARECIDO POMPEU;9. TANIA APARECIDA RIBAS;10. GABRIELA
OLYMPIO AZOLINI;11. ROSILDA LOPES DE MOURA;12. LEONARDO APARECIDO MARRIQUI;13.
MURILO PEDROSO SANTOS;14. LIDIENIKE MARCONDES LEAL;15. INES TERESINHA SANCANDI
FISCHER;16. ALOISIO SILVA PITTHAN;17. VILTON IANKE;18. ROSILDA APARECIDA LIMA;19.
GISELE DO PRADO FARIA;20. TATIANE APARECIDA WICINHESKI MACHADO;21. JULIANO CESAR
SCHULZ VALENGA;22. ANDRE LUIZ RIBEIRO;23. ELISANGELA LOPES DA SILVA;24. JOÃO VITOR
BALENA;25. LUCIANA RODRIGUES DOS SANTOS; . Ainda, visando assegurar o comparecimento do
numero mínimo de Jurados, o MM. Juiz sorteou, como SUPLENTES, os Jurados: 1. ANDERSON BATISTA
GOMES;2. WASHINGTON ANDREOTTI DE SOUZA;3. ROSI APARECIDA FERREIRA LEAL;4. ELENIR
DE JESUS BARBOSA;5. SABRINA BOCHOSKI;6. ROSELIA VALENGA;7. GUERICK RICHARD
PEREIRA MEDEIROS DOS SANTOS;8. LUCAS TONI BARRETO;9. BRUNA ROLIM;10. CARLOS
ALEXANDRE MICHALSKI;11. ELIEZER LAURINDO SOUSA;12. ALEXANDRE DA LUZ LEMES DA
FONSECA;13. DAMIRES APARECIDA BONFIM MARQUES;14. MYLENA MOREIRA MACHADO;15.
TAMIRES CRISTINA ARAUJO CRUZ; . E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o
presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei.
Dado e passado nesta cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, aos 07 de
maio de 2025. Eu OTAVIO AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário, lavrei e
subscrevo.
Viviane Cristina Dietrich
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): JOYCI CAROLINE PEIXOTO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Marcio Carneiro de Mesquita Junior, da Vara Criminal de Castro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0002550-80.2022.8.16.0064, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOÃO CEZAR TOBIAS JUNIOR, e vítima JOYCI CAROLINE PEIXOTO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima JOYCI CAROLINE PEIXOTO, portador(a) do RG 134136979 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 30/04/1997, natural de ROSARIO DO IVAI, filho(a) de SOELI ANTUNES DA ROZA PEIXOTO e VILSON REZENDE PEIXOTO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, o réu JOÃO CÉZAR TOBIAS JÚNIOR pela prática do crime previsto do artigo 148, caput, do Código Penal c/c artigo 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal (Fato 01); e artigo 129, § 9°, do Código Penal (Fato 02), nos liames do artigo 5°, inciso III, da Lei n° 11.340/06, na forma do artigo 69 do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Stephany Kawane Moreira Sviercoski, Estagiária, conferi e digitei.**Castro, 30 de abril de 2025.**
Viviane Cristina Dietrich
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
AUTOS Nº 0000398-85.2013.8.16.0028
VALFRIDE ANTUNES DOS SANTOS
Tem o presente edital, em conformidade com a Lei nº 13.105 de 16.03.2015, cumulada com os artigos 247 e 248 do Código de Processo Civil de 2015, a finalidade de **INTIMAR VALFRIDE ANTUNES DOS SANTOS, inscrito(a) no CPF sob nº 722.666.359-72**, na qualidade de executado(a) nos autos de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, que tramita nesta Serventia sob nº 0000398-85.2013.8.16.0028, para que, no prazo legal de **05 (CINCO) DIAS**, comprove que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros, conforme artigo 854, § 3º, I e II do CPC/2015. Colombo, 7 de maio de 2025. Eu, João Pedro Ghignone Costa, Escrivão, que o fiz digitar e subscrevo.
JOÃO PEDRO GHIGNONE COSTA
Escrivão

EDITAL DE INTIMAÇÃO
AUTOS Nº 0003388-53.2024.8.16.0193
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS
(...)
III - Dispositivo:
Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do NCPC, JULGO PROCEDENTES o
pedido formulado na inicial, resolvendo o mérito e julgando extinta a demanda, para o fim de impor a
curatela de Desirre Doll dos Santos, e, por conseguinte, nomear como curadora a requerente Neide do
Rocio Doll, mediante compromisso, a qual deverá representar a requerida nos limites do artigo 85 da Lei
nº 13.146/2015, perdurando a curatela até o óbito do requerido.
Transitada em julgado esta sentença, expeça-se o respectivo termo de curatela.
Em obediência ao disposto no art. 775, §3º, do NCPC, inscreva-se a presente no Registro Civil
competente e publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na
plataforma de editais do CNJ, na imprensa local, 1 vez, e no órgão oficial, por 3 vezes, com intervalo de
10 (dez) dias.
Custas parte autora, observada a gratuidade de justiça deferida.
Quanto aos honorários do curador especial, os arbitro em R$ 300,00 (trezentos reais), conforme a tabela
de Advocacia Cível e Família da resolução nº 06/2024 - PGE/SEFA, item 2.8, devendo ser arcados pelo
Estado do Paraná, ante a ausência de Defensoria Pública neste Foro Regional. Ciência ao Ministério
Público.
Transitada em julgado e, em nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe,
observando-se as Portarias em vigor nesta Serventia, bem como o CN, no que couber.
Sentença publicada e registrada eletronicamente.
Intimem-se e, oportunamente, arquive-se.
Cumpram-se, no que for pertinente, as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral de
Justiça deste Tribunal.
Colombo, 13/02/2025.
JULIANA OLANDOSKI BARBOZA
Juíza de Direito Substituta

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Autos nº. 0001961-65.2023.8.16.0028E D I T A L D E C I T A Ç Ã O"PRAZO DE 15 DIAS".A DOUTORA FABIANA CHRISTINA FERRARI, JUÍZA DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DO FOROREGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DE LEI, ETC.FAZ SABER, a todos que este presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite perante este Juízo, comsede na Rua Francisco Camargo, 191, Centro, os autos supracitados, em que é réu ,ALEXANDRE DOS SANTOS SANTANAnatural de CURITIBA, Nome da Mãe: ROSILENE GONÇALVES DOS SANTOS Nome do Pai: ALBERTO SANTANA, portador do RGnº 126310803 SSP/PR, nascido em 17/12/1991, e, como consta dos referidos autos que o denunciado encontra-se em lugar incerto enão sabido, é expedido o presente, na forma do artigo 361 do Código Penal, para de CITAÇÃOALEXANDRE DOS SANTOS SANTANA , de que foi denunciado nos autos supracitados como incurso na sanção do artigo 217-A do CP,majoradoporser , genitordavítima(CP,art.226,inc.II),aplicando-seasdisposiçõesdoart.71doCódigoPenalem razãodos fato ocorridos no período compreendido entre os anos de 2021 e 2023, neste Município de Colombo/PR. do réu2. INTIMAÇÃOpara que, , na forma do artigo 406 do Código de Processo Penal, no prazo de 10 (dez) diascujo prazo será contado após o, nos moldes do artigo 396 do Código de Processo Penaltérmino do prazo deste edital, apresente RESPOSTA À ACUSAÇÃO(com a nova redação da Lei n 11.719/2008), devendo, para tanto, constituir procurador e, se o caso for de insuficiência de recursos,o atendimento será dado por um advogado nomeado pelo Juiz Criminal de Colombo. de que poderá arguir3. CIENTIFICÁ-LOpreliminares e alegar qualquer matéria e requerida a produção de qualquer prova pertinente à defesa, e no caso de mudança deendereço, deverá comunicar o novo endereço a este Juízo, sob pena de, nas fases subsequentes, o processo seguir à sua revelia,nos termos do Artigo 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possaalegar é expedido o presente , que será publicado no Diário da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo.EDITAL DE CITAÇÃOO original encontra-se assinado nos autos.CUMPRA-SE. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Colombo, 14 de abril de 2025. Eu, Marta Carolina de Melo Tschoeke, TécnicaJudiciária, digitei e conferi.
FABIANA CHRISTINA FERRARIJUÍZA DE DIREITO

CRUZEIRO DO OESTE

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE
VARA CÍVEL DE CRUZEIRO DO OESTE - PROJUDI
Avenida Brasil, 4156 - Praça Agenor Bortolon-Fórum - Centro - Cruzeiro do Oeste/PR - CEP: 87.400-000 - Fone: 44 2030-4178 - E-mail: CO-1VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 10 dias úteis
O Juiz de Direito FABRICIO EMANOEL RODRIGUES DE OLIVEIRA, da Vara Cível de Cruzeiro do Oeste, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Curadoria dos bens do ausente, sob nº 0002640-15.2023.8.16.0077, em que é autor JOZINEIDE OLIVEIRA DOS ANJOS, e réu(s) WAGNER FELIX BISERRA e VILMA BISERRA MACEDO, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA**, por sentença publicada em 17/02/2025, a qual substituiu a curatela em relação a **WAGNER FELIX BISERRA.** A referida sentença transferiu a curatela exercida por VILMA BISERRA MACEDO, nomeando ao interditado a curadora **JOZINEIDE OLIVEIRA DOS SANTOS**, portadora do RG 36.922.825-X e CPF 678.549.155-04, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela.Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para o fim de SUBSTITUIR a curatela em relação a WAGNER FELIX BISERRA, transferindo-a de

VILMA BISERRA MACEDO para JOZINEIDE OLIVEIRA DOS ANJOS, confirmando a tutela antecipada anteriormente concedida.".
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Eu, Beatriz Fernanda Morri, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Cruzeiro do Oeste, 07 de maio de 2025.**
CLAUDIO CESAR SAFRAIDER
Escrivão Judicial
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE
VARA CÍVEL DE CRUZEIRO DO OESTE - PROJUDI
Avenida Brasil, 4156 - Praça Agenor Bortolon-Fórum - Centro - Cruzeiro do Oeste/PR - CEP: 87.400-000 - Fone: 44 2030-4178 - E-mail: CO-1VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 10 dias úteis
O Juiz de Direito FABRICIO EMANOEL RODRIGUES DE OLIVEIRA, da Vara Cível de Cruzeiro do Oeste, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Pessoa Idosa, sob nº 0002581-90.2024.8.16.0077, em que é autor 2ª Promotoria de Justiça de Cruzeiro do Oeste, e réu ELZA DE SOUZA ALMEIDA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de ELZA DE SOUZA ALMEIDA**, por sentença publicada em 23/01/2025, a qual reconheceu que a interditada *não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão do* comprometimento das faculdades cognitivas como consequência das patologias que a acometem, como doença de Alzheimer, diabete mellitus, doença vascular, incontinência urinária, hipercolesterolemia, crise convulsiva esporádica e hipertensão arterial sistêmica, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada a realização de todos os atos patrimoniais e negociais, não podendo emprestar, alienar, hipotecar, além das demais hipóteses previstas em lei. A referida sentença ainda nomeou à interditada a curadora **MARIA APARECIDA GUERRA, portador(a) do RG 3.165.866-7 e CPF 537.512.809-87**, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger a interdita conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: *"Por todo o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, DECRETANDO a interdição da requerida ELZA DE SOUZA ALMEIDA, SUBMETENDO-A à curatela, que será exercida por sua irmã, MARIA APARECIDA GUERRA, à realização de todos os atos patrimoniais e negociais, não podendo emprestar, alienar, hipotecar, além das demais hipóteses previstas em lei.".*
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Eu, Beatriz Fernanda Morri, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Cruzeiro do Oeste, 07 de maio de 2025.
CLAUDIO CESAR SAFRAIDER
Escrivão Judicial
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FAXINAL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FAXINAL
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE FAXINAL - PROJUDI
Avenida Brasil, 1080 - Centro - Faxinal/PR - CEP: 86.840-000

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A)(S) DEVEDOR(A)(ES): VIVIANE DE SOUZA NICOLAU - (CNPF/MF sob o nº 078.322.569-58).
FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.
O **PRIMEIRO LEILÃO** será **encerrado no dia 27 de MAIO de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia 27 de MAIO de 2025, a partir das 14h00min**, não podendo ser por preço vil (inferior a 60% (cinquenta por cento), conforme artigo 891, parágrafo único do Código de Processo Civil/2015).
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº **0002087-92.2019.8.16.0081** de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**, em que é exequente **ROSILENE DE SOUZA GONÇALVES 02795016923** - (CNPJ/MF sob nº 18.309.786/0001-99) e executado **VIVIANE DE SOUZA NICOLAU** - (CNPF/MF sob o nº 078.322.569-58).
BEM(NS): "01 (um) VEÍCULO marca HONDA, modelo BIZ 125 ES, COR PRETA, ANO/MODELO 2007/2008, placa **APS-3D64**, que se encontrava na posse de VIVIANE DE SOUZA NICOLAU. O veículo se encontra, de maneira geral, em médio estado de conservação e em funcionamento, com 366.928 quilômetros rodados, bancos em bom estado de conservação, painel mostrador com riscos, paralamas e faróis dianteiros com pequenos riscos, para-lamas e faróis traseiros sem avarias, carenagem, em geral, com pequenos riscos, retrovisores e guidom íntegros, pneus dianteiros em médio estado de conservação, pneu traseiro e bom estado de conservação." Tudo conforme Auto de Penhora e Avaliação de evento 108.1.
ÔNUS: Restrição de transferência e penhora Renajud referente aos presentes autos; conforme consulta de evento 130.1. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega. (*Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN).*
DATA DA PENHORA: 03 de setembro de 2024, conforme Auto de Penhora e Avaliação do evento 108.1
AVALIAÇÃO: R$ 6.054,00 (seis mil cinquenta e quatro reais), conforme Auto de Penhora e Avaliação do evento 108.1, realizado em data de 03 de setembro de 2024.
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Código de Processo Civil/2015, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.
Artigo 895 do Código de Processo Civil/2015: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC/2015).O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Código de Processo Civil/2015, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado Sr. VIVIANE DE SOUZA NICOLAU, podendo ser encontrado na Rua Guanabara, 337 - Jardim Bela Vista - Borrazópolis/PR, como fiel depositário, até ulterior deliberação.
LEILOEIROS: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L
COMISSÃO DO LEILOEIRO: Arbitro a comissão do leiloeiro em 5% (cinco por cento).
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica a devedora, qual seja: VIVIANE DE SOUZA NICOLAU - (CNPF/MF sob o nº 078.322.569-58), através do presente, devidamente INTIMADA, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), coproprietário(s), proprietário(s) do(s) Imóvel(is); cônjuge, na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Faxinal, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco. (07/05/2025). Eu,_____,/// Jorge Vitorio Espolador// Leiloeiro Público, Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi.
ANA MARIA ORTEGA MACEDO
Juíza de Direito

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS PROCESSO PROJUDI Nº 0007414- 98.2024.8.16.0030, de USUCAPIÃO - AUTOR: JOEL VIEIRA DOS SANTOS e RÉU: JORGE LUIZ PISCATHY DE ARAUJO. OBJETIVO: CITAÇÃO da Ré JORGE LUIZ PISCATHY DE ARAUJO, inscrito no CPF sob o nº 175.875.229-72, para no prazo de 15 (quinze) dias, contestar à presente ação, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo(s) autor(es), (NCPC, arts. 238, 335 e 344). Nesta oportunidade, a parte ré deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide, sendo que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. Quando da apresentação de eventual contestação, a parte ré deverá trazer aos autos os registros pertinentes que possua relativo ao objeto do presente litígio, sob pena de preclusão, tudo conforme petição inicial e r. despacho proferido, cuja fotocópia segue anexa e deste ficam fazendo parte integrante. PETIÇÃO INICIAL (mov. 1.1) "Joel Vieira dos Santos ajuizou Ação de Usucapião em face de Jorge Luiz Piscathy de Araújo, buscando o reconhecimento da prescrição aquisitiva de uma fração de 265,21 m² do lote de terras nº 01 da quadra 07, do loteamento denominado JARDIM TROPICAL, em Foz do Iguaçu /PR, registrado na matrícula 45.896 do 2º CRI. O autor alega posse mansa, pacífica e ininterrupta do imóvel, com animus domini, desde antes de 1993, totalizando mais de 35 anos de ocupação. Requer a concessão da gratuidade de justiça e a procedência da ação, para que seja declarada a propriedade do imóvel em seu favor. Os confrontantes do imóvel são:A Leste: Lote nº 02, confinante Elenici Bastos, residente na Rua Pau-brasil, 50, Jardim Tropical, Foz do Iguaçu/PR. Sul: Rio dos Porcos.Norte: Rua 03 (Pau-Brasil). O edital tem a finalidade de dar ciência a terceiros interessados e incertos sobre a presente ação, para que, querendo, manifestem-se no prazo legal." DECISÃO INICIAL (mov. 14.1): "Vistos e etc. 1. Defiro AJG. Anote-se. 1.1. Com a finalidade de resguardar os interesses da parte autora e advertir eventuais terceiros de boa-fé, promova-se a averbação da presente demanda junto ao registro geral da matrícula do imóvel. 2. Cite-se a parte ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, advertido de que a falta de contestação implicará na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor (CPC, arts. 238, 335 e 344). Nesta oportunidade, a parte ré deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide, sendo que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido, ciente de que quando da apresentação de eventual contestação, deverá trazer aos autos os registros pertinentes que possua, relativo ao objeto do presente litígio, sob pena de preclusão. 2.1. Apresentada a contestação, caso haja alegação de preliminar (CPC, art. 337), oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito (CPC, art. 350) ou juntada de documentos (exceto a procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (dez) dias, oportunidade em que deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. 2.2. Destaco que, diante da improbabilidade de conciliação, conforme demonstra a praxe forense, a dispensa da audiência inaugural visa conferir celeridade ao feito, não ficando o andamento processual sujeito a existência de data disponível para a realização de audiência, podendo, desde logo, serem realizados os atos que dispensam a oralidade. 2.3. Para o caso de manifestação expressa das partes na composição, determino que os autos voltem conclusos para designação de audiência para tal fim, podendo estas, no entanto, desde já juntar aos autos a composição. 2.4. Não sendo necessária a impugnação ou, caso seja necessária, já tenha ela sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem. 3. Citem-se pessoalmente os confinantes e por edital os terceiros incertos e desconhecidos eventualmente interessados. 4. Intimem-se as Fazendas Públicas da União, do Estado do Paraná e do Município de Foz do Iguaçu/PR, bem como o Incra, para, querendo, se manifestarem nos autos. 5. Abra-se vista ao Ministério Público. Intimem-se. Foz do Iguaçu, 16 de abril de 2024. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito.". DECISÃO (mov. 138.1): "1. Determino a citação por edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, com prazo de 20 (vinte) dias, mais o prazo para resposta. 1.1. Segundo orientação da Egrégia Corregedoria-Geral do TJPR, haja vista a inexistência de sistema eletrônico padronizado para a publicação de editais, pressupõe-se válida e suficiente a publicação via Diário Oficial. 1.2. No entanto, entende-se pertinente aplicar o parágrafo único do artigo 257 do CPC, haja vista o maior alcance do meio de comunicação, para o fim de determinar publicação única em jornal local, dentro do prazo acima estipulado, o que deve ser comprovado nos autos pela parte autora/exequente, salvo se beneficiária da gratuidade da Justiça (art. 98, §1º, III, CPC). 1.3. Após a expedição do edital, nos termos do inciso II, do artigo 257, do CPC, deverá ser certificado nos autos a publicação do edital no Diário Oficial e, oportunamente, o decurso do prazo para apresentação de resposta. 1.4. A Escrivania deverá observar o disposto no art. 11º da Portaria nº 03 /2022 deste Juízo Intimem-se. Foz do Iguaçu, 31 de março de 2025. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito". FOZ DO IGUAÇU, em 06 de maio de 2025. Eu, _____, Mauro Célio Safraider, Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 -
Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: FI-9VJ-E@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS
Prazo: 30 dias
A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.
FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE INVENTARIO E PARTILHA**, autuado sob nº **0009843-09.2022.8.16.0030**, promovidos por **DUSILDE APARECIDA POLICENA, ORILDES DE FATIMA POLICENA, DORILDE POLICENA, ADEMAR PEREIRA POLICENA, HENRIQUE PEREIRA POLICENA, JOÃO ADEMIR POLICENA, FERNANDA CAROLINE POLICENA e DAVI FERNANDO POLICENA** em face do espólio de **FRANCISCO POLICENA e TEREZA PEREIRA POLICENA**, conforme despacho do evento n.12.1 e 55.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-os de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de dezembro de 2024.
(documento assinado digitalmente)
Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".

Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: Fl-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE INVENTARIO E PARTILHA**, autuado sob nº **0037032-98.2018.8.16.0030**, promovidos por **ADALBERTO FUSIEGER LEMES, GISLAINE FUSIEGER LEMES, LUCIENE LEMES ALVES, MARIA JACIRA PEREIRA, PEDRONILA FUSIEGER e SOLANGE LEMES DE VALDES,** em face do espólio de **ARY DA SILVA LEMES e OLGA FUSIEGER LEMES**, conforme despacho do evento n. 101.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 2025.

(documento assinado digitalmente)

Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".

Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: Fl-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL**, autuado sob nº **0006865-59.2022.8.16.0030**, promovidos por **RENY GELLER MAFFESSONI, FABIO MARCELO MAFESSONI, LUIZ FERNANDO MAFESSONI e ALCIDES ELO GELLES, e terceiro AUDIVIDA APARELHOS AYDITIVOS LTDA,** em face do espólio de **MARIO PLÍNIO GELLER**, conforme despacho do evento n. XX, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2025.

(documento assinado digitalmente)

Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".

Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: Fl-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE SOBREPARTILHA**, autuado sob nº **0030647-37.2018.8.16.0030**, promovidos por **APARECIDA DA PAIXÃO BEZ FONTANA, NILTON CÉZAR FONTANA, CELSO BEZ FONTANA e JHONATHAN BEZ FONTANA,** em face do espólio de **ANTONINHO CALEGARI BEZ FONTANA**, conforme despacho do evento n. 208.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 08 dias do mês de janeiro de 2025.

(documento assinado digitalmente)

Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".

Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: Fl-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE ARROLAMENTO SUMÁRIO,** autuado sob nº **0031736-85.2024.8.16.0030**, promovidos por **ANDRÉ LUIZ TRINDADE, ANDRÉIA ELOIZE TRINDADE, ELIZANE APARECIDA DE ARAUJO e ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA GUIMARÃES,** em face do espólio de **GEORGINA TRINDADE**, conforme despacho do evento n. 28.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2025.

(documento assinado digitalmente)

Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: FI-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE ALVARÁ,** autuado sob nº **0009666-74.2024.8.16.0030**, promovidos por **TATIANA FERNANDA LAUTERIO, DILMA TEREZINHA LAUTERIO, ROMÃO DIEGO LAUTERIO e TALITA FRANCIELLI DA SILVA,** em face do espólio de **ROMÃO LAUTERIO**, conforme despacho do evento n. 38.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2025.

(documento assinado digitalmente)

Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: FI-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE INVENTARIO E PARTILHA**, autuado sob nº **0032484-54.2023.8.16.0030**, promovidos por **THIAGO VENIALGO TAVARES,** em face do espólio de **NATALY JACOB TAVARES**, conforme despacho do evento n. 46.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 8 dias do mês de abril de 2025.

(documento assinado digitalmente)

Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: FI-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL**, autuado sob nº **0036362-50.2024.8.16.0030**, promovidos por **M.G.P. e G.G.P, representados por P.S.G.G,** em face do espólio de **LUCAS EDUARDO PADILHA**, conforme despacho do evento n. 17.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de dezembro de 2024.

(documento assinado digitalmente)

Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: FI-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE INVENTARIO E PARTILHA**, autuado sob nº **0026900-69.2024.8.16.0030**, promovidos por **IVONE ILARA DE GÓIS CARDOSO, ALINE DE GOIS CARDOSO, ELIANE DE GOIS CARDOSO, ELIZETE GOIS CARDOSO, LETICIA DE GOIS CARDOSO, e RENATO JOSÉ DE GOIS CARDOSO,** em face do espólio de **JOSÉ EDEVALDE DA ROSA CARDOSO**, conforme despacho do evento n. 30.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c

259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro de 2024.
(documento assinado digitalmente)
Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: FI-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

O Doutor **ROGERIO DE VIDAL CUNHA**, Juiz de Direito Substituto da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.
FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE INVENTARIO E PARTILHA**, autuado sob nº **0013735-86.2023.8.16.0030**, promovidos por **ALINE MENDES ACOSTA, A.M.A. representado por ROSINEIDE MENDES FERREIRA, e são herdeiros ADELAIDE ACOSTA FERREIRA, ANA JOSEFA SOTELO ACOSTA, ANTONIO ACOSTA, ISIDORA SOTELO ACOSTA MACHADO, IVO ACOSTA, MARIA ANGELA SOTELO ACOSTA PINNO, PRUDENCIO CECILIO SOTELO ACOSTA e ROSA ACOSTA BET,** em face do espólio de **VICTORINA SOTELO**, conforme despacho do evento n. 13.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-os de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de agosto de 2024.
(documento assinado digitalmente)
Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: FI-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.
FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE INVENTARIO E PARTILHA**, autuado sob nº **0016129-32.2024.8.16.0030**, promovidos por **MARIA DE SOUZA ROSA, MARCIA DE SOUZA ROSA RECALDE, JOSÉ ALBERTO RECALDE, SANDRA APARECIDA SOUZA ROSA, DEVANIR FAGUNDES DA SILVA, SANDRO DE SOUZA ROSA, A.G.L.R, representado por M.H.L.R.,** em face do espólio de **VALTER APARECIDO ROSA**, conforme despacho do evento n. 24.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de dezembro de 2024.
(documento assinado digitalmente)
Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: FI-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.
FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE INVENTARIO E PARTILHA**, autuado sob nº **0018628-04.2015.8.16.0030**, promovidos por **RAPHAEL MIRANDA MEDEIROS CRUZ, e são herdeiros HELENA DE FATIMA MIRANDA MEDEIROS CRUZ, LORENA MIRANDA MEDEIROS CRUZ e MARIANA SZADKOSKI,** em face do espólio de **ANTONIO JOSÉ DE MEDEIROS CRUZ**, conforme despacho do evento n. 245.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de dezembro de 2024.
(documento assinado digitalmente)
Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 3° Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-756 - Fone: (45) 3308-8198 - E-mail: FI-9VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS

Prazo: 30 dias

A Doutora **SANDRA TAMARA GAYER MARTINI**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma lei, etc.
FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a **AÇÃO DE SOBREPARTILHA**, autuado sob nº **0027395-21.2021.8.16.0030**, promovidos por **LUAN MATEUS PARIS RAMÃO, LUCAS IGOR PARIS RAMÃO e NATALINO RAMÃO,** em face do espólio de **ROSELEI TEREZINHA PARIS**, conforme despacho do evento n. 146.1, possuindo a presente finalidade de **CITAR os RÉUS AUSENTES, INCERTOS**

DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. **FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS**, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias **SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES**, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o (as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 6 dias do mês de março de 2025.
(documento assinado digitalmente)
Giseli Maria Pereira Kosciuk
Escrivã
Subscrição Autorizada
Portaria nº **02/98**
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia. Certifico ainda que, deixei de cumprir o disposto no art. 257 do CPC (publicação na plataforma de editais), considerando que tal plataforma não foi criada pelo órgão, conforme informação do Chefe da Divisão de Sistemas da Corregedoria do CNJ.

4ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS, INTERESSADOS, AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS - PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.- A EXCELENTÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, ETC... F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e cartório se processam aos termos dos autos de 49 - Usucapião 100000017575709. nº 0026254-59.2024.8.16.0030, em que é Requerente ANA CLAUDIA RABELO, e Requerido LUCILENE INACIO DE SANTANA, IVANI INACIO DA SILVA, FRANCIELLE INÁCIO DA SILVA DE SOUZA, Luzia Aparecida da Silva, Maria de Fatima da Silva, SILVIO MANOEL DA SILVA, IRINEU INACIO DA SILVA, ROMILDA SEVERINA INÁCIO DA SILVA, LUCIENE INÁCIO DOS SANTOS, IVO MANOEL DA SILVA, SELMA MARIA DA SILVA FERREIRA, cujo teor da inicial segue resumida: "DOS FATOS II - DO IMÓVEL O objeto desta ação é 100% do Lote nº 246 da quadra nº 12, do setor nº 59, quadrante nº 06, quadrícula nº 06 do loteamento denominado Parque Residencial Morumbi III - PARTE, com área de 425,00 m² devidamente registrado na matrícula nº 147 do 2º Oficio de Registro de Imóveis da comarca de Foz do Iguaçu-PR. III - DA POSSE MANSA E PACÍFICA DO IMÓVEL O imóvel, apesar de formalmente pertencer a SEVERINA MARIA DA SILVA desde 04 de outubro de 1989, conforme registro em anexo, está sob a posse mansa e pacífica da Autora ANA CLÁUDIA RABELO. Conforme contratos juntados neste feito, a Requerida vendeu o imóvel a João Mota Cardoso Filho, no ano de 1997, tendo este vendido o imóvel a Alberto Rabelo genitor da Autora, em 28 de novembro de 2007 (há 17 anos). A autora adquiriu o imóvel de seu genitor em 06 de setembro de 2017 e desde então reside no local, onde foi construída uma segunda edificação que é a sua atual residência. Portanto o imóvel em questão já se encontra sob a posse da Família Rabelo há cerca de 17 anos, conforme contrato de cessão de direitos e contrato de compra e venda em anexo. POSSE MANSA E PACÍFICA: A posse é exercida pelo requerente sem qualquer oposição conforme pode se verificar pela documentação em anexo. PERÍODO - a) a família da requerente exerce posse há 17 anos, conforme documentos em anexo ; BOA FÉ: A boa fé dos requerentes é demonstrada pelo exercício da posse em função de ter adquirido o imóvel do pai da requerente ter adquirido o imóvel de terceiro possuidor, que já tinha posse do imóvel, ou seja, ocupou o imóvel confiando não existir nenhum impedimento; ÂNIMO DE DONO: A requerente concebeu por todo o período a função de dona, o que se demonstra com o pagamento de taxas, e realização de benfeitorias existentes. Assim, considerando a demonstração dos requisitos acima, posse mansa e pacífica por mais de 17 anos, tem-se por legitima ação de Usucapião. DOS PEDIDOS a) Requer ainda a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, tendo em vista que a requerente e requerido não possui recursos de arcar com as despesas processuais sem prejuízo próprio e de sua família nos termos do artigo 98 e seguintes do NCPC, conforme carteira de trabalho das partes em anexo. b) Requer seja citada a requerida, para querendo responder a presente ação. c) Requer a citação dos confrontantes vizinhos, conforme qualificação em anexo, nos termos do AR. 246 §3º do CPC/2015. d) A intimação, por via postal, dos representantes da Fazenda Pública da União, Estado do Paraná e Município de Foz do Iguaçu-PR, para se manifestem sobre eventual interesses na presente causa. e) A intimação do Representante do Ministério Público para, querendo, intervir no presente feito, nos termos do § 1º do Artigo 12 da Lei nº 10.257/2001 e Artigo 178 Inciso I do CPC/2015. f) A publicação de edital, nos termos do Artigo 259, Inciso I do CPC/2015. g) A Produção de todas as provas em direito admitido, em especial a testemunhal e documental, que desde já arrola e junta em anexo. h) A procedência do pedido, para fins de declarar a propriedade do imóvel supracitado em prol da Requerente. i) A condenação da requerida ao pagamento de custas processuais e honorários sucumbenciais a parte requerente. j)Desde já demonstra interesse na audiência de conciliação, nos termos do Artigo 319 incisos VII do CPC /2015." É o presente edital, para CITAÇÃO TERCEIROS, INTERESSADOS, AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para todos os termos do processo, bem como para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (art. 335 e 344 do CPC), "Se o réu não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor." E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não aleguem ignorância ou desconhecimento, mandou expedir o presente edital que será fixado no local de costume e publicado na forma da lei.-DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos Foz do Iguaçu, 05 de maio de 2025.. . - Eu,(Thiago Chinarelli Miras), Aux. Juramentado, subscrevi. TRICIA CRISTINA SANTOS TROIAN JUÍZA DE DIREITO (Assinado Digitalmente)

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br
Edital de Intimação
Prazo: 20 (vinte) dias
Execução Penal n.º 4000676-26.2024.8.16.0030
Condendado(a): **MARCELO CACHOEIRA**
RG n.° 82906274 SSP/PR
;
Nascido em 26/01/1979
;
Natural de FLORESTOPOLIS/PR
;
Filho de Nome da Mãe: CLEUZA FERREIRA DA SILVA CACHOEIRA
Nome do Pai: GERALDO CACHOEIRA
;
Atualmente em local desconhecido.Finalidade: a intimação do(a) condenado(a) acima qualificado da audiência admonitória designada para o dia **DATA / HORÁRIO / LOCAL DA AUDIÊNCIA: 04 de agosto de 2025 às 13:30 horas**
O Dr. **Ariel Nicolai Cesa Dias**, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Foz do Iguaçu, PR, etc.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar e intimar pessoalmente a parte condenada nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente chama-a comparecer à audiência admonitória designada a ser realizada no dia e horário acima mencionados, na sala de audiência deste Juízo, cujo endereço encontra-se no cabeçalho do presente expediente.
A ausência injustificada do sentenciado na Secretaria deste Juízo para advertência das condições impostas poderá ensejar a suspensão do regime aberto e a expedição de mandado de prisão em seu desfavor.
E, para que chegue ao conhecimento da mesma e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado, e que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita de forma eletrônica através do sistema SEEU, cujo endereço na web é https://seeu.pje.jus.br/seeu/
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu/PR, aos 16 de agosto de 2023.
(assinado digitalmente)
ADHAM MOHAMED EL MOKHTAR IBRAHIM
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: QUINZE (15) DIAS

Autos nº. 0013201-74.2025.8.16.0030 Requerente: R. A. L. C.

Requerido: JOSE RAMON GUACHE TOVAR, portador(a) do RG , filho(a) de CARMEN JOSEFINA TOVAR, nascido(a) em 30/11/2000, natural de NÃO ENCONTRADO, atualmente em local desconhecido.

Finalidade: Intimação acerca da aplicação, de imediato, de medidas protetivas de urgência.

O Dr. Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, PR, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a parte requerida nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente chama-a para tomar ciência de que, com base nos arts. 22 e 23 da Lei nº 11.340/06, aplica-se em desfavor do/a(s) representado /a(s), de imediato, as seguintes medidas protetivas de urgência: **1- proibição de se aproximar da(s) vítima(s), bem como da residência onde ela(s) está(ão) morando, sendo que fixo em 150 (cento e cinquenta) metros o limite máximo de aproximação; 2- proibição de manter contato com a(s) vítima(s) por qualquer meio de comunicação (carta, telefone, etc); 3- proibição de se aproximar da(s) vítima(s) no local de trabalho, sendo que fixo em 05 (cinco) metros o limite máximo de aproximação especificamente no que tange o local de trabalho dos envolvidos. 4- disponibilização à(s) vítima(s) do "dispositivo do pânico (eletrônico)".**

Ainda, com base no art. 22, §4º, da Lei nº 11.340/06 c/c arts. 497 e 537 do NCPC, fixou-se multa (astreintes) de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para o caso de descumprimento da presente ordem, incidente a cada episódio de descumprimento, sem prejuízo da respectiva responsabilidade penal, cabendo desde já esclarecer que a execução da referida multa é de competência do juízo cível (art. 18, §1º, da Resolução nº 93/2013 do C. OE/TJPR). Deve ficar o requerido ainda advertido que o descumprimento da presente ordem caracteriza crime (art. 24-A da Lei nº 11.340/06) punido com penas de reclusão de 02 a 05 anos e multa (criminal) e poderá resultar no decreto de sua(s) prisão(ões) preventiva(s) (art. 20 da Lei nº 11.340/06), além de acarretar a incidência da multa fixada (astreintes).

Fica fixado, ainda, o prazo de validade da(s) medida(s) aplicada(s) em 06 (seis) meses, contados a partir da intimação do/a(s) representado/a(s), resguardado o direito da(s) vítima(s) de postular(em) a prorrogação do prazo fixado mediante pedido fundamentado. Se instaurado inquérito policial relacionado aos fatos e/ou a eventual(is) crime(s) de descumprimento da(s) medida(s), observados os princípios da máxima proteção e eficiência, o prazo de validade acima fixado, salvo em relação ao "dispositivo do pânico", fica automaticamente prorrogado até 06 (seis) meses após o arquivamento do(s) inquérito(s) ou o término da(s) respectiva(s) ação(ões) penal (is), salvo deliberação judicial expressa em sentido diverso.

O procedimento simplificado previsto nos arts. 12, III e 18 da Lei nº 11.340/06 não prevê a possibilidade de apresentação de resposta, estando a competência deste juízo criminal limitada no presente procedimento à aplicação e eventual revisão das medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/06. Diante da omissão legislativa e em atenção ao disposto no art. 5º, LV, da CF fixo em 05 (cinco) dias o prazo para eventual pedido de revisão da presente decisão pelo/a(s) representado/a(s), sendo indispensável a representação por advogado.

Registro que, ressalvada a possibilidade de interposição de recurso contra a presente decisão, sendo a competência deste juízo criminal limitada à aplicação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/06, eventuais discussões relativas às questões cíveis e/ou de família devem ser travadas através das vias próprias, perante o juízo competente (art. 18, §1º, da Resolução nº 93/2013 do C. OE/TJPR). Destaco, outrossim, que as medidas protetivas ora aplicadas são restritas à(s) vítima(s) e eventuais familiares expressamente indicados nesta decisão, pelo que na hipótese de haver filho/a(s) em comum não são óbice ao exercício dos direitos de guarda e de visitas dos envolvidos, ao quais cabe harmonizar tais direitos através das vias próprias, observado que as medidas protetivas aplicadas não alcançam eventual prole em comum.

E, para que chegue ao conhecimento da parte e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume, bem como publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos 05 de maio de 2025.

Foz do Iguaçu, 05 de maio de 2025.

Adham Mohamed El Mokhtar Ibrahim

Técnico Judiciário

OBSERVAÇÃO: O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: SESSENTA (60) DIAS

Autos nº. 0025854-79.2023.8.16.0030 Autor: Ministério Público do Paraná

Réu: FRANCISCO CARLOS DO NASCIMENTO, portador(a) do RG 158986647 SSP/PR, filho(a) de FRANCISCA ADÉLIA DA CONCEIÇÃO FILHA *(Nome Mãe)*, nascido(a) em 02/12/1981, natural de SALGUEIRO/PE, atualmente em local desconhecido.

Finalidade: Intimação da sentença proferida nos autos supra Data da sentença: 20/03/2025

Dispositivo: "*Em face do exposto, julgo procedente(s) o(s) pedido(s) formulado(s) na(s) denúncia(s) em desfavor do/a(s) acusado/a(s) FRANCISCO CARLOS DO NASCIMENTO, já qualificado /a(s), e; a) o/a(s) CONDENO às penas do(s) art(s). 150 do CP c/c 61, II, "f", do CP (1º fato) e; b) o/a CONDENO a pagar a título de indenização mínima por danos morais para a vítima Sonia Machado o valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a título de indenização mínima por danos morais, corrigido monetariamente pelo INPC-IBGE e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês (art. 406 do CC c/c art. 161, §1º, do CTN), incidentes a partir da presente data. Em em relação ao crime de lesões corporal narrado no 2º fato da denúncia (evento 224.1, fl. 11) o processo deve permanecer suspenso em secretaria nos termos da decisão do evento 190.1.*"

Pena imposta: 01 (um) mês e 05 (cinco) dias de detenção Regime Inicial: Aberto Pena Substituída: Não

O Dr. Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, PR, etc.

FAZ SABER,a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a parte ré nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-a do inteiro teor da sentença proferida nos autos supra, que julgou procedente a denúncia oferecida, condenando-a nos termos acima.

Fica ainda ciente o acusado de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer da decisão.

E, para que chegue ao conhecimento da parte e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume, bem como publicado no Diário da Justiça.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos 29 de abril de 2025.

Adham Mohamed El Mokhtar Ibrahim

Técnico Judiciário

OBSERVAÇÃO: O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: QUINZE (15) DIAS

Autos nº. 0012664-78.2025.8.16.0030 Requerente: A. C. B.

Requerido: ALI SALLOUM, portador(a) do RG RNEV607614 SSP/PR, filho(a) de MAHA SALLOUM *(Nome Mãe)* e ABDALLAH SALLOUM *(Nome Pai)*, nascido(a) em 11/12/1983, natural de LIBANO, atualmente em local desconhecido.

Finalidade: Intimação acerca da aplicação, de imediato, de medidas protetivas de urgência.

O Dr. Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, PR, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a parte requerida nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente chama-a para tomar ciência de que, com base nos arts. 22 e 23 da Lei nº 11.340/06, aplicou-se em seu desfavor, de imediato, as seguintes medidas protetivas de urgência: **1- afastamento do lar, assegurando-lhe(s) o direito de retirar seus pertences pessoais; 2- proibição de se aproximar da(s) vítima(s), bem como da residência onde ela (s) está(ão) morando, sendo que fixo em 200 (duzentos) metros o limite máximo de aproximação; 3- proibição de manter contato com a(s) vítima(s) por qualquer meio de comunicação (carta, telefone, etc); 4- proibição de frequentar eventual local de trabalho/estudo da(s) vítima(s), observada a mesma distância referida no item 2, supra; 5- recondução da(s) vítima(s) e eventual(is) dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do representado;**

Ainda, com base no art. 22, §4º, da Lei nº 11.340/06 c/c arts. 497 e 537 do NCPC, fixo multa (astreintes) de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)para o caso de descumprimento da presente ordem, incidente a cada episódio de descumprimento, sem prejuízo da respectiva responsabilidade penal, cabendo desde já esclarecer que a execução da referida multa é de competência do juízo cível (art. 18, §1º, da Resolução nº 93/2013 do C. OE/TJPR). O descumprimento da presente ordem caracteriza crime (art. 24-A da Lei nº 11.340/06) punido com penas de reclusão de 02 a 05 anos e multa (criminal) e poderá resultar no decreto de sua(s) prisão(ões) preventiva(s) (art. 20 da Lei nº 11.340/06), além de acarretar a incidência da multa fixada (astreintes).

Fixo o prazo de validade da(s) medida(s) aplicada(s) em 06 (seis) meses,contados a partir da intimação do/a(s) representado/a(s), resguardado o direito da(s) vítima(s) de postular(em) a prorrogação do prazo fixado mediante pedido fundamentado. Se instaurado inquérito policial relacionado aos fatos e/ou a eventual(is) crime(s) de descumprimento da(s) medida(s), observados os princípios da máxima proteção e eficiência, o prazo de validade acima fixado fica automaticamente prorrogado até 06 (seis) meses após o arquivamento do inquérito ou o término da respectiva ação penal, salvo deliberação judicial expressa em sentido diverso.

Outrossim, autorizo o representado a retirar os seus pertences de uso pessoal do lar comum quando do cumprimento do mandado de afastamento do lar, devendo informar seu novo endereço no ato da intimação diretamente ao/à Oficial/a de Justiça ou, caso ainda não saiba, deverá informá-lo à secretaria deste juízo no prazo de 05 (cinco) dias, comunicando em igual prazo qualquer alteração.
O procedimento simplificado previsto nos arts. 12, III e 18 da Lei nº 11.340/06 não prevê a possibilidade de apresentação de resposta, estando a competência deste juízo criminal limitada no presente procedimento à aplicação e eventual revisão das medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/06. Diante da omissão legislativa e em atenção ao disposto no art. 5º, LV, da CF fixo em 05 (cinco) dias o prazo para eventual pedido de revisão da presente decisão pelo/a(s) representado/a(s), sendo indispensável a representação por advogado.
Registro que, ressalvada a possibilidade de interposição de recurso contra a presente decisão, sendo a competência deste juízo criminal limitada à aplicação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/06, eventuais discussões relativas às questões cíveis e/ou de família devem ser travadas através das vias próprias, perante o juízo competente (art. 18, §1º, da Resolução nº 93/2013 do C. OE/TJPR). Destaco, outrossim, que as medidas protetivas ora aplicadas são restritas à(s) vítima(s) e eventuais familiares expressamente indicados nesta decisão, pelo que na hipótese de haver filho/a(s) em comum não são óbice ao exercício dos direitos de guarda e de visitas dos envolvidos, ao quais cabe harmonizar tais direitos através das vias próprias, observado que as medidas protetivas aplicadas não alcançam eventual prole em comum.
E, para que chegue ao conhecimento da parte e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume, bem como publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos 30 de abril de 2025.
Foz do Iguaçu, 30 de abril de 2025.
Adham Mohamed El Mokhtar Ibrahim
Técnico Judiciário
OBSERVAÇÃO: O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/

FRANCISCO BELTRÃO

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 180 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Antônio Evangelista de Souza Netto, da 2ª Vara Cível de Francisco Beltrão, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Tutela de Urgência, sob nº 0008023-19.2024.8.16.0083, em que Eliane Burile, move em face Ivando Burile, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **declarada a incapacidade relativa de Ivando Burile,** portador(a) do RG: 8.831.134-5 e inscrito no CPF 043.779.059-29, por sentença publicada em 13/02/2025, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela "restrita a atos de natureza patrimonial e negocial, sobretudo no que concerne à gestão dos valores que recebe a título de benefício previdenciário". A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) **Eliane Burile** portadora do RG: 73691303 SSP/PR e inscrito no CPF: 020.118.729-95, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita:*"Ante o exposto, com fundamento nos arts. 487, I, e 490, do Código de Processo Civil (CPC), e nos arts. 4º, III, e 1.767, I, do Código Civil (CC), JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na petição inicial, para o fim de declarar a incapacidade relativa de Ivando Burile e, consequentemente, submetê-lo à curatela, restrita a atos de natureza patrimonial e negocial, sobretudo no que concerne à gestão dos valores que recebe a título de benefício previdenciário. A Serventia deverá lavrar o termo de curatela, observando os limites estabelecidos e providenciar a publicidade desta decisão, segundo o disposto no art. 755, §3º, do CPC. Determino que a curadora preste contas anuais, conforme as disposições do art. 84, § 4º, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e do parecer do Ministério Público (mov. 73.1). EXTINGO O PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC*". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Vlademir Prigol, Servidor Juramentado e Designado que o digitei e o subscrevi.
Francisco Beltrão, 08 de abril de 2025.
Antônio Evangelista de Souza Netto
Juiz de Direito

GOIOERÊ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 10 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Lívia Simonin Scantamburlo, da Vara Cível de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0000450-58.2023.8.16.0084, em que é(são) autor(es) MARIA REGINA DO CARMO DA PAIXÃO PEREIRA, e réu(s) HENRIQUE DO CARMO PEREIRA,, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de HENRIQUE DO CARMO PEREIRA, portador(a) do RG 520073113 SSP/SP e Não Cadastrado, por sentença transitada em julgado em 09/04/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições mínimas de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador (a) [MARIA REGINA DO CARMO PAIXÃO PEREIRA], portador(a) do RG 29.788.920-5 SSP/SP e CPF 268.174.358-38, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "I - RELATÓRIO Trata-se de ação de interdição proposta por MARIA REGINA DO CARMO DA PAIXÃO PEREIRA em face de HENRIQUE DO CARMO PEREIRA, ambos qualificadas na inicial. Aduz a parte autora, em síntese que, o réu realiza tratamento neurológico em razão de retardo mental (CID F79 F06), de natureza sequeira e sem possível recuperação, o que o impossibilita para o exercício de determinados atos da vida civil, bem como, macula sua capacidade de exprimir sua vontade. Assim, requer, a procedência da ação com a nomeação de Curador em face do requerido, inclusive em sede de tutela de urgência. Juntou procuração e documentos (mov. 1.2/1.8). O Ministério Público manifestou-se favorável a medida liminar, mov. 21.1. Foi deferida a curatela provisória do curatelando a requerente, mov. 24.1. Estudo social acostado aos autos no mov. 54. Expedido termo de curador, mov. 56.1. Fora realizada audiência no dia 18 de maio de 2023, oportunidade em que as partes foram ouvidas, bem como, fora nomeado curador ao interditando (movs. 57.1 /57.2 e 58.1). O curador nomeado apresentou contestação por negativa geral, mov. 60.1. Laudo pericial médico acostado aos autos ao mov. 72. O Ministério Público apresentou parecer pugnando pela procedência do feito, mov. 81.1. O feito foi convertido em diligência sendo determinada a realização de nova perícia, por profissional diverso, mov. 87.1. Novo laudo pericial juntado ao mov. 136.1. As partes foram intimadas, mov. 137. Ao mov. 155.1 o Ministério Público se manifestou, reiterando o parecer apresentado anteriormente. Vieram-me os autos conclusos. É O RELATÓRIO. DECIDO. II - FUNDAMENTAÇÃO Já está em vigência em nosso Direito o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que deu disciplina totalmente nova ao tratamento jurídico atribuído às pessoas com deficiência intelectual ou física. Diz o art. 2º da nova norma que "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". O art. 6º, por sua vez, é categórico em dizer que "A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa (...)". Nessa esteira, o art. 114 da mesma lei revogou os incisos do art. 3º do Código Civil, retirando do mundo jurídico a previsão de incapacidade civil absoluta decorrente de deficiência mental ou física. O art. 84 do Estatuto afirma que "A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas". O § 1º autoriza, quando necessário a submissão do deficiente à curatela, com a ressalva do § 3º no sentido de que "A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível ". O caput do art. 85, na mesma linha, prevê que "A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial", constituindo, nos termos do § 2º, "medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado". Comentando a novidade legislativa, ensina Pablo Stolze Gagliano: Em outras palavras, a partir de sua entrada em vigor, a pessoa com deficiência - aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, nos termos do art. 2º - não deve ser mais tecnicamente considerada civilmente incapaz, na medida em que os arts. 6º e 84, do mesmo diploma, deixam claro que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa: Art. 6º. A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização

compulsória; V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. Esse último dispositivo é de clareza meridiana: a pessoa com deficiência é legalmente capaz. Considerando-se o sistema jurídico tradicional, vigente por décadas, no Brasil, que sempre tratou a incapacidade como um consectário quase inafastável da deficiência, pode parecer complicado, em uma leitura superficial, a compreensão da recente alteração legislativa. Mas uma reflexão mais detida é esclarecedora. Em verdade, o que o Estatuto pretendeu foi, homenageando o princípio da dignidade da pessoa humana, fazer com que a pessoa com deficiência deixasse de ser "rotulada" como incapaz, para ser considerada - em uma perspectiva constitucional isonômica - dotada de plena capacidade legal, ainda que haja a necessidade de adoção de institutos assistenciais específicos, como a tomada de decisão apoiada e, extraordinariamente, a curatela, para a prática de atos na vida civil. De acordo com este novo diploma, a curatela, restrita a atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, caput), passa a ser uma medida extraordinária: Art. 85, § 2º. A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado. Temos, portanto, um novo sistema que, vale salientar, fará com que se configure como "imprecisão técnica" considerar-se a pessoa com deficiência incapaz. Ela é dotada de capacidade legal, ainda que se valha de institutos assistenciais para a condução da sua própria vida. Maurício Requião, a seu turno, destaca que a nova lei apaga do mundo jurídico a previsão de incapacidade decorrente de deficiência, mas destaca que isso, contudo, não conduz necessariamente ao descabimento de curatela, embora agora prevista como medida extraordinária. Assim, o fato de um sujeito possuir transtorno mental de qualquer natureza, não faz com que ele, automaticamente, se insira no rol dos incapazes. É um passo importante na busca pela promoção da igualdade dos sujeitos portadores de transtorno mental, já que se dissocia o transtorno da necessária incapacidade. Mas é também uma grande mudança em todo o sistema das incapacidades, que merece cuidadosa análise. A mudança apontada não implica, entretanto, que o portador de transtorno mental não possa vir a ter a sua capacidade limitada para a prática de certos atos. Mantém-se a possibilidade de que venha ele a ser submetido ao regime de curatela. O que se afasta, repise-se, é a sua condição de incapaz. A avaliação de existência de transtorno mental é algo que cabe ao campo médico, ou da psicanálise, sendo mais comumente objeto de estudo da psiquiatria e da psicopatologia. Os diagnósticos de transtorno mental na medicina costumam atualmente ser feitos com base no Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders (DSM), documento formulado pela Associação Americana de Psiquiatria, que se encontra atualmente na sua quinta edição (DSM 5), publicada oficialmente em 18 de maio de 2013. Destaque-se que diversas são as críticas feitas a tal documento, dada a amplitude de quadros que lá são alvo de diagnóstico, de modo que, dificilmente, um sujeito transcorrerá sua vida sem que em qualquer momento tenha possuído algum transtorno. O colunista e o próprio leitor, muito possivelmente, se encontram neste exato momento acometidos de algum dos transtornos lá descritos. Assim, não há relação necessária entre o sujeito ser portador de um transtorno mental e não possuir capacidade cognitiva ou de discernimento. A incapacidade, por sua vez, é categoria jurídica, estado civil aplicável a determinados sujeitos por conta de questões relativas ao seu status pessoal. Pode decorrer tanto da simples inexperiência de vida, como por conta de circunstâncias outras, tais como o vício em drogas de qualquer natureza. Dentre estas circunstâncias, até a chegada do Estatuto que ora se discute, encontravase o transtorno mental, sob as mais diversas denominações (enfermidade ou deficiência mental, excepcionais sem desenvolvimento mental completo). Independe a incapacidade de decretação judicial. Enquadrando-se o sujeito numa das hipóteses previstas no suporte fático normativo, é ele incapaz e, portanto, ao menos de algum modo limitado na prática dos seus atos. Já a curatela, que se estabelece a partir do processo de interdição, visa determinar os limites da incapacidade do sujeito para a prática de certos atos, bem como constituir um curador que venha a representá-lo ou assisti-lo nos atos jurídicos que venha a praticar. E é justamente sobre a curatela e a interdição que se faz sentir grande reflexo na mudança do sistema das incapacidades no Código Civil Isto porque a regra passa a ser a garantia do exercício da capacidade legal por parte do portador de transtorno mental, em igualdade de condições com os demais sujeitos (artigo 84, Estatuto da Pessoa com Deficiência). A curatela passa a ter o caráter de medida excepcional, extraordinária, a ser adotada somente quando e na medida em que for necessária. Tanto assim que restaram revogados os incisos I, II e IV, do artigo 1.767, do Código Civil, em que se afirmava que os portadores de transtorno mental estariam sujeitos à curatela. Não mais estão; podem estar, e entender o grau de tal mudança é crucial. Diz textualmente a nova lei (artigo 84, parágrafo 3º) que a curatela deverá ser "proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível". Ademais, tornou-se lei também a determinação de que a curatela afeta apenas os aspectos patrimoniais, mantendo o portador de transtorno mental o controle sobre os aspectos existenciais da sua vida, a exemplo do "direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto", expressamente apontados no artigo 85, parágrafo 1º, do Estatuto. Já era sem tempo a necessidade de reconhecer que eventual necessidade de proteção patrimonial não poderia implicar em desnecessária limitação aos direitos existenciais do sujeito. Reforça-se, com tudo isto, que a curatela é medida que deve ser tomada em benefício do portador de transtorno mental, sem que lhe sejam impostas restrições indevidas. O estatuto traz regulamentação ampla acerca das consequências jurídicas da deficiência, afastando cabalmente a conclusão acerca da existência de incapacidade e regulamentando a forma de exercício de direitos tendo em conta a especial condição do deficiente, sempre reservando a curatela como medida de última ratio. Nesse norte, afastou-se a exigência de termo de curatela em diversas situações, como na emissão de documentos oficiais (art. 86) e para o requerimento e recebimento de benefícios previdenciários, a partir da inclusão, pelo art. 101 do Estatuto, do art. 110-A à Lei nº 8.213/1991, que diz: Art. 110-A. No ato de requerimento de benefícios operacionalizados pelo INSS, não será exigida apresentação de termo de curatela de titular ou de beneficiário com deficiência, observados os procedimentos a serem estabelecidos em regulamento. Vem daí, portanto, que, sendo a pessoa deficiente detentora de capacidade civil plena, somente se admite o processamento da interdição (entendida como ação de imposição de curatela e não mais voltada à declaração da incapacidade civil) quando demonstrada a imperiosa necessidade de prática de atos de gestão patrimonial pelo curador em razão da impossibilidade do exercício de seus direitos pelo interditando e quando for impossível recorrer-se ao mecanismo da tomada de decisão apoiada (como, por exemplo, quando o interditando possuir patrimônio que exija gestão e não tenha condições de tomar decisões referentes a essa gestão). O simples manejo da demanda como forma de viabilizar o acesso ao recebimento de benefícios previdenciários não mais conta com o beneplácito da lei. É que a curatela não é necessária para isso e sua utilização com essa finalidade constitui banalização da medida protetiva extraordinária, cabendo ao interditando, caso encontre resistência em fazer valer seus direitos frente à autarquia previdenciária, valer-se dos remédios jurídicos cabíveis para sanar a situação. Conforme se denota pelos documentos juntados pela com a inicial, e em especial o laudo pericial acostado ao mov. 136.1, constata-se que a requerida é portadora de retardo mental leve (CID F70), o que lhe reduz a capacidade de entendimento e prática dos mais variados atos da vida civil. Ainda, o laudo aponta que o curatelando não possui capacidade de gerir sua pessoa e seus bens, estando incapacitado permanentemente. Nesta toada, o que se observa é que o requerido se apresenta como pessoa incapaz de exercer de maneira plena e individual alguns atos da vida civil, em especial o de cunho patrimonial, de escolhas políticas/administrativa e atos laborais. Nesse sentido cito trecho do laudo: 12 - CONCLUSÃO MÉDICA EM RELAÇÃO À CAPACIDADE PARA OS ATOS DA VIDA CIVIL DO AVALIADO NÃO APRESENTA CAPACIDADE PARA ATOS DA VIDA FINANCEIRA E PATRIMONIAL. Desta feita, tendo em conta tais lineamentos, entendo que, no caso dos autos, o conjunto probatório revela que a interditanda não tem condições mínimas de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146 /2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial. Isso não implicará, por outro lado, declaração de incapacidade civil, já que não mais remanescem tais figuras no art. 3º do Código Civil e, quanto à incapacidade relativa por impossibilidade de expressão da vontade (art. 4º, inciso III), não há nos autos elemento que demonstre tal situação. III - DISPOSITIVO Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de submeter HENRIQUE DO CARMO PEREIRA à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por MARIA REGINA DO CARMO PAIXÃO PEREIRA. Custas pela parte autora. Em obediência ao disposto no artigo 759 do Código de Processo Civil de 2015 e artigo 9º, inciso III, do Código Civil, registre-se esta sentença no Registro Civil e publique-se a mesma pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, devendo contas do edital o nome do interditando e da curadora, a causa da interdição e os limites desta. Ainda, com base no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal e art. 5º, § 1º da Lei Estadual no. 18.664/2015, considerando o zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para o serviço, fixo em favor da curadora - KARINA KAWANE GABRIEL - OAB/PR n. 107000N-PR - o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), a título de honorários advocatícios decorrente do múnus público exercido, a ser pago pelo Estado do Paraná, conforme Resolução Conjunta no. 015/2019 - SEFA/PGE. Por força do artigo 759, do Código de Processo Civil, intime-se o curador para, no prazo de 05 (cinco) dias, prestar o compromisso. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se com as baixas e anotações de estilo. De Curitiba para Goioerê, data da assinatura digital. Rodrigo Yabagata Endo Juiz de Direito Substituto ". Eu, Pedro Miguel Bugno Fantinati, Estagiário, conferi e digitei. Goioerê, datado e assinado digitalmente. Lívia Simonin Scantamburlo Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ANA ROSA MUNIZ DOS REIS; CLAUDIA ROBERTA MUNIZ DOS REIS; EIDILSON SOARES DOS REIS JUNIOR e MARIA APARECIDA MUNIZ DOS REIS PRAZO DE 15 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Lívia Simonin Scantamburlo, da Vara Cível de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Indenização por Dano Moral, sob nº 0000344-09.2017.8.16.0084, em que é(são) exequente(s) CLAUDIA ROBERTA MUNIZ DOS REIS, EIDILSON SOARES DOS REIS JUNIOR, MARIA APARECIDA MUNIZ DOS REIS, ANA ROSA MUNIZ DOS REIS, e executado(s) SANTA CASA DA MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA DE GOIOERÊ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) ANA ROSA MUNIZ DOS REIS, portador(a) do CPF 059.950.959-78; CLAUDIA ROBERTA MUNIZ DOS REIS, portador(a) do RG 97199337 SSP/PR e CPF 065.622.289-13; EIDILSON SOARES DOS REIS JUNIOR, portador (a) do RG 124522773 SSP/PR e CPF 082.088.289-55; MARIA APARECIDA MUNIZ DOS REIS, portador(a) do RG 96399383 SSP/PR e CPF 052.017.399-62. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1º, incs. II e III, do Código de Processo Civil, em cumprimento ao previsto no art. 46 da Portaria 39/2024 deste

Juízo, diante da paralisação dos autos. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Pedro Miguel Bugno Fantinati, Estagiário, conferi e digitei. Goioerê, datado e assinado digitalmente. Lívia Simonin Scantamburlo Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CLAUDINEI RIBEIRO DE OLIVEIRA
PRAZO DE 15(QUINZE) Dias

O(A) Juiz(íza) de Direito Christian Palharini Martins, da Vara Criminal de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Vias de fato, sob nº **0000770-40.2025.8.16.0084**, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CLAUDINEI RIBEIRO DE OLIVEIRA, *e* que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CLAUDINEI RIBEIRO DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 108356812 SSP/PR e CPF 802.351.219-67, nascido(a) em 09/06/1987, natural de CUIABA/MT, filho(a) de ELISABETE RIBEIRO DE OLIVEIRA e VANDERLEI DIONISIO DE OLIVEIRA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses, FATO 2 ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses, FATO 1 ART 163 - DANO, Detenção: 1 a 6 meses, FATO 2 oferecida em 07/03/2025 e recebida em 07/03/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "FATO 01-No dia 16 de dezembro de 2024, por volta das 17h20min, no interior da residência localizada na Rua Mauro Mori, nº. 5, Município e Comarca de Goioerê/PR, o denunciado CLAUDINEI RIBEIRO DE OLIVEIRA, com consciência e vontade, por razões da condição do sexo feminino, no âmbito da violência doméstica contra a mulher, praticou vias de fato contra a vítima J. M. G., sua convivente, na medida em que desferiu 02 (dois) tapas contra o rosto da ofendida, sem, contudo, deixar lesões aparentes. FATO 02- Nas mesmas circunstâncias de data, horário e local descritos no Fato 01, o denunciado CLAUDINEI RIBEIRO DE OLIVEIRA, com consciência e vontade, por razões da condição do sexo feminino, no âmbito da violência doméstica, ameaçou, por palavras e gestos, de causar mal injusto e grave à vítima J. M. G., sua convivente, na medida afirmou "Eu vou sair, mas a noite eu volto pra te matar!", enquanto brandia 01 (uma) faca peixeira em sua direção, deixando-a abalada psicologicamente e temerosa pela integridade física. Atemorizada, a ofendida requereu medidas protetivas de urgência (autos nº. 0004781- 49.2024.8.16.0084). FATO 03- Nas mesmas circunstâncias de data, horário e local descritos no Fato 01, o denunciado CLAUDINEI RIBEIRO DE OLIVEIRA, com consciência e vontade, inutilizou bem incorporado ao patrimônio da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná, eis que cortou a tornozeleira eletrônica nº. 4202121542, causando prejuízo (não especificado) ao Estado, conforme informe de incidente de monitoração (anexo).Após a prática dos crimes descritos nos Fatos 01 e 02, o denunciado cortou o aludido equipamento de monitoração eletrônica e o arremessou ao chão da residência, evadindo-se do local em sequência. Ato contínuo, a equipe policial foi acionada e apreendeu a tornozeleira, conforme relação de objetos (mov. 1.2, fl. 06).; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Goioerê, 06 de maio de 2025.
Christian Palharini Martins
Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Doutor Christian Palharini Martins, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Goioerê/PR, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei

FAZ SABER todos que o presente virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 90 (noventa) dias, expedido nos autos de Inquérito Policial Nº 0004874-12.2024.8.16.0084, que não sendo possível intimar pessoalmente o apenado **PEDRO DE MELO SILVEIRA,** brasileiro, nascido aos 07/12/1988, filho de Maria Lucia de Melo Silveira e PEDRO JOSE DA SILVEIRA, RG 04152506894 SSP/PR , CPF 369.936.338-41 pelo presente, **INTIMA-O** para proceder o levantamento da arma branca (facão) apreendido, sob pena de perdimento nos termo do artigo 123 do CPP**.** nesta Comarca de Goioerê/PR. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Goioerê, aos cinco (05) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), eu.....(Fernando Henrique Bonache), Técnico de Secretaria, o digitei e o subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): DILANZ JESUS LANZ GAMBOA
PRAZO DE 15(quinze) dias

O(A) Juiz(íza) de Direito Christian Palharini Martins, da Vara Criminal de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas - Criança e Adolescente (Lei 13.431), assunto Estupro , sob nº 0001395-74.2025.8.16.0084, em que é(são) autor(es) réu(s) DILANZ JESUS LANZ GAMBOA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido DILANZ JESUS LANZ GAMBOA, portador(a) do RG 172549837 SSP/PR e CPF 114.226.452-15, nascido(a) em 15/11/2004, natural de VENEZUELA/, filho(a) de DIANA CAROLINA GAMBOA LIZARDI e NIGER JOSE LANZ PARRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "Assim o deferimento da medida protetiva, está previsto no art. 22 da Lei 11.340/2006, c/c art. 20 da Lei 14.344/2022 e art. 130 do ECA, e estando presente o fumus boni juris, :**DEFIRO-** Afastamento do lar; Proibição de aproximação da ofendida fixando limite mínimo de aproximação de 100 (cem) metros; Proibição de freqüentar a residência e local de trabalho da ofendida; Proibição de contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação.; e à sua **CITAÇÃO** para, querendo, apresentar contestação no **prazo de 5 (cinco) dias**, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Goioerê, 06 de maio de 2025.Christian Palharini Martins
Juiz de Direito

GRANDES RIOS

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GRANDES RIOS - PARANÁ
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO: EDSON ADRIANO SERAFIM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
A Juíza de Direito Maria Ângela Carobrez Franzini, do Juizado Especial Criminal de Grandes Rios,
FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Ameaça, sob nº 0000487- 53.2021.8.16.0085, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu EDSON ADRIANO SERAFIM, e vítima Robson Aparecido dos Santos, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovido EDSON ADRIANO SERAFIM, portador(a) do RG 231007188 SSP/SP (RG validado no IIPR sob nº 15958236), CPF 138.777.938-94, nascido(a) em 27/12/1970, natural de FAXINAL/PR, filho de Abigail Rosa Serafim e João Batista Serafim, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais (R$ 413,58 - quatrocentos e trze reais e cinquenta e sete centavos), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo intimado junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização da Juíza, ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas)

parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Marcio Antonio Okada, Técnico Judiciário, conferi e digitei.---------- Grandes Rios, 29 de abril de 2025. Assinado digitalmente Maria Ângela Carobrez Franzini Juíza de Direito

GUARANIAÇU

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA
PRAZO 15 (QUINZE) DIAS.
O(a) MM. Juiz(a) de Direito da Comarca de Guaraniaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu _**Gilberto Cândido de Oliveira**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 14.075.795-0/PR, com 19 (dezenove) anos de idade na data dos fatos, nascido em 28/01/2006, natural Guaraniaçu/PR, filho Rosângela Furquim dos Santos e Gilmar Cândido de Oliveira , atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos de Processo Crime n° 0000525-20.2025.8.16.0087, pelo presente procede-se a INTIMAÇÃO do mesmo, de que por este Juízo foi designado audiência de instrução e julgamento para o dia **21 de maio de 2025 às 14:00 horas.**

Guaraniaçu, 06 de maio de 2025.
ANDREY EDUARDO RONSANI
Analista Judiciário

GUARAPUAVA

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS Prazo: 30 (trinta) dias A Doutora LUCIANA LUCHTENBERG TORRES DAGOSTIM, Juíza de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Guarapuava/PR, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação Popular nº 0013528- 50.2024.8.16.0031, ajuizada por WILIANS DE OLIVEIRA contra FRANCISCO CLEI DA SILVA e o MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO/PR, foi determinada a intimação de eventuais interessados para que, querendo, assumam o polo passivo da demanda a seguir descrita, nos termos do art. 9º da Lei nº 4.717/1965. O autor da ação, que manifestou perda de interesse processual, em decorrência do encerramento do período eleitoral, alegou que diversas convocações e nomeações foram realizadas durante o período eleitoral, o que configuraria afronta aos princípios da moralidade e legalidade administrativa. Argumentou que tais atos foram praticados em desconformidade com o art. 73, V, da Lei nº 9.504/1997, que veda nomeações e contratações no período eleitoral, salvo hipóteses excepcionais. Destacou que tais convocações, além de ferirem a legislação eleitoral, poderiam configurar desvio de finalidade e abuso de poder, uma vez que um dos convocados seria marido de candidata ao cargo de vereadora, o que reforçaria a suspeita de favorecimento indevido. A magistrada concedeu parcialmente a antecipação de tutela jurisdicional, determinando a suspensão dos atos de convocação e nomeação dos seguintes indivíduos, com indicação dos cargos e processos seletivos correspondentes: Elton Volitzki - Cargo: Médico - Processo Seletivo Simplificado nº 02/2023 (homologado em 16/08 /2023); Manoeli Aparecida de Almeida - Cargo: Professor(a) - Processo Seletivo Simplificado nº 01 /2024 (homologado em 24/07/2024); Silvana Fonseca de Oliveira - Cargo: Professor(a) - Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024 (homologado em 24/07/2024); Marli Teles de Ramos - Cargo: Professor(a) - Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024 (homologado em 24/07/2024); Márcia Dallo de Oliveira - Cargo: Professor(a) - Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024 (homologado em 24/07 /2024); Tayna Malaggi - Cargo: Professor(a) - Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024 (homologado em 24/07/2024); Adriani Silvani Bresolin Delevati - Cargo: Professor(a) - Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024 (homologado em 24/07/2024); Cleudes Vissoto - Cargo: Professor(a) - Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024 (homologado em 24/07/2024). Nos termos do art. 9º da Lei nº 4.717/1965, fica aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que eventuais interessados possam intervir no feito e assumir o polo passivo da presente Ação Popular, sob pena de preclusão. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Dado e passado na Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de fevereiro de 2025. LUCIANA LUCHTENBERG TORRES DAGOSTIM Juíza de Direito

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias
SAVIO JHONNI DE FRANÇA
A Dra. Susan Nataly Dayse Perez Moraes, MM. Juíza de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que, não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu, **SAVIO JHONNI DE FRANÇA**, brasileiro, nascido aos 01.08.2000 no município de Guarapuava/PR, portador do RG nº 15.548.420-9-SSP/PR, filho de Elaine Ribeiro e Adir Bueno de França, sem mais qualificações nos autos, pelo presente, **CITA-O**, para tomar ciência de que, em data de 29.08.2024, o Ministério Público ofereceu denúncia em seu desfavor, como incurso nas penas do artigo 180, caput, do Código Penal, e **INTIMA-O** para oferecimento de resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado constituído, no prazo de 10 (dez) dias, em conformidade com o disposto nos art. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. Caso o denunciado não possua condição de constituir advogado, deverá, desde logo, comparecer a este Juízo e prestar tal informação, que será certificada, de modo a viabilizar a rápida nomeação de defensor por este Juízo, na forma do disposto no § 2º do art. 396-A do Código de Processo Penal. Outrossim, o processo seguirá sem a presença do acusado quando, citado ou intimado para qualquer ato, deixar de comparecer em Juízo sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de endereço, não comunicar, de imediato, o novo endereço ao Juízo (art. 367 do Código de Processo Penal) nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº **0013486-98.2024.8.16.0031**, que lhe move a Justiça Pública desta Comarca. E, para que chegue ao conhecimento do réu, mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, eu, Joel Everaldo de Lima, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.
Guarapuava/PR, 7 de maio de 2025
Susan Nataly Dayse Perez Moraes
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias
ANTONIO LUIS DOS SANTOS
A Dra. Susan Nataly Dayse Perez Moraes, MM. Juíza de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que, não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu, **ANTONIO LUIS DOS SANTOS**, brasileiro, nascido aos 04.08.1970 no município de Guarapuava/PR, portador do RG nº 5.416.504-8-SSP/PR, filho de Maria Gabriela dos Santos e Pedro Batista dos Santos, sem mais qualificações nos autos, pelo presente, **CITA-O**, para tomar ciência de que, em data de 19.06.2024, o Ministério Público ofereceu denúncia em seu desfavor, como incurso nas penas do artigo 19 da Lei de Contravenções Penais, e **INTIMA-O**

para oferecimento de resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado constituído, no prazo de 10 (dez) dias, em conformidade com o disposto nos art. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. Caso o denunciado não possua condição de constituir advogado, deverá, desde logo, comparecer a este Juízo e prestar tal informação, que será certificada, de modo a viabilizar a rápida nomeação de defensor por este Juízo, na forma do disposto no § 2º do art. 396-A do Código de Processo Penal. Outrossim, o processo seguirá sem a presença do acusado quando, citado ou intimado para qualquer ato, deixar de comparecer em Juízo sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de endereço, não comunicar, de imediato, o novo endereço ao Juízo (art. 367 do Código de Processo Penal) nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº **0008066-15.2024.8.16.0031**, que lhe move a Justiça Pública desta Comarca. E, para que chegue ao conhecimento do réu, mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, eu, Joel Everaldo de Lima, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.
Guarapuava/PR, 7 de maio de 2025
Susan Nataly Dayse Perez Moraes
Juíza de Direito

Edital de Intimação

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE GUARAPUAVA
----------4ª Seção Judiciária - 3ª Vara Criminal
Av. Manoel Ribas - Nº 500 - Santana, CEP 85.070-180 - Fone (0**42) 3308-7470
Jackson Likes - Chefe de Secretaria Mat. TJ/PR 10.539 - E-mail: gua-11vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 60 (quinze) dias
INDIAMARA ALVES DE OLIVEIRA
A Dra. Susan Nataly Dayse Perez Moraes, MMa. Juíza de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias,** ou dele conhecimento tiverem, que, não tendo sido possível **intimar** pessoalmente a vítima, INDIAMARA ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, nascida aos 27/05/1987, natural de Guarapuava/PR, RG nº 2479927 SSP/PR, filha de Terezinha Alves De Oliveira, pelo presente **INTIMA-A**, para tomar ciência das seguintes medidas protetivas aplicadas em seu favor, com fulcro nos incisos II e III do art. 22 da Lei nº 11.340/2006, nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº **0004450-95.2025.8.16.0031**: a) proibição do ofensor aproximar-se, em distância inferior a 02 (dois) quarteirões da residência da ofendida e de 100 (cem) metros em locais públicos; b) proibição do ofensor manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) proibição de frequentação de determinados lugares, sendo esse a local onde a vítima esteja se abrigando, eis que moradora de rua, bem como INTIMA o AGRESSOR, para que observe fielmente as medidas, sob pena de caracterização do delito de desobediência à ordem judicial, sem prejuízo de eventual decretação de sua prisão preventiva, com base no art. 313, inciso IV, do Código de Processo Penal, consoante a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 11.340/2006. INTIMA, ainda, para indicar o local onde poderá ser encontrado para outras intimações que eventualmente se fizerem necessárias. E, para que chegue ao conhecimento da vitima, mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, eu, Sidnei Sebastião da Silva, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.
Guarapuava/PR, data da assinatura eletrônica.
SUSAN NATALY DAYSE PEREZ MORAES
Juíza de Direito

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL PARA EVENTUAIS INTERESSADOS INCERTOS OU DESCONHECIDO ACERCA DO PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0003254-61.2023.8.16.0031, DE INVENTÁRIO E PARTILHA DO ESPÓLIO DE ANDERSON MARCOS GOES.
A DOUTORA ANEÍZA VANÊSSA COSTA DO NASCIMENTO, JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E ANEXOS DA COMARCA DE GUARAPUAVA, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e Cartório encontra-se em trâmite a AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA, autuado
sob número 0003254-61.2023.8.16.0031, promovida por Anderson Marcos Goes Junior do
espólio de Anderson Marcos Goes, tendo como herdeiros Anderson Marcos Goes Junior,
Joyce Caroline Goes de Almeida Maingue e Marcos Vinicius Delattre Goes possuindo o
presente a finalidade de CITAR EVENTUAIS INTERESSADOS DO INVENTÁRIO DOS
BENS DE ANDERSON MARCOS GOES OU DESCONHECIDOS da referida ação
objetivando a provocação, para participar do processo de Inventário e Partilha. FICAM OS
EVENTUAIS INTERESSADOS NO INVENTÁRIO DOS BENS DE ANDERSON MARCOS
GOES OU DESCONHECIDOS, citados através do presente edital para que no prazo de 20
(vinte) dias se manifestar acerca da petição inicial, despacho inicial e primeiras declarações.
Pelo presente edital ficam eventuais interessados incertos ou desconhecidos citados, nos
termos do artigo 626, §1º c/c 259, inciso III, do Código de Processo Civil.
E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópias de igual
teor e forma que serão publicadas conforme a lei, para Citação de Terceiros Interessados
acerca dos termos da ação sob nº 0003254-61.2023.8.16.0031, de Inventário e Partilha,
em trâmite neste juízo.
Guarapuava, 04 de abril de 2025. Eu, Pedro Asceu Abbegg, Estagiário de Direito, digitei e
conferi.
LETICIA DO NASCIMENTO E SILVA
Chefe de Secretaria
(Autorizada pelo M.M. Juiz de Direito por meio da portaria 03/2012)

EDITAL PARA CITAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS ACERCA DO PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0009616-45.2024.8.16.0031, DE INVENTÁRIO E PARTILHA DO ESPÓLIO DE WILMA DE LARA E JOSÉ RIBEIRO DE LARA.
O DOUTOR GLAUCO ALESSANDRO DE OLIVEIRA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E ANEXOS DA COMARCA DE GUARAPUAVA, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e Cartório encontra-se em trâmite a **AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA**, autuado sob número 0009616-45.2024.8.16.0031, promovida por ALCIONE MARCANZZONI e MARIA ISABEL MEDEIRO MARCANZZONI, tendo como herdeiros **LIDIA RIBEIRO FERREIRA, ONADIR RIBEIRO DE LARA, LURDES MARCANZZON CORDEIRO, ALCIONE MARCANZZONI, EDIRCE RIBEIRO DE LARA, ALCEU MARCANZZONI, ACYR MARCANZZONNI, VALMIR MARCANZZONI E LUIZ CARLOS RIBEIRO DE LARA, sendo os dois últimos falecidos**, além de que, constam escrituras públicas de cessão de direitos de meação de **JOSE RIBEIRODE LARA** e hereditários dos herdeiros de **ACYR MARCANZZONNI, ALCEU MARCANZZONNI, EDIRCE RIBEIRO DE LARA, LIDIA RIBEIRO FERREIRA, LURDES MARCANZZONNI CORDEIRO, ONADIR RIBEIRO DE LARA**, em favor do herdeiro **ALCIONE MARCANZZONI**, na forma permitida pelo artigo 1793 do Código Civil, possuindo o presente a finalidade de **CITAR TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Arrolamento de Bens. FICAM OS TERCEIROS INTERESSADOS, citados através do presente Edital para que no **prazo de 20 (vinte) dias** se manifestar acerca da petição inicial, despacho inicial e primeiras declarações.
Pelo presente edital ficam eventuais interessados incertos ou desconhecidos citados, nos termos do artigo 626, §1º c/c 259, inciso III, do Código de Processo Civil.
E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópias de igual teor e forma que serão publicadas conforme a lei, para Citação de Terceiros Interessados acerca dos termos da ação sob nº. 0009616-45.2024.8.16.0031, de Inventário e Partilha, em trâmite neste juízo**.**
Guarapuava, 7 de maio de 2025. Eu, Carlos Eduardo da Silva Jonsson, Estagiário de Direito, digitei e conferi.
LETICIA DO NASCIMENTO E SILVA
Chefe de Secretaria
(Autorizada pelo M.M. Juiz de Direito por meio da portaria 03/2012)

EDITAL PARA CITAÇÃO DO HERDEIRO ANILTON DA SILVA ACERCA DO PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0012292-97.2023.8.16.0031, DE INVENTÁRIO E PARTILHA DO ESPÓLIO DE JACIR COSTA DA SILVA. O DOUTOR GLAUCO ALESSANDRO DE OLIVEIRA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E ANEXOS DA COMARCA DE GUARAPUAVA, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e

Cartório encontra-se em trâmite a AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA, autuado sob número 0012292-97.2023.8.16.0031, promovida por Neura Camilo da Silva do espólio de Jacir Costa da Silva, tendo como herdeiros, Anilton da Silva, Zelinda Aparecida da Silva Oliveira, Elza Camilo da Silva, Neura Camilo da Silva, Bernadete Camilo da Silva, Marlene Camilo da Silva, Lurdes Camilo da Silva Gomes, Agostinho Camilo da Silva, Alba Aparecida Da Silva e Gabriel Inácio da Silva, possuindo o presente a finalidade de CITAR O ANILTON DA SILVA INTERESSADO DO INVENTÁRIO DOS BENS DE CLAUDETE APARECIDA GUIMARÃES da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Inventário e Partilha. FICA ANILTON DA SILVA INTERESSADO NO INVENTÁRIO DOS BENS DE CLAUDETE APARECIDA GUIMARÃES, citado através do presente Edital para que no prazo de 20 (vinte) dias, para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, a ausência de manifestação no prazo concedido caracterizará revelia e acarretará a nomeação de curador especial, nos termos do artigo 257 do Código de Processo Civil. Pelo presente edital fica o herdeiro Anilton da Silva citado, nos termos do artigo 626, §1º c/c 259, inciso III, do Código de Processo Civil. E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópias de igual teor e forma que serão publicadas conforme a lei, para Citação de Terceiros Interessados acerca dos termos da ação sob nº. 0012292-97.2023.8.16.0031, de Inventário e Partilha, em trâmite neste juízo. Guarapuava, 27 de março de 2025. Eu, Pedro Asceu Abbegg, Estagiário de Direito, digitei e conferi.
LETICIA DO NASCIMENTO E SILVA
Chefe de Secretaria
(Autorizado pelo M.M. Juiz de Direito por meio da portaria 03/2012)

Edital de Intimação

EDITAL COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS ACERCA DO PROCESSO SOB Nº 0021688-64.2024.8.16.0031 DE ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS NO CASAMENTO, EM QUE SÃO AUTORES MARCELO GARTNER e MILENE APARECIDA FORTKAMP, NOS TERMOS DO ARTIGO 406 DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, E NO ARTIGO 734, § 1º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
A DOUTORA ANEIZA VANESSA COSTA DO NASCIMENTO, JUIZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DESTA COMARCA FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e Secretaria tramita a **Ação de Alteração de Regime de Bens no Casamento nº 0021688-64.2024.8.16.0031,** em que os autores aduzem: que " os *requerentes contraíram matrimônio em 17 de maio de 2006, tendo adotado o regime da comunhão parcial de bens. Embora saudável a relação afetiva, os requerentes pretendem a alteração do regime de bens visto que ao atingirem a maturidade tanto como casal e também profissionalmente, entendem que suas carreiras profissionais estão consolidadas, atingiram formação acadêmica e experiência profissional em suas respectivas áreas de atuação. Diante disso, consequentemente são independentes financeiramente um do outro, de modo que preferem usufruir cada qual do seu patrimônio sem que os mesmos se comuniquem. É salutar que a Sra. Milene herdará fração do patrimônio de seus pais, e que inclusive goza atualmente da residência de propriedade de seus pais. Em reunião familiar, os genitores de Milene também compreendem que o patrimônio advindo desta família deverá recair apenas a Milene, fruto do esforço de "uma vida" de labor. De outro lado, nota-se que Marcelo usufrui deste imóvel de maneira livre e desembaraçada, uma vez que são um casal sem qualquer indisposição, todavia, em conjunto, decidiram que o patrimônio advindo dos pais de Milene, devem permanecer sem qualquer comunicação com o casal. Informam que tal decisão representa o que entendem ser o melhor para que o casamento continue sadio, feliz e duradouro. Hoje, cada um dos cônjuges exerce atividades de natureza diferente, o marido atua como gerente de vendas, enquanto a mulher é sócia de uma empresa juntamente com seus familiares. Ressalta que a empresa não possui qualquer dívida fiscal ou trabalhista que pudesse acarretar em prejuízo a terceiros.**Assim sendo, REQUER-SE:** *a) Seja intimado o Ministério Público, nos termos do art. 734, § 1º, do CPC, para que, querendo se manifeste nos autos; b) a publicação de edital a fim de dar conhecimento a eventuais terceiros interessados sobre a pretensão do casal, a fim de que, querendo, apresentem contestação; c) a procedência do pedido formulado alterando o regime de bens do casamento, passando da atual COMUNHÃO PARCIAL para SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS, expedindo-se o competente mandado de averbação para o Cartório de Registro Civil desta Comarca".* E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital que será publicado conforme a lei, acerca da ação proposta de Alteração de Regime de Bens no casamento sob nº 0021688-64.2024.8.16.0031, em trâmite neste juízo. Eu Débora Ribas Telles, Estagiária, digitei e conferi.
Guarapuava, Estado do Paraná, aos 09 de janeiro de 2025.
LETÍCIA DO NASCIMENTO E SILVA
Chefe de Secretaria
(Autorizada pelo MM Juiz de Direito por meio da Portaria 03/2012)

EDITAL PARA CITAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS ACERCA DO PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0011754-19.2023.8.16.0031, DE INVENTÁRIO E PARTILHA DO ESPÓLIO DE ANSELMO CALDAS FERREIRA DA SILVA.
A DOUTORA ANEÍZA VANÊSSA COSTA DO NASCIMENTO, JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E ANEXOS DA COMARCA DE GUARAPUAVA, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e Cartório encontra-se em trâmite a **AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA**, autuado sob número 0011754-19.2023.8.16.0031, promovida por DAÍZE MENDES DA SILVA, tendo como herdeiros Allan Mendes Caldas, Arthur Mendes Caldas, Antony Mendes Caldas, Sarah Mendes Caldas e Amanda Mendes Caldas, possuindo o presente a finalidade de **CITAR TERCEIROS INTERESSADOS** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Arrolamento de Bens. FICAM OS TERCEIROS INTERESSADOS, citados através do presente Edital para que no **prazo de 20 (vinte) dias** se manifestar acerca da petição inicial, despacho inicial e primeiras declarações.
Pelo presente edital ficam eventuais interessados incertos ou desconhecidos citados, nos termos do artigo 626, §1º c/c 259, inciso III, do Código de Processo Civil.
E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópias de igual teor e forma que serão publicadas conforme a lei, para Citação de Terceiros Interessados acerca dos termos da ação sob nº 0011754-19.2023.8.16.0031, de Inventário e Partilha, em trâmite neste juízo**.**
Guarapuava, 09 de abril de 2025. Eu, Arthur Kubiak Ramos, Estagiário de Direito, digitei e conferi.
LETICIA DO NASCIMENTO E SILVA
Chefe de Secretaria
(Autorizada pelo M.M. Juiz de Direito por meio da portaria 03/2012)

GUARATUBA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO
Leilão Exclusivamente Eletrônico
(www.kronbergleiloes.com.br)
O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE GUARATUBA-PARANÁ, **DRA. CAROLINE BEATRIZ CONSTANTINO**, nomeando o leiloeiro público **HELCIO KRONBERG**, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em **LEILÃO PÚBLICO,** os bens/lotes adiante discriminados. **LOCAL**: Os leilões previstos neste edital serão realizados exclusivamente em ambiente eletrônico, via plataforma *www.kronbergleiloes.com.br*, ficando os interessados/licitantes cientes que, ao acessar a referida plataforma e clicar na opção desejada, poderá haver redirecionamento para o site *www.kronleiloes.com.br.***DATA E HORA**: **Primeiro leilão: 20/05/2025 Segundo Leilão: 27/05/2025, ambos as 09:10 (*horário de Brasília).* LANCE INICIAL**: **No primeiro leilão**, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. **No segundo leilão**, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a **50%** do valor da avaliação *(art. 891, §único do CPC).***LANCE CONSIDERADO VENCEDOR**: Será considerado vencedor o lance em maior valor.**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. **ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO:** Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. **PROPOSTAS**: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro*(no site www.kronbergleiloes.com.br),* devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente *(e cônjuge, se houver)*; bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. **O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões.** As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo

obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00 sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance *(e nas mesmas condições de pagamento)* recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial *(quando não comparecerem interessados na arrematação do bem),* até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE**: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no **art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO**: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa está devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos *(independente de exibir ou não o preço).* Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 1% sobre o valor da avaliação, limitado a R$ 1.500,00. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 *(três)*dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. **DÍVIDAS E ÔNUS:A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos *(até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega),* inclusive dívidas *propter rem*.** Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado *(a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras)* não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. **Na hipótese de arrematação de veículo**, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmite legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. **TRANSMISSÃO *ON LINE***: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico *(www.kronbergleiloes.com.br).* Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do *site www.kronbergleiloes.com.br*. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. **LANCES PELA INTERNET:** Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela *internet*, por intermédio do site *www.kronbergleiloes.com.br*. **Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no *site* do leiloeiro**. Todos os atos realizados via *internet* ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. **CONDIÇÕES GERAIS:** O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante *(art. 893 do CPC).* Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo *ad corpus,* não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia *(inclusive de funcionamento).* Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, **caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 *(dez)* dias** contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento**. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem**, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. **INFORMAÇÕES:** Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site *www.kronbergleiloes.com.br.***Visitação do*(s)* bem*(ens)* mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do*(s)* bem*(ens)* estar*(em)* sob a guarda ou posse do leiloeiro**. **Não será permitida visita sem agendamento prévio**. **PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL:** O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 *(cinco)* dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br),* sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. **Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados *art. 889, § único do CPC)*, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem:** Município de Guaratuba/Pr, Marcelo Bom dos Santos, Marcelo de Souza Sampaio, Empresa Balneária de Guaratuba Ltda. **EXECUÇÃO FISCAL - 0001598-92.2023.8.16.0088 Requerente:**Município de Guaratuba/Pr **Requerido:** Empresa Balneária de Guaratuba Ltda. **Bem *(lote único)*** Lote de terreno n° 04 (quatro), da Quadra n° 342 (trezentos e quarenta e dois), da Planta Geral, da Cidade, Município e Comarca de Guaratuba/PR, com área de 200,00 m², sendo 8,00 metros de frente para a Rua Afonso Pena, por 25,00m de extensão em ambos os lados, confrontando pela direita com lote 05, pela esquerda com lote 03, e na linha de fundos medindo 8,00m, confronta com lote 13. **Benfeitorias:** contendo uma pequena casa de alvenaria, em péssimo estado de conservação, rua calçada, com infraestrutura pública de esgoto, coleta de lixo e iluminação pública. Demais características constantes na matrícula 53.997 do CRI de Guaratuba/PR. **Recursos Pendentes:** Não Há., **Ônus:** Caberá ao arrematante a regularização de eventuais benfeitorias na matrícula do imóvel. **Penhora/Arresto:** penhora sob os autos de n. 1509/2008 - Vara da Fazenda Pública de Guaratuba/PR; penhora sob os autos de n. 0003579-84.2008.8.16.0088 - Vara da Fazenda Pública de Guaratuba; penhora sob os autos de n. 0004130-64.2008.8.16.0088 - Vara da Fazenda Pública de Guaratuba;penhora sob os autos de n. 0001598-92.2023.8.16.0088 - Vara da Fazenda Pública de Guaratuba. **VALOR DA DÍVIDA R$ 5.302,62** em 22 de setembro de 2023, **VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 120.000,00** em 27 de abril de 2024 | **VALOR ATUALIZADO DA AVALIAÇÃO R$ 126.851,93** - avaliado em 06 de maio de 2025. **Valor do bem em segundo leilão:** R$ 63.425,97.

GUARATUBA, 06 de maio de 2025.

CAROLINE BEATRIZ CONSTANTINO

Juíza Designada

FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO de com prazo de vinte (20) dias, expedidos nos autos de Processo de Destituição do Poder Familiar de nº 0006732-60.2024.8.16.0090

A DOUTORA MARINA MARTINS BARDOU ZUNINO - JUÍZA DE DIREITO DA VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS DO FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA/PR, NA FORMA DE LEI, ETC.
Edital de citação e intimação de A.G estando a mesma em local ignorado, que tramitam nesta Vara da Infância e Juventude- Seção Cível os autos n.º: 0006732-60.2024.8.16.0090 de Processo de Destituição do Poder Familiar em que figura como requerente o M.P. de I. Citar-se-á A.G estando ela em lugar incerto e não sabido, por edital, para, querendo e no prazo de 10 (dez) dias, responder por escrito ao pedido inicial, através de advogado constituído, sob pena de revelia. Por se tratar de processo em segredo de justiça, demais fatos e descrições dos autos são evitados nesta citação. O acesso aos autos está à disposição para as partes, bastando comparecer à secretaria. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, é expedido o presente EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO para que a requerida possa contestar o pedido inicial através de advogado constituído, sob pena de revelia, que será publicado no Diário da Justiça. O original encontra-se assinado nos autos.
CUMPRA-SE.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Ibiporã, Estado do Paraná, seis de maio de dois mil e vinte e cinco (06/05/2025). Eu, ___ (Letícia Bueno Guandalini Garcia), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.

IPORÃ

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação - Criminal

Vara Plenário do Tribunal do Júri de Iporã
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2025
O Doutor Andrei José de Campos, MM. Juiz de Direito da Vara Plenário do Tribunal do Júri de Iporã ;
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, para servirem durante a 2a reunião periódica de julgamento de 2025, cuja sessão encontram-se programada para a data abaixo, no auditório do Tribunal do Júri, sito à Avenida Silvino Izidor Eidt, 871, Centro, Iporã/PR, os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para comparecerem, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber:
Data: 22 de maio de 2025, as 09:00 horas
Pronunciados: ERIVAN ALVES DE MORAIS (Defensor dativo: Dr Leandro Aparecido de Souza e JOSÉ CARLOS ALVES MACHADO, (Defensor Dativo: Ademir Bourscheidt)

1. ALAN CARLOS BOTURA
2. ANA MARIA RUBIM DE OLIVEIRA
3. ANGELA DEBORA MARTUCCI
4. ANNA PAULA VIGO GRACIANO
5. ANTONIO CARLOS VOLTTANI
6. EVA BRIZZI DUIM RUFATO
7. EVERALDO DOS SANTOS NARDO
8. GENIVALDO VERISSIMO DOS SANTOS
9. GILBERTO MARCIAK
10. IRONI MANI
11. IVONE DONDA
12. JAMILE MICHEL ISKANDAR PINEZI
13. LUCAS FRANCELINO RIBEIRO
14. LUCI FRANCISCO ALVES BEZERRA
15. LUIZ CARLOS FERRARI
16. MARCO FELIPE SANTANA
17. MARCOS ROBERTO PEREIRA
18. MARIA CONCEIÇÃO BARROS HOLANDA.
19. MATHEUS ANTONIO PEREIRA POLLA
20. NELCI DOGADO
21. OSMAR FERREIRA VELEZ
22. PAMELA BRUNA FERREIRA
23. THALITA VIANA ANDREATO
24. THIAGO GOMES PALTANIN
25. WESLEY CELESTINO DA SILVA

Ainda, visando assegurar o comparecimento do numero mínimo de Jurados, o MM. Juiz sorteou, como SUPLENTES, os Jurados:

1. ALAN SILVA BRIZZI;
2. BRUNO EDUARDO CANDIDO ZAGO
3. CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA TOINKO
4. EDINALDO PEREIRA DA SILVA JUNIOR
5. LIESEL DA SILVA JUNIOR;
6. MARIA APARECIDA DOS SANTOS
7. MIRIAM DE FATIMA FERREIRA GOMES
8. RAFAEL APARECIDO MARTINEL
9. RONALDO FERREIRA BRITO
10. WAGNER ROBERTO ROTHENBUCHER

E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos 05 de maio de 2025. Eu _____ Enilson Olmo da Silva, Escrivão Criminal, lavrei e subscrevo.
ANDREI JOSE DE CAMPOS
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO / DESTINATÁRIO(A)(S): Daniel Talvay do Nascimento PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito , da Vara Criminal de Iporã,
FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Vias de fato, sob nº 0000216-46.2023.8.16.0094, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) Daniel Talvay do Nascimento, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 01/06/2023 e recebida em 24/08/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, está o denunciado DANIEL TALVAY DO NASCIMENTO, incurso nas disposições previstas no artigo 21, caput, da Lei de Contravenções Penais c/c artigo 61, inciso II, alínea "F", do Código Penal (Fato
01), bem como, artigo 147, caput, do Código Penal c/c artigo 61, inciso II, alínea "F" do Código Penal (Fato 02), na forma do artigo 70 (concurso formal), razão pela qual este órgão oferece a presente denúncia, que espera seja recebida, autuada e processada, citandose o denunciado para responder à acusação no prazo de 10 dias e notificando-se as testemunhas e informantes adiante arroladas, para virem depor sobre os fatos, prosseguindo-se o feito sob o rito sumário em seus ulteriores atos e termos até final julgamento, tudo com ciência do Ministério Público. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. 06/05/2025. Data e assinatura conforme sistema.
ANDREI JOSE DE CAMPOS
Juiz de Direito

IVAIPORÃ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES E INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DO(A) SENTENCIADO(A)CARLOS ALVES MACIEL,COM O PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.
A Dra. Adriana Marques dos Santos, MM Juíza de Direito da Vara Criminal e Anexos de Ivaiporã - Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 90)noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente o(a) sentenciado(a) CARLOS ALVES MACIEL, brasileiro(a), portador(a) do RG48992641 SSP/PR, nascido(a) aos 18/07/1966, natural de RIO BOM/PR, filho de GENI ALVES MACIEL E JERONIMO LEMES MACIEL, atualmente em lugar incerto e não sabido, e não sendo possível intimá-lo(a) pessoalmente da sentença proferida nos autos de Processo de Execução Penal n. 4000223-24.2024.8.16.0097, pelo presente proceda a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), para que compareça em secretaria no prazo de 05 (cinco) dias entre o horário de 17:30 às 18:00 horas a fim de ser admoestado junto a sala de audiência. Ivaiporã/PR, 08 de abril de 2025 às 17:46:39. Eu, Camila Laurenti Pelarim, Técnico(a) Judiciário(a), o subscrevo.
Adriana Marques dos Santos Juíza de Direito

JAGUARIAÍVA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO: Fernando Oliveira Martins PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS A Juíza de Direito Amanda Cristina Lam Staczuk, da Vara Criminal de Jaguariaíva, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0000571-04.2024.8.16.0100, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu Fernando Oliveira Martins, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovido Fernando Oliveira Martins, portador do RG 110725833 SSP/PR e CPF 073.232.119-05, nascido em 17 /12/1989, natural de JAGUARIAIVA/PR, filho de ANA LUCIA OLIVEIRA MARTINS e JOÃO MARTINS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado nas sanções do ART 180 - RECEPTACAO, Reclusão: 1 ano na data de 13/02/2025, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA para CONDENAR o réu FERNANDO OLIVEIRA MARTINS como incurso nas sanções do artigo 180, caput, do Código Penal, bem como ao pagamento das custas processuais, na forma do artigo 804 do Código de Processo Penal", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Izabelle Taize Mauricio, Estagiário, conferi e digitei. Jaguariaíva, 29 de abril de 2025. Amanda Cristina Lam Staczuk Juíza de Direito

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO: FABIO ROBERTO FUNARI PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS A Juíza de Direito Amanda Cristina Lam Staczuk, da Vara Criminal de Jaguariaíva, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0000889-84.2024.8.16.0100, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FABIO ROBERTO FUNARI, e vítima FABÍULA RODRIGUES FUNARI, SARA BRÃ RODRIGUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovido FABIO ROBERTO FUNARI, portador do RG 168964838 SSP/PR e CPF 218.515.038-38, nascido em 12/02/1980, natural de SANTO ANDRE /SP, filho de LUCILIA BENEDITO DOS DANTOS e WILSON ROBERTO FUNARI, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado nas sanções do ART 148 - SEQUESTRO E CARCERE PRIVADO, Reclusão: 2 anos e 4 meses ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 mês e 5 dias ART 129 - Se a lesão é praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código:, Reclusão: 1 ano e 2 meses na data de 26/03/2025, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA para CONDENAR o réu FABIO ROBERTO FUNARI como incurso na sanção dos crimes previstos no artigo 129, § 13 (Fato 01), artigo 148, §1º (Fato 02) e artigo 147, caput (Fato 03), todos do Código Penal, com incidência da Lei n.º 11.340/06, bem como ao pagamento das custas processuais, na forma do artigo 804 do Código de Processo Penal " em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Izabelle Taize Mauricio, Estagiário, conferi e digitei. Jaguariaíva, 05 de maio de 2025. Amanda Cristina Lam Staczuk Juíza de Direito

LOANDA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LOANDA
Juiz de Direito**: Dr. Cristiano Diniz da Silva**

Chefe de Secretaria: **B.el Jesuína de Oliveira Primo**
PROCESSO PENAL Nº 0000965-64.2022..8.16.0105 - EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU *JOSENILSON DE OLIVEIRA*, COM PRAZO DE 15 DIAS. O Doutor Cristiano Diniz da Silva, MMº. Juiz de Direito desta Comarca de Loanda, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o **prazo de (15) quinze dias**, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu ***JOSENILSON DE OLIVEIRA*,** brasileiro, portador do RG nº 110299290-SS/PR, inscrito no CPF nº 162.973.068-85, filho de Nair da Silva de Oliveira e Natanael José de Oliveira, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITA-O**, dos termos da DENÚNCIA oferecida ao movimento 10.1, nos autos acima epigrafados, para que no prazo de **10 (dez) dias** apresente **resposta à acusação**, por escrito através de advogado, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, conforme arts. 361 e 363, § 1°, ambos do CPP.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Loanda, aos 07 de maio de 2025. Eu, Jesuina de Oliveira Primo, Chefe de Secretaria, que o digitei e conferi.
Jesuina de Oliveira Primo
Chefe de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): JULIO ANDRE ROGOSKI FILHO PRAZO DE 30 (trinta) dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Daniele Liberatti Santos Takeuchi, da Vara da Fazenda Pública de Loanda, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Civil de Improbidade Administrativa, assunto Execução Contratual, sob nº 0005040-83.2021.8.16.0105, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) JOSÉ ADILSON SOARES, JULIO ANDRE ROGOSKI FILHO, CAPELIM CONSTRUTORA - EIRELI - EPP, EDVAM CAPELIM, FLAVIO ARAMIS ACCORSI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JULIO ANDRE ROGOSKI FILHO, portador(a) do CPF 046.282.379-21. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o:"Diante do certificado na seq. 129,1. defiro seja realizada a citação de Julio André Rogoski Filho por edital.". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Giovana Pereira Leão Escaramuça, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Loanda, 15 de abril de 2025. Daniele Liberatti Santos Takeuchi Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CAMILO FREITAS, Réu: CAMILO FREITAS PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) dias A Dra. Paula Andrea Samuel de Oliveira Monteiro, MM

JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Londrina, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o RÉU CAMILO FREITAS, portador(a) do RG , filho(a) de , nascido(a) em 10/10/1978, natural de , sem mais informações nos autos, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica INTIMADO(A), para os termos da(s) medida(s) protetiva(s) concedidas nestes autos, consistes em: (a) proibição de se aproximar da noticiante, de seus familiares e das eventuais testemunhas, devendo guardar, em relação a todos eles, o limite mínimo de 500 metros de distância; (b) proibição de manter contato com a noticiante, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação (WhatsApp, telefone, carta, e-mail, etc); (c) proibição de frequentar e de se aproximar do local em que a noticiante reside (Rua Catarina de Bora, 634, Aeroporto, nesta cidade), do local em que trabalha (no endereço do seu escritório), bem como dos locais em que os familiares da vítima residem, devendo observar, em relação a esses locais, o limite mínimo de 500 metros de distância. (d) no prazo máximo de 72h (setenta e duas horas), contadas de sua intimação, apresentar-se junto ao Conselho da Comunidade, situado à rua Governador Parigot de Souza, nº 80, Jardim Caiçaras (aberto das 12h às 18h), para triagem e agendamento dos encontros A D V E R T Ê N C I A : F i c a c i e n t i f i c a d o o N o t i c i a d o (s) d e q u e o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgências, previsto no artigo 24-A da Lei 11.340/2006, poderá acarretar a imediata decretação da sua prisão preventiva. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br /projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Londrina/PR, em 07 de maio de 2025 às 13:23:28. Eu, MARIANA MORI ANDREATTI, Técnico Judiciário, o subscrevo. Paula Andrea Samuel de Oliveira Monteiro Juíza de Direito Substituta

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDTIAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE LONDRINA - PR - EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO **Nº 013/2023**.

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE **JOILTON DA SILVA ALMEIDA**, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

A Dra. Carla Pedalino, Juíza de Direito do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei,

FAZ SABER a tantos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele tiverem conhecimento, com o prazo de **30 (TRINTA)** dias, que não sendo possível citar e intimar pessoalmente o(a) **requerido**(a) **JOILTON DA SILVA ALMEIDA,** inscrito no CPF nº 096.004.374-83 atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, **CITÁ-LO** para apresentar defesa no prazo de **30(trinta) dias**, a contar do decurso do prazo do presente edital, bem como a **INTIMÁ-LO** nos despacho de seq.118.1. **nos autos nº 0002100-25.2024.8.16.0014.** E, que de futuro não aleguem ignorância é expedido o presente edital que será afixado em local de costume e publicado no Diário da Justiça.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, em 07 de maio de 2025. Eu, Rosa Maria de Castro Oliveira, Técnica de Secretaria, que o digitei e o MM.ª Juíza de Direito do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Londrina/PR, Dra. Carla Pedalino, que o subscreveu.

2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ACIDENTES DO TRABALHO

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
2ª VARA DE FAMÍLIA DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, nº 689 - Anexo I 3º Andar - Bairro Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3572-3293 - E-mail: lon-18vj-e@tjpr.jus.br

Edital de Citação para MARCIO JUNIOR DINIZ (RG: 128296468 SSP/PR e CPF/CNPJ: 062.061.229-05)

Processo:	0033807-11.2024.8.16.0014
Classe Processual:	Procedimento Comum Cível
Assunto Principal:	Dissolução
Valor da Causa:	R$64.000,00
Autor(s):	• GISLAINE SOARES LOURENÇO DINIZ (RG: 105505043 SSP/PR e CPF/CNPJ: 067.790.949-78) Rua Salvador Lopes, 39 - Jardim Jerônimo Nogueira de Figueiredo - LONDRINA/PR - CEP: 86.083-684 - E-mail: gislaine90diniz@gmail.com - Telefone(s): (43) 98839-3501
Réu(s):	• **MARCIO JUNIOR DINIZ (RG: 128296468 SSP/PR e CPF/CNPJ: 062.061.229-05)**

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E ACIDENTE DO TRABALHO DA COMARCA DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁEDITAL DE CITAÇÃO DE MARCIO JUNIOR DINIZ COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.A DOUTORA ISABELE PAPAFANURAKIS FERREIRA NORONHA, MM. Juiza de Direito da Segunda Vara de Família e Acidente do Trabalho da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER, a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a MARCIO JUNIOR DINIZ, residente e domiciliado(a) em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam os autos acima mencionados, movidos por GISLAINE SOARES LOURENÇO DINIZ, pelos fatos: " No ano de 2012, GISLAINE SOARES LOURENÇO DINIZ e MARCIO JUNIOR DINIZ contraíram matrimônio, sob o regime de comunhão parcial de bens (conforme certidão de casamento anexa), sendo que não tiveram filhos. Durante o matrimônio, tem-se que o único patrimônio construído foi um imóvel popular, obtida por meio do programa "MINHA CASA MINHA VIDA", situado no Jardim Jerônymo Nogueira de Figueiredo, Londrina/PR, em nome de GISLAINE SOARES LOURENÇO DINIZ e MARCIO JUNIOR DINIZ. No entanto, logo após terem firmado o referido instrumento, o requerido, que até então era usuário de entorpecentes, separou-se da Autora e saiu da residência familiar, estando em lugar incerto e não sabido até os dias de hoje. Assim, desde o sumiço, vem arcando sozinha com os custos do financiamento, razão pela qual é a única beneficiária do imóvel, tendo em vista o completo abandono e desinteresse de MARCIO quanto ao lar. Posto isto, vislumbra-se o pleno enquadramento ao previsto legalmente no que se refere a usucapião familiar, por abandono do lar, conforme teor do art. 1.240-A do Código Civil, uma vez que a Autora exerce, unilateralmente, todos as responsabilidades ao em torno do imóvel, há mais de 12 (doze) anos, de forma ininterrupta. Além disso, tem-se que a Autora não possui nenhum interesse em se manter casada com o Requerido, principalmente pelo aspecto de já estarem separados de fato há, a mais de 12 (doze) anos, mas uma vez que desconhece o paradeiro do requerido, torna-se imprescindível o auxílio judicial quanto a sua pretensão, portanto que o mesmo seja citado/intimado por edital, para regularizar uma situação fática existente. Portanto, requer seja deferida liminarmente INAUDITA ALTERA PARS para determinar o DIVÓRCIO LIMINAR entre as partes, retornando o nome da Autora ao utilizado quando solteira, além de que o imóvel seja mantido em sua posse, e, posteriormente seja deferido a USUCAPIÃO FAMILIAR, mantendo o imóvel exclusivamente para a Requerente, pois somente a mesma efetuou todos os pagamentos, desde a aquisição." Portanto, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente de MARCIO JUNIOR DINIZ, foi expedido o presente edital, ficando o mesmo devidamente CITADO, querendo no prazo legal de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação sob pena de revelia. Ficando ciente, do decreto de divórcio do casal GISLAINE SOARES LOURENÇO DINIZ e MARCIO JUNIOR DINIZ e, consequentemente, a extinção do vínculo matrimonial havido entre ambos. Escoado o prazo para manifestação, e não tendo sido apresentada a mesma, com fulcro no artigo 72º, inciso II do Código de Processo Civil, nomeio curador (a) especial em favor do réu, a DEFENSORIA DO ESTADO DO PARANÁ, sob a fé de seu grau, o (a) qual deverá ser intimado (a) para os devidos fins. Assino por determinação judicial, portaria 01/2004. **Londrina, 06 de maio de 2025.**LUCIO DIAS ESCRIVÃOASSINADO DIGITALMENTE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
2ª VARA DE FAMÍLIA DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, nº 689 - Anexo I 3º Andar - Bairro Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3572-3293 - E-mail: lon-18vj-e@tjpr.jus.br

Edital de Citação para MARIA APARECIDA DE JESUS (RG: 103616700 SSP/PR e CPF/CNPJ: 090.597.109-40)

Processo:	0037716-95.2023.8.16.0014
Classe Processual:	Guarda de Família
Assunto Principal:	Perda ou Modificação de Guarda
Valor da Causa:	R$1.320,00
Requerente(s):	• Everton Adriano Alves (RG: 96122543 SSP/PR e CPF/CNPJ: 055.746.799-30) Rua Joycielle de Souza, 141 REGIÃO

Requerido(s):

L1 - Jardim Santa Fé - LONDRINA/PR - CEP: 86.035-736 - E-mail: adrianoeverton62@gmail.com - Telefone(s): (43) 99918-6649
- CLEVERSON DE FARIAS ISIDORO (RG: 70104822 SSP/PR e CPF/CNPJ: 918.020.919-04) Rua Francisco de Melo Palheta, 888 REGIÃO N1 - Conjunto Café - LONDRINA/PR - CEP: 86.081-290
- MARIA APARECIDA BARBOSA (RG: 81049939 SSP/PR e CPF/CNPJ: 038.931.049-25) Rua Professor Samuel Moura, 256 REGIÃO O2 - Judith - LONDRINA/PR - CEP: 86.061-060
- **MARIA APARECIDA DE JESUS (RG: 103616700 SSP/PR e CPF/CNPJ: 090.597.109-40)**

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E ACIDENTE DO TRABALHO DA COMARCA DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁEDITAL DE CITAÇÃO DE MARIA APARECIDA DE JESUS COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.A DOUTORA ISABELE PAPAFANURAKIS FERREIRA NORONHA, MM. Juiza de Direito da Segunda Vara de Família e Acidente do Trabalho da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER, a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a MARIA APARECIDA DE JESUS, residente e domiciliado(a) em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam os autos acima mencionados, movidos por Everton Adriano Alves, pelos fatos: " O Everton Adriano e a Sra. Maria Aparecida por um curto período, e frutos da relação, advieram três filhos: 1. Everton Adriano de Jesus Alves, nascido em 17 de abril de 2009 2. Maria Vitalina de Jesus Alves, nascida em 24 de abril de 2013 3. Ketlyn Talita de Jesus Alves, nascida em 10 de julho de 1016 Com o término da relação, e devido à dependência química da Sra. Maria Aparecida, o genitor passou a exercer a guarda fática dos filhos que há, aproximadamente, um ano moram com o pai. O Requerente trabalha no Ceasa e aufere uma renda de R$ 1.400,00 de salário, mais R$ 600,00 de Auxílio Brasil. Vale ressaltar que, segundo relatos do autor, os filhos foram abandonados pela genitora, que atualmente faz uso de álcool, é dependente química e encontra-se em situação de rua, sabendo-se somente que está na cidade de Londrina/PR." Portanto, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente de MARIA APARECIDA DE JESUS, foi expedido o presente edital, ficando o mesmo devidamente CITADO, querendo no prazo legal de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação sob pena de revelia. Escoado o prazo para manifestação, e não tendo sido apresentada a mesma, com fulcro no artigo 72º, inciso II do Código de Processo Civil, nomeio curador (a) especial em favor do réu, a DEFENSORIA DO ESTADO DO PARANÁ, sob a fé de seu grau, o (a) qual deverá ser intimado (a) para os devidos fins. Assino por determinação judicial, portaria 01/2004. **Londrina, 06 de maio de 2025.**LUCIO DIAS
ESCRIVÃOASSINADO DIGITALMENTE

3ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
3ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Av. Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3342-0524 - E-mail: LON-3VJ-E@TJPR.JUS.BR

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIOS: RÉUS E TERCEIROS INTERESSADOS AUSENTES - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 30 dias

O(A) Juiz(íza) de Direito Marcos Caires Luz, da 3ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº 0079294-04.2024.8.16.0014, em que é(são) autor(es) MAURÍCIO GONÇALVES, LEILA APARECIDA GONÇALVES, e réu(s) SCHIETTI IMÓVEIS LTDA, e que por este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **réus terceiros interessados ausentes, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: **situado na Rua Dom Fernando, nº 365, bairro Jd. Graziela, CEP 86.036-000, na cidade de Londrina, Estado do Paraná (docs. 08 e 09) [Lote 13, Quadra 05]Matrícula: 2/9542 de 08.06.1983 do Registro de Imóvel do 3º Ofício da Comarca de Londrina - PR . Área do terreno: 336,59 m² . Área construída: 186,15 m/2** , nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: " [...] 2. *Citem-se pessoalmente aqueles em cujo nome estiver transcrito o imóvel, com prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contestação (art. 335, III, CPC) e com as advertências legais. 3. Não localizados, promova-se a busca de endereços pelos sistemas disponíveis, mediante requerimento da parte (INFOJUD, SISBAJUD, RENAJUD, SIEL, COPEL e SANEPAR) e, não havendo êxito após esgotadas as diligências, promova-se a citação por edital. 4. Citem-se pessoalmente os confinantes, sendo, porém, desnecessária a citação nas hipóteses em que o objeto da ação for unidade autônoma de prédio em condomínio (art. 246, §3º, CPC). 5. Citem-se por edital os réus e interessados ausentes, incertos e desconhecidos, com o prazo de 30 dias, atendendo-se os requisitos do art. 257 do CPC. 6. Intimem-se, através do sistema Projudi, a União, Estados e Município, para que se manifestem sobre seu interesse na causa no prazo de 15 (quinze) dias. 7. Após o decurso do prazo para contestação dos citados por edital, caso não haja contestação, o que deve ser certificado nos autos, venham conclusos para nomeação de curador especial. 8. Cumpridos os itens acima, abra-se vista ao Ministério Público* [...] *"*.O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Rosimeire Viviane Fugiwara, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Londrina, 06 de maio de 2025.**
Marcos Caires Luz
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
3ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Av. Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3342-0524 - E-mail: LON-3VJ-E@TJPR.JUS.BR

EDITAL DE CITAÇÃO

RÉUS E TERCEIROS INTERESSADOS AUSENTES - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 30 dias

O(A) Juiz(íza) de Direito Marcos Caires Luz, da 3ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0050224-39.2024.8.16.0014, em que é(são) autor(es) GABRIEL MAGALHÃES PINHEIRO, e réu(s) EDGARD ARANTES VIEIRA, e que por este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **réus**, **terceiros interessados ausentes, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao bem: **Veículo Fiat Stilo, ano 2007, de placas ANV-1828 e RENAVAN 88.674978-6** , nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: " Citem-se pessoalmente os confinantes, sendo, porém, desnecessária a citação nas hipóteses em que o objeto da ação for unidade autônoma de prédio em condomínio (art. 246, §3º, CPC). Citem-se por edital os réus e interessados ausentes, incertos e desconhecidos, com o prazo de 30 dias, atendendo-se os requisitos do art. 257 do CPC. Intimem-se, através do sistema Projudi, a União, Estados e Município, para que se manifestem sobre seu interesse na causa no prazo de 15 (quinze) dias. *"*.O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Rosimeire Viviane Fugiwara, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Londrina, 06 de maio de 2025.**
Marcos Caires Luz
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
3ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Av. Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3342-0524 - E-mail: LON-3VJ-E@TJPR.JUS.BR

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): Fellipe Gustavo Monteiro Bon

PRAZO DE 30 dias

O(A) Juiz(íza) de Direito Marcos Caires Luz, da 3ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele

que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Cédula de Crédito Bancário, sob nº 0066954-33.2021.8.16.0014, em que é(são) exequente(s) COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB OURO VERDE , e executado(s) Fellipe Gustavo Monteiro Bon,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s)** . Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **INTIMAÇÃO** da penhora realizada nos presentes autos; **ADVERTIDO(A)** de que dispõe do **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para oferecer **impugnação**;O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Rosimeire Viviane Fugiwara, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Londrina, 06 de maio de 2025.**

Marcos Caires Luz

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

5ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Autos nº. 0033501-47.2021.8.16.0014

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO: 15 (quinze) dias

A Drª. Eveline Zanoni de Andrade, MMª. Juíza de Direito da 5ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) ofendido(a) EDIBERTO VINICIUS SANTOS DE OLIVEIRA, RG 131356226SSP/PR, CPF 094.459.019-59, Nome do Pai: ELSON DE OLIVEIRA, Nome da Mãe: ROSANGELA MARIA DOS SANTOS, atualmente em lugar incerto e não sabido, através do presente INTIMA-O que por sentença prolatada em 27/11/2024, foi declarada extinta a punibilidade da ré NUALA VITÓRIA SANTOS GAIA DA CONCEIÇÃO (RG: 130376274 SSP/PR e CPF/CNPJ: 046.583.159-12), com fulcro no artigo 28-A, § 13 do Código de Processo Penal, em já havendo assistente de acusação habilitado nos autos ou, em 15 (quinze) dias, caso contrário, contados, esse último, do término do prazo do Ministério Público (Código de Processo Penal, art. 598). E, para que ninguém alegue ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado no átrio do Fórum, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, 06 de maio de 2025. EU, Erika Nunomura, Técnica Judiciária, digitei este, que vai assinado digitalmente pelo(a) Magistrado(a).

(datado e assinado digitalmente)

EVELINE ZANONI DE ANDRADE

Juíza de Direito Substituta

8ª VARA CÍVEL

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 8ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 5º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015- 902 - Fone: (43) 3027-2596 - E-mail: LON-8VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO

Processo: 0007906-86.1997.8.16.0014 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Contratos Bancários Valor da Causa: R$17.452,12 Exequente(s): BANCO SISTEMA S.A. (CNPJ: 76.543.115/0001-94) Executado(s): SAMIR CURY EIDE (RG: 5164419 SSP/PR e CPF: 086.248.449-91)

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação em 1ª e 2ª praças, o bem de propriedade do devedor, na seguinte forma:

1ª PRAÇA: Dia 30 de maio de 2025 às 13:30 por preço não inferior ao da avaliação. Tão somente na modalidade eletrônica, mediante cadastro prévio no site do leiloeiro (estando aberto para lances online a partir do quinto dia que antecede esta data) - ALIENAÇÃO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO - SITE: www.nakakogueleiloes.com.br

2ª PRAÇA: Dia 06 de junho de 2025 às 13:30, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil (preço inferior a 75% do valor atualizado da avaliação) - Artigo 891, parágrafo único do Novo CPC, apenas na modalidade eletrônica (mediante cadastro prévio no site do leiloeiro). ALIENAÇÃO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO - SITE www.nakakogueleiloes.com.br.

OBS: caso o(s) dia(s) acima designado(s) caia(m) em feriado, por qualquer motivo decretado, o ato realizarse-á no 1º dia útil seguinte.

LOCAL: ALIENAÇÃO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO - www.nakakogueleiloes.com.br.

BEM: Qualificação do(s) Bem (01) ..... R$ 4.214.586,05

Lote nº 256/Remanescente, com 55.660,00 m2 ou 2,30 alqueires, da subdivisão do 256 da Gleba Cafesal, deste Município, cadastrado no INCRA sob nº 7141780531396 com as seguintes divisas: Inicia-se com um marco cravado à margem direita do Ribeirão do Salto, ponto comum de divisa com o Lote nº 256-1, deste ponto segue confrontando o lote nº 256.1, no rumo NW 31°57 00 SE numa extensão de 413,54 metros, até encontrar a divisa com o Lote mº 256-01, deste ponto segue nesta confrontação, no rumo: NE 58º03 00" SW, numa extensão de 150,27 metros, até atingir divisa com o Lote nº 254, deste ponto segue numa confrontação, no rumo SE 31°57 00" NW, numa extensão de 331,75 metros, até encontrar divisa com a margem direita do Ribeirão do Salto, deste ponto segue á jusante até o ponto de partida e onde se deu o inicio desta transcrição. O imóvel situa-se em uma região classificada como ZR9 - Zona Residencial Nove. Há reserva florestal legal no imóvel com 1,1132 hectares, correspondendo a 20,00% da área total do imóvel, dos quais 0,4824 hectares constituem de áreas de Preservação Permanente. Há uma área de represa no imóvel com 12.039,24 m² de área, correspondendo a 21,72% da área total do imóvel. Assim, o lote possui uma área considerável não loteável de 41,72% de sua área total. BENFEITORIAS: Casa principal - Trata-se de uma edificação residencial térrea em alvenaria, com 223,70 m² de área total, sendo que, dessa área, 135,90 m² é varanda. A edificação é composta por 02 (duas) suítes, sala/cozinha, banheiro social e varanda. As principais características da edificação são: piso revestido por placas cerâmicas, paredes internas revestidas por argamassa e pintura, exceto parte das paredes da cozinha e das paredes dos banheiros, que são revestidas por placas cerâmicas. O teto da edificação é em laje revestida por argamassa e pintura, sendo que a varanda não possui forro. As esquadrias são parte em madeira e parte metálica com vidro. As paredes externas são revestidas por argamassa e pintura. A cobertura da edificação é em telhas cerâmicas apoiadas sobre estrutura de madeira e as instalações elétricas e hidráulicas são embutidas. Há calçadas aos arredores da edificação de cimento alisado. Casa do caseiro Trata-se de uma edificação residencial térrea em alvenaria, com 89,50 m² de área total, sendo que, dessa área, 40,50 m² é varanda. A edificação é composta por 02 (dois) quartos, sala/cozinha, banheiro social, circulação e varanda. As principais características da edificação são: piso de cimento alisado, paredes sem revestimentos, exceto parte das paredes da cozinha e do banheiro, que é revestida por placas cerâmicas. O teto da edificação é em forro de PVC, sendo que a varanda não possui forro. As esquadrias são parte em madeira e parte metálica com vidro. As paredes externas também não possuem revestimento. A cobertura da edificação é em telhas de fibrocimento apoiadas sobre estrutura de madeira e as instalações elétricas e hidráulicas são embutidas. Há calçadas aos arredores da edificação de cimento alisado. Baia/laboratório Trata-se de uma edificação térrea em alvenaria, com 60,50 m² de área total, sendo que, dessa área, 18,50 m² é uma cobertura com telhas de fibrocimento. As principais características da edificação são: piso de concreto e paredes internas e externas sem revestimentos. O teto é parte com forro de madeira e parte não possui forro. Há portas em madeira. A cobertura da edificação é em telhas de fibrocimento apoiadas sobre estrutura de madeira Depósito Trata-se de uma edificação térrea em alvenaria, com 13,20 m² de área. As principais características da edificação são: piso de concreto e paredes internas e externas sem revestimentos. O teto não possui forro. A cobertura é em telhas de fibrocimento apoiadas sobre estrutura de madeira. Há uma cobertura anexa à edificação que não possui valor comercial representativo. Imóvel Matricula nº 59756 do 1º CRI da cidade de Londrina/PR. Venda Ad Corpus.

Avaliação Atualizada R$ 4.214.586,05 - 03/04/2025

AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 3.840.000,00 - 22/02/2023 (mov. 317/372/398, fls. 784/824 e 917/920 e 1006 /1008)

Valor do Débito: R$ 357.784,71 estimativa em 27/01/2025 (mov. 466.2, fl. 1137), mais custas processuais e despesas com publicação do Edital.

ÔNUS/MENÇÃO:

ÔNUS MATRÍCULA: Matrícula - Bem nº 1 R.00/Matr.59.756 - PROPRIETÁRIO - SAMIR CURY EIDE e ANA MARIA PALMA CURY. AV.01/Matr.59.756 - RESERVAR FLORESTAL LEGAL - Reserva Florestal Legal a área de 1,1132 hectares, correspondendo a 20,00% da área total do imóvel objeto desta matrícula, dos quais 0,4824 hectares constitui-se de áreas de Preservação Permanente. R.02/Matr.59.756 - PENHORA - Autos nº 0007906-86.1997.8.16.0014. Vara: 8ª Vara Cível de Londrina /PR. Exequente: BANCO SISTEMA S.A. Executado: BADRIA JUBRAN CURY e SAMIR CURY EIDE. Podendo existir ônus diversos não informados no processo, ou com data posterior à expedição da matrícula e da certidão do Distribuidor. OBS: Custas, carta de arrematação e/ou mandado de entrega, serão de responsabilidade do arrematante DEPÓSITO DOS BENS: em mãos de SAMIR CURY EIDE (CPF:086.248.499-91)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: As condições de pagamento (CPC, art. 885) para o caso de interessados em adquirir o bem penhorado em prestações, desde que apresentadas as propostas no prazo do art. 895 do CPC e respeitado o preço mínimo estabelecido acima, são: Bens arrematados em até R$ 7.500,00 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 2 (duas) prestações; Bens arrematados entre R$ 7.500,01 até R$ 20.000,00 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 4 (quatro) prestações; Bens arrematados entre R$ 20.000,01 até R$ 50.000,00 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 6 (seis) prestações; Bens arrematados por quantia superior a R$ 50.000,01 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 12 (doze) prestações. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (CPC, art. 895, § 7º).

GARANTIA: Para MÓVEIS, caução idônea real ou fidejussória. Para IMÓVEIS deverá ser a hipoteca do próprio bem.
DEPÓSITO DO VALOR DA ARREMATAÇÃO: O arrematante deverá depositar integralmente o preço em conta judicial vinculada ao processo, junto à Caixa Econômica Federal (PAB 2711 - Fórum Londrina) no dia do leilão ou, no máximo, até o dia útil seguinte.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimada(s) a(s) devedora(s) e seus cônjuge(s), bem assim os credores hipotecários e alienantes fiduciários por meio do presente edital acerca da data de praça e leilão a serem realizados, se porventura não for encontrada para intimação. Ainda, ficam o(s) devedor(es) intimados de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação começará a fluir após a realização da Hasta Pública independentemente de nova Intimação e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive despesas do Sr. Leiloeiro para a realização dos atos.
PUBLICAÇÕES : O presente edital será publicado nos sítios do TJ/PR (e-DJ), bem como do leiloeiro (www. nakakogueleiloes.com.br) a partir de 20 (vinte) dias antes do leilão.
LEILÃO, através do leiloeiro PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor de arrematação, a ser pago pelo arrematante, desde que efetivamente comprovado o início dos trabalhos caso sobrevenha hipótese de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% (dois por cento) sobre o valorda avaliação e será devida, em qualquer caso, pela parte executada. AD-CAUTELAM): fica(m) o(s) devedor(es) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado (a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para a intimação.
OBSERVAÇÕES: 1 -Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas pôr motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização. 2 -Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções. Nos imóveis a venda é "ad-corpus"; As IMAGENS no SITE e INFORMES PUBLICITÁRIO são de caráter secundário e efeito estritamente ilustrativo;3 -Incumbe ao leiloeiro atentar-se, que, por força de lei, quando se tratar de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (CPC, art. 843), logo é vedado levar a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação (CPC, art. 843, § 2º). 4 -É de total responsabilidade dos Arrematantes o pagamento de TODOS os impostos, tais como ICMS, ITBI e outros que incidam sobre a venda 5 -Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão. Se o arrematante não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador 6 -Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão, Londrina, 30 de abril de 2025. Eu, Leisiane Caleffi de Jesus, funcionária juramentada, o digitei.
MATHEUS ORLANDI MENDES Juiz de Direito

9ª VARA CÍVEL

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
9ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3572-3255 - E-mail: lon-9vje@tjpr.jus.br.

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A)(S) DEVEDOR(A)(ES): TAILA DARIELE SCHAVARSKI - (CNPF/MF SOB Nº 005.633.799-01).
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE",** nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site **www.jeleiloes.com.br**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **24 de junho de 2025, a partir das 10h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC)**. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **24 de junho de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).**
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº **0024843-10.2016.8.16.0014** de **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** em que é exequente **CONDOMINIO EDIFICIO REQUINTE -** (CNPJ/MF SOB Nº 02.743.546/0001-68**)** e executada **TAILA DARIELE SCHAVARSKI -**(CNPF/MF SOB Nº 005.633.799-01).
BEM(NS): "APARTAMENTO sob n. 104, situado no 1º pavimento superior do Edifício Residencial Requinte, localizado na rua Henrique Dias n. 52, Bairro Jardim Nova Londres, nesta cidade, com área total de 61,352m2, composto de dois dormitórios, sala, cozinha/área de serviços gerais/lavanderia, banheiro, piso cerâmico, estando em mau estado de conservação, apresentando sinais de infiltrações/mofo no banheiro e quartos. Sem garagem. Na parte de uso comum com elevador, portaria, portões com acionamentos eletrônicos, com demais características e confrontações constantes dos autos, da inscrição municipal n. 02.02.0086.3.0272.0004 e Matrícula n. 62.783 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício local, o qual avalio no valor total de R$185.000,00 (Cento e oitenta e cinco mil reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 222.1, datado de 13 de Dezembro de 20214.".
ÔNUS: "R.11 - Alienação Fiduciária em favor do Itaú Unibanco S/A - APESAR DA MENCIONADA ALIENAÇÃO A EXPROPRIAÇÃO SE DARÁ SOBRE O PRÓRPIO BEM, SEM QUALQUER RESPONSABILIDADE AO ARREMATANTE, CONFORME COMANDO JUDICIAL PROFERIDO NO EVENTO 242.1; Av.12 - Indisponibilidade de Bens, referente aos presentes autos; R.13 - Penhora em favor do credor, referente aos presentes autos, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 249.2. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária após a respectiva expedição do Edital. Eventual necessidade de regularização das benfeitorias, será de responsabilidade do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - *(Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN).*
Ressalta-se que o Decreto Municipal nº 617, de 17 de junho de 2010, encerrou a problemática advinda do entendimento anteriormente adotado pelo Município de Londrina, com fundamento em julgado do STJ (RESP nº 720196-SP), quanto à responsabilidade pelo pagamento do IPTU. De acordo com o art. 3o do referido decreto, no caso de arrematação em hasta pública, o arrematante não é responsável pelos débitos tributários anteriores à arrematação.
AVALIAÇÃO ATUALIZADA DO BEM: R$ 188.180,69 (cento e oitenta e oito mil, cento e oitenta reais e sessenta e nove centavos), conforme atualização da avaliação até a presente data.
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.
Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até **05 (cinco) meses**, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas à apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão

na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).
O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos da executada, podendo ser encontrada na Rua José Jorge, 687 - APUCARANA/PR - CEP: 86.809-100, como fiel depositária, até ulterior deliberação. **Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.**
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação. Na hipótese de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação e será devida, em qualquer caso, pela parte executada
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam as executadas, quais sejam: **TAILA DARIELE SCHAVARSKI -** (CNPF/MF SOB Nº 005.633.799-01), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciário **ITAU UNIBANCO S.A**. e usufrutuários do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco. (28/04/2025). Eu,_____,/// **Jorge V.Espolador -** Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.
JOÃO MARCOS ANACLETO ROSA
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
9ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3572-3255 - E-mail: lon-9vje@tjpr.jus.br.

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A)(S) DEVEDOR(A)(ES): DEBORA KEMILLY DOS SANTOS - (CNPF/MF SOB Nº 088.650.049-40).
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE",** nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site **www.jeleiloes.com.br**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **24 de junho de 2025, a partir das 10h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC)**. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **24 de junho de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).**
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº **0069238-14.2021.8.16.0014** de **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** em que é exequente **CONDOMÍNIO SPAZIO LA TRAVIATA -** (CNPJ/MF SOB Nº 36.142.523/0001-10**)** e executada **DEBORA KEMILLY DOS SANTOS -**(CNPF/MF SOB Nº 088.650.049-40).
BEM(NS): "Apartamento n° 403, situado no 4° pavimento, do Bloco 18, com área total construída de 47,0668 m² e a Vaga de garagem n° 334, Tipo: Padrão, Posição: Descoberta Livre, integrante do condomínio "Spazio La Traviata", localizado à Rua José Alves Nunes, n° 450, Loteamento Residencial Gleba Esperança, desta cidade, com área total construída de 31.2643 m², com as demais divisas e confrontações constantes da matrícula nº 120.749 do CRI - 1º Ofício, avaliado em R$ 180.000,00, conforme Laudo de Avaliação doe vento 233.1, datado de 20 de janeiro de 2025".
ÔNUS: "Av.1 - Alienação Fiduciária em favor da Caixa Econômica Federal. APESAR DA MENCIONADA ALINEAÇÃO A PENHORA E AVALIAÇÃO SE DERAM SOBRE O PRÓRPIO BEM POR DETERMINAÇÃO CONTIDA NOS AUTOS R DESPACHO DO EVENTO 134.1, CUJA EXPROPRIAÇÃO TAMBÉM SE DARÁ, CONFORME PLEITEADO PELO CREDOR NO EVENTO 243.1, SEM QUALQUER RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE PARA COM EVENTUAL SALDO DEVEDOR; R. 2 - Penhora em favor do credor referente aos presentes autos, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 158.3. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária após a respectiva expedição do Edital. Eventual necessidade de regularização das benfeitorias, será de responsabilidade do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - *(Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN).*
Ressalta-se que o Decreto Municipal nº 617, de 17 de junho de 2010, encerrou a problemática advinda do entendimento anteriormente adotado pelo Município de Londrina, com fundamento em julgado do STJ (RESP nº 720196-SP), quanto à responsabilidade pelo pagamento do IPTU. De acordo com o art. 3o do referido decreto, no caso de arrematação em hasta pública, o arrematante não é responsável pelos débitos tributários anteriores à arrematação.
AVALIAÇÃO ATUALIZADA DO BEM: R$ 182.279,90 (cento e oitenta e dois mil, duzentos e setenta e nove reais e noventa centavos), conforme atualização da avaliação até a presente data.
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.
Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até **05 (cinco) meses**, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas à apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).
O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos da executada, podendo ser encontrada na Rua Madressilva, 148 - Parque das Indústrias - LONDRINA/PR - CEP: 86.042-270, como fiel depositária, até ulterior deliberação. **Advirta-se**

o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação. Na hipótese de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação e será devida, em qualquer caso, pela parte executada
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam as executadas, quais sejam: **DEBORA KEMILLY DOS SANTOS -** (CNPF/MF SOB Nº 088.650.049-40), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciária **CAICA ECONÔMICA FEDERAL** e usufrutuários do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco. (28/04/2025). Eu,_____,/// **Jorge V.Espolador -** Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.
JOÃO MARCOS ANACLETO ROSA
Juiz de Direito Substituto

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ **COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA** **9ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI** **Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP:86.015-902.**

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A)(S) DEVEDOR(A)(ES): ISMAR LUIZ DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 498.340.969-68).
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE",** nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site **www.jeleiloes.com.br**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **24 de junho de 2025, a partir das 10h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC)**. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **24 de junho de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC). *Em caso de copropriedade, a verificação do preço vil se dará somente sobre a cota parte do devedor 50%, pois o coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, tem direito ao recebimento da integralidade da parte que lhe couber, conforme artigo 843, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil.***
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. Em caso de copropriedade, a verificação do preço vil se dará somente sobre a cota parte do devedor, pois o coproprietário tem direito ao recebimento da integralidade da parte que lhe couber, conforme artigo 843, § 2º, do CPC.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº **0034606-64.2018.8.16.0014 - PROJUDI** de **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** em que é exequente **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL POLARIS** - (CNPJ/MF SOB Nº 78.020.914/0001-01) e executado **ISMAR LUIZ DE OLIVEIRA -**(CNPF/MF SOB Nº 498.340.969-68).
BEM(NS): "**Apartamento nº 14**, situado no 14º pavimento tipo do Condomínio Residencial Polaris, localizado na Rua Piauí, 1259, desta Cidade, com a área total de 361.7992m², com as divisas e confrontações constantes da matrícula nº 46.113 registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina Estado do Paraná. O apartamento é composto de duas suítes, sendo uma delas com sacada, dois dormitórios, uma sala de jantar com sacada, todos de revestimento de piso de madeira, uma sala de tv/copa, cozinha de piso porcelanato, banheiro, lavabo de piso mármore, além de lavanderia, um dormitório de empregada, ambos de piso porcelanato e banheiro, de piso cerâmico. **Vaga de garagem nº 31**, situado no subsolo do Condomínio Residencial Polaris, localizado na Rua Piauí, 1259 desta Cidade, com as divisas e confrontações constantes da matrícula nº 46.145 registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina Estado do Paraná; **Vaga de garagem nº 32**, situado no subsolo do Condomínio Residencial Polaris, localizado na Rua Piauí, 1259 desta Cidade, com as divisas e confrontações constantes da matrícula nº 46.146 registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina Estado do Paraná, avaliado em R$ 1.050.000,00, conforme Laudo de Vistoria e Avaliação do evento 458.1, datado de 14 de janeiro de 2025".
ÔNUS: "R.5/46.146 - Penhora referente aos autos nº 11373-38.2018.8.16.0014 movida por Advocacia Dallagnolo, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara Cível; Av.6/46.146 - Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00781541320168160014, em trâmite perante o juízo da 9ª Vara Cível; R.5/46.145 - Penhora referente aos autos nº 11373-38.2018.8.16.0014 movida por Advocacia Dallagnolo, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara Cível; Av.6/46.145 - Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00781541320168160014, em trâmite perante o juízo da 9ª Vara Cível; R.5/46.113 - Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00781541320168160014, em trâmite perante o juízo da 9ª Vara Cível; R.6 - Penhora referente aos autos nº 0061150-21.2020.8.16.0014 movida pelo Município de Londrina, em trâmite perante o juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais; R.7 - Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00113733820188160014, em trâmite perante o juízo da 1ª Cível; R.8 - Penhora em favor do credor referente aos presentes autos; R.9 - Penhora referente aos autos nº 0025034-45.2022.816.0014 movida pelo Município de Londrina, em trâmite perante o juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais, conforme matrícula imobiliária do evento 463.5. Penhora no rosto dos presentes autos, referente aos autos nº 18453-24.2016.8.16.0014 movida por Milton Luis Ribeiro de Oliveira, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara Cível, conforme Termo do evento 348.2. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - *(Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN).*
Ressalta-se que o Decreto Municipal nº 617, de 17 de junho de 2010, encerrou a problemática advinda do entendimento anteriormente adotado pelo Município de Londrina, com fundamento em julgado do STJ (RESP nº 720196-SP), quanto à responsabilidade pelo pagamento do IPTU. De acordo com o art. 3o do referido decreto, no caso de arrematação em hasta pública, o arrematante não é responsável pelos débitos tributários anteriores à arrematação.
AVALIAÇÃO ATUALIZADA DO BEM: R$ 1.063.412,61 (um milhão sessenta e três mil, quatrocentos e doze reais e sessenta e um centavos), conforme atualização da avaliação até a presente data.
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.
Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até **05 (CINCO) MESES**, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do

Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).
O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado Sr. ISMAR LUIZ DE OLIVEIRA, podendo ser encontrado Rua Piauí, 1259, apto 14 - Londrina-PR, como fiel depositário, até ulterior deliberação. **Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.**
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - LEILOEIRO -MATRÍCULA 13/246-L
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação. Na hipótese de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação e será devida, em qualquer caso, pela parte executada
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam as executadas, quais sejam: **ISMAR LUIZ DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 498.340.969-68**), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s) Sra. **DANIELA VIANA DE OLIVEIRA**. Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciário, coproprietário(s) e usufrutuária do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cincos. (05/05/2025). Eu,_____,/// **Jorge Vitorio Espolador**///Leiloeiro Público Oficial, que o digitei e subscrevi.
JOÃO MARCOS ANACLETO ROSA
Juiz de Direito Substituto

10ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
10ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3029-3384 - E-mail: londrina10vc@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ALLAN DUARTE CORREA
PRAZO DE 30
O(A) Juiz(íza) de Direito Gustavo Peccinini Netto, da 10ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Pagamento, sob nº 0017092-59.2022.8.16.0014, em que é(são) autor(es) MARIA ERMINIA CORREA, CAMILLA DUARTE CORREA, ALLAN DUARTE CORREA, CRISTIANA EMILIANO SILVA, PAULO SÉRGIO EMILIANO CORREA, e réu(s) MARCELO CARINATTO, PAULA ALEXSANDRA CORREA DE JESUS, e que não foi possível localizar pessoalmente o HERDEIRO **ALLAN DUARTE CORREA**, portador(a) do RG 135051322 SSP/PR e do CPF 101.964.009-02 . Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, proceda a sua habilitação nos autos - art. 690 do CPC, porquanto caracterizada a situação prevista no art. 256 do Código de Processo Civil, em decorrência do falecimento informado nos autos. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Robson Fernando Regioli, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Londrina, 06 de maio de 2025.
Gustavo Peccinini Netto
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
10ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3029-3384 - E-mail: londrina10vc@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ROSIMERI DE JESUS e ROSENEY APARECIDA
PRAZO DE 30 diasO(A) Juiz(íza) de Direito Gustavo Peccinini Netto, da 10ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Defeito, nulidade ou anulação, sob nº 0013856-31.2024.8.16.0014, em que é(são) autor(es) MARIEL MONTINI, e réu(s) OSVALDO PEREIRA DE SOUZA, MARIA DE JESUS ANIBAL, ROSENEY APARECIDA DE SOUZA, ROSIMERI DE JESUS DE SOUZA, Ana Paula de Souza, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) ROSENEY APARECIDA DE SOUZA**, portador(a) do RG 67450272 SSP/PR e CPF 020.587.489-48 e **ROSIMERI DE JESUS DE SOUZA**, portador(a) do RG 67450027 SSP/PR e CPF 025.258.429-52. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrito: "*A autora manteve união estável com o réu Osvaldo Pereira de Souza de janeiro de 1997 a junho de 2019, reconhecida judicialmente e por escritura pública. Em 2019, ajuizou ação de reconhecimento e dissolução de união estável, na qual foi homologada partilha parcial dos bens. No entanto, restou pendente o imóvel situado na Rua Chupim, nº 21, em Londrina/PR, matrícula nº 34.292. Durante a união, em 17/06/2013, o réu, sem a anuência da autora e omitindo seu estado civil de convivente, doou o referido imóvel às filhas e à ex-esposa, registrando a escritura como se fosse o único proprietário. A doação foi formalizada em cartório e registrada em 01/08/2013. Tal ato é nulo, pois não teve a outorga uxória da companheira, exigida por lei (art. 1.647, IV, CC), tratando-se de bem adquirido na constância da união e, portanto, comum. A autora sustenta que a doação teve como objetivo frustrar seus direitos patrimoniais, e que as donatárias sabiam da união estável existente à época. A partilha do referido imóvel não foi possível na ação anterior, diante da necessidade de ação específica de nulidade da doação, ora proposta*". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Robson Fernando Regioli, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Londrina, 07 de maio de 2025.
Gustavo Peccinini Netto
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
10ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3029-3384 - E-mail: londrina10vc@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO DE JEZIEL PIRES MARTINS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS.
Edital de citação do(a) executado(a) **JEZIEL PIRES MARTINS, portador(a) do CPF 066.356.679-70** atualmente em lugar ignorado, para que no **PRAZO DE TRÊS DIAS**, promova ao pagamento da dívida apontada nos autos sob nº **0002297-77.2024.8.16.0014** de **Execução de Título Extrajudicial** movida por **DEZAINY ASSESSORIA DE COBRANÇA S/S LTDA,** em face de **JEZIEL PIRES MARTINS,** em trâmite perante este Juízo, que atinge a cifra de **R$3.900,39** em **04/2025,** mais acessórios e custas processuais, bem como da verba honorária, fixada em 10% sobre o valor do débito, que para o caso de pagamento integral do débito no prazo legal, será reduzida pela metade, ou oferecer embargos à execução no **PRAZO DE QUINZE DIAS**. Londrina, 07 de maio de 2025 às 15:28:06. Eu, Robson Fernando Regioli, Analista Judicial, que o digitei e subscrevi.**Gustavo Peccinini Netto**
Juiz de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
10ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3029-3384 - E-mail: londrina10vc@gmail.com

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO DE Roselaine Tsujiguchi,

O(A) Juiz(íza) de Direito Gustavo Peccinini Netto, da 10ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela sob nº **0083499-13.2023.8.16.0014** movida por **Monica Tsujiguchi,** em face de **Roselaine Tsujiguchi,** , e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de Roselaine Tsujiguchi (RG: 59820524 SSP/PR e CPF/CNPJ: 010.892.679-67), por sentença transitada em julgado no dia 06/05/2025, declarando-a absolutamente incapaz de exercer os atos de sua vida civil, nomeando-lhe CURADOR o(a) Sr(a). Monica Tsujiguchi (RG: 56964112 SSP/PR e CPF/CNPJ: 849.233.189-53), cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interditando em todos os atos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro, alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Londrina, 06 de maio de 2025 às 16:51:25. Eu,Robson Fernando Regioli, Analista Judicial, que o digitei e subscrevi.

Gustavo Peccinini Netto Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
10ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3029-3384 - E-mail: londrina10vc@gmail.com

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE RAFAEL OTAVIANO GUIRADO.

Edital de Intimação do(a) executado(a) **RAFAEL OTAVIANO GUIRADO, portador(a) do CPF 089.664.259-33,** atualmente em lugar ignorado, para cientifica-lo quanto ao bloqueio realizado via SISBAJUD sobre as suas contas bancárias, bem como para que, **no prazo de (05) cinco dias** comprove que as quantias tornadas indisponíveis (R$ 174,30) são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros (NCPC, art. 854, § 2º e 3º e inc I e II). Decorrido o prazo acima assinalado sem manifestação, a indisponibilidade converte-se-á em penhora, ficando desde já INTIMADO, para que, em DEZ DIAS, caso queira, requeira a substituição da penhora, desde que comprove que a penhora do novo bem indicado em substituição lhe será menos onerosa e não trará prejuízos ao exequente (NCPC, art. 847). Londrina, 06 de maio de 2025 às 17:21:50. Eu, Robson Fernando Regioli, Analista Judicial, que o digitei e subscrevi.

Gustavo Peccinini Netto Juiz de Direito

MALLET

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): JOSE ELIO TOMAL PRAZO DE 30 (trinta) dias O Juiz de Direito Ítalo Mário Bazzo Júnior, da Vara Cível de Mallet, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Indenização por Dano Moral, sob nº 0001435-24.2024.8.16.0106, em que é autor S. O. M. L. representado(a) por MARCOS CESAR MARQUES DE LIMA, e réu JOSE ELIO TOMAL,e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovida JOSE ELIO TOMAL. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Mallet, 05 de maio de 2025. Ítalo Mário Bazzo Júnior Juiz de Direito

Edital de Intimação - Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): PAULO RODRIGO PRESTES DE OLIVEIRA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Ítalo Mário Bazzo Júnior, da Vara da Infância e da Juventude - Seção Infracional - Mallet, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Processo de Apuração de Ato Infracional, assunto Dano Qualificado, sob nº 0001090-58.2024.8.16.0106, em que é réu PAULO RODRIGO PRESTES DE OLIVEIRA, e vítima ESTADO DO PARANÁ, MARCO ANTONIO GELLER,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido PAULO RODRIGO PRESTES DE OLIVEIRA, filho(a) de NEUZA APARECIDA PRESTES DE OLIVEIRA e PAULO CEZAR DE OLIVEIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito, na qual restou EXTINTO O PROCESSO. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Mallet, 07 de maio de 2025. Ítalo Mário Bazzo Júnior Juiz de Direito

---

MAMBORÊ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MAMBORÊ
VARA CRIMINAL DE MAMBORÊ - PROJUDI
Avenida Manoel Francisco da Silva, 985 - Centro - Mamborê/PR - CEP: 87.340-000 - Fone: (44) 3259-7662 - Celular: (44) 3259-7670 - E-mail: MAM-JU-ECR@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): DANIEL DA SILVA GALVÃO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Bruna Grasso Ferreira, da Vara Criminal de Mamborê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0000960-02.2023.8.16.0107, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DANIEL DA SILVA GALVÃO, e vítima D. DE S. F., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido DANIEL DA SILVA GALVÃO, portador(a) do RG 12328455 SSP/PR e CPF 083.683.009-16, nascido(a) em 10/01/1993, natural de MAMBORE/PR, filho(a) de ROSEMEIRE CORDEIRO DA SILVA e VILSON RIBEIRO GALVÃO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. .

Mamborê, 29 de abril de 2025.

Bruna Grasso Ferreira

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE MANDAGUARI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): CLEONICE APARECIDA DE MEIRA, EDILAINE CRISTINA DE MEIRA MOREIRA e ELOANA APARECIDA DE MEIRA RAMALHO

PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo da Costa Franco, da Vara Cível de Mandaguari, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Nota Promissória, sob nº 0000650-29.2019.8.16.0109, em que é(são) autor(es) COCARI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL, e réu(s) CLEONICE APARECIDA DE MEIRA, ERICA MILENA DE MEIRA ROSS, EDILAINE CRISTINA DE MEIRA MOREIRA, Marcos Cavalheiro de Meira, ELOANA APARECIDA DE MEIRA RAMALHO e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) CLEONICE APARECIDA DE MEIRA**, portador(a) do CPF 028.580.689-09; **EDILAINE CRISTINA DE MEIRA MOREIRA**, portador(a) do RG 75142188 SSP/PR e CPF 028.583.939-07; **ELOANA APARECIDA DE MEIRA RAMALHO**, portador(a) do RG 82902813 SSP/PR e CPF 036.849.829-89. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO**, na qualidade de herdeiras do ESPÓLIO DE MARCOS CAVALHEIRO DE MEIRA, para que no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, querendo, ofereça resposta por meio de advogado(a) devidamente constituído(a), pronunciando-se nos termos do art. 690 do Código de Processo Civil. A parte interessada forneceu o teor do resumo para publicação do edital, nos termos do art. 408 do Código de Normas do Foro Judicial - CNFJ, conforme transcrição: "Trata-se de execução por quantia certa proposta por COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL em face de MARCOS CAVALHEIRO DE MEIRA. Narra a inicial que a exequente é credora de obrigações certas, líquidas e exigíveis, proveniente de Nota Promissória e Notas Promissórias Rurais, não satisfeitas pelo executado, totalizando o valor atualizado de R$ 20.932,41 (vinte mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos). Citado para pagar a dívida, o executado quedou-se inerte. Posteriormente, em virtude do falecimento do executado, foi realizada a habilitação das herdeiras. Contudo, os meios ordinários para a localização das herdeiras CLEONICE, EDILAINE e ELOANA foram esgotados, autorizando, portanto, a sua citação por edital para que se pronunciem no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 690 do CPC". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

O prazo de resposta será contado após o decurso da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Eu, Larissa Giovana Estevam dos Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Mandaguari, 30 de abril de 2025.

Paula Maria Torres Monfardini

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): IVO DOS SANTOS GRECHE

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Paula Maria Torres Monfardini, da Vara Cível de Mandaguari, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Busca e Apreensão, sob nº0002734-32.2021.8.16.0109, em que é(são) autor(es) COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSAO AGROEMPRESARIAL - SICREDI AGROEMPRESARIAL PR/SP, e réu(s) IVO DOS SANTOS GRECHE, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido IVO DOS SANTOS GRECHE**, portador(a) do RG 101987418 SSP/PR e CPF 064.392.669-00. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente no valor de **R$50.763,96 (cinquenta mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos)**, acrescido de custas e honorários advocatícios. A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.** O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso do prazo de publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Felipe Balan Sossai, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Mandaguari, 29 de abril de 2025.Paula Maria Torres MonfardiniJuíza de Direito OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Vinicius Vieira Lopes Meirelles Borges

PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Paula Maria Torres Monfardini, da Vara Cível de Mandaguari, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Crédito Rural, sob nº 0002452-91.2021.8.16.0109, em que é(são) autor(es) COCARI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL, e réu(s) Vinicius Vieira Lopes Meirelles Borges, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Vinicius Vieira Lopes Meirelles Borges**, portador(a) do CPF 014.296.461-10. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor total de 1.266.188,73 (um milhão, duzentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e oito reais e setenta e três centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento". A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.** A parte interessada forneceu o teor do resumo para publicação do edital, nos termos do art. 408 do Código de Normas do Foro Judicial - CNFJ, conforme transcrição: "Trata-se de execução para entrega de coisa incerta proposta por COCARI -COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL em face de VINICIUS VIEIRA LOPES MEIRELLES BORGES. Narra a inicial que as partes entabularam, em 17 de abril de 2020 e 11 de maio de 2020, os denominados "Contratos de Compra e Venda de Soja a Termo com Preço Fixo", pelo qual o executado se obrigou a entregar à COCARI, respectivamente, até os dias 20 de abril de 2021 e 10 de abril de 2021, a quantidade de 5.000 (cinco mil) e 2.000 (duas mil) sacas de 60 (sessenta) quilos de Soja Comercial, padrão exportação, safra 2020/2021, totalizando 7.000 (sete mil) sacas, o que não ocorreu. O executado foi citado por edital para efetuar a entrega da coisa no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que o prazo se escoou sem cumprimento. Diante disso, o feito foi convertido para execução por quantia certa, devendo a parte executada ser citada novamente por edital para efetuar o pagamento do valor atualizado de R$ 1.266.188,73 (um milhão, duzentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e oito reais e setenta e três centavos)". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

O prazo de resposta será contado após o decurso da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Eu, Larissa Giovana Estevam dos Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Mandaguari, 30 de abril de 2025.

Paula Maria Torres Monfardini

MANGUEIRINHA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MANGUEIRINHA
VARA CRIMINAL DE MANGUEIRINHA - PROJUDI
Rua D. Pedro II, 1033 - Centro - Mangueirinha/PR - CEP: 85.540-000 - Fone: (46) 3905-6320 - E-mail: mgue-ju-eccrda@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ROSANGELA MARQUES DOS SANTOS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Daniela Fernandes de Oliveira, da Vara Criminal de Mangueirinha, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0001473-29.2021.8.16.0110, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LUCAS ALVES DA SILVA, ROSANGELA MARQUES DOS SANTOS, e vítima SUPERMERCADO MONTEIRO, VANDERLEI ROBERTO LORO,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **ROSANGELA MARQUES DOS SANTOS, portador(a) do RG 157976141 SSP/PR e CPF 013.824.559-25, nascido(a) em 22/08/1994, natural de SAO JOAO/PR, filho(a) de Maria da Luz Sutil e Gonçalino Marques dos Santos**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, § 4º, inciso IV, do Código Penal, com pena definitiva de **02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA** no valor de um trigésimo do maior salário-mínimo mensal vigente ao tempo do fato. **REGIME ABERTO**, com **SUBSTITUIÇÃO de pena privativa de liberdade ora cominada por duas penas restritivas de direitos** (art. 44, incs. I, II e III, §§ 1º, 2º e 3º, do CP), consistentes em: I) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, consistente na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado, a serem executadas em sete horas, na proporção determinada no art. 46, §3º, do Código Penal (uma hora por semana de tarefa por dia de condenação), , em local a ser designado pelo Juízo da execução totalizando 720 horas. Ressalte-se que, somente na hipótese de a pena, é facultado ao condenado cumprir a pena substituída ser superior a um ano substitutiva em menor tempo, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada (parágrafo 4º do dispositivo supracitado). II) pagamento em dinheiro a entidade pública ou privada com destinação social no valor de 02 salários-mínimos nacionais, observada a forma de recolhimento mediante guia gerada em sistema informatizado, que ensejará depósito em conta única administrada pelo Tribunal de Justiça, conforme previsto no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta 02/2014 - CGJ/PR e MP/PR, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Daiane Aparecida Camargo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Mangueirinha, 07 de maio de 2025.
Daniela Fernandes de Oliveira
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MANGUEIRINHA
VARA CRIMINAL DE MANGUEIRINHA - PROJUDI
Rua D. Pedro II, 1033 - Centro - Mangueirinha/PR - CEP: 85.540-000 - Fone: (46) 3905-6320 - E-mail: mgue-ju-eccrda@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANDERSON DE OLIVEIRA BARBOSA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Daniela Fernandes de Oliveira, da Vara Criminal de Mangueirinha, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0000009-33.2022.8.16.0110, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANDERSON DE OLIVEIRA BARBOSA, e vítima TALITA MARTINS DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANDERSON DE OLIVEIRA BARBOSA, portador(a) do RG 165677897 SSP/PR e CPF 048.650.639-86, nascido(a) em 19/05/1983, natural de MANGUEIRINHA/PR, filho(a) de EUNICE DA SILVA BARBOSA e GILMAR DE OLIVEIRA BARBOSA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Daiane Aparecida Camargo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Mangueirinha, 07 de maio de 2025.
Daniela Fernandes de Oliveira
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

O Juiz de Direito Dr. Robespierre Foureaux Alves, da 1ª Vara de Família e Sucessões de Maringá-Pr., FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inventário, assunto Inventário e Partilha dos Bens deixados por EDSON JOSÉ MARASSI, sob o nº 0015565-29.2023.8.16.0017, em que é autora a viúva meeira, ANA ROSA CASCAES MARASSI (inventariante) e, terceiros herdeiros, os filhos e netos: LUCIANA MARASSI, EDSON FERNANDO MARASSI, e GABRIELA MARASSI SPINELI E HENRIQUE MARASSI SPINELI, e o "de cujus" EDSON JOSÉ MARASSI. Desta forma, CITEM-SE por meio deste edital os interessados incertos ou desconhecidos, no prazo de 30 dias, nos termos do art. 259, III, do CPC. O presente edital é expedido e publicado para que o teor dos presentes autos de inventário e partilha de Edson José Marassi cheguem ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Edital Geral

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE MARINGÁ - PROJUDI- Autos nº. 0015430-80.2024.8.16.0017.

GLEYSON DINIZ, e JULIANA OLIVEIRA DINIZ, vem nos termos do art.408 do codigo de normas resumo edital da AÇÃO DE ALTERAÇÃO DO REGIME BENS, Os requerentes contraíram matrimônio em 16/12/2006, tendo adotado o regime da comunhão parcial de bens, alterado o regime de bens do casal, passando do atual comunhão parcial para separação total de bens, expedindo-se o competente mandado de averbação para o Cartório de Registro Civil de Ibiporã - Serviço Registral Lustoza na Rua Paulo Frontin, 364 - Centro - Ibiporã - Paraná -CEP: 86200-000. O Código Civil vigente dá, no seu artigo 1.639, § 2º, arrimo à pretensão dos requerentes: "É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

Assim os requerentes vem partilhar os bens em comum em partes iguais, representados pelos advogados:JUAREZ BARBOSA CARDOSO DA SILVA OAB/PR 77.919 e ILSA FELIX OAB/PR 68268.

2ª VARA CÍVEL

Edital Geral

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL
COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ
Escrivania da 2ª Vara Cível **Avenida Pedro Taques, 294, Torre Sul, 1º andar - (esq. Av. Bento Munhoz) Atrium Centro Empresarial - Zona 07 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3472-2723**
www.2civelmaringa.com.br
LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO
Escrivão
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DE
ANTONIO JUSTINO DOS REIS
PRAZO DESTE EDITAL:
15 (QUINZE) DIAS
Assistência Judiciária
O Exmo. Sr. Dr. Carlos Eduardo Faisca Nahas, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0005556-71.2024.8.16.0017, Ação de INTERDIÇÃO C/ C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, em que é requerente: SUELY DA SILVA DOS REIS e requerido: ANTONIO JUSTINO DOS REIS. É o presente edital expedido para conhecimento de terceiros e demais interessados de que foi **DECRETADA A INTERDIÇÃO** de **ANTONIO JUSTINO DOS REIS**, brasileiro, casado, aposentada, inscrito no CPF/MF nº 695.310.489-91, filho de Augusto Justino do Reis e de Helena Alves dos Reis, residente e domiciliada na Rua Pioneiro Aparecido Guerra, nº292, Parque Itaipu, Maringá/PR, CEP 87065-390, o qual foi declarada incapaz para a realização de atos de natureza patrimonial e negocial, remanescendo intactos e preservados os demais direitos (art. 84 e 85 da Lei n. 13.146, de 6-7-2015), sendo de sua responsabilidade administrar os bens da requerido de forma responsável em benefício dele, não podendo onerá-los ou expropriá-los sem autorização judicial. Não pode, ainda, concretizar empréstimos em nome da curatelado sem autorização judicial e de conseqüência, como **CURADORA** ficou nomeada a requerente **SUELY DA SILVA DOS REIS**, brasileira, casada, desempregada, inscrita no CPF/MF nº 067.053.929-59, portadora da CI RG nº 8.797.279-8 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Pioneiro Aparecido Guerra, nº 292, Parque Itaipu, Maringá-PR, CEP 87065-390. **SENTENÇA:** "Vistos, etc.1. RELATÓRIO. Trata-se de ação de interdição ajuizada por emSUELY DA SILVA DOS REISbenefício de seu marido, sob o argumento de que este foiANTÔNIO JUSTINO DOS REIS acometido por estresse pós-traumático (CID 10; F43.1), evoluído para doença de Alzheimer de início precoce (CID 10; G30.0). Narra que o interditando não possui mais condições para o trabalho, também não dispõe do necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, necessitando de acompanhamento integral de um cuidador a todo momento. Tece comentários sobre sua legitimidade e requer sua nomeação como curadora provisória. Ao final, requer a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita e pede a decretação da interdição com a sua nomeação como curadora em definitivo. Junta documentos (mov. 1.2/1.26). A decisão de mov. 6.1 defere o benefício da justiça gratuita e a curatela provisória do réu, nomeando a autora como curadora provisória, ainda determina a expedição de mandado de constatação do interditando e abertura de vista ao Ministério Público. O auto de constatação foi juntado aos autos pelo oficial de justiça (mov. 24.1). A decisão de mov. 28.1 determinou a nomeação de curadora especial para representar o interditando, bem como que fosse aberto vistas ao Ministério Público para se manifestar a respeito do auto de constatação. Foi realizada perícia médica por meio do projeto Justiça no Bairro, juntado laudo médico atestando que o réu é incapaz para gerir sua vida patrimonial e financeira (mov.52.1). A curadora especial apresentou contestação por negativa geral em mov. 57.1.O Ministério Público requereu a designação de entrevista judicial (mov. 66.1), que foi realizada conforme termo de mov. 106.2.Por fim, sobreveio parecer do Ministério Público manifestando-se favorável ao pedido inicial, face a relativa incapacidade da interditando para a prática dos atos da vida civil (mov. 109.1). Os autos vieram conclusos para sentença. É o relatório. DECIDO.2. FUNDAMENTAÇÃO. A autora ajuizou a presente ação visando à interdição do réu, seu cônjuge (cf.documentos de mov. 1.7), aduzindo ser ele incapaz de realizar os atos da vida civil, pugnando pela sua nomeação como curadora definitiva, por entender que detém condições para dar assistência ao interditando. As provas documentais apresentadas na inicial, somada à constatação realizada em audiência de entrevista (mov. 106.3) e o laudo pericial de mov. 52.1, confirmam os fatos narrados na inicial no sentido de concluir pela incapacidade para os atos da vida civil do réu. O laudo pericial e laudos médicos juntados aos autos atestam o diagnóstico de alzheimer (CID 10 G30.0) e demonstram as alegações no sentido de que o réu não sai de casa sozinho e não possui capacidade de gerir de forma plena e independente os atos de sua vida civil. Por fim, ressalta-se que o Ministério Público concordou com a pretensão inicial. Logo, restou evidente que o interditando não reúne condições de gerir atos da vida civil sozinho, pois necessita de auxílio de seus familiares para realizar outros atos de gerência patrimonial e negocial, em razão de sua enfermidade. 3. DISPOSITIVO. Diante do exposto, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, o pedido inicial, para o fim de a interdição de JULGO PROCEDENTE DECRETAR, devidamente qualificado nos autos, ANTÔNIO JUSTINO DOS REIS tornando-se , a definitiva a nomeação de sua esposa SUELY DA SILVA DOS REIS como curadora quem caberá representá-la nos exclusivamente nos atos de natureza patrimonial e negocial termos dos artigos 84 e 85 do Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), sendo de sua responsabilidade administrar os bens da requerido de forma responsável em benefício dele, não podendo onerá-los ou expropriá-los sem autorização judicial. Não pode, ainda, concretizar empréstimos em nome da curatelada sem autorização judicial. Fica dispensada a prestação de contas. mandado para inscrição da presente sentença no Registro Civil Expeça-se competente e publique-se a presente sentença na rede mundial de computadores, conforme disposição do artigo 755, §3º, do CPC. Expeçam-se editais na forma do artigo 755, §3º, do CPC, para publicação da presente sentença em jornal de circulação local e no diário oficial. Oficie-se a Justiça Eleitoral desta circunscrição com cópia da presente sentença e da petição inicial, a fim de que sejam tomadas as medidas administrativas cabíveis. Em razão da atuação da advogada Jéssica Castanheiro - OAB/PR 84.828, como no presente feito, condeno o Estado do Paraná ao pagamento dos curadora especial honorários advocatícios em favor da causídica, os quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), Anexo I da Resolução Conjunta nº 15/2019 - SEFA/PGE e Lei Estadual nº 18.664 /2015. Cumpram-se as disposições pertinentes contidas no Código de Normas da Eg. Corregedoria Geral da Justiça do Paraná. Com a inclusão da presente sentença no sistema, dou-a por publicada e registrada. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se os autos. Maringá, data e horário de inclusão no sistema. CARLOS EDUARDO FAISCA NAHAS Juiz de Direito Substituto". E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2025. Eu_____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente.
Carlos Eduardo Faisca Nahas, Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL
COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ
Escrivania da 2ª Vara Cível **Avenida Pedro Taques, 294, Torre Sul, 1º andar - (esq. Av. Bento Munhoz) Atrium Centro Empresarial - Zona 07 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3472-2723**
www.2civelmaringa.com.br
LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO
Escrivão
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DE
FERNANDO LUIZ BOTOTTI FAVERO
PRAZO DESTE EDITAL:
15 (QUINZE) DIAS.
O Exmo. Sr. Dr. Carlos Eduardo Faisca Nahas, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0002716-25.2023.8.16.0017, Ação de INTERDIÇÃO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, em que são requerentes: HAMILTON LUIZ FAVERO e LUZIA OTILIA BORTOTTI FAVERO e requerido: FERNANDO LUIZ BOTOTTI FAVERO. É o presente edital expedido para conhecimento de terceiros e demais interessados de que foi **DECRETADA A INTERDIÇÃO** de FERNANDO LUIZ BOTOTTI FAVERO, brasileiro, portador da CI RG nº 8.606.415-4, CPF/ MF nº 036.961.219-16, filho de Hamilton Luiz Favero e de Luzia Otilia Bortotti Favero, natural de Maringá-Pr, nascido aos 10/10/1983, residente e domiciliado na Rua Professor Itamar Orlando Soares, 141, Zona 07, Maringá-PR, O curador não poderá concretizar empréstimos em nome do requerido, expropriar seus bens ou onerá-los de qualquer forma e sob qualquer pretexto, sem autorização judicial, restrita aos aspectos patrimoniais e negociais, com exercício da curatela pelo curador. Compromisso que foi aceito, com as formalidades legais, prometendo assim desempenhá-lo, em plena e sã consciência, sem dolo e sem malícia, e de conseqüência, como **CURADORA** ficou nomeado o requerente **HAMILTON LUIZ FAVERO**, brasileiro, empresário, portador do CPF/MF n° 236.587.549-15, residente e domiciliado na Rua Professor Itamar Orlando Soares, 141, Zona 07, Maringá-PR. **SENTENÇA:** "1. Relatório. Trata-se de ação de interdição com pedido de tutela de urgência, ajuizada por Hamilton Luiz Favero e Luzia Otilia Bortotti Favero, em face de Fernando Luiz Bototti Favero. Disseram que o interditando, seu filho, é portador de transtorno afetivo bipolar, episódio atual depressivo grave com sintomas psicóticos (CID10 F31.5), retardo mental moderado com comprometimento significativo do comportamento, exigindo vigilância ou tratamento (CID10 F71.1) e transtornos dos hábitos e dos impulsos (CID10 F.63), motivo pelo qual é considerado paciente especial ao exigir cuidados e um adulto tutor, pois se apresenta incapacitado para o trabalho regular e também para seu auto agir. Afirmaram que o interditando realiza tratamento psiquiátrico e psicológico com prazo indeterminado e faz uso de Tioridazina 150 mg/dia, Topiramato 200 mg/dia, Carbonato de Lítio 600 mg /dia, Trifluoperazina 6 mg/dia, Larnotrigina 100 mg/dia e Biperideno 2 mg/ dia, além das sessões semanais de terapia. Informaram que, apesar de todo o tratamento, o interditando mantém limitações inerentes ao seu atraso em relação ao desenvolvimento mental, não tendo capacidade para exercer qualquer ato relacionado às questões patrimoniais, negociais e aos próprios atos da vida cotidiana, sendo completamente dependente para realizar qualquer atividade de natureza

patrimonial e negocial. Fundamentaram seu direito. Requereram a concessão de tutela de urgência, nomeando o requerente Hamilton como curador provisório do requerido e, ao final, a procedência da ação, com a decretação da interdição deste e nomeação definitiva do curador. Protestaram por provas e juntaram documentos (mov.a 1.13)., A tutela de urgência foi deferida, nomeando o requerente Hamilton como curador provisório do requerido, sendo determinada a expedição de mandado de constatação para verificação das condições de saúde e discernimento deste (mov. 16.1). O mandado de constatação foi cumprido, e o requerido citado (mov. 40.1). Foi nomeada curadora especial ao interditando, que apresentou contestação, pleiteando pela improcedência da ação (mov. 54.1). Os requerentes apresentaram impugnação, sustentando que apesar da constatação do oficial de justiça, este não dispõe de conhecimento médico necessário para promover a avaliação do quadro clínico do requerido, não podendo afastar as informações contidas no laudo médico. Disseram que apesar da constatação pelo oficial de que o requerido trabalha durante o dia, não foi esclarecido que trabalha com seu curador, ora requerente, e seus demais irmãos, que lhe despedem todo auxílio e cuidado necessários. Reiteraram o pedido inicial (mov. 57.1). Juntou-se laudo médico pericial (mov. 83.1), sobre o qual as partes se manifestaram, tendo os requerentes pleiteado pela procedência da ação (mov. 92.1), e o requerido pela concessão da curatela tão somente quanto aos atos patrimoniais e negociais (mov. 95.1). Realizada audiência, o requerido foi entrevistado (mov. 196.1). O Ministério Público se manifestou pela procedência da ação, confirmando a tutela de urgência e nomeando o requerente Hamilton como curador do requerido, bem como fixando os limites para a curatela, e pela dispensa da obrigação de prestação de contas (mov. 199.1). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. 2. Fundamentação O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) deu disciplina totalmente nova ao tratamento jurídico atribuído às pessoas com deficiência intelectual ou física. Extrai-se do art. 2º da nova Lei que "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade .de condições com as demais pessoas"O art. 6º, por sua vez, é categórico em dizer que "A deficiência não afeta a plena capacidade civil . Nessa esteira, o art. 114 da mesma lei revogou os incisos do art. 3º do Código Civil,da pessoa (...)"retirando do mundo jurídico a O art. 84 do Estatuto afirma que "A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício O § 1º autoriza, quando de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas" necessário, a submissão do deficiente à curatela, com a ressalva do § 3º no sentido de que "A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às .necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível" O caput do art. 85, prevê que "A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos , constituindo, nos termos do § 2º,de natureza patrimonial e negocial" "medida extraordinária, devendo .constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado" Em suma, o Estatuto pretendeu, homenageando o princípio da dignidade da pessoa humana, fazer com que a pessoa com deficiência deixasse de ser como incapaz, para ser considerada - em"rotulada" uma perspectiva constitucional isonômica - dotada de plena capacidade legal, ainda que haja a necessidade de adoção de institutos assistenciais específicos, como a tomada de decisão apoiada e, extraordinariamente, a curatela, para a prática de atos na vida civil. De acordo com este novo diploma, a curatela, restrita a atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, caput), passa a ser uma medida extraordinária. A mudança apontada não implica, entretanto, que o portador de transtorno mental não possa vir a ter a sua capacidade limitada para a prática de certos atos. Mantém-se a possibilidade de que venha ele a ser submetido ao regime de curatela. O art. 84 do Estatuto afirma que "A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício O § 1º autoriza, quando de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas". necessário, a submissão do deficiente à curatela, com a ressalva do § 3º no sentido de que "A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível" O caput do art. 85, prevê que "A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos constituindo, nos termos do § 2º,de natureza patrimonial e negocial" "medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado" Em suma, o Estatuto pretendeu, homenageando o princípio da dignidade da pessoa humana, fazer com que a pessoa com deficiência deixasse de ser como incapaz, para ser considerada - em"rotulada" uma perspectiva constitucional isonômica - dotada de plena capacidade legal, ainda que haja a necessidade de adoção de institutos assistenciais específicos, como a tomada de decisão apoiada e, extraordinariamente, a curatela, para a prática de atos na vida civil. De acordo com este novo diploma, a curatela, restrita a atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, caput), passa a ser uma medida extraordinária. A mudança apontada não implica, entretanto, que o portador de transtorno mental não possa vir a ter a sua capacidade limitada para a prática de certos atos. Mantém-se a possibilidade de que venha ele a ser submetido ao regime de curatela. A curatela, que se estabelece a partir do processo de interdição, visa determinar os limites da incapacidade do sujeito para a prática de certos atos, bem como constituir um curador que venha a representá-lo ou assisti-lo nos atos jurídicos que venha a praticar. E é justamente sobre a curatela e a interdição que se faz sentir grande reflexo na mudança do sistema das incapacidades no Código Civil. Isto porque a regra passa a ser a garantia do exercício da capacidade legal por parte do portador de transtorno mental, em igualdade de condições com os demais sujeitos (artigo 84, Estatuto da Pessoa com Deficiência). A curatela passa a ter o caráter de medida excepcional, extraordinária, a ser adotada somente quando e na medida em que for necessária. Tanto assim que restaram revogados os incisos I, II e IV, do artigo 1.767, do Código Civil, em que se afirmava que os portadores de transtorno mental estariam sujeitos à curatela. Não mais estão; podem estar, e entender o grau de tal mudança é crucial. Diz textualmente a nova lei (artigo 84, § 3º) que a curatela deverá ser "proporcional às .necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível" Necessário, assim, que se leve em conta as circunstâncias de cada caso concreto, afastando a tão comum saída, utilizada até então de forma quase total, de simples decretação da incapacidade absoluta com a limitação integral da capacidade do sujeito. previsão de incapacidade civil absoluta decorrente de deficiência mental ou física O estatuto traz regulamentação ampla acerca das consequências jurídicas da deficiência, afastando cabalmente a conclusão acerca da existência de incapacidade e regulamentando a forma de exercício de direitos tendo em conta a especial condição do deficiente, sempre reservando a curatela como medida de última ratio.Nesse norte, afastou-se a exigência de termo de curatela em diversas situações, como na emissão de documentos oficiais (art. 86) e para o requerimento e recebimento de benefícios previdenciários, a partir da inclusão, pelo art. 101 do Estatuto, do art. 110-A à Lei nº 8.213/1991, que diz:"Art. 110-A. No ato de requerimento de benefícios operacionalizados pelo INSS, não será exigida apresentação de termo de curatela de titular ou de beneficiário com deficiência, observados os procedimentos a serem estabelecidos em regulamento". Vem daí, portanto, que, sendo a pessoa deficiente detentora de capacidade civil plena, somente se admite o processamento da interdição (entendida como ação de imposição de curatela e não mais voltada à declaração da incapacidade civil) quando demonstrada a imperiosa necessidade de prática de atos de gestão patrimonial pelo curador em razão da impossibilidade do exercício de seus direitos pelo interditando e quando for impossível recorrer-se ao mecanismo da tomada de decisão apoiada (como, por exemplo, quando o interditando possuir patrimônio que exija gestão e não tenha condições de tomar decisões referentes a essa gestão). O simples manejo da demanda como forma de viabilizar o acesso ao recebimento de benefícios previdenciários não mais conta com o beneplácito da lei. É que a curatela não é necessária para isso e sua utilização com essa finalidade constitui banalização da medida protetiva extraordinária, cabendo ao interditando, caso encontre resistência em fazer valer seus direitos frente à autarquia previdenciária, valer-se dos remédios jurídicos cabíveis para sanar a situação. Em que pese tais esclarecimentos, no caso dos autos, os requerentes esclarecem a necessidade de acolhimento do seu pleito, a fim de que possam ser resguardados os interesses do interditando, o qual conta com 41 anos e é portador de CID-10 F31.5, F71.1 e F63, sendo incapaz de manifestar sua vontade de forma livre e espontânea, sequer conseguindo optar pela escolha de pessoas de sua confiança para a tomada de decisões (art. 1.783-A, CC). De acordo com a certidão de mov. 40.1, em cumprimento ao mandado de constatação, o oficial de justiça informou que "o requerido tem condições de se locomover não necessita de atendimento especial, tem discernimento para responder perguntas normais tais como: onde vive, com quem reside, sua idade, etc.. não precisa de ajuda para fazer sua higiene pessoal, sabe ler e escrever (está terminando o ensino médio) e trabalha durante o dia". Apesar dessa constatação, os requerentes afirmaram que o discernimento constatado pelo oficial de justiça não habilita o interditando para o exercício de todos os atos da vida civil, em especial os relacionados à administração patrimonial e celebração de negócios jurídicos De acordo com o laudo produzido em perícia judicial (mov. 83.1), o requerido acompanha o pai no trabalho, sai sozinho sem destino ou ideia precisa de onde ir ou que fazer; se apresentou orientado com relação a si, familiares, espaço e tempo, com atenção e memória preservadas, mas parcialmente incapaz de gerir sua própria vida de maneira plena sem ajuda ou suporte de terceiros; não consegue realizar de maneira segura e coerente atos que importem em disposição de bens/direitos de natureza patrimonial/negocial, compras, vendas e trocas não rotineiras, utilizar adequadamente cartão bancário, cheques e senhas, movimentar conta corrente, realizar empréstimos, nem administrar seus próprios bens; não reconhece adequadamente dinheiro, não sabe calcular troco, nem tem noção do valor do dinheiro. Ao final, o perito concluiu que o requerido é portador de doença permanente, não apresenta condição mental de tomar decisões para administrar sua vida, sendo, portanto, incapaz para os atos da vida civil. Ainda, conforme laudo médico apresentado com a inicial, datado de 25.01.2023 e assinado por psiquiatra, o requerido está em acompanhamento especializado desde 05.03.2002, com diagnóstico atual de CID10 F31.5 (atualmente remitido) + F71.1 + F63 (mov. 1.10). Segundo referido laudo, o paciente é considerado especial, no sentido de apresentar necessidade de cuidados contínuos de um adulto tutor, depende financeiramente dos pais, apresenta incapacidade para o trabalho regular e para se auto gerir; apresentou evolução quanto aos sintomas psicóticos, de controle dos impulsos, depressivos ou de exaltação, que estão sob controle com a terapêutica instituída, mas mantém limitações inerentes ao seu atraso de desenvolvimento. Realizada audiência de entrevista, o interditando respondeu corretamente seu nome e de seus pais, assim como sua idade; disse que se formou no ensino médio ano passado e mora com seus pais, nos fundos; informou que toma medicação e frequenta médico, e que tem transtorno bipolar; relatou que seus pais precisam o ajudar em tudo, não tem conta bancária, nem renda; demonstrou consciência sobre a necessidade da curatela; respondeu perguntas sobre o atual prefeito de Maringá, presidente do Brasil e governador do Paraná; disse que confia nos seus pais e acha importante que eles o auxiliem (mov. 196.2).Restou demonstrado, portanto, que embora o requerido apresente discernimento e orientação com relação a si, às pessoas, ao tempo e ao espaço, não possui condições de reger relações negociais e patrimoniais como um todo, para o que necessita do integral auxilio de seus pais, ora requerentes. Nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, a regra é de que a interdição se restringe aos aspectos negociais e patrimoniais, e apesar da possibilidade de ser excepcionada, neste caso tal regra deve ser seguida, diante das condições acima. O parentesco é comprovado pelos documentos de mov. 1.3, 1.5 e 1.8, na qual observa-se que os requerentes são pais do interditando, possuindo legitimidade para o pedido, nos termos do art. 747, II, do CPC. 3. Dispositivo Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Novo Código de

Processo Civil, o pedido formulado na inicial para o fim de JULGO PROCEDENTE decretar a interdição de restrita aos aspectos patrimoniais e negociais, com exercício FERNANDO LUIZ BOTOTTI FAVERO da curatela pelo requerente o qual nomeio como curador definitivo. HAMILTON LUIZ FAVERO Nos termos da manifestação do Ministério Público, dispenso o requerente da obrigação de prestação de contas, tendo em vista que é pai do curatelado e que este sequer possui conta bancária própria. Por outro lado, ressalto que o requerente não poderá concretizar empréstimos em nome do requerido, expropriar seus bens ou onerá-los de qualquer forma e sob qualquer pretexto, sem autorização judicial Lavre-se o respectivo termo de compromisso legal, nos termos do artigo 759, do Código de Processo Civil. A presente decisão deverá ser inscrita no registro de pessoas naturais e comunicado ao TRE/PR, para os devidos fins. Publiquem-se os editais na forma do § 3º do artigo 755 do Código de Processo Civil. Condeno o Estado do Paraná ao pagamento de honorários advocatícios à defensora nomeada, Dra. Natália Paulino e Souza, os quais arbitro em R$ 800,00, em conformidade com a Resolução nº 15/2019, PGE/SEFA, servindo esta decisão como certidão para cobrança. Custas pelos requerentes. Publique-se. Registre-se. Intime-se.Oportunamente, arquivem-se. Maringá, data da assinatura digital. Carlos Eduardo Faisca Nahas Juiz de Direito". E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2025. Eu_____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente.
Carlos Eduardo Faisca Nahas, Juiz de Direito

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
DESTINATÁRIO(A)(S): PEDRO AUGUSTO SIMEONI
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
Processo **0005767-44.2023.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0005767-44.2023.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE MARINGÁ - PARANÁ, réu(s) PEDRO AUGUSTO SIMEONI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido PEDRO AUGUSTO SIMEONI, portador(a) do RG 144333780 SSP/PR e CPF 052.159.829-02, nascido(a) em 02/01/2001, natural de PAICANDU/PR, filho(a) de ROSE PIRES DOS SANTOS SIMEONI e LUIZ ROBERTO SIMEONI**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Maringá, 07 de maio de 2025.
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Citação

Autos nº. 0004257-93.2023.8.16.0017
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS
O Dr. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **CLAUDECIR DUTRA CARVALHO, Servente (construção civil), RG 123813006 SSP/PR, CPF 083.456.529-30, Nome do Pai: JOAQUIM CIRINO CARVALHO, Nome da Mãe: EDNA DUTRA CARVALHO, nascido em 12/10/1992, natural de MANDAGUACU/PR,** atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **CITADO PARA QUE RESPONDA, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 DIAS, A ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DE AMEAÇA (Art. 147, *caput,* do Código Penal),** PODENDO ARGUIR PRELIMINARES E INVOCAR TODAS AS RAZÕES DE DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR E ARROLAR TESTEMUNHAS, COM BASE NO ARTIGO 396-A DO CPP, COM ADVERTÊNCIA DE QUE SE ASSIM NÃO FIZER, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR DATIVO.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 06 de maio de 2025. Eu, RAFAEL MARREGA REZENDE, Técnico Judiciário, o digitei.
RAFAEL MARREGA REZENDE
Técnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Autos nº. 0016571-42.2021.8.16.0017
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS
O Dr. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **DIOGO VINICIUS FRESSATTI, RG 88620631 SSP/PR, CPF 055.517.239-25, Nome do Pai: WILSON ROBERTO FRESSATTI, Nome da Mãe: MARLENE MARTINS FRESSATTI, nascido em 05/09/1985, natural de MARINGA/PR**, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **CITADO PARA QUE RESPONDA, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 DIAS, A ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DE LESÃO CORPORAL (Art. 129, §9º, do Código Penal)**, PODENDO ARGUIR PRELIMINARES E INVOCAR TODAS AS RAZÕES DE DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR E ARROLAR TESTEMUNHAS, COM BASE NO ARTIGO 396-A DO CPP, COM ADVERTÊNCIA DE QUE SE ASSIM NÃO FIZER, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR DATIVO.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 06 de maio de 2025. Eu, RAFAEL MARREGA REZENDE, Técnico Judiciário, o digitei.
RAFAEL MARREGA REZENDE
Técnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Autos nº. 0004526-64.2024.8.16.0190
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS
O Dr. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **DIOGO VINICIUS FRESSATTI**, RG 88620631 SSP/PR, CPF 055.517.239-25, Nome do Pai: WILSON ROBERTO FRESSATTI, Nome da Mãe: MARLENE MARTINS FRESSATTI, nascido em 05/09/1985, natural de MARINGA/PR, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **CITADO** PARA QUE RESPONDA, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 DIAS, A ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DO **Art. 147, *caput*, do Código Penal**, PODENDO ARGUIR PRELIMINARES E INVOCAR TODAS AS RAZÕES DE DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR E ARROLAR TESTEMUNHAS, COM BASE NO ARTIGO 396-A DO CPP, COM ADVERTÊNCIA DE QUE SE ASSIM NÃO FIZER, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR DATIVO.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 06 de maio de 2025. Eu, RAFAEL MARREGA REZENDE, Técnico Judiciário, o digitei.
RAFAEL MARREGA REZENDE
Técnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Autos nº. 0003234-78.2023.8.16.0190
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS
O Dr. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **VALDIR MEDEIROS DE OLIVEIRA JUNIOR, RG 163404060 SSP/PR, CPF 075.114.388-06, Nome do Pai: VALDIR MEDEIROS DE OLIVEIRA, Nome da Mãe: EUNICE BERNARDI DE OLIVEIRA, nascido em 28/01/1966, natural de SAO PAULO/SP**, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **CITADO PARA QUE RESPONDA, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 DIAS, A ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DOS DELITOS DO Art. 21, do Dec-Lei nº 3.688/41 E DO Art. 129, §13, do Código Penal**, PODENDO ARGUIR PRELIMINARES E INVOCAR TODAS AS RAZÕES DE DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR E ARROLAR TESTEMUNHAS, COM BASE NO ARTIGO 396-A DO CPP, COM ADVERTÊNCIA DE QUE SE ASSIM NÃO FIZER, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR DATIVO.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 06 de maio de 2025. Eu, RAFAEL MARREGA REZENDE, Técnico Judiciário, o digitei.
RAFAEL MARREGA REZENDE
Técnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Autos nº. 0000945-41.2024.8.16.0190
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS
O Dr. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **JEANDERSON DA SILVA ROSENDO, RG 170724194 SSP/PR, CPF 133.019.394-65, Nome do Pai: EVANILDO ROSENO, Nome da Mãe: MARIZETE LUCAS DA SILVA, nascido em 07/01/1997, natural de UNIAO DOS PALMARES/AL**, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **CITADO PARA QUE RESPONDA, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 DIAS, A ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DO Art. 147, *caput*, do Código Penal**, PODENDO ARGUIR PRELIMINARES E INVOCAR TODAS AS RAZÕES DE DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR E ARROLAR TESTEMUNHAS, COM BASE NO ARTIGO 396-A DO CPP, COM ADVERTÊNCIA DE QUE SE ASSIM NÃO FIZER, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR DATIVO.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 06 de maio de 2025. Eu, RAFAEL MARREGA REZENDE, Técnico Judiciário, o digitei.
RAFAEL MARREGA REZENDE
Técnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Autos nº. 0010273-63.2022.8.16.0190
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS
O Dr. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **MARCOS PAULO GONÇALVES, RG 105795815 SSP/PR, CPF 059.619.929-50, Nome do Pai: Daniel Geraldo Gonçalves, Nome da Mãe: GISLAYNE FLÁVIA GONÇALVES, nascido em 11/03/1989, natural de MANDAGUARI/PR,** atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **CITADO PARA QUE RESPONDA, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 DIAS, A ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DOS DELITOS DE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO E AMEAÇA (Art. 147, *caput*, e 150, *caput*, ambos do Código Penal)**, PODENDO ARGUIR PRELIMINARES E INVOCAR TODAS AS RAZÕES DE DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR E ARROLAR TESTEMUNHAS, COM BASE NO ARTIGO 396-A DO CPP, COM ADVERTÊNCIA DE QUE SE ASSIM NÃO FIZER, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR DATIVO.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 06 de maio de 2025. Eu, RAFAEL MARREGA REZENDE, Técnico Judiciário, o digitei.
RAFAEL MARREGA REZENDE
Técnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Autos nº. 0007226-47.2023.8.16.0190
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS
O Dr. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **ALISSON DEMENCIANO DAMIAN, RG 2563674 CRC/MS, CPF 095.716.941-85, Nome do Pai: JAQUES SCHMITZ DAMIAN, Nome da Mãe: VERA LUCIA DEMENCIANO ROCHA, nascido em 23/04/2001, natural de CASSILANDIA/MS,** atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **CITADO PARA QUE RESPONDA, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 DIAS, A ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DOS DELITOS DO ARTIGO 244-B, da Lei nº 8.069/90 E DO ARTIGO 129, *caput*, do Código Penal,** PODENDO ARGUIR PRELIMINARES E INVOCAR TODAS AS RAZÕES DE DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR E ARROLAR TESTEMUNHAS, COM BASE NO ARTIGO 396-A DO CPP, COM ADVERTÊNCIA DE QUE SE ASSIM NÃO FIZER, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR DATIVO.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 06 de maio de 2025. Eu, RAFAEL MARREGA REZENDE, Técnico Judiciário, o digitei.
RAFAEL MARREGA REZENDE
Técnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Edital de Intimação

Autos nº. 0004977-89.2025.8.16.0017
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS
O DR. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos DA COMARCA DE MARINGÁ-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o requerido **RODRIGO RANGEL DA SILVA COSTA, RG 001351587 null/MS, CPF 020.656.581-00, Nome do Pai: SAULO ROBERTO DA COSTA, Nome da Mãe: ELIZABETE RANGEL DA SILVA COSTA, nascido em 30/03/1983, natural de CAMPO GRANDE/MS,** atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **INTIMADO DA DECISÃO DATADA DE 28/02/2025 e 06/03/2025, NOS AUTOS Nº 0004977-89.2025.8.16.0017 PELA QUAL FORAM DEFERIDAS AS SEGUINTES MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA, as quais terão vigência pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias:**
a)DETERMINADO a separação de corpos do casal LEUANE GARCIA REZENDE COSTA e RODRIGO RANEL DA SILVA COSTA, bem com o afastamento imediato do requerido do lar conjugal;
b) Proibição do requerido se aproximar-se da requerente LEUANE GARCIA REZENDE COSTA**, bem como dos familiares e testemunhas, fixando, para tanto,**uma distância mínima de 100 metros, bem como proibir a comunicação com a requerente, por qualquer meio, e a freqüência a lugares coincidentemente freqüentados por ela.
ADVERTÊNCIA: O descumprimento de qualquer das medidas deferidas poderá acarretar a imediata decretação da prisão preventiva do requerido, bem como poderá caracterizar o crime de descumprimento de medidas protetivas, previsto no art. 24-A da Lei 11.340/06.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 06 de maio de 2025. Eu, ANDREA TIEKO KINOSHITA YANAGA, Técnico Judiciário, o digitei.
ANDREA TIEKO KINOSHITA YANAGA
Técnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

MATINHOS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO: ODENIR DE OLIVEIRA CARDOSO,
PRAZO DE 03 dias úteis
O Juiz de Direito Ricardo José Lopes, da Vara de Família e Sucessões de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1112 - Execução de Alimentos, assunto Alimentos, sob nº 0006653-76.2019.8.16.0116 em que é exequente Leandro Noimann de Oliveira Cardoso, M. N. de O. C., e executado ODENIR DE OLIVEIRA CARDOSO, e que não foi possível localizar pessoalmente o executado **ODENIR DE OLIVEIRA CARDOSO**, portador do RG 58370037 SSP/PR e CPF 864.696.659-34, nascido em 22/10/1971, natural de PONTA GROSSA, filho de ECLENA DE JESUS e ANTONIO DE OLIVEIRA CARDOSO, filho de Nome da Mãe: ECLENA DE JESUS Nome do Pai: ANTONIO DE OLIVEIRA CARDOSO. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para que, em 3 (três) dias, realize o pagamento dos alimentos devidos e os que vencerem após o ajuizamento do pedido, justificar que já o fez ou a impossibilidade concreta e involuntária de fazê-lo (mediante comprovação idônea), sob pena de ser-lhe decretada a prisão civil, protesto junto ao Cartório competente e ainda responder processo criminal pelo crime de abandono material. Fica a parte INTIMADA a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, o quais fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total do débito, sob as penas da lei. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
MATINHOS, 07 de maio de 2025.
Giovanni Morais dos Santos
Técnico Judiciário
(assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 753/2011)

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIA: PATRICIA RESMER
PRAZO DE 30 dias úteisO Juiz de Direito Ricardo José Lopes, da Vara de Família e Sucessões de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Guarda de Família, assunto Guarda, sob nº 0003020-18.2023.8.16.0116, em que são autores ROGERIO GRANDE, ANTONIO CLEYVES FARIAS VIEIRA, e ré PATRICIA RESMER, e que não foi possível localizar pessoalmente a **parte promovida PATRICIA RESMER**, portadora do RG 84206857 SSP/PR e CPF 049.881.359-26. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " defiro o pedido e concedo a guarda provisória de J. R. R. aos autores ANTONIO CLEYVES FARIAS VIEIRA e ROGERIO GRANDE. "]. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 15 (quinze) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
MATINHOS, 07 de maio de 2025.
Giovanni Morais dos Santos
Técnico Judiciário
(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 753/2011)

MORRETES

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MORRETES
VARA CRIMINAL DE MORRETES - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 197 - Centro - Morretes/PR - CEP: 83.350-000 - Fone: (41) 3263-5965 - E-mail: mor-ju-ecr@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): RICHARD VITOR RODRIGUES GONÇALVES
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Andriolli Pereira, da Vara Criminal de Morretes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Seguida de Morte, sob nº 0000889-98.2022.8.16.0118, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RICHARD VITOR RODRIGUES GONÇALVES, e vítima AVELINO BARBOSA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido RICHARD VITOR RODRIGUES GONÇALVES, portador(a) do RG 148325499 SSP/PR e CPF 086.230.169-63, nascido(a) em 15/05/1999, natural de TAUBATE/SP, filho(a) de ROSINÉIA DENISE RODRIGUES e VALDIR DE JESUS GONÇALVES, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Gabrielle da Silva Velloso, Estagiário, conferi e digitei.
Morretes, 30 de abril de 2025.
Fernando Andriolli Pereira
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MORRETES
VARA CRIMINAL DE MORRETES - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 197 - Centro - Morretes/PR - CEP: 83.350-000 - Fone: (41) 3263-5965 - E-mail: mor-ju-ecr@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): GUILHERME DO NASCIMENTO MASSANEIRO
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Andriolli Pereira, da Vara Criminal de Morretes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0000809-08.2020.8.16.0118, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PETERSON ALVES RODRIGUES, GUILHERME DO NASCIMENTO MASSANEIRO, e vítima ANTONIO DIVONSIR LEMES RODRIGUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido GUILHERME DO NASCIMENTO MASSANEIRO, portador(a) do RG 111211043 SSP/PR e CPF 008.126.569-70, nascido(a) em 28/12/1995, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de MARISA DO NASCIMENTO MASSANEIRO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Gabrielle da Silva Velloso, Estagiário, conferi e digitei.
Morretes, 30 de abril de 2025.
Fernando Andriolli Pereira
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MORRETES
VARA CRIMINAL DE MORRETES - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 197 - Centro - Morretes/PR - CEP: 83.350-000 - Fone: (41) 3263-5965 - E-mail: mor-ju-ecr@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ANTONIO DIVONSIR LEMES RODRIGUES
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Andriolli Pereira, da Vara Criminal de Morretes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0000809-08.2020.8.16.0118, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PETERSON ALVES RODRIGUES, GUILHERME DO NASCIMENTO MASSANEIRO, e vítima ANTONIO DIVONSIR LEMES RODRIGUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima ANTONIO DIVONSIR LEMES RODRIGUES (RG: 11816274 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual absolveu o(s) réu(s), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou

15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Gabrielle da Silva Velloso, Estagiário, conferi e digitei.
Morretes, 30 de abril de 2025.
Fernando Andriolli Pereira
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MORRETES
VARA CRIMINAL DE MORRETES - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 197 - Centro - Morretes/PR - CEP: 83.350-000 - Fone: (41) 3263-5965 - E-mail: mor-ju-ecr@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): ADEMIR FLAVIANO GALOA
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Andriolli Pereira, da Vara Criminal de Morretes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0000751-29.2025.8.16.0118, em que é(são) autor(es) C. C. K., réu(s) ADEMIR FLAVIANO GALOA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ADEMIR FLAVIANO GALOA, portador(a) do RG 83209976 SSP/PR e CPF 033.286.049-36, nascido(a) em 19/02/1980, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de MARTA LINO GALOA e ORLANDO GALOA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência dos termos das MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "a) PROIBIÇÃO de se aproximar da ofendida e seus filhos, e do seus locais de residência e trabalho, bem como rondá-los, fixando-se o limite mínimo de 100 (cem) metros de distância entre eles; b) PROIBIÇÃO de contato com a ofendida e seus filhos por meio de qualquer meio de comunicação, incluídas redes sociais e aplicativos; c) PROIBIÇÃO de se aproximar da(s) escola(s) do(s) filho(s) desta. A distância mínima a ser mantida é de 200 (duzentos) metros."; e à sua CITAÇÃO para, querendo, apresentar contestação no prazo de 5 (cinco) dias, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Gabrielle da Silva Velloso, Estagiário, conferi e digitei.
Morretes, 30 de abril de 2025.
Fernando Andriolli Pereira
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MORRETES
VARA CRIMINAL DE MORRETES - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 197 - Centro - Morretes/PR - CEP: 83.350-000 - Fone: (41) 3263-5965 - E-mail: mor-ju-ecr@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): WILLIANN MICHEL BRUNICOVSKI
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Andriolli Pereira, da Vara Criminal de Morretes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Petição Criminal, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0001449-45.2019.8.16.0118, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) SARA CRISTINA DE OLIVEIRA, WILLIANN MICHEL BRUNICOVSKI, GLEISON DA CRUZ FERREIRA, RENAN ROBERTO BUBOLA BORBA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido WILLIANN MICHEL BRUNICOVSKI, portador(a) do RG 108818840 SSP/PR e CPF 070.346.889-82, nascido(a) em 30/07/1993, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ELISANGELA ANTONIEVICZ BRUNICOVSKI e SILVIO LUIS BRUNICOVSKI, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para, querendo no prazo de 10 (dez) dias, manifestar interesse na restituição do bem/objetivo apreendido no presente feito, ciente de que a falta de interesse importará na doação/destruição do bem/objeto apreendido. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Gabrielle da Silva Velloso, Estagiário, conferi e digitei.
Morretes, 30 de abril de 2025.
Fernando Andriolli Pereira
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MORRETES
VARA CRIMINAL DE MORRETES - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 197 - Centro - Morretes/PR - CEP: 83.350-000 - Fone: (41) 3263-5965 - E-mail: mor-ju-ecr@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): RENAN ROBERTO BUBOLA BORBA
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Andriolli Pereira, da Vara Criminal de Morretes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Petição Criminal, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0001449-45.2019.8.16.0118, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) SARA CRISTINA DE OLIVEIRA, WILLIANN MICHEL BRUNICOVSKI, GLEISON DA CRUZ FERREIRA, RENAN ROBERTO BUBOLA BORBA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido RENAN ROBERTO BUBOLA BORBA, portador(a) do RG 102568540 SSP/PR e CPF 011.709.839-60, nascido(a) em 24/12/1991, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de IZABELE BUBOLA e JOSÉ ROBERTO TAVARES BORBA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para, querendo no prazo de 10 (dez) dias, manifestar interesse na restituição do bem/objeto apreendido no presente feito, ficando ciente que a falta de interesse importará na doação/destruição do bem/objeto apreendido. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Gabrielle da Silva Velloso, Estagiário, conferi e digitei.
Morretes, 30 de abril de 2025.
Fernando Andriolli Pereira
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MORRETES
VARA CRIMINAL DE MORRETES - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 197 - Centro - Morretes/PR - CEP: 83.350-000 - Fone: (41) 3263-5965 - E-mail: mor-ju-ecr@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): NADINE MARCELY PEREIRA
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Andriolli Pereira, da Vara Criminal de Morretes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0002089-14.2020.8.16.0118, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) YAN GUSTAVO DA SILVA, VALDIR APARECIDO DE PAULA, e vítima NADINE MARCELY PEREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima NADINE MARCELY PEREIRA (RG: 1320377288 SSP/PR e CPF/CNPJ: 095.601.179-98), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) nas sanções, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA, para o fim de: a) CONDENAR o réu VALDIR APARECIDO DE PAULA, acima qualificado, nas penas do artigo 14 da Lei nº 10.826/2003; b) DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu VALDIR APARECIDO DE PAULA em relação ao crime previsto no artigo 147 do Código Penal, ante a incidência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do artigo 107, inciso IV, c/c artigo 109, inciso VI, ambos do Código Penal.", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Gabrielle da Silva Velloso, Estagiário, conferi e digitei.
Morretes, 30 de abril de 2025.
Fernando Andriolli Pereira
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MORRETES
VARA CRIMINAL DE MORRETES - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 197 - Centro - Morretes/PR - CEP: 83.350-000 - Fone: (41) 3263-5965 - E-mail: mor-ju-ecr@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): DYEGO FERNANDES MARIA DE SOUZA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Andriolli Pereira, da Vara Criminal de Morretes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0001945-11.2018.8.16.0118, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DYEGO FERNANDES MARIA DE SOUZA, DIOGENES EDUARDO DA SILVA, DIVINO FREITAS DE SOUZA, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido DYEGO FERNANDES MARIA DE SOUZA, portador(a) do RG 149519980 SSP/PR e CPF 054.404.869-50, nascido (a) em 27/01/1987, natural de FLORIANOPOLIS, filho(a) de MARLI LOURDES MARIA e MARCOS ROGERIO DE SOUZA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/ boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte- se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Gabrielle da Silva Velloso, Estagiário, conferi e digitei.
Morretes, 30 de abril de 2025.
Fernando Andriolli Pereira
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

NOVA AURORA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ESTIBENSO JESUS CASTILLO BOLIVAR
PRAZO DE 30 (trinta) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro Ernesto Ramos, da Vara Criminal de Nova Aurora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor, sob nº 0001113-37.2024.8.16.0192, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ESTIBENSO JESUS CASTILLO BOLIVAR, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido** ESTIBENSO JESUS CASTILLO BOLIVAR, portador(a) do RG 169295220 SSP/PR e CPF 712.940.832-44, nascido(a) em 14/04/1997, natural de VENEZUELA/, filho(a) de YUDELIZ YORLLINA BOLIVAR BOLIVAR e NOEL DE JESUS CASTILLO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 311 - ADULTERACAO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEICULO AUTOMOTOR, Reclusão: 3 a 8 anos E Multa oferecida em 02/10/2024 e recebida em 12/10/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: infringiu o disposto no artigo 311, §2°, inciso III, do Código Penal, razão pela qual o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ oferece a presente DENÚNCIA, a qual requerseja recebida, empreendendo-se o rito ordinário (artigo 394, §1º, inciso I, do Código de Processo Penal) e à sua **INTIMAÇÃO** para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, DAVID AUGUSTO DE OLIVEIRA MORAIS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Nova Aurora, 29 de abril de 2025.
Pedro Ernesto Ramos
Juiz de Direito

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): JOHNNY FELIPE BRANDAO PEREIRA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro Ernesto Ramos, da Vara Criminal de Nova Aurora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a Mulher, sob nº 0001916-88.2022.8.16.0192, em que é(são) autor(es) J. M., réu(s) JOHNNY FELIPE BRANDAO PEREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JOHNNY FELIPE BRANDAO PEREIRA**, portador(a) do RG 163018802 SSP/PR e CPF 416.336.928-76, nascido(a) em 29/04/1994, natural de LEME/SP, filho(a) de GILSIMARA RODRIGUES BRANDÃO e FRANCISCO DE ASSIS SILVA PEREIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito, a qual **extinguiu o feito, revogando-se as medidas protetivas de urgência concedidas em seu desfavor,** em conformidade com o art. art. 485, VI, do Código de Processo Civil, c/c art. 3º do Código de Processo Penal. . O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, MAYRA BRANCO, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Nova Aurora, 29 de abril de 2025.
Pedro Ernesto Ramos
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): JULIANA MACIEL
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro Ernesto Ramos, da Vara Criminal de Nova Aurora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a Mulher, sob nº 0001916-88.2022.8.16.0192, em que é(são) autor(es) J. M., réu(s) J. F. B. P., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovente JULIANA MACIEL** (RG: 88496671 SSP /PR e CPF/CNPJ: 353.576.398-33), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual **extinguiu o feito, revogando-se as medidas protetivas de urgência concedidas em seu favor,** em conformidade com o art. art. 485, VI, do Código de Processo Civil, c/c art. 3º do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, MAYRA BRANCO, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Nova Aurora, 29 de abril de 2025.
Pedro Ernesto Ramos
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): FRANCILENE TEIXEIRA DOS SANTOS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro Ernesto Ramos, da Vara Criminal de Nova Aurora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0002759-29.2017.8.16.0192, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) F. de B. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima FRANCILENE TEIXEIRA DOS SANTOS (RG: 0334493620077 SSP/MA e CPF/ CNPJ: 603.423.053-52)**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual pronunciou o réu, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, como incurso

nas sanções do art. 121, § 2º, inciso II (motivo fútil) do Código Penal, c/c art. 14, inciso II, do mesmo diploma legal e art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, MAYRA BRANCO, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Nova Aurora, 29 de abril de 2025.
Pedro Ernesto Ramos
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): PRISCILA LEÃO DO PRADO e WILLIAN JOSÉ MONTEIRO PRADO
PRAZO DE 45 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Brum Lopes, da Vara Cível de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Indenização por Dano Material, sob nº 0002202-23.2024.8.16.0119, em que é(são) autor(es) SILMARA DE ARAUJO MANGOLIN, Romualdo Mangolin, e réu(s) PRISCILA LEÃO DO PRADO, WILLIAM JOSE MONTEIRO DO PRADO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) PRISCILA LEÃO DO PRADO**, portador(a) do RG 87115887 SSP/PR e CPF 712.570.631-20;**WILLIAM JOSE MONTEIRO DO PRADO**, portador(a) do RG 64745883 SSP/PR e CPF 007.097.049-17. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita/o: "Condenar os requeridos ao pagamento da cláusula penal, no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a ser corrigido e atualizado monetariamente, nos termos da lei; Condenar os requeridos ao pagamento dos danos materiais causados, que totalizam o montante de R$ 26.119,40 (vinte e seis mil cento e dezenove reais e quarenta centavos), a ser corrigido e atualizado monetariamente, nos termos da lei; Ainda, condenar os requeridos à indenizar os requerentes pelos danos morais causados, no importe a ser definido por Vossa Excelência, em valor que se espera não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada requerente". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Ana Paula Fumagalli, Técnica Judiciária, conferi e digitei.**Nova Esperança, datado pelo sistema.**
Rodrigo Brum Lopes
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Brum Lopes, da Vara Cível de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0002163-26.2024.8.16.0119, em que é(são) autor(es) CÉLIA DE SOUZA, e réu(s) WILSON DE SOUZA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de** , por sentença publicada em 12/03/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) CÉLIA DE SOUZA, portador(a) do RG 8.311.487-8 e CPF 031.872.209-75, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Assim, ante exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim, confirmar a liminar concedida na inicial, e submeter WILSON DE SOUZA, a curatela definitiva de sua filha a Sra. CÉLIA DE SOUZA, ambos qualificados na inicial.".
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Ana Paula Fumagalli, Técnica Judiciária, conferi e digitei.**Nova Esperança, datado pelo sistema.**
Rodrigo Brum Lopes
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA
VARA CRIMINAL DE NOVA ESPERANÇA - PROJUDI
Rua Marins Alves de Camargo, 1587 - Edifício do Fórum - Centro - Nova Esperança/PR - CEP: 87.600-000 - Fone: (44) 3259-6536 - E-mail: NE-2VJ-S@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): JORDAN JESUS SANTANA NAKAMURA
PRAZO DE 90 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Sérgio Decker, da Vara Criminal de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto: Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa, sob nº 0000692-72.2024.8.16.0119, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) G. DOS S., W. R. DE B., A. R., JORDAN JESUS SANTANA NAKAMURA, D. DOS S., G. DE C. S. N., e que não foi possível localizar pessoalmente a **parte Promovido JORDAN JESUS SANTANA NAKAMURA brasileiro, portador do RG sob n° 15910757 SSP/PR, inscrito no CPF de n° 165.070.119-59, nascido aos 28/12/2003, natural de MARINGÁ/PR, filho de MÁRCIA REGINA LEITE DE SANTANA NAKAMURA e NELSON MINORU NAKAMURA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido**, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, José Luiz Barros Pereira, Chefe de Secretaria, conferi e digitei.
Nova Esperança, 06 de maio de 2025.
José Luiz Barros Pereira
***Chefe de Secretaria*Por ordem do MM. Juiz.**
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA
VARA CRIMINAL DE NOVA ESPERANÇA - PROJUDI
Rua Marins Alves de Camargo, 1587 - Edifício do Fórum - Centro - Nova Esperança/PR - CEP: 87.600-000 - Fone: (44) 3259-6536 - E-mail: NE-2VJ-S@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): GEOVANA DE CÁSSIA SANTANA NAKAMURA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Sérgio Decker, da Vara Criminal de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que,

perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto: Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa, sob nº 0000692-72.2024.8.16.0119, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) G. DOS S., W. R. DE B., A. R., J. J. S. N., D. DOS S., GEOVANA DE CÁSSIA SANTANA NAKAMURA, e que não foi possível localizar pessoalmente a **parte Promovido GEOVANA DE CÁSSIA SANTANA NAKAMURA, brasileira, portadora do RG sob n° 599909602 SSP/ SP, inscrita no CPF de n° 498.528.048-80, nascida aos 27/01/1998, natural de MANDAGUACU/PR, filha de MÁRCIA REGINA LEITE DE SANTANA e NELSON MINORU NAKAMURA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvida**, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, José Luiz Barros Pereira, Chefe de Secretaria, conferi e digitei.
Nova Esperança, 06 de maio de 2025.
José Luiz Barros Pereira
Chefe de Secretaria
Por ordem do MM Juiz
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE PAIÇANDU DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE PAIÇANDU - PARANÁ
SECRETARIA DO CRIME, FAMÍLIA e ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS E DEMAIS HERDEIROS**,** COM PRAZO DE **20 (VINTE) DIAS.**
O Doutor ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA JÚNIOR**,** M.M. Juiz de Direito da Secretaria do Crime, Família e Anexos da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Foro Regional de Paiçandu, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com prazo de trinta (20) dias, contados a partir da publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Paraná, ou dele conhecimento tiverem, que tramita neste juízo a **Ação de Inventário** nº **0002482-12.2024.8.16.0210**, em que são requerentes **FIRMINA RODRIGUES DE SÁ**, CPF 045.270.889-39, e **OUTROS** em face dos bens deixados por **JOSÉ BENTO DE SÁ**, CPF 544.511.598-49, falecido(a) em 16/10/2020, para que tome(m) ciência e para, desejando, ingresse(m) ou se habilite(m) neste inventário, ciente(s) de que poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se se assim não realizar(em) a tempo e modo, somente poderá(ão) perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Por fim, fica(m) ciente(s) de que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de **15 dias**, a fim de que impugne(m) ou diga(m) sobre as primeiras declarações, cabendo à(s) parte(s) arguir(em) erros e omissões, reclamar(em) contra a nomeação do inventariante, ou contestar(em) a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 627, e incisos). Comarca de Paiçandu-PR, 6 de maio de 2025.
Eu, (Carlos Alexandre Pacheco), Analista Judiciário, o digitei e conferi.
ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA JÚNIOR
Juiz de Direito

PARANAGUÁ

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 15 DIAS
O Doutor BRIAN FRANK, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado
do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de n° 0008018-24.2022.8.16.0129, tendo como réu GABRIEL DA SILVA
GONÇALVES MARTINS, atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim , dosfica INTIMADO
termos da sentença, datada de 09/12/2024, nos termos a seguir:
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para ABSOLVER o
já qualificado, do crime do art. 129, caput e §réu GABRIEL DA SILVA GONÇALVES MARTINS,
13º, do Código Penal c/c a Lei n. 11.340/2006, nos termos do art. 386, II, do CPP
Fica também, do prazo de 5 (cinco) dias para apresentar recurso, caso tenha interesse.INTIMADO
Paranaguá, 06 de maio de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor BRIAN FRANK, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado
do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de n° 0008396-09.2024.8.16.0129, tendo como promovido DIEGO
GUILHERME ARASHIRO DA SILVA atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim fica
, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, constitua advogado ou informe o interesse naINTIMADO
defensoria pública.
A ausência de manifestação implicará a nomeação de membro da defensoria pública.
Paranaguá, 06 de maio de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

PARANAVAÍ

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PARANAVAÍ
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PARANAVAÍ - PROJUDI
Avenida Parana, 1422 - JARDIM AMERICA - Paranavaí/PR - CEP: 87.703-100 - Fone: (44) 3422-1530 - Celular: (44) 99716-4338 - E-mail: b080@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ARISTIDES JOSE DOS SANTOS
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Maria de Lourdes Araújo, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Paranavaí, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal**, assunto IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano, sob nº 0002306-31.2014.8.16.0130, em que é exequente Município de Paranavaí/PR, e executado(a)(s) ARISTIDES JOSE DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) requerida(s) Promovido ARISTIDES JOSE DOS SANTOS**, portador(a) do CPF 120.679.979-04, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **INTIMAÇÃOda penhora efetivada sobre o Imóvel de matrícula nº 20041, registrado ao 1º Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca de Paranavaí/PR**, nos autos indicados acima, bem como para, querendo, opor Embargos à Execução **no prazo de 30 (trinta) dias úteis**, contados da data da intimação (art. 16, Lei n° 6.830/1980).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Marcia Regina Gomes, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Paranavaí, 07 de maio de 2025.**

Adroaldo Bellanda
Por ordem da MMª Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PATO BRANCO

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PATO BRANCO
1ª VARA CÍVEL DE PATO BRANCO - PROJUDI
Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225 3448 - Celular: (46) 99128-4996 - E-mail: pb-1vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO 10 DIAS

O Juiz de Direito Substituto João Angelo Bueno, da 1ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0006182-10.2022.8.16.0131, em que é autora Rosana Zambiazzi, e requeridas Sallete Maria Zambiazzi, Noeli Aparecida Zambiazzi, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de SALETE MARIA ZAMBIAZZI e NOELI APARECIDA ZAMBIAZZI**, por sentença publicada em 10/01/2025, a qual reconheceu que as interditadas [**as interditandas são portadoras de retardo mental moderado e não possuem plena capacidade de desempenhar atos simples da vida civil, como cuidados de higiene, alimentação ou gerir a própria vida**], o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de [**a Curadora nomeada não poderá por qualquer modo alienar ou onerar eventuais bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes às interditandas, sem autorização judicial. b) Os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar das interditandas. Aplica-se ao caso, o disposto no art. 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções**]. A referida sentença ainda nomeou as interditadas foi nomeada curadora a Sra. ROSANA ZAMBIAZZI, inscrita no CPF 094.883.129-47, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger as interditadas conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " 3. Dispositivo: Ante o exposto, com fundamento no art. 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de: a) DECRETAR a interdição de SALETE MARIA ZAMBIAZZI e NOELI APARECIDA ZAMBIAZZI, e nomear como curadora a Sra. ROSANA ZAMBIAZZI, a qual não poderá por qualquer modo alienar ou onerar eventuais bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes às interditandas, sem autorização judicial. b) Os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar das interditandas. Aplica-se ao caso, o disposto no art. 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. c) DETERMINO a avaliação anual das interditandas. d) Lavre-se o respectivo termo de curatela e intime-se a curadora para o compromisso, constando as limitações acima mencionadas. Cumpra-se o disposto nos arts. 755, §3º e 759, ambos do Código de Processo Civil, publicando-se os editais. Publique-se na Impressa Oficial por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. e) Inscreva-se a sentença no Registro de Pessoas Naturais. Cumpra-se, no que aplicável, o disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pato Branco (PR), datado e assinado digitalmente. JOÃO ANGELO BUENO Juiz de Direito Substituto ".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Eu, Kelin Cristine Svidzinski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Pato Branco, 01 de abril de 2025.
João Angelo Bueno
Juiz de Direito Substituto
Assinatura Digital
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PÉROLA

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PÉROLA
VARA CÍVEL DE PÉROLA - PROJUDI
Avenida Café Filho, 35 - Fórum - Centro - Pérola/PR - CEP: 87.540-000 - Celular: (44) 99930-9670 - E-mail: joev@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIOS: CONJUGE E/OU SUCESSORES DO REQUERIDO ELIZEU CASTOR DAD SILVA

PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Henrique Silveira Botoni, da Vara Cível de Pérola, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0000963-44.2021.8.16.0133, em que é(são) autor(es) NEIDE GONÇALVES RAMOS, CARLOS DIAS RAMOS, e réu(s) ELIZEU CASTOR DA SILVA, e que por este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **conjuges ou sucessores**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: "Lote n. 989, gleba Boa Esperança, localizado no município de Pérola, com 0,20 hectares, matrícula 3.733", nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil.O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).Eu, Ricardo Schmidt Neves, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Pérola, 07 de maio de 2025.
Fernando Henrique Silveira Botoni
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PÉROLA
VARA CÍVEL DE PÉROLA - PROJUDI
Avenida Café Filho, 35 - Fórum - Centro - Pérola/PR - CEP: 87.540-000 - Celular: (44) 99930-9670 - E-mail: joev@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ELISANGELA PIRES BARBOSA

PRAZO DE 30 (trinta) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Henrique Silveira Botoni, da Vara Cível de Pérola, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Contratos Bancários, sob nº 0001018-24.2023.8.16.0133, em que é(são) autor(es) COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO VALE DO PIQUIRI ABCD - SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD PR/SP , e réu(s) ELISANGELA PIRES BARBOSA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ELISANGELA PIRES BARBOSA**, portador(a) do RG 93845463 SSP/PR e CPF 333.504.028-79. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$ 100.905,88 (cem mil, novecentos e cinco reais e oitenta e oito centavos) *(** CNFJ - Prov. 316/2022: Art. 235. A intimação para pagamento ou depósito de certa quantia, preparo de conta ou mera ciência de cálculo ou conta deverá sempre expressar o valor. **)*, o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) **CIENTE(S)** de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Ricardo Schmidt Neves, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Pérola, 07 de maio de 2025.
Fernando Henrique Silveira Botoni
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PINHÃO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE PINHÃO VARA CÍVEL E ANEXOS EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS CITANDO(S): PATRICK DELGADO RODRIGUES, EVENTUAIS HERDEIROS E SUCESSORES A Doutora NATALIA CALEGARI EVANGELISTA, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial da Comarca de Pinhão - Estado do Paraná, FAZ SABERaos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processamse os Autos nº. 0002159-46.2021.8.16.0134 de AÇÃO DE EXECUÇÃO, em que é requerente COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP e requerido PATRICK DELGADO RODRIGUES, tendo como valor da causa R$ 22.593,32 (vinte e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos), cuja ação se refere ao seguinte título executivo: CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº B90330548-6, ficando o(s) requerido(s) PATRICK DELGADO RODRIGUES, atualmente em local desconhecido, devidamente citado para querendo responder aos termos da ação, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335 do NCPC, sob pena, de não o fazendo, ser considerado revel (artigo 344 do NCPC), de conformidade com o despacho adiante transcrito: Despacho evento 137.1: "Diante do certificado a mov. 135, defiro o pedido para a citação por edital do executado PATRICK DELGADO RODRIGUES (mov. 132). Ressalta-se que, "a parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo", nos termos do art. 258, do CPC. 2. Expeça-se edital de citação, conforme artigo 256, inciso I e §3º do CPC, com prazo de 20 (vinte) dias, e com publicação na forma do art. 256, III, do CPC, com a advertência de que sua ausência implicará o prosseguimento do feito, com atos expropriatórios e a nomeação de curador especial, nos termos do art. 256 e 257, ambos do CPC. 3. Decorrido o prazo do edital, conclusos para nomeação de curador especial. Intimações e diligências necessárias. Pinhão, datado e assinado eletronicamente.". Advertência: Se o réu não contestar a ação, será nomeado curador especial em caso de revelia. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná. Eu, Angelo Ricardo Tesseroli, Analista Judiciário, Chefe de Secretaria, datado e assinado digitalmente.

FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: ESPÓLIO DE BERNARDO AUGUSTO BLUM E TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Elvis Jakson Melnisk, da Vara Cível de Piraquara, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0004845-74.2008.8.16.0034, em que é(são) autor(es) MARCIO GOMES, MARIA FERNANDA DA SILVA GONÇALVES, e réu(s) ESPÓLIO DE BERNARDO AUGUSTO BLUM, e que por este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **Espólio de Bernardo Augusto Blum e terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: "Parte dos lotes 21, 22, 23 e 24 da Planta Entre Rios - Guarituba, com as seguintes medidas e confrontações: A referida área mede 12,50 metros de frente para a Rua Miguel Bischibich; pelo lado direito mede 48,00 metros e confronta com outra parte dos lotes 21, 22, 23 e 24 de Almir dos Santos; pelo lado esquerdo mede 48,00 metros e confronta com uma rua sem denominação e nos fundos mede 12,50 metros e confronta com parte do lote 25 de Leonardo Gluczkowski, perfazendo uma área total de 600,00 metros quadrados (seiscentos metros quadrados).", nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "... 3. Expeça-se edital de citação dos réus, cônjuge ou herdeiros, assim como, daqueles em lugar incerto e dos eventuais interessados, para apresentação de resposta no prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-lhe que a falta de contestação implicará na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora (art. 344 do Código de Processo Civil)."
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Gislene Soares de Almeida, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Piraquara, 06 de maio de 2025.
Gislene Soares de Almeida
Técnica Judiciária
Assinado digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ADEVILSON DIAS DE ALMEIDA
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Elvis Jakson Melnisk, da Vara Cível de Piraquara, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Compra e Venda, sob nº 0000785-04.2021.8.16.0034, em que é(são) autor(es) ALEXSSANDRO MOREIRA, e réu(s) ADEVILSON DIAS DE ALMEIDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ADEVILSON DIAS DE ALMEIDA**, portador(a) do CPF 924.556.972-15. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor da causa de R$ 42.687,78 (quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento. A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.**
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Gislene Soares de Almeida, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Piraquara, 06 de maio de 2025.
Gislene Soares de Almeida
Técnica Judiciária
Assinado digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

---

[1] Código de Processo Civil: "Art. 829. O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação. § 1º Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.".

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO MARCOS PAULO DE SOUZA GOMES (RG: 141117599 SSP/PR e CPF /CNPJ: 250.304.048-99), COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Processo: 0001522-28.2024.8.16.0187
Classe Processual: Perda ou Suspensão do Poder Familiar
Assunto Principal: Acolhimento institucional
Polo Ativo(s): 2ª Promotoria de Justiça junto ao Foro Descentralizado da Cidade Industrial de Curitiba /PR
Polo Passivo(s): ANA PAULA FONSECA DE SOUZA GOMES (RG: 99514965 SSP/PR e CPF/CNPJ: 057.308.469- 67) Rua José Benedicto Muniz de Queiroz, 412 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.450- 737 - Telefone(s): (41) 99990-2414 MARCOS PAULO DE SOUZA GOMES (RG: 141117599 SSP/PR e CPF/CNPJ: 250.304.048-99) Rua José Benedicto Muniz de Queiroz, 250 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.450- 737 - Telefone(s): (45) 99996-9580
A Dra. Caroline Vieira de Andrade Mattar, MM. Juíza de Direito deste Foro Regional de Piraquara /Paraná, no uso de suas atribuições legais etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, especialmente o requerido MARCOS PAULO DE SOUZA GOMES (RG: 141117599 SSP/PR e CPF/CNPJ: 250.304.048-99) que tramita por este Juízo e Vara de Família e Anexos, os autos de 1426 - Perda ou Suspensão do Poder Familiar nº 0001522-28.2024.8.16.0187, e de conformidade com o respeitável despacho exarado nos autos, foi determinada a expedição do presente edital para o fim de INTIMAR o requerido MARCOS PAULO DE SOUZA GOMES (RG: 141117599 SSP/PR e CPF /CNPJ: 250.304.048-99), atualmente em lugar incerto, quanto a sentença proferida nos autos, bem como para que, querendo manifeste desejo em recorrer, no prazo de 10 (dez) dias. Resumo da sentença: "(...) JULGO PROCEDENTE a presente ação, promovida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, com fundamento no artigo 1.638, inciso II, do Código Civil c/ c artigo 487, I, do Código de Processo Civil, e DECRETO a destituição do poder familiar exercido por Ana Paula Fonseca de Souza Gomes e Marcos Paulo de Souza Gomes em relação à filha RENATO FONSECA DE SOUZA GOMES e o declaro, por consequência, em situação de risco pessoal e social, a teor do artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para aplicação de medida protetiva consistente em colocação em família substituta, preferencialmente na modalidade de adoção, nos termos dos artigos 28 e 101, inciso IX, ambos do citado Estatuto. Para tanto, autue-se em apartado cumprimento provisório de sentença, para fins de buscas de família substituta, PROCEDIMENTO QUE DEVE SER REMETIDO à Vara da Infância e Juventude de Curitiba - Foro Central, onde Renato está acolhido e é acompanhado, para que ocorram buscas por habilitados à adoção (art. 147, II, do ECA). Comuniquem-se à entidade de acolhimento institucional (casa do Pai) e ao Conselho Tutelar o teor desta sentença (...)". Piraquara, 05 de maio de 2025. Eu, Daniele R. da Maia, Técnica Judiciária, digitei e conferi.
Caroline Vieira de Andrade Mattar
Juíza de Direito

PONTA GROSSA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ANITO JOSE DE DEUS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito , da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0000744-48.2022.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CELSO JUNIO ASSUNÇÃO, VALDECI DOS SANTOS, RAFAEL JOSE DE DEUS, e vítima ANITO JOSE DE DEUS, ROSELIO DE DEUS, RUBENS DE DEUS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Vítima ANITO JOSE DE DEUS, portador(a) do RG 30209753 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 23/12/1944, natural de PITANGA/PR, filho(a) de ARMINDA BERTÃO e ABILIO JOSE DE DEUS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO acerca da sentença absolutória** proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restaram **absolvidos** os acusados **CELSO JUNIO ASSUNÇÃO, RAFAEL JOSÉ DE DEUS e VALDECI DOS SANTOS** pelo crime previsto no artigo 157, caput, §2°,inciso II, do Código Penal, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Giselle Evelise Bonetti Friedemann, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Thiago Bertuol de Oliveira
Juiz de Direito Substituto
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ROSELIO DE DEUS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito , da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0000744-48.2022.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CELSO JUNIO ASSUNÇÃO, VALDECI DOS SANTOS, RAFAEL JOSE DE DEUS, e vítima ANITO JOSE DE DEUS, ROSELIO DE DEUS, RUBENS DE DEUS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s)Vítima ROSELIO DE DEUS, portador(a) do RG 70990156 SSP/PR, nascido(a) em 25/08/1976, natural de PITANGA/PR, filho(a) de TEREZINHA PCHEK DE DEUS e ANITO JOSE DE DEUS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da **sentença absolutória** proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restaram **absolvidos** os acusados **CELSO JUNIO ASSUNÇÃO, RAFAEL JOSÉ DE DEUS e VALDECI DOS SANTOS** pelo crime previsto no artigo 157, caput, §2°,inciso II, do Código Penal, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Giselle Evelise Bonetti Friedemann, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Thiago Bertuol de Oliveira
Juiz de Direito Substituto
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): RUBENS DE DEUS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito , da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0000744-48.2022.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CELSO JUNIO ASSUNÇÃO, VALDECI DOS SANTOS, RAFAEL JOSE DE DEUS, e vítima ANITO JOSE DE DEUS, ROSELIO DE DEUS, RUBENS DE DEUS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima RUBENS DE DEUS, portador(a) do RG 78544341 SSP/PR e CPF 087.299.639-58, nascido(a) em 27/11/1978, natural de PITANGA/PR, filho(a) de TEREZINHA PCHEK DE DEUS e ANITO JOSE DE DEUS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença absolutória proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restaram **absolvidos** os acusados **CELSO JUNIO ASSUNÇÃO, RAFAEL JOSÉ DE DEUS e VALDECI DOS SANTOS** pelo crime previsto no artigo 157, caput, §2°,inciso II, do Código Penal, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Giselle Evelise Bonetti Friedemann, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Thiago Bertuol de Oliveira
Juiz de Direito Substituto
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS, comarca de ponta grossa. edital de citação, prazo de trinta (30) dias, Denise Damo Comel, Juíza de Direito da 1ª. Vara de Família e Anexos da Comarca de Ponta Grossa. Pelo presente edital, fica o réu **MIROSLAU DA SILVA**, atualmente em lugar incerto, **citado** para oferecer contestação, por petição, no **prazo de 15 dias**, contados na forma do art. 335, do CPC, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (CPC, 257, IV), junto aos autos de ação de Dissolução, sob nº 0021032-51.2021.8.16.0019, em que é autor REGIANE GONÇALVES RIBEIRO. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.

Eu, Juliano Bührer Taques, Escrivão, que digitei, conferi e subscrevo.
Juliano Bührer Taques
Escrivão
Assinatura Autorizada
Portaria 13/2022

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS, comarca de ponta grossa. edital de citação, prazo de trinta (30) dias, Érika Watanabe, Juíza de Direito Substituta da 1ª. Vara de Família e Anexos da Comarca de Ponta Grossa. Pelo presente edital, fica o herdeiro **VINICIUS FELIX DA SILVA**, atualmente em lugar incerto, **citado** para oferecer contestação, por petição, no **prazo de 15 dias**, contados na forma do art. 335, do CPC, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (CPC, 257, IV), junto aos autos de ação de Inventário e partilha, sob nº 0019217-14.2024.8.16.0019, em que é autor Cleomaris Almeida Martins. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Eu, Juliano Bührer Taques, Escrivão, que digitei, conferi e subscrevo.
Juliano Bührer Taques
Escrivão
Assinatura Autorizada
Portaria 13/2022

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS, comarca de ponta grossa. edital de citação, prazo de trinta (30) dias, Denise Damo Comel, Juíza de Direito da 1ª. Vara de Família e Anexos da Comarca de Ponta Grossa. Pelo presente edital, fica a ré **DANIELA APARECIDA DO NASCIMENTO**, atualmente em lugar incerto, **citada** para oferecer contestação, por petição, no **prazo de 15 dias**, contados na forma do art. 335, do CPC, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (CPC, 257, IV), junto aos autos de ação de Regulamentação de Visitas, sob nº 0010548-69.2024.8.16.0019, em que é autor SUSANE ROSA. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Eu, Juliano Bührer Taques, Escrivão, que digitei, conferi e subscrevo.
Juliano Bührer Taques
Escrivão
Assinatura Autorizada
Portaria 13/2022

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS, comarca de ponta grossa. edital de citação, prazo de trinta (30) dias, Denise Damo Comel, Juíza de Direito da 1ª. Vara de Família e Anexos da Comarca de Ponta Grossa. Pelo presente edital, fica a herdeira **RAIARA VITÓRIA DOS SANTOS ROSA representada por JOÃO CARLOS ROSA**, atualmente em lugar incerto, **citada para oferecer impugnação às primeiras declarações no prazo de 15 dias, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (CPC, 257, IV).**, junto aos autos de ação de Inventário e Partilha, sob nº 0025990-75.2024.8.16.0019, em que é autor FATIMA CALIXTO DE OLIVEIRA. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Eu, Juliano Bührer Taques, Escrivão, que digitei, conferi e subscrevo.
Juliano Bührer Taques
Escrivão
Assinatura Autorizada
Portaria 13/2022

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS, comarca de ponta grossa. edital de citação, prazo de trinta (30) dias, Érika Watanabe, Juíza de Direito Substituta da 1ª. Vara de Família e Anexos da Comarca de Ponta Grossa. Pelo presente edital, fica a ré **DANIELA APARECIDA DO NASCIMENTO**, atualmente em lugar incerto, **citada** para oferecer contestação, por petição, no **prazo de 15 dias**, contados na forma do art. 335, do CPC, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (CPC, 257, IV), junto aos autos de ação de Regulamentação de Visitas, sob nº 0010548-69.2024.8.16.0019, em que é autor SUSANE ROSA. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Eu, Juliano Bührer Taques, Escrivão, que digitei, conferi e subscrevo.
Juliano Bührer Taques
Escrivão
Assinatura Autorizada
Portaria 13/2022

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS, comarca de ponta grossa. edital de citação, prazo de trinta (30) dias, Denise Damo Comel, Juíza de Direito da 1ª. Vara de Família e Anexos da Comarca de Ponta Grossa. Pelo presente edital, fica o réu **NIVALDO FERREIRA DE QUADROS**, atualmente em lugar incerto, **citado** para oferecer contestação, por petição, no **prazo de 15 dias**, contados na forma do art. 335, do CPC, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (CPC, 257, IV), junto aos autos de ação de Divórcio Litigioso, sob nº 0042174-77.2022.8.16.0019, em que é autor KELLEN ANDERSON DE QUADROS. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Eu, Juliano Bührer Taques, Escrivão, que digitei, conferi e subscrevo.
Juliano Bührer Taques
Escrivão
Assinatura Autorizada
Portaria 13/2022

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS, comarca de ponta grossa. edital de citação, prazo de trinta (30) dias, Denise Damo Comel, Juíza de Direito da 1ª. Vara de Família e Anexos da Comarca de Ponta Grossa. Pelo presente edital, fica o réu **EZEQUIEL ZACARIAS**, atualmente em lugar incerto, **citado** para oferecer contestação, por petição, no **prazo de 15 dias**, contados na forma do art. 335, do CPC, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (CPC, 257, IV), junto aos autos de ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, sob nº 0019362-70.2024.8.16.0019, em que é autor RAVI KHALED ZACARIAS representado(a) por CARMEN DAMARIS XAVIER GONÇALVES. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Eu, Juliano Bührer Taques, Escrivão, que digitei, conferi e subscrevo.
Juliano Bührer Taques
Escrivão
Assinatura Autorizada
Portaria 13/2022

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS, comarca de ponta grossa. edital de citação, prazo de trinta (30) dias, denise damo comel, Juíza de Direito da 1ª. Vara de Família e Anexos da Comarca de Ponta Grossa. Pelo presente edital, fica o réu **ADILSON DO ROCIO DE FREITAS**, atualmente em lugar incerto, **citada** para oferecer contestação, por petição, no **prazo de 15 dias**, contados na forma do art. 335, do CPC, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (CPC, 257, IV), junto aos autos de ação de Guarda de Família, sob nº 0032197-27.2023.8.16.0019, em que são autores ANTERO ZACARIAS DE MATOS e CIBELLY FATIMA DE MATOS FREITAS representado(a) por ANTERO ZACARIAS DE MATOS. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Eu, Juliano Bührer Taques, Escrivão, que digitei, conferi e subscrevo.
Juliano Bührer Taques
Escrivão
Assinatura Autorizada
Portaria 13/2022

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA
PROCESSO: 0015755-20.2022.8.16.0019
RÉU: VALDORI DA CRUZ BARBOZA
VÍTIMA:JOÃO VINICIUS ALMEIDA SLOTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo 60 (sessenta) dias
A Juíza de Direito Heloísa da Silva Krol Milak, Magistrada do 2º Juizado Especial Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Ameaça , sob nº 0015755-20.2022.8.16.0019, em que é réu VALDORI DA CRUZ BARBOZA, e vítima JOÃO VINICIUS ALMEIDA SLOTA, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovida VALDORI DA CRUZ BARBOZA, portador(a) do RG 90568612 SSP/PR e CPF 041.088.739-04, nascido(a) em 30/10/1982, natural de TRES PASSOS, filho(a) de Jurema da Cruz e Joaquim Barboza, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP; Enunciado 125, Fonaje), na qual restou ABSOLVIDO das acusações do art. 147 do Código Penal, e de que possui o prazo de 10 (dez) dias para recorrer (art. 82, § 1º, Lei nº 9.099/1995), prazo este contado do término do fixado no presente edital, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Ana Amélia Baldani, Secretária, conferi e digitei.

HELOÍSA DA SILVA KROL MILAK
Magistrada

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CARLOS ROBERTO OSSOVISCK
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0000092-26.2025.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CARLOS ROBERTO OSSOVISCK, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CARLOS ROBERTO OSSOVISCK, portador(a) do RG 50338304 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 31/03/1969, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de DOLORES OSSOVISCK e ALFREDO OSSOVISCK,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 306 - CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR COM CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA EM RAZAO DA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA, Detenção: 6 meses a 3 anos E Multa oferecida em 10/01/2025 e recebida em 19/01/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 05 de janeiro de 2025, por volta das 21h40min, em via pública, na Avenida Ernesto Vilela, próximo ao numeral 2279, bairro Nova Rússia, neste Município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado CARLOS ROBERTO OSSOVISCK, conduziu o veículo automotor VW/Gol, placas FHI-6F04, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, que é substância psicoativa que determina a dependência. O denunciado foi submetido a exame com o etilômetro, o qual acusou 1,06 mg/L de concentração de álcool por litro de ar alveolar, conforme indicado junto ao teste de etilômetro de evento 1.7, quantidade superior à permitida por lei", e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, ELAINE CRISTINE MUNHOZ STADLER, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Hélio Cesar Engelhardt
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): VITOR MARCIEL SOARES DE MATOS CASTRO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0039198-29.2024.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VINICIUS SOARES DE MATOS CASTRO, ALEXSANDRO GIOVANI SOARES DE ALMEIDA, VITOR MARCIEL SOARES DE MATOS CASTRO, e vítima A. A. R. e M. A. M., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido VITOR MARCIEL SOARES DE MATOS CASTRO, portador(a) do RG 131156464 SSP/PR e CPF 088.944.249-52, nascido(a) em 03/09/2003, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de MÁRCIA SOARES e VALDEMIR ANTONIO DE MATOS CASTRO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 121 - HOMICIDIO QUALIFICADO, Reclusão: 12 a 30 anos, artigo 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal (1º fato) ART 121 - HOMICIDIO QUALIFICADO, Reclusão: 12 a 30 anos, artigo 121, §2º, incisos II e IV, c/c o artigo 14, II, ambos do Código Penal (2º fato) (Tentado) oferecida em 10/03/2025 e recebida em 11/03/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "*No dia 27 de novembro de 2024, durante a noite, na Rua Pau Brasil, nº 166, nesta cidade e comarca de Ponta Grossa/PR, os denunciados ALEXSANDRO GIOVANI SOARES DE ALMEIDA, VINICIUS SOARES DE MATOS CASTRO e VITOR MARCIEL SOARES DE MATOS CASTRO, todos com consciência e vontade, mediante prévio acordo de vontades, um aderindo a conduta do outro, unidos pelos mesmos vínculos subjetivos e com intenção de ceifar a vida, mataram Alexandre Araújo Ribas mediante disparos de arma de fogo que lhe causaram o óbito por choque hipovolêmico (cf. boletim de ocorrência de mov. 1.2, laudo de necropsia de mov. 1.14 e 1.15, informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17, oitivas de mov. 15.9 a 15.16). O crime foi praticado por motivo fútil, correspondente a uma situação anterior, na qual indivíduo identificado apenas como "Orley" empurrou a mãe2 dos denunciados VINICIUS e VITOR (cf. informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17, oitivas de mov. 15.9 a 15.16). Ademais, o crime foi praticado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, uma vez que os Denunciados aguardaram o momento em que o Ofendido deixou sua residência, rumo a uma loja de conveniência, para surpreendê-lo com os disparos de arma de fogo que ceifaram sua vida (cf. informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17, oitivas de mov. 15.9 a 15.16) e Nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar do fato anterior, os denunciados ALEXSANDRO GIOVANI SOARES DE ALMEIDA, VINICIUS SOARES DE MATOS CASTRO e VITOR MARCIEL SOARES DE MATOS CASTRO, todos com consciência e vontade, mediante prévio acordo de vontades, um aderindo a conduta do outro, unidos pelos mesmos vínculos subjetivos e com intenção de ceifar a vida, iniciaram os atos executórios tendentes a matar Mateus Aurelio Machado, mediante disparos de arma de fogo que atingiram sua nuca, não consumando o crime por circunstâncias alheias às suas vontades, uma vez que o disparo que o atingiu não foi suficiente para ceifar sua vida, bem como em razão do atendimento médico prestado (cf. boletim de ocorrência de mov. 1.2, laudo de necropsia de mov. 1.14 e 1.15, informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17, oitivas de mov. 15.9 a 15.16). O crime foi praticado por motivo fútil, correspondente a uma situação anterior, na qual indivíduo identificado apenas como "Orley" empurrou a mãe3 dos denunciados VINICIUS e VITOR (cf. informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17, oitivas de mov. 15.9 a 15.16). Ademais, o crime foi praticado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, uma vez que os Denunciados aguardaram o momento em que o Ofendido deixou sua residência, rumo a uma loja de conveniência, para surpreendê-lo com os disparos de arma de fogo que o feriram (cf. informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17, oitivas de mov. 15.9 a 15.16)*"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, ELAINE CRISTINE MUNHOZ STADLER, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Hélio Cesar Engelhardt
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
O Doutor HELIO CESAR ENGELHARDT, MM. Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa/Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER que, pelo presente edital, expedido nos Autos nº 0029017-66.2024.8.16.0019, desta 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa/PR, fica **SIDNEI PACHECO PROCOPIO**, portador do RG nº 72450337 SSP/PR, filho de MARIA DA CONCEIÇÃO PROCOPIO e ADOIR PACHECO PROCOPIO, nascido em SAO MIGUEL DO IGUACU em 11/04/1977, denunciado(s) nas sanções previstas pelo artigo 157, §2º, inciso II e § 2º-A, inciso I, por quatro oportunidades, c.c. o artigo 29, aplicando-se, ao final, as disposições do artigo 70, todos do Código Penal, pelos seguintes fatos delituosos: "*No dia 20 de setembro de 2024, por volta das 03h00min, em via pública, no interior do carrinho de lanches "Krakóvia Lanches", na Rua Balduíno Taques, próximo ao nº 879, Centro, neste Município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado SIDNEI PACHECO PROCÓPIO, na companhia outro indivíduo não identificado nos autos, dolosamente, com consciência e vontade, cientes de ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, em conluio, com unidade de desígnios e comunhão de vontades, um aderindo à conduta delituosa do outro, com ânimo de assenhoreamento definitivo, mediante grave ameaça, consistente em darem voz de assalto utilizando de armas de fogo1, subtraíram, para ambos, R$ 92,00 (noventa e dois reais), 10 (dez) latas de refrigerante, de propriedade do estabelecimento comercial, 01 (um) aparelho celular, marca Motorola, modelo Moto G54, R$ 173,00 (cento e setenta e três reais) em espécie, além de 02 (dois) carregadores de celular, todos de propriedade da vítima Yudson Gabriel dos Santos, além de valores em espécie2 das vítimas Rayllan Ghael da Silva Oliveira e João Vitor Amaral, conforme boletim de ocorrência (mov. 1.2/1.3), imagens de câmeras de segurança (mov. 1.5/1.7), imagens do denunciado (mov. 1.14/1.15) e demais elementos informativos acostados ao feito*", atualmente em lugar não sabido, CITADO para, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, responder à acusação, por escrito, nos moldes do Art. 396, da Lei 11.719/08, bem como acompanhar os demais atos da Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 0029017-66.2024.8.16.0019. E, para que chegue ao conhecimento de todos, e não se alegue ignorância, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital com prazo dez dias a contar de sua publicação no Diário da Justiça eletrônico do Estado do Paraná. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025. Eu, ELAINE CRISTINE MUNHOZ STADLER, Técnica Judiciária, digitei e conferi.
ELAINE CRISTINE MUNHOZ STADLER
Chefe de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ALISON GARCIA

PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0012733-80.2024.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALISON GARCIA, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ALISON GARCIA, portador(a) do RG 93866746 SSP/PR e CPF 071.754.869-44, nascido(a) em 13/10/1989, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de EDCLEIA ANA GARCIA e JOANIM DE OLIVEIRA GARCIA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 180 - RECEPTACAO, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 06/12/2024 e recebida em 09/12/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Em data e horário não precisados nos autos, mas certo que entre o início do mês de abril de 2024 e o dia 04 de maio de 2024 (data da apreensão da motocicleta), neste Município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado ALISON GARCIA, dolosamente, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, adquiriu e passou a conduzir pelas ruas desta Cidade, em proveito próprio, a motocicleta CG Titan, cor vermelha, placa ALA-1635, consciente de que o veículo automotor possuía sinal identificador adulterado1 e era proveniente de delito anterior (furto noticiado no BO nº 2024/461040 - mov. 1.15), conforme boletim de ocorrência (mov. 1.14), auto de exibição e apreensão (mov. 1.9), laudo pericial (mov. 46.1) e demais elementos informativos constantes nos autos", e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Hélio Cesar Engelhardt
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): YOHAN ROBERTO MACHUCA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0018235-97.2024.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) YOHAN ROBERTO MACHUCA, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido YOHAN ROBERTO MACHUCA, portador(a) do RG 147351160 SSP/PR e CPF 125.638.479-82, nascido(a) em 27/03/2005, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de FLÁVIA APARECIDA RIBEIRO e SICRINEI ROBERTO MACHUCA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa oferecida em 26/06/2024 e recebida em 31/03/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "*No dia 24 de junho de 2024, por volta das 15h56min, em via pública, na Rua Benjamin Constant, nas proximidades do nº 720, Centro, neste Município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado YOHAN ROBERTO MACHUCA, dolosamente, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, trazia consigo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar e com o objetivo de consumo pessoal e de entregar, de qualquer forma, a consumo de terceiros, 03 (três) pedras da substância entorpecente popularmente conhecida como "crack", pesando aproximadamente 5 mg (cinco miligramas), tudo conforme boletim de ocorrência (mov. 1.6), auto de exibição e apreensão (mov. 1.11), auto de constatação provisória de droga (mov. 1.13) e demais elementos informativos colacionados ao feito. Na oportunidade, foram apreendidos com o denunciado R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) em espécie*", e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, ELAINE CRISTINE MUNHOZ STADLER, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.**
Hélio Cesar Engelhardt
Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 60 DIAS
O Doutor HELIO CESAR ENGELHARDT, Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa/Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER à vítima **MICHELLI DE MOURA**, portadora do RG nº 99296380 SSP/PR, filha de IRACEMA ANTUNES DE LARA e LUIS MOACIR DE MOURA que o presente edital, com prazo de 60 dias virem ou dele tiverem conhecimento que, nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 0004283-51.2024.8.16.0019, desta 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa/PR, em que é autora a Justiça Pública e réu(ré) JAIMIR MARCOS PINTO, portador do RG nº 47837499 SSP/PR, filho de NAIR GONCALVES PINTO *(Nome Mãe)* e CELIO FELIZ DA SILVA PINTO *(Nome Pai)*, nascido em CASCAVEL/PR em 25/10/1968, foi proferida sentença, nos seguintes termos:"[...] Isto posto e pelo que mais consta dos autos julgo improcedente a pretensão punitiva do Estado para o fim de absolver JAIMIR MARCOS PINTO das penas do artigo 180, caput, do Código Penal, com fundamento no artigo 386, incisos V e VII, ambos do Código de Processo Penal. [...]"
E como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente edital, fica o mesmo intimado da referida sentença da qual poderá interpor, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de passar em julgado referida decisão.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025. Eu, Alexsandro Dias de Camargo, Técnico Judiciário, digitei e conferi.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

4ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

COMARCA DE PONTA GROSSA PR - 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU ESPÓLIO DE FAUSTO ZULIAN - PRAZO DE 30 DIAS
Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA o Réu ESPÓLIO DE FAUSTO ZULIAN (sem informação nos autos quanto ao CPF/MF deste), seu cônjuge se casado for, herdeiros ou sucessores, se for o caso, para todos os atos da ação de AÇÃO DE USUCAPIÃO sob nº **0018704-27.2016.8.16.0019**, em que são requerentes GIOVANI DOS REIS e JOCIANE APARECIDA DOS REIS e requerido ESPÓLIO DE FAUSTO ZULIAN, para querendo contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, com advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pela requerente, nos termos da inicial, a qual pretende o domínio sobre o seguinte bem imóvel: "Lote de terreno urbano, com matrícula 25.645 do 2º Registro de Imóveis, cadastro municipal 39117-0, localizado na Rua Junqueira Freire, 175, bairro Uvaranas, Ponta Grossa, Paraná, sendo o lote de nº 14 (quatorze), de forma retangular, pertencente a quadra nº 07 (sete), inscrição imobiliária sob o nº 08.6.30.0419.001, medindo 12,00 (doze) metros de frente para a Rua Junqueira Freire, de quem da rua olha: lado direito confronta com o lote nº 13 (treze) de propriedade de Nestor Machado Passos, medindo 32,00 metros, lado esquerdo confronta com o lote nº 15 (quinze) de propriedade de Deraldo Ferreira Rocha Junior, onde mede 32,00 (trinta e dois) metros. Na linha de fundo confronta com parte do lote nº 95 de propriedade de Noemia Marques Moletta, medindo 12,00 metros, perfazendo uma área total de 384,00 m² (trezentos e oitenta e quatro metros quadrados). O imóvel encontra-se no lado ímpar da numeração predial da Rua Junqueira Freire, e está distante 24,80 m (vinte e quatro metros vírgula oitenta centímetros) da Rua Emiliano Perneta". Esgotadas as tentativas de citação do Réu pelas vias ordinárias, foi deferida a citação por edital a ser cumprido nos termos do artigo 257 do Código de Processo Civil. A ser afixado e publicado na forma da lei. SOB OS AUSPÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. Ponta Grossa, aos 7 de maio de 2025. Eu, _____ Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei e subscrevo.
POLIANA MARIA CREMASCO FAGUNDES CUNHA WOJCIECHOWSKI
Juíza de Direito Substituta

COMARCA DE PONTA GROSSA - PR - 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS EM LUGAR INCERTO E EVENTUAIS INTERESSADOS - NO PRAZO DE 20 DIAS
Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA OS RÉUS EM LUGAR INCERTO E EVENTUAIS INTERESSADOS, seu cônjuge se casado for, herdeiros ou sucessores, se for o caso, para todos os atos da ação de AÇÃO DE USUCAPIÃO, sob nº **0032810-13.2024.8.16.0019** em que são requerentes MIRIAN DOS SANTOS e requerido ESPOLIO DE SEBASTIÃO MEDEIROS DOS SANTOS, para querendo contestar a ação no prazo de 15 dias, com advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo requerente, nos termos da inicial, o qual pretende o domínio sobre o seguinte bem: "Lote de terreno n° 12, de forma retangular, quadrante S-E, transcrição sob o n°22274, situado no Bairro Neves, de acordo com os inclusos memorial descritivo e planta, tem as seguintes características. Frente: medindo 9,90 (nove metros e noventa centímetros) de frente para a Rua Raul Mesquite, por 14 (quatorze) metros da frente ao fundo, em ambos os lados. Lado Esquerdo: tendo no 9,90 (nove virgula noventa metros) confrontando, de quem da

rua olha do lado esquerdo, com o lote n° 11. Fundos: e de fundo com a parte do lote n°13, com a área total de 495 metros quadrados, e lado direito com outra parte do lote n°12 quadra 52". Ficando cientes de que, quem não habilitar-se nos autos, não será intimado dos atos subsequentes. A ser afixado e publicado na forma da lei. SOB OS AUSPÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. Ponta Grossa, aos 07 de maio de 2025. Eu, _____ Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei e subscrevo.
LEONARDO SOUZA
Juiz de Direito

COMARCA DE PONTA GROSSA PR - 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DAS RÉS DOROTI BRAGA E MELANIE LATENE - PRAZO DE 30 DIAS
Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA as RÉS DOROTI BRAGA (sem informação nos autos quanto ao CPF/MF desta) e MELANIE LATENE (sem informação nos autos quanto ao CPF/MF desta), seus cônjuges se casadas forem, herdeiros ou sucessores, se for o caso, para todos os atos da ação de AÇÃO DE USUCAPIÃO sob nº **0031366-42.2024.8.16.0019**, em que é requerente ADRIANE APARECIDA TOMAZ e requeridas DOROTI BRAGA e MELANIE LATENE, para querendo contestarem a ação no prazo de 15 (quinze) dias, com advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pela requerente, nos termos da inicial, a qual pretende o domínio sobre o seguinte bem imóvel: "Frente de quem da rua olha, mede: 11,77 metros (onze metros e setenta e sete centímetros), deste faz ângulo obtuso para dentro onde mede 6,91 metros (seis metros e noventa e um centímetros), deste faz ângulo obtuso para dentro onde mede 2,05 metros (dois metros e cinco centímetros), deste faz ângulo obtuso para dentro onde mede 3,73 metros (três metros e setenta e três centímetros), deste faz ângulo obtuso para dentro onde mede 9,39 metros (nove metros e trinta e nove centímetros), confrontando com a Rua Oliveira Martins, perfazendo a frente uma distância total de 33,85 metros (trinta e três metros e oitenta e cinco centímetros), ficando distantes 33,00 metros (trinta e três metros) da Rua Aluízio de Azevedo. Lado direito de quem da rua olha, mede: 14,17 metros (quatorze metros e dezessete centímetros), confrontando o Lote n.º 1 da Quadra n.º 89 de propriedade de Orlando Marcondes Carneiro. Lado esquerdo de quem da rua olha, mede: 4,02 metros (quatro metros e dois centímetros), confrontando com a Rua Paulina Wagner. Fechando o perímetro no fundo, mede: 18,41 metros (dezoito metros e quarenta e um centímetros), deste faz ângulo obtuso para dentro onde mede 13,56 metros (treze metros e cinquenta e seis centímetros), confrontando com o Lote n.º 3 da Quadra n.º 89 de propriedade de João Martinho Ferreira, perfazendo o fundo uma distância total de 31,97 metros (trinta e um metros e noventa e sete centímetros). Terreno de forma irregular com uma área de 337,28 m² (trezentos e trinta e sete metros e vinte e oito centímetros quadrados). Existindo sobre o mesmo uma casa de alvenaria com uma área de 63,00 metros quadrados e uma cobertura com estrutura de madeira com área de 19,80 metros quadrados para fins de garagem". Esgotadas as tentativas de citação do Réu pelas vias ordinárias, foi deferida a citação por edital a ser cumprido nos termos do artigo 257 do Código de Processo Civil. A ser afixado e publicado na forma da lei. SOB OS AUSPÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. Ponta Grossa, aos 7 de maio de 2025. Eu, _____ Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei e subscrevo.
POLIANA MARIA CREMASCO FAGUNDES CUNHA WOJCIECHOWSKI
Juíza de Direito Substituta

COMARCA DE PONTA GROSSA PR - 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DA HERDEIRA IRACEMA MELCHIOR FARIA - PRAZO DE 30 DIAS
Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA A HERDEIRA IRACEMA MELCHIOR FARIA (inscrita no CPF/MF nº 055.663.369-57), na qualidade de Representante Legal do Espólio de JOANA ANTUNES MELCHIOR, seu cônjuge se casada for, herdeiros ou sucessores, se for o caso, para todos os atos da ação de AÇÃO DE USUCAPIÃO sob nº **0013483-92.2018.8.16.0019**, em que são requerentes SÉRGIO LOURENÇO DE SOUZA e SOLANGE LOURENÇO DE SOUZA e requeridos ESPÓLIO DE DAMAZO ANTUNES MACHADO e outros, para querendo contestarem a ação no prazo de 15 (quinze) dias, com advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pela requerente, nos termos da inicial, a qual pretende o domínio sobre o seguinte bem: "área de terreno urbano, situada no Lote de terreno rural, nº 32, da Gleba A, denominado Sítio Ribeirão da Cruz, nº 2, Colônia Ribeirão, Distrito de Itaiacoca, Município de Ponta Grossa, Área de 0,5965 ha, imóvel este com as demais características e confrontações constantes na matricula nº 8.111 do 2º Registro de Imóveis local e Formal de Partilha da 2º Vara Cível de Ponta Grossa (anexa) e Memorial Descritivo. A referida gleba é delimitada por um polígono irregular cuja descrição se inicia no vértice P 01, assinalado em planta anexa como segue: Do vértice P 01 segue até o vértice P 02 no azimute de 114º07', na extensão de 82,45 m; Do vértice P 02 segue até o vértice P 03 no azimute de 201º20', na extensão de 75,89 m; Do vértice P 03, segue até o vértice P 04 no azimute de 300º34', na extensão de 86,37 m; O Vértice P 04 segue até o vértice P 01, (início da descrição), no azimute de 24º20'14'', na extensão de 66,51 m, fechando assim o polígono acima descrito, abrangendo uma área de 0.5995 há ou 0,2465 alq. e um perímetro de 310,940 m. Com confrontações do vértice P 01 ao vértice P 02 limita-se por divisa com Cerca, confrontando com RICARDO WAGNER SALIM; Do vértice P 02 ao vértice P 03 limita-se por divisa com o Arroio sem denominação, confrontando com JOANA ANTUNES MELCHIOR; Do vértice P 03 ao vértice P 04 limita-se por divisa com Cerca, confrontando com TELEMACO PEDRO ANTUNES; Do vértice P 04 ao P 01 limita-se por divisa com Cerca, confrontando com CLAUDIO ANTUNES MACHADO". Esgotadas as tentativas de citação do Réu pelas vias ordinárias, foi deferida a citação por edital a ser cumprido nos termos do artigo 257 do Código de Processo Civil. A ser afixado e publicado na forma da lei. SOB OS AUSPÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. Ponta Grossa, aos 7 de maio de 2025. Eu, _____ Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei e subscrevo.
LEONARDO SOUZA
Juiz de Direito

COMARCA DE PONTA GROSSA - PR - 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS EM LUGAR INCERTO E EVENTUAIS INTERESSADOS - NO PRAZO DE 20 DIAS
Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA OS RÉUS EM LUGAR INCERTO E EVENTUAIS INTERESSADOS, seu cônjuge se casado for, herdeiros ou sucessores, se for o caso, para todos os atos da AÇÃO DE USUCAPIÃO, sob nº **0030447-53.2024.8.16.0019** em que são requerentes ASSUNTA ZAPAROLI e CLEONIR FRANCISCO ZAPAROLI e requerida MOPASA MOTORAUTO PARANA S A INDUSTRIA E COMERCIO, para querendo contestar a ação no prazo de 15 dias, com advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo requerente, nos termos da inicial, o qual pretende o domínio sobre o seguinte bem: "Lote de terreno sob nº 02 (dois), da quadra nº 21 (vinte e um) situado no JARDIM SANTA LUIZA (COMPLEMENTO); Bairro de Oficinas, inscrição imobiliário n° 14-2-35-00-0219-000, medindo 15m (quinze metros) de frente para a Avenida João Gualberto; do lado direito, de quem da rua olha, confronta com o lote nº 3 e lote 11, onde mede 68 (sessenta e oito metros); do lado esquerdo, confronta com o lote nº 1, onde mede 49,40 metros (quarenta nove metros e quarenta centímetros); e no fundo, confronta com propriedade de Sverdi - Seminário Verbo Divino, onde mede 23,50m (vinte e três metros e cinquenta centímetros), com área total de 880,50m2. Imóvel este contido dentro de uma área maior objeto da TRANSCRIÇÃO nº 48.597 do Livro 3-7 do 1º. Registro Imobiliário". Ficando cientes de que, quem não habilitar-se nos autos, não será intimado dos atos subsequentes. A ser afixado e publicado na forma da lei. Ponta Grossa, aos 07 de maio de 2025. Eu, _____ Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei e subscrevo.
LEONARDO SOUZA
Juiz de Direito

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANÁ
SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas
Fone (42) 3309-1793
E-mail: pg-11vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA
A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA **NOELI SALETE TAVARES REBACK** JUÍZA DE DIREITO DA SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE PONTA GROSSA/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL AQUELAS CONFERIDAS PELA LEI N.º 8069/90
Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiverem conhecimento, que tramitam neste Juízo Autos de Perda ou Suspensão do Poder Familiar de nº 0033691-87.2024.8.16.0019 e, considerando constar nos referidos autos a informação dos genitores da criança A.V.D.S.G., encontram-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente **EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA** dos requeridos, **Sra. ANDRESSA TEREZINHA DOS SANTOS**, brasileira, nascida em 12/01/1992, filha de Carmen Lucia Veiga e Luis Carlos dos Santos, inscrita no RG nº 14.126.874-0 SSP/PR e cadastrada sob o CPF nº 800.647.219-06 e **Sr. ROBERVAL GEFUNE**, brasileiro, nascido em 18/05/1982, filho de Adelia Barros Gefune, inscrito no RG nº 8.873.075-5 SSP/PR e cadastrado sob o CPF nº 046.681.049-06, no prazo de 10 (dez) dias a fim de que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereçam recurso. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possam alegar, é expedido o presente Edital de Intimação da Sentença, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum.
DISPOSITIVO
"DISPOSITIVO Posto isto e somando especialmente a concordância expressa da requerida, julgo procedente o pedido inicial e, por consequência, declaro extinto o poder familiar dos genitores biológicos ANDRESSA TEREZINHA DOS SANTOS e

ROBERVAL GEFUNE em relação à sua filha A.V.D.S.G. (todos qualificados no início da sentença), o que faço com fundamento nos artigos 22, 24 e 155 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Certifique-se, de imediato, sobre esta sentença e, oportunamente, o trânsito em julgado nos autos em que a criança está sendo acompanhada e cumpra-se o lá determinado. Após o trânsito em julgado, averbe-se esta sentença à margem do registro civil da criança Gustavo - artigo 163 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Registada no sistema Projudi. Tendo em conta o trabalho, a dedicação, o zelo, a causa e suas circunstâncias, condeno o Estado do Paraná ao pagamento de R$2.000,00 (dois mil reais) à Dra. BRUNA BALSANO (OAB /PR 89.238), pelo trabalho exercido como Defensora Dativa nestes autos, com fundamento no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, no art. 186, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei 8.906/94. Expeça-se a respectiva certidão. Intime-se na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente. Oportunamente, observadas as demais formalidades legais, arquivem-se com as devidas baixas, diligências e anotações necessárias, inclusive junto ao Cartório Distribuidor. Ponta Grossa, 2 de maio de 2025. ASSINADO DIGITALMENTE NOELI SALETE TAVARES REBACK Juíza de Direito"

Ponta Grossa/PR, aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Diego Yamashita Anami, Técnico Judiciário, que o digitei e conferi.
(assinado digitalmente)
NOELI SALETE TAVARES REBACK
JUÍZA DE DIREITO

PORECATU

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA O PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Número do Processo: 0000336-33.2018.8.16.0137
Réu: CLAUDEMIR SOARES, endereço RUA MANOEL DO NASCIMENTO, 80 - JARDIM SOL POENTE - PORECATU/PR - CEP: 86.160-000, portador(a) do RG 62027029 SSP/PR e CPF 879.232.469-04, nascido(a) em 01/08/1973, natural de BOM SUCESSO/PR, filho(a) de ODETE RIBEIRO SOARES e ORIPES SOARES.
FINALIDADE:
DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM que ficam devidamente intimados a réu acima qualificado, para proceder o pagamento das CUSTAS PROCESSUAIS no prazo de 10 (dez) dias.
ADVERTÊNCIA:
A não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento;
O inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito;
Após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento;
Realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa;
A multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito;
Transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa.
OBSERVAÇÃO: A(s) guia(s) a ser(em) paga(s) pode(m) ser encontrada(s) digitando-se o número único do processo no endereço: https://www.tjpr.jus.br/custas-judiciais-e-taxa-judiciaria em "Guias Preparadas".
CUSTAS PROCESSUAIS
R$ 694,96
E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no lugar de costume deste Fórum e, publicado na forma de lei.
Porecatu, 06 de maio de 2025.
WALTERNEY AMÂNCIO
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA O PAGAMENTO DE MULTA PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Número do Processo: 0000336-33.2018.8.16.0137
Réu: EDSON DE SOUZA CARVALHO, endereço Rua Canadá , 217 - Jardim Castelo - SARANDI/PR, telefone (44) 99950-5363, portador(a) do RG 23658011 SSP /PR e CPF 971.462.009-06, nascido(a) em 29/06/1968, natural de MARINGA, filho(a) de JOANA ALZIRA CARVALHO e GERALDO DE SOUZA CARVALHO.
FINALIDADE:
DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM que ficam devidamente intimados a réu acima qualificado, para proceder o pagamento da PENA DE MULTA no prazo de 10 (dez) dias.
ADVERTÊNCIA:
A não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento;
O inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito;
Após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento;
Realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa;
A multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito;
Transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa.
OBSERVAÇÃO: A(s) guia(s) a ser(em) paga(s) pode(m) ser encontrada(s) digitando-se o número único do processo no endereço: https://www.tjpr.jus.br/custas-judiciais-e-taxa-judiciaria em "Guias Preparadas".
CUSTAS PROCESSUAIS
R$ 786,90
E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no lugar de costume deste Fórum e, publicado na forma de lei.
Porecatu, 06 de maio de 2025.
WALTERNEY AMÂNCIO
JUIZ DE DIREITO

SANTA FÉ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

JUÍZO DE DIREITO DA SECRETARIA CRIMINAL E ANEXOS DA COMARCA DE SANTA FÉ- PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS - artigo 361, do CPP
A Doutora Leila Morgana Cian Liuti, JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA FÉ - PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu **ERIVELDO CLEMENTE DE SOUZA, CPF: 058.465.779-03, RG 8806862 SSP/PR, nascido em 11/04/1987, Filho de MARILZA CLEMENTE DE SOUZA e VALDECIR APARECIDO DE SOUZA; atualmente em local inserto e não sabido**, pelo presente, fica o(s) mesmo(s) **CITADO** para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia conforme descrição do fato transcrito na denúncia: **"***Assim agindo, os denunciados ERIVELDO CLEMENTE DE SOUZA e BRUNO LICCE incorreram na prática da conduta prevista no artigo 168 (apropriação indébita), do Código Penal, razão pela qual se oferece a presente DENÚNCIA, que espera seja recebida, registrada e autuada, prosseguindo-se o feito com observância do rito ordinário previsto para os crimes com pena máxima cominada privativa de liberdade igual ou superior a quatro anos, nos termos do nos artigos 394, § 1º, inciso I, e seguintes, do Código de Processo Penal, até final JULGAMENTO*."**e INTIMADO para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos autos de Ação Penal registrado sob o número 0001320-09.2023.8.16.0180, consoante preconizado pelo art. 396 e 396-A, do CPP.** DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Santa Fé - PR, 07/05/2025. Eu, Josinéia de Lucas Volpato - Técnica Judiciária, o digitei e o subscrevi.
Leila Morgana Cian Liuti
Juíza de Direito

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: SONIA MARIA FELIX PRAZO DE 20 dias úteis A Juíza de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara Cível de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0001603-21.2020.8.16.0153, em que é autora LAUDICE GALVÃO DE FRANÇA, e réus ODAIR LOPES DA SILVA e SONIA MARIA FELIX, e que por este edital procede à CITAÇÃO de SONIA MARIA FELIZ, ofereça contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: terreno urbano pertencente a matrícula de nº 765, fls. 01, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Jefferson Villas Bôas Erichsen, Escrivão, conferi e digitei. Santo Antônio da Platina, 14 de abril de 2025. Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira Juíza de Direito assinado digitalmente OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Pelo presente edital se faz saber aos que dele tiverem conhecimento que, através da sentença proferida em data de 11/04/2025, nos autos nº 0000238-50.2025.8.16.0154, foi decretada a interdição de **JELMA COSSETIN**, brasileira, viúva, aposentada, nascida em data de 01/08/1941, filha de Angelo Raphael Casali e de Regina Victória Casali, residente e domiciliada na Linha Canzianópolis, Município de Pranchita, nesta Comarca, por ser o(a) mesmo (a) portador (a) de doença mental, de caráter permanente, que o(a) incapacita para exercer os atos da vida civil de natureza negocial e patrimonial, sendo-lhe nomeado curador seu filho **FRANCISCO DOMINGO COSSETIN**, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 28/03/1971, filho de Octávio Domingos Cossetin e de Jelma Cossetin, residente e domiciliado na Linha Canzianópolis, Município de Pranchita, nesta Comarca, ficando dispensado (a) de especializar a hipoteca
legal, tendo por finalidade a curatela de reger atos de natureza patrimonial e negocial do(a) interditado (a). Santo Antônio do Sudoeste, 23 de abril de 2025. Eu, Silvio Bozeski - Empregado Juramentado, que o digitei.
(assinado digitalmente)
Patrícia Reinert Lang
Juíza de Direito

SÃO JOÃO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SÃO JOÃO
VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO
Av. Irineu Sperotto, 519, Bairro União - São João/PR - (46) 98823-0304
INTIMAÇÃO POR EDITAL - PRAZO DE 60 DIAS
Autos nº 0000130-12.2017.8.16.0183
O(A) Juiz de Direito Dr. Leonardo Marcio Laureano, da Vara Criminal de São João, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário sob nº 0000130-12.2017.8.16.0183, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu LENON HENRIQUE DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte LENON HENRIQUE DOS SANTOS, portador do RG 149086412 SSP/PR e CPF 103.931.509-76, nascido em 18/10/1994, filho de Rosane Lara dos Santos, motivo pelo qual se procede, por meio deste, a sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida: "Aplicada pena abaixo de 01 ano, a prescrição regula-se pelo prazo de três anos, na forma do art. 109, VI, do CP c/c art. 110, do CP. Logo, tendo sido recebida a denúncia em 29.05.2017, forçoso o reconhecimento da prescrição em concreto em relação aos dois fatos, razão pela qual DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado". Eu, Izabel Cristina Barros, Técnico Judiciário, conferi e digitei. São João, 06 de maio de 2025. Leonardo Marcio Laureano, Juiz de Direito.

FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CURATELA DE LUIZ CARLOS LESSA JÚNIOR- CPF/MF Nº 844.769.409-78. AUTOS Nº 0005256-89.2023.8.16.0035. PRAZO DE 30 DIAS.
A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais,Estado do Paraná, etc,
FAZ SABER
que perante este Juízo e cartório processam os termos dos autos nº 0005256-89.2023.8.16.0035 de ação de Interdição, que é requerente Elaine Moraes Bill e requerido Luiz Carlos Lessa Júnior tendo sido a lide julgada procedente em virtude do reconhecimento da impossibilidade de o interditando Jluiz Carlos Lessa Júnior, brasileiro, casado, militar aposentado, nascido em 26/08/1971, natural de Curitiba - PR, realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial. Para o exercício do encargo de curadora foi nomeada a requerente Elaine Moraes Bill. Assim, determinou a expedição deste edital a ser publicado pela imprensa na forma do estatuído no artigo 755, §3º do Código de Processo Civil. São José dos Pinhais, 06 de maio de 2025. Eu, (Geisielen Ananias Pinto Juncklaus), Juramentada que o digitei e subscrevi.
Subscrição aut. pela MM. Juíza - Portaria 15/2023
(***Assinado digitalmente***)

Edital de Intimação

EDITAL DE CURATELA DE ELCIO ALMEIDA DA SILVA - CPF/MF Nº 023.252.329-05. AUTOS Nº 0000838-16.2020.8.16.0035. PRAZO DE 30 DIAS.
A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais,Estado do Paraná, etc,
FAZ SABER
que perante este Juízo e cartório processam os termos dos autos nº 0000838-16.2020.8.16.0035 de ação de Interdição, que é requerente José Antônio da Silva e requerido Elcio Almeida da Silva, tendo sido a lide julgada procedente em virtude do reconhecimento da impossibilidade de o interditando Elcio Almeida da Silva, brasileiro, nascido em 01/07/1978, natural de Curitiba - PR, realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial. Para o exercício do encargo de curador foi nomeado o requerente José Antônio da Silva. Assim, determinou a expedição deste edital a ser publicado pela imprensa na forma do estatuído no artigo 755, §3º do Código de Processo Civil. São José dos Pinhais,

31 de março de 2025. Eu, (Geisielen Ananias Pinto Juncklaus), Juramentada que o digitei e subscrevi.
Subscrição aut. pela MM. Juíza - Portaria 15/2023
(***Assinado digitalmente***)

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS E DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 2788 - 1º andar - Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-420 - Fone: (41) 3263-6404 - E-mail: sjp-12vj-s@tjpr.jus.br

Processo: 0001281-11.2021.8.16.0203
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal: Contra a Mulher
Data da Infração: 11/07/2021
Autor(s): • MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s): • E. de S. F.
Réu(s): • RONALDO JOSÉ MAIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - Vítima: E. DE S. F.
PRAZO DE 15 DIAS
A Dra. Gabriela Scabello Milazzo, MM Juíza de Direito Designada do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de São José dos Pinhais, no uso de suas atribuições legais etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0001281-11.2021.8.16.0203**, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima **E. DE S. F.**, RG não cadastrado, nascida aos 06/05/1993 em Macapá/AP, filha de J. A. da S. F. e E. T. de S., atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimada da sentença proferida pelo Juízo, **a qual JULGOU EXTINTA a punibilidade de RONALDO JOSÉ MAIA, nos termos do artigo 89, § 5º, Lei nº 9.099/95, ficando cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias, após o decurso do prazo do edital**. Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Bel. Jairo Quero, Analista Judiciário Sênior, o digitei e subscrevi.
JAIRO QUERO
Analista Judiciário Sênior - Portaria 01/2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 2788 - 1º andar - Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-420 - Fone: (41) 3263-6404 - E-mail: sjp-12vj-s@tjpr.jus.br

Processo: 0001063-17.2020.8.16.0203
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal: Contra a Mulher
Data da Infração: 15/03/2020
Autor(s): • MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s): • R. G. R.
Réu(s): • ÉRVERTON NASCIMENTO HONÓRIO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - Vítima: R. G. R.
PRAZO DE 15 DIAS
A Dra. Gabriela Scabello Milazzo, MM Juíza de Direito Designada do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de São José dos Pinhais, no uso de suas atribuições legais etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0001063-17.2020.8.16.0203**, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima **R. G. R.**, RG nº 480812297/PR, nascida aos 13/01/1996 em São Paulo/SP, filha de I. S. R. e W. B. G., atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimada da sentença proferida pelo Juízo, **a qual JULGOU IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia, para o fim de ABSOLVER o réu ÉRVERTON NASCIMENTO HONÓRIO da infração penal prevista no artigo 129, § 9°, do Código Penal, c/c a Lei 11.340/06, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, ficando cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias, após o decurso do prazo do edital**. Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Bel. Jairo Quero, Analista Judiciário Sênior, o digitei e subscrevi.
JAIRO QUERO
Analista Judiciário Sênior - Portaria 01/2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 2788 - 1º andar - Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-420 - Fone: (41) 3263-6404 - E-mail: sjp-12vj-s@tjpr.jus.br

Processo: 0006265-86.2023.8.16.0035
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal: Vias de fato
Data da Infração: 22/04/2023
Autor(s): • MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s): • L. T. T. da R.
Réu(s): • JONATHAN MACHADO DA ROSA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - Vítima: L. T. T. DA R.
PRAZO DE 15 DIAS
A Dra. Gabriela Scabello Milazzo, MM Juíza de Direito Designada do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de São José dos Pinhais, no uso de suas atribuições legais etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0006265-86.2023.8.16.0035**, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima **L. T. T. DA R.**, RG nº 111215596/PR, nascida aos 30/09/1992 em São José dos Pinhais/PR, filha de E. L. T. e M. I. P. T. e EDISON LUIZ TEIXEIRA, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimada da sentença proferida pelo Juízo, **a julgou TOTALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, a fim de CONDENAR o acusado JONATHAN MACHADO DA ROSA como incurso nas sanções previstas no art. 21 da LCP, na forma do art. 61, inc. II, alínea "f" do Código Penal c/c a Lei nº 11.340/2006, à pena de 24 (vinte e quatro) dias de prisão simples, em regime inicial aberto, ficando cientificada de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias, após o decurso do prazo do edital**. Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Bel. Jairo Quero, Analista Judiciário Sênior, o digitei e subscrevi.
JAIRO QUERO
Analista Judiciário Sênior - Portaria 01/2023

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - ARTIGO 34 DODECRETO-LEI N. 3.365/1941 - PRAZO 10 DIAS.
A Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública situada na Rua Mendes Leitão nº 2835 - Centro, do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento deste edital e ainda a quem possa interessar, que perante este Juízo e Secretaria se processam os autos de AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, sob nº **0003014-44.2023.8.16.0202**, em que é requerente COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR em face de BLOCOTEC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME; ESPÓLIO DE CARLITO ARTHUR MEISTER representado por Wilson de Andrade Meister; ESPERANÇA DO ROCIO POMPEO; JOÃO POMPEO JUNIOR; ROBERTO NELSON BRASIL POMPEO; RODRIGO FIGUEIREDO; SETE AMBIENTAL LOGISTICA REVERSA - EIRELI; SONIA MARIA DA SILVA POMPEO e ESPÓLIO DE YOLANDA DE ANDRADE MEISTER representado por Wilson de Andrade Meister. Foi declarada de utilidade pública por meio do Decreto nº 5.230 de 06/03/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, para fins de constituição de servidão administrativa, a área de terras com 1.440,92 m², integrante do lote de n. 36 com área total de 147.000,00 m², localizado no lugar denominado Gleba do Núcleo da Colônia Guatupê, neste município, matriculado sob o nº 101.106 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais. Destina-se à implantação de Rede Coletora de Esgotos Sanitários. Expede-se este edital em razão da decisão de mov. 152.1 dos autos virtuais, para o levantamento de 80% da indenização, em favor dos requeridos João Pompeo Junior e Esperança do Rocio Pompeo (proprietários de 50,19% da área) no valor de R$ 40.152,00 (quarenta mil, cento e cinquenta e dois reais); Blocotec Artefatos de Cimento Ltda (proprietários de 4,08%) no valor de R $ 3.264,00 (três mil, duzentos e sessenta e quatro reais); Sete Ambiental Logística Reversa Ltda (proprietários de 4,08%) no valor de R$ 3.264,00 (três mil, duzentos e sessenta e quatro reais) e os Espólios de Carlito Arthur Meister e de Yolanda De Andrade Meister (proprietários de 4,15%) R$3.320,00 (três mil e trezentos e vinte reais). E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que assinala o prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma da Lei, de acordo com o contido no Decreto-Lei n. º 3.365/41, visando resguardar seus direitos. São José dos Pinhais, 6 de maio de 2025. Eu, José Felipe Ramina, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Assinatura digital autorizada pela Portaria 01/2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO para CARLOS BECKER, Espólio de Luiz Pontoni e KURT REILE **- PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**
Classe Processual: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto Principal: Desapropriação
Processo nº: 0000836-88.2024.8.16.0202
A Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo se processa a ação acima identificada em que é/são requerente(s) KURT REILE (RG: 731900 SSP/PR e CPF: 112.148.059-49), Dulcidio Beira da Silva (RG: 2348837 SSP/PR e CPF: Não Cadastrado), JORGE ZARUCH (RG: 768626 SSP/PR e CPF: 000.238.509-06) CARLOS BECKER (RG: 4019288 SSP/PR e CPF: 015.468.489-91) e Espólio de Luiz Pontoni (CPF: 111.676.709-06) MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS (CNPJ: 76.105.543/0001-35) e que, por este Edital, fica CARLOS BECKER, Espólio de Luiz Pontoni e KURT REILE intimados, para, no prazo de cinco (5) dias, reclamarem o numerário depositado nos autos acima sob pena de transferência do saldo ao Fundo da Justiça - FUNJUS, nos termos do artigo 5º do Decreto Judiciário 626/2018. Este processo tramita eletronicamente. Petições, procurações, contestação etc., devem ser trazidos aos autos exclusivamente por peticionamento eletrônico, devendo o advogado realizar o cadastramento obrigatório, caso não tenha, no Sistema Projudi: https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. São José dos Pinhais, 06 de maio de 2025. Eu, José Felipe Ramina, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Assinatura autorizada pelo DECRETO JUDICIÁRIO Nº 847/2013 e pela Portaria 01/2019.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - ARTIGO 34 DO DECRETO-LEI N. 3.365/1941 - PRAZO 10 DIAS.
A Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública - situada na Rua Mendes Leitão nº 2835, Centro, telefone (41)3312-6970 - do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento deste edital e ainda a quem possa interessar, que perante este Juízo e Secretaria se processam os autos de **AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO**, sob o n. **0000334-91.2020.8.16.0202**, em que é expropriante o Município de São José dos Pinhais/PR e expropriados Espólio de Adão Veiga Machado representado por Ivonete Farias Machado; José Costa Junior e Vanilde Lourenço Pereira. Foi declarada de utilidade pública por meio do Decreto nº 2.819/2017 de 14/09/2017, para fins de desapropriação, o Lote nº 10 da quadra nº 14, da Planta Jardim Isaura, situada no lugar denominado Fazenda Guatupê, neste município, com área total de 1.200,00 m², matriculado sob o número 2.757, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais. Destina-se à implantação do Projeto Parque Linear do Rio Itaqui. Expede-se este edital em cumprimento a decisão de mov. 168.1 dos autos virtuais, para o levantamento, em favor dos expropriados, do valor de R$34.530,84 (trinta e quatro mil, quinhentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos), a ser atualizado. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que assinala o prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma da Lei, de acordo com o contido no Decreto-Lei n. º 3.365/41, visando resguardar seus direitos. NADA MAIS. São José dos Pinhais, 6 de maio de 2025. Eu, José Felipe Ramina, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Assinatura digital autorizada pela Portaria 01/2019.

FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO FERNANDO RODRIGUES CRISOSTOMO, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.
A Doutora Elaine Cristina Siroti, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Sarandi, Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que é expedido com o prazo de 15 (quinze), por não ser possível INTIMAR pessoalmente **FERNANDO RODRIGUES CRISOSTOMO,** filho de IRENE RODRIGUES CRISOSTOMO e GERALDO NUNES CRISOSTOMO, nascido aos 28/12/1982, CPF/CNPJ: 054.425.449-06, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O(S) do despacho de sequencial 47.1. de 14/04/2025 nos autos 0007676-46.2024.8.16.0160: *"ANTE O EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos consta, com esteio no artigo 22 da Lei nº 11.340/06, ACOLHO o requerimento formulado pela ofendida C.T., já qualificada, e, por consequência, PRORROGO as medidas protetivas de urgência e o acesso ao aplicativo Botão do Pânico deferidos na decisão de seq. 11.1,pelo prazo de 6 (seis) meses. Expeça-se o competente mandado de fiscalização das medidas protetivas. Anoto que as aludidas medidas protetivas terão validade pelo prazo de novos 6 (seis) meses, contados da data da intimação da parte requerida. Caso ela não se mude para outro país, e subsistindo os motivos que ensejaram esta decisão, caberá à parte ofendida requerer a prorrogação das respectivas medidas protetivas antes do encerramento do prazo de validade, hipótese em que deverá a Secretaria cumprir o disposto no § 3º do artigo 50 da Portaria nº 05/2019. Por outro lado, em caso de inércia da vítima, cumpra-se a determinação do § 2º do aludido dispositivo.."* E, que de futuro não aleguem ignorância é expedido o presente edital que será afixado em local de costume e publicado no Diário da Justiça. **SARANDI**, em 7 de maio de 2025. Eu, Helton Jum Kikuti, Técnico Judiciário, que o digitei e a MMª Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Sarandi, Dra. Elaine Cristina Siroti, o subscreve.

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE SARANDI
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SARANDI - PROJUDI
Avenida Maringá, 3033 - Jardim Nova Aliança - Sarandi/PR - CEP: 87.111-001 - Fone: 44-3042-1461 - Celular: (44) 3042-1461 - E-mail: sgxr@tjpr.jus.br - HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Edital De Citação do(a) Executado(a) ESPÓLIO DE ODAIR SILVEIRA ROCHA representado(a) por ANA HENRIQUE DE OLIVEIRAprazo de 30 (trinta) dias (art. 8º, inciso IV da Lei 6.830/1980).**Autos nº. 0009376-96.2020.8.16.0160**

Processo:	0009376-96.2020.8.16.0160
Classe Processual:	Execução Fiscal
Assunto Principal:	Dívida Ativa (Execução Fiscal)

Valor da Causa: R$4.043,07
Exequente(s):
- Município de Sarandi/ PR (CPF/CNPJ: 78.200.482/0001-10) José Emilio de Gusmão, 565 - Centro - SARANDI/PR - CEP: 87.111-230

Executado(s):
- ESPÓLIO DE ODAIR SILVEIRA ROCHA (CPF/CNPJ: 009.204.588-07) representado(a) por ANA HENRIQUE DE OLIVEIRA Rua Pion Jacinta Moreira Gavioli, 367 - d São Silvestre - MARINGÁ/PR - CEP: 87.055-350

A Doutora **KETBI ASTIR JOSÉ**, Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública de Sarandi, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

FAZ SABER aos que, o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos nº 0009376-96.2020.8.16.0160, em que o **MUNICÍPIO DE SARANDI/PR** move contra **ESPÓLIO DE ODAIR SILVEIRA ROCHA representado(a) por ANA HENRIQUE DE OLIVEIRA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ. Sob o nº. 009.204.588-07, atualmente em lugar incerto e não sabido, devidamente **CITADO(A)** dos termos da presente demanda, e **INTIMADO(A)** para que, no **prazo de 05 (cinco) dias** (artigo 8º, inc. II da Lei 6.830/1980), a contar depois de expirado o prazo do presente edital (art. 231, inciso IV do CPC), proceda o pagamento **dos** honorários advocatícios, custas processuais e demais cominações, proceda o pagamento **da importância acima (VALOR DA CAUSA)**, acrescido de juros legais, correção monetária, honorários advocatícios, custas processuais e demais cominações, ou ofereça bens à penhora (artigo 9º, da Lei 6.830/1980), sob pena de ser penhorado tantos bens quantos bastem para garantir a dívida (artigo 10, da Lei 6.830/1980).

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro alegar ignorância, mandou expedir este edital, que será publicado na forma da lei, no local de costume deste Juízo.

OBSERVAÇÃO: Comunicação expedida em conformidade com os documentos acessíveis pelo sistema Projudi no endereço eletrônico **https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/**. Caso sejam enviados documentos anexos à presente comunicação, estes poderão ser acessados no endereço eletrônico informado selecionando no menu a opção 'Consulta via Chave de Validação' e utilizando a **chave identificadora** (código de acesso) fornecida junto à contrafé virtual. O conteúdo integral do processo, dependendo do seu nível de sigilo, poderá ser acessado pelo(a) advogado(a) habilitado(a) nos autos ou pela parte, devendo para tanto, ser solicitada sua senha de acesso ao sistema Projudi. Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".

DADO E PASSADO nesta cidade de Sarandi, Estado do Paraná, aos *data da assinatura eletrônica*.**SEBASTIANA DA GLÓRIA XAVIEREscrivã InterinaPor ordem do(a) MM. Juiz(a),**

SIQUEIRA CAMPOS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

2º EDITAL DE INTIMAÇÃO INTERDIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA
0002301-55.2024.8.16.0163.0005

Edital de Intimação, nos termos do artigo 755, § 3º, do CPC, referente aos autos de Interdição nº **0002301-55.2024.8.16.0163** em que figura como requerente IVANETE CUSTODIO DE MELO e interditada(o) IVAN DE OLIVEIRA SIMÕES, com sentença proferida ao movimento 47.1 em 13 de fevereiro de 2025, a qual transitou em julgado em 24 de fevereiro de 2025 e julgou procedente o pedido de substituição de curatela referente a **IVAN DE OLIVEIRA SIMÕES,** brasileiro(a), solteiro, natural de Siqueira Campos/PR, nascido(a) aos 12/07/1979, com cédula de identidade RG nº 7.643.145-0, inscrito(a) no CPF/MF nº 010.587.529-52, filho(a) de José Lourenço Simões e Maria Irene da Silva Simões, limitando a curatela para os restritos e proporcionais fins de, apenas e tão somente, administrar o patrimônio da pessoa protegida, receber e dar quitação quanto ao benefício previdenciário/Assistencial da parte protegida, bem como as despesas necessárias à sobrevivência digna do curatelado. Consta que é terminantemente vedada a alienação ou oneração de quaisquer bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes à pessoa curatelada, salvo com autorização judicial, **nos termos do artigo 755, Inciso I, do Código de Processo Civil**, e nomeada como curadora substituta **IVANETE CUSTODIO DE MELO** brasileiro(a), casada, do lar, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 85330225 SSP/PR, e inscrito(a) no CPF/MF nº 048.258.189-19. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância de futuro, passou-se o presente edital que será afixado no átrio do Fórum local e publicado no órgão oficial, na forma da lei pôr três vezes, com intervalo de 10 dias. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Siqueira Campos/PR, aos 11 de abril de 2025. Eu, Érica de Cássia Batista de Almeida, Escrevente Juramentada, que o digitei, conferi e subscrevi.

Matheus Ramos Moura
Juiz de Direito
(Assinado digitalmente)

Edital Geral - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO Destinatário: JULIANA SOUZA PINTO PRAZO: 10 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Matheus Ramos Moura, da Vara da infância e juventude da Comarca de Siqueira Campos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Pedido de Medida de Proteção, sob nº0000717- 16.2025.8.16.0163, em que é requerente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ o qual discute a guarda de L. de S., não sendo possível a localização da parte requerida JULIANA SOUZA PINTO. Desta forma, se procede por meio deste edital à CITAÇÃO de JULIANA SOUZA PINTO, para que, no prazo de 10 dias, corridos (ECA, art. 152, § 2°), responda a presente ação no que entender cabível, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos, conforme art. 158 do ECA. AINDA, o presente INTIMA sobre a decisão liminar proferida nos autos, a qual concedeu a guarda provisória de L. de S. a tia, bem com das medida protetivas aplicadas à requerida JULIANA SOUZA PINTO: a) a proibição de aproximação de LAVÍNIA DE SOUZA, JÉSSICA CRISTINA DE SOUZA PINTO e BENEDITA DE SOUZA, devendo-se aplicar, no caso, distância mínima de 300 (trezentos) metros; b) a vedação de contato com L. de S., JÉSSICA CRISTINA DE SOUZA PINTO, BENEDITA DE SOUZA, por qualquer meio de comunicação (ligação telefônica, WhatsApp, SMS, redes sociais); c) mantida a proibição de visitas à criança L. de S., conforme decisão proferida nos autos em tela. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Luana Consani de Souza, Chefe de Secretaria Criminal e Anexos, conferi e digitei. Siqueira Campos, datado eletronicamente. Matheus Ramos Moura Juiz de Direito

TELÊMACO BORBA

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU JULIANO PINHEIRO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O Dr. Frederico Alencar Monteiro Borges, Juiz de Direito da Vara Criminal de TELÊMACO BORBA, Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente **JULIANO PINHEIRO,** brasileiro, nascido aos 01/04/1984, filho de Doraci Gomes Ferreira Pinheiro e Sebastião dos Santos Pinheiro, atualmente em lugar ignorado, pelo presente intima-o da sentença datada de 06/03/2025 que **declarou a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE** do sentenciado **referente à pena fiscalizada nos autos de Execução de Pena nº 0001103-38.2019.8.16.0169,** com fundamento no artigo 66, inciso II, da Lei n° 7.210/84. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 (sete) dias do mês de maio do ano de 2025. Eu, ..., Elison Yehudi da Silva Ferreira, Técnico Judiciário, que o digitei e o subscrevi.

ELISON YEHUDI DA SILVA FERREIRA
Técnico Judiciário

TERRA BOA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): BENEDITO CARTTA
O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo do Amaral Barboza, da Vara Cível de Terra Boa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Duplicata, sob nº 0000528-88.2009.8.16.0166, em que é(são) autor(es) AGRO INDUSTRIAL TERRA BOA LTDA, e réu(s) BENEDITO CARTTA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido BENEDITO CARTTA, portador (a) do RG 93292818 SSP/SP e CPF 018.866.248-01. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO da renúncia de mandato advocatício.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 15 (quinze) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Nelinha de Alcantara Neri, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Terra Boa, 07 de maio de 2025.
Rodrigo do Amaral Barboza
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

TOLEDO

3ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O DOUTOR EUGÊNIO GIOGNO, MM. JUIZ DE DIREITO DA 3ª SECRETARIA DO CÍVEL DA COMARCA DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ
FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo de Direito da 3ª Secretaria do Cível, tramita o processo eletrônico nº. 0004344-07.2025.8.16.0170 de USUCAPIÃO, proposto por ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA, sobre o seguinte imóvel: LOTE URBANO N° 12 (doze), da Quadra n° 05 (cinco), com área de 800,00 m2 (oitocentos metros quadrados), localizado no Distrito de São Luiz do Oeste, neste Município e Comarca de Toledo-PR, conforme matrícula nº 42.141, do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo/PR, de propriedade de SILVIA ELISABETA ANSHAU e SIGESFREDO EUCLIDES ANSCHAU, ficando devidamente citados os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da fluição do prazo deste Edital, contestarem a presente ação, sob pena de serem considerados revéis e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
Advertência - Artigo 344 do CPC: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.". E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado no local de costume, na sede deste juízo e publicado na forma da Lei.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. Todos os pedidos formulados em Juízo tramitarão por meio eletrônico (artigo 180 do CN). O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Documentos devem ser anexados em formato digital em arquivos com no máximo 4MB cada.
PRAZO DO EDITAL: 30 (trinta) dias.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Natalia Tedeski Pena, estagiária, o digitei e subscrevi.
Eugênio Giongo
Juiz de Direito

UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UMUARAMA
SECRETARIA DA PRIMEIRA VARA CÍVEL
Rua Des. Antonio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico,
CEP: 87.501-200, Umuarama/PR
EDITAL DE INTERDIÇÃO
O Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, Juiz de Direito, no uso e suas atribuições legais, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, nesse Juízo, tramitou a **AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA** registrada sob nº **0004751-38.2024.8.16.0173**, que **VANINHA LIMA DOS SANTOS** moveu em face de **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS,** cujo trâmite se deu nesta 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na qual foi declarada a interdição de **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS,** casado, pedreiro, nascido(a) em 19/03 /1961, inscrito(a) no CPF sob nº 391.660.909-20, com inscrição no NIT/PIS/PASEP sob nº 12052372115, residente e domiciliado na Rua Tocantins n° 4967, Praça Anchieta, município de Umuarama/PR,CEP: 87502-97, sendo-lhe nomeada curadora a Sra. **VANINHA LIMA DOS SANTOS,** brasileira, Casada, nascida em 09/03/1964, RG nº 56093028 expedida pelo SSP/ PR, CPF sob nº 885.414.879-20, residente e domiciliada na Rua Tocantins n° 4967, Praça Anchieta, município de Umuarama/PR, CEP: 87502-970. **Dados do processo**: sentença proferida em **25/03/2025**, pelo Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, MM. Juiz de Direito do Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, tendo transitado em julgado em 02/04/2025**.Outros dados**: a incapacidade do interditado é total e permanente; à curadora competirá exercer a representação do curatelado nos atos de gestão e disposição patrimonial, dentre os quais: **a) representação do curatelado junto a instituições bancárias e movimentações da respectiva conta, através de cartões magnéticos e talonários de cheques, vedada a contratação de empréstimo sem autorização do juízo; b) promoção da locação e arrendamento de bens de raiz pelo valor de mercado e recebimento e quitação de rendimentos de qualquer natureza (proventos, aluguéis, pensões, etc.); c) administração de bens; d) compras, vendas e trocas cotidianas, de valor inexpressivo; e) compras, vendas e trocas de semoventes, colheitas e insumos da atividade agrária; f) compra, venda e troca de bens de raiz, isso, todavia, com autorização do juízo; g) contratação e demissão de empregados; h) representação perante quaisquer órgãos da administração pública; e, i) gerenciamento da saúde do curatelado**; a causa da interdição é: CID 10 F03 (Demência não especificada).
DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, em 6 de maio de 2025.
(documento assinado digitalmente)
VANESSA BARRETO GIROTTO NUNES
Técnica Judiciária
Por ordem do MM. Juiz de Direito
Portaria nº 12/2024, Art. 19, §1º

UNIÃO DA VITÓRIA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva, da 1ª Vara Criminal de União da Vitória, faz saber a todos aqueles que deste edital tiverem conhecimento, que, perante este juízo tramitam os autos de 10943 - Ação Penal - Procedimento Sumário sob o nº 0002577-53.2024.8.16.0174, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, acusado(s) JONIELSON DE LIMA, e vítima(s) **Isaura Van Haandel**, e que não foi possível localizar a vítima **Isaura Van Haandel, portador(a) do RG 48747630X SSP/SP e CPF 077.127.499-81**, motivo pelo qual se procede, por meio deste edital, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida neste processo (art. 392, CPP, e art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR), pela qual foi(foram) condenado(a)(s) o(s) réu(s) **JONIELSON DE LIMA**, com relação às infrações previstas no(s) artigo(s) artigo 21, caput, do Decreto-Lei nº. 3.688/41, com incidência da Lei nº. 11.340/06, sendo transcrito sucintamente a seguir o conteúdo da sentença: Ante o exposto, e por tudo mais que consta nos autos, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal veiculada por meio da denúncia para o fim de condenar o acusado Jonielson de Lima, já qualificado, nas penas do artigo 21, caput, do Decreto-Lei nº. 3.688/41, com incidência da Lei nº. 11.340/06. Fica cientificada a vítima de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer, existindo assistente de acusação habilitado nos autos; caso contrário, o prazo será de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia em que terminar o prazo do

Ministério Público (art. 598, parágrafo único, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO/DIVULGAÇÃO
CITAÇÃO DE INTERESSADOS INCERTOS OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE PUBLICAÇÃO: 30 DIAS
O Doutor **Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva**, MM. Juiz da Vara da Família, Sucessões, Infância e da Juventude e Anexos da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, na forma da lei e para os devidos fins,
F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tomarem, o qual vai devidamente assinado, que tramita perante este Juízo e Cartório a ação de INVENTÁRIO E PARTILHA sob n.º 0000285-59.2025.8.16.0207, proposta pelo inventariante REJANECY ANDREA WATTER FREIRE sendo herdeiro JOÃO RODOLFO WATTER JUNIOR, em razão do falecimento de JOÃO RODOLFO WATTER, ficam pelo presente edital **CITADOS/INTIMADOS**, para**,** querendo, participarem no processo ou manifestarem-se, virtualmente e por meio de advogado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (CPC, arts. 626 e ss), sobre as primeiras declarações apresentadas pelo Inventariante, bem como, através desta, ficando devidamente intimadas do conteúdo da respeitável decisão inicialmente proferida e do conteúdo da petição inicial.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e principalmente dos requeridos, expediu-se o presente édito, observado o artigo 259, inciso III, do Código de Processo Civil, que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei.
Aos sete (07) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), nesta cidade e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná. Eu Frank Michael Bindemann, Técnico de Secretaria, o digitei e subscrevi.
Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva
Juiz de Direito Substituto

COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA- PR
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE FAMÍLIA E ANEXOS Rua Professora Amazília, 780, Centro - União da Vitória- PR.
CEP. 84600-285 Telefone (042) 3523-8859
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS
O Doutor RODRIGO LUIZ XAVIER COSTA DE ASSIS SILVA, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara da Infância e da Juventude, Família e Anexos da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, na forma da lei e para os devidos fins,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tomarem, o qual vai devidamente assinado, que tramita perante este Juízo e Cartório a ação de INVENTÁRIO E PARTILHA sob n.° 0000665-82.2025.8.16.0207, tendo como requerente GESSI MARI KRAMER, herdeiros Anne Gabrielli Moises e Eden Carlos Moises, referente aos bens de ALCIONE MOISES, ficam os interessados incertos ou desconhecidos pelo presente edital **CITADOS, para que querendo, no prazo de 15 dias, se habilitem e manifestem nos autos, quanto às primeiras declarações.**
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se o presente édito, que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei.
Aos sete (07) dias do mês de maio (05) do ano dois mil e vinte e cinco (2025), nesta cidade e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná. Eu, Vanessa Sesterhenn, Técnica Judiciária, o digitei.
Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva - Juiz de Direito Substituto

---

E D I T A L DE CITAÇÃO
FERNANDA VON STRAUBE
PRAZO DE PUBLICAÇÃO: 30 DIAS
O Doutor CARLOS EDUARDO MATTIOLI KOCKANNY, MM. Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude e Anexos da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, na forma da lei e para os devidos fins,
F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tomarem, o qual vai devidamente assinado, que tramita perante este Juízo e Cartório a exoneração de alimentos n.º 0000312-81.2021.8.16.0207, proposto por NELSON STRAUBE e FERNANDO CESAR STRAUBE, contra FERNANDA VON STRAUBE, brasileira, atualmente em lugar incerto e não sabido, fica pelo presente edital CITADO, para que, apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, caso não apresente, sob as penas da revelia.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e principalmente da requerida, expediu-se o presente édito, que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei.
Ao sétimo (07) dia do mês de maio (05) do ano dois mil e vinte e cinco (2025), nesta cidade e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná. Eu, Mareli Regina Pedron, Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi.
Carlos Eduardo Mattioli Kockanny
Juiz de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE UNIÃO DA VITÓRIA - PROJUDI
Whatsapp (42) 33093700 - Rua Professora Amazília, 780 - Centro - União da Vitória/PR - CEP: 84.600-285 - Fone: (42)
33093682 - E-mail: uv-5vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): IRINEU BLODORN FILHO
PRAZO DE 05 DIAS
O Juiz de Direito Carlos Eduardo Mattioli Kockanny, da Vara de Família e Sucessões de União da Vitória, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Guarda de Infância e Juventude, assunto Tutela de Urgência, sob nº 0001002-13.2021.8.16.0207, em que é exequente o FUNJUS e executado (s) IRINEU BLODORN FILHO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s), Promovido IRINEU BLODORN FILHO, portador(a) do CPF 071.963.689-24. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para ciência do bloqueio no valor de R$ 402,41, através do sistema SISBAJUD, para adimplemento parcial das custas processuais devidas no presente feito e para, querendo, apresente manifestação no prazo legal (artigo 854, §3º do Código de ProcessoCivil, no prazo de 05 (cinco) dias úteis
Eu, Frank Michael Bindemann, Analista Judiciário, conferi e digitei.
União da Vitória, 11 de fevereiro de 2025.
Carlos Eduardo Mattioli Kockanny
Juiz de Direito

COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA- PR
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE FAMÍLIA E ANEXOS
Rua Professora Amazília, 780, Centro - União da Vitória- PR.
CEP. 84600-285 Telefone (042) 3523-8859
E D I T A L DE I N T I M A Ç Ã O - 30 dias
LEANDRO DA SILVA - CPF 013.187.719-43
O Doutor CARLOS EDUARDO MATTIOLI KOCKANNY, MM. Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, Família e Anexos da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, na forma da lei e para os devidos fins,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tomarem, o qual vai devidamente assinado, que tramita perante este Juízo e Cartório a ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA sob n.º0002271-53.2022.8.16.0207, propostos por E.R.V.M. rep. por KARIN CRISTINA BORGES em face de **MAICON VIANA MECOL, inscrita no CPF 013.187.719-43,** atualmente em lugar incerto e não sabido, ficam pelo presente edital **INTIMADAS,para, no prazo de 03 dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de protesto e decretação de prisão civil (artigo 528, caput, §§ 1º e 3º, do Código de Processo Civil); III) Ressalto que "o débito alimentar que enseja que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo" (artigo 528, § 7º, do Código de Processo Civil).** E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e principalmente do requerido, expediu-se o presente édito, que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei.
Aos seis (06) dias do mês de maio (05) do ano dois mil e vinte e cinco (2025), nesta cidade e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná. Eu, Vanessa Sesterhenn, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Carlos Eduardo Mattioli Kockanny
Juiz de Direito

Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial

CERRO AZUL

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Adicionar um(a) Conteúdo**NOTIFICAÇAO DE PEDIDO DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL COM PRAZO DE 15 DIAS**
MARCEL FABIANO GODOY - Oficial Designado do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul - PR, na forma do Parágrafo 3º do artigo 216-A, da Lei 6.015/73 e Provimento nº 65/2017 do Conselho Nacional de Justiça, **NOTIFICA** o **MUNICÍPIO DE CERRO AZUL**, que tramita por esta Serventia Imobiliária, os autos de **USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA, sob nº 001/2025**, proposto por ***MARCILEI ERAT***, inscrita no CPF/MF nº 798.179.049-20, tendo por objeto a legalização do seguinte imóvel: UM TERRENO URBANO, situado na Rua Barão do Rio Branco, nesta Cidade, com a ***ÁREA DE684,00 M2***., com as divisas e confrontações constantes do Mapa e Memorial Descritivo anexo a esta Notificação, Imóvel demarcado pelo engenheiro agronomo, Newton Sponholz Junior, CREA/PR 87098/D. ART nº 1720233844019. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição do Município durante o prazo de quinze dias para impugnação, o que, não ocorrendo, ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. Cerro Azul, 05 de Maio de 2025. (a) MARCEL FABIANO GODOY - OFICIAL DESIGNADO.x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

---

PARANAGUÁ

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

SERVIÇO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO
COMARCA DE PARANAGUÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Coronel José Lobo, 350, sala 05 - Fone/Fax: (41) 2152-1812
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL
Na qualidade de Agente Delegado do Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, e nos termos do art. 216-A, §4º da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 do CNJ, **NOTIFICAMOS** os **EVENTUAIS INTERESSADOS,** que está em trâmite nesta Serventia o **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE USUCAPIÃO,** na modalidade **EXTRAORDINÁRIA,** protocolado sob n.º **176.274**, tendo como objeto imóvel ainda sem registro nesta Serventia, com os seguintes elementos:
· REQUERENTE: **FERNANDA MAIA DE PAULA**, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº 053.299.959-22, residente e domiciliada na Rua Coronel Alberto Gomes Veiga, Nº 331, bairro Aeroporto**,** Paranaguá/PR;
· IMÓVEL OBJETO: trata-se de lote de natureza urbana, com inscrição imobiliária nº 09.2.33.009.0142. Partindo-se do ponto inicial denominado P01, confrontando com a Rua Coronel Alberto Gomes Veiga, P01 com coordenadas planas UTM 22S SIRGAS2000. E 748783,639 e N 7173474,363 Segue e a partir do ponto P01 por 10,19 metros confrontando com a Rua Coronel Alberto Gomes Veiga até encontrar o ponto P02 com coordenadas planas UTM 22S SIRGAS2000. E 748791,753 e N 7173468,205, do ponto P02 segue-se por uma distancia de 13,95 metros confrontando com a lateral esquerda (lote com inscrição imobiliária nº 09.2.33.009.0142 e número predial nº 0166, e sob responsabilidade de Silvana Borges Maia até o encontro com o ponto P03 com coordenadas planas UTM 22S SIRGAS2000. E 748781,580 e N 7173458,653 do ponto P03 segue-se por uma distância de 8,34 metros confrontando com os fundos (lote com inscrição imobiliária nº 09.2.33.009.0128 e número predial nº 1680, sob responsabilidade de Elton Barcellos Pinheiro) até o encontro com o ponto P04 com coordenadas planas UTM 22S SIRGAS2000. E 748775,243 e N 7173464,074 então retorna até o ponto P01 por uma distância de 13,28 metros confrontando com a lateral direita (lote com inscrição imobiliária n
º 09.2.33.009.0149 e número predial nº 343, matrícula nº 66.187 e sob responsabilidade de Fernando Maia de Paula) e assim perfazendo uma área total de 125,43m².
Assim, ficam cientificados, dispondo de 15 dias para manifestação, cujo edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como, afixado em sessão específica dentro da Serventia. A ausência de impugnação implica em anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião, e consequente prosseguimento do feito.
Atenciosamente,
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro

SERVIÇO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO
COMARCA DE PARANAGUÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Coronel José Lobo, 350, sala 05 - Fone/Fax: (41) 2152-1812
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL
Na qualidade de Agente Delegado do Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, e nos termos do art. 216-A, §4º da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 do CNJ, **NOTIFICAMOS** o Sr. **SHIPOAK DASH SAIKAT** e a Sra. **CLAUDIA MIRANDA SAIKAT**, na qualidade de proprietários tabulares do imóvel confrontante (Mat. 41.455)**,** que está em trâmite nesta Serventia o **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE USUCAPIÃO,** na modalidade **EXTRAORDINÁRIA,** protocolado sob n.º **175.935**, tendo como objeto o imóvel matriculado sob o nº **37.827**, cuja propriedade tabular pertence a **Maria Satiko Torigoe** e **Rosa Tokiko Shibuya,** com os seguintes elementos:
· REQUERENTE: **AGENOR TAVIERA SILVA,** brasileiro, viúvo, inscrito no CPF/MF sob nº 838.708.659-20, com endereço na Rua Cidade do México, nº 122, bairro Parque Agari, Paranaguá/PR;
· IMÓVEL OBJETO: Um terreno urbano, situado nesta cidade e comarca de Paranaguá, loteamento Parque Agari, denominado de lote 1/2/3/B, da quadra 27, parte da Matrícula 37.827, localizado na Rua Cidade do México, em seu lado par, distando 12,00 metros da Rua Delhi; com as seguintes medidas e confrontações: frente ao SUDOESTE para a Rua Cidade do México, medindo 12,00 metros; na lateral direita de quem da Rua Cidade do México olha o imóvel, ao SUDESTE, mede 30,00 metros confrontando com o lote 1/2/3/A, matrícula 66.271, de propriedade de Luciano Oliveira dos Santos e Luciana de Cassia Barbosa dos Santos; na lateral esquerda de quem da Rua Cidade do México olha o imóvel, ao NOROESTE, mede 30,00 metros, confrontando com o lote de matrícula 37.827, remanescente, propriedade de Maria Satiko Torigoe e Rosa Tokiko Shibuya e posse de Vidalvina Rosa de Campos Santos; fazendo travessão dos fundos ao NORDESTE medindo 12,00 metros, confrontando com o lote 15, matrícula 41.455, de propriedade de Shipoak Dash Saikat e Claudia Miranda Saikat; o referido terreno contém a área total de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados). Inscrição imobiliária: 09.1.12.015.0324 e numeração predial 120. Obs.: no referido imóvel encontram-se construídas três edificações não regulares junto a prefeitura Municipal de Paranaguá, da seguinte forma: uma edificação residencial em alvenaria contendo a área construída em 80,50m²; uma edificação comercial em alvenaria contendo a área construída em 53,70m² e um abrigo contendo a área de 22,00m².
Assim, ficam cientificados, dispondo de 15 dias para manifestação, cujo edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como, afixado em sessão específica dentro da Serventia. A ausência de impugnação implica em anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião, e consequente prosseguimento do feito.
Atenciosamente,
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro

SERVIÇO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO
COMARCA DE PARANAGUÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Coronel José Lobo, 350, sala 05 - Fone/Fax: (41) 2152-1812
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL
Na qualidade de Agente Delegado do Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, e nos termos do art. 216-A, §4º da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 do CNJ, **NOTIFICAMOS** o Sr. **JOÃO DOMINGUES SOBRINHO** e a Sra. **ALICE FERREIRA GOMES**, na qualidade de proprietários tabulares, bem como os seus **EVENTUAIS HERDEIROS**, que está em trâmite nesta Serventia o **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE USUCAPIÃO,** na modalidade **EXTRAORDINÁRIA,** protocolado sob n.º **173.975**, tendo como objeto o imóvel **transcrito sob o n.º 5.091**, cuja propriedade tabular pertence a **João Domingues Sobrinho e Alice Ferreira Gomes,** com os seguintes elementos:
· REQUERENTE: **CATTALINI TERMINAIS MARÍTIMOS S/A,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.633.560/0001-82, com sede à Rua Coronel Santa Rita, nº 2677, em Paranaguá/PR, representada por seus bastantes procuradores **FABIO MARTINS JORGE**, brasileiro, separado consensualmente, inscrito no CPF/MF sob nº 813.236.979-34, residente e domiciliado à Rua João Pessoa, nº 382, apto. 302, Costeira, Paranaguá/PR, e **JOSÉ PAULO FERNANDES,** brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 048.555.768-16, residente e domiciliado à Rua Aracaju, nº 42, apto. 52, Higienópolis, São Paulo-SP;

· IMÓVEL OBJETO: Lote urbano "Área C", da planta Vila Alboitt, localizado na Rua Francisco Machado, nº 588, Vila Alboitt, CEP 83.221-540, nesta cidade e Comarca, com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE: a SE 12,14m (oze metros e quatorze centímetros) confrontando com Rua Francisco Machado. LATERAL ESQUERDA: a SO 34,74m (trinta e quatro metros e setenta e quatro centímetros) confrontando com terreno de Adnen Mahfouz El Tassa, matrícula nº 46.996. FUNDOS: a NO 12,47m (doze metros e quarenta e sete centímetros), confrontando com terreno de Cattalini Terminais Marítimos S/A, matrícula nº 6.826. LATERAL DIREITA: a NE 33,85m (trinta e três metros e oitenta e cinco centímetros), confrontando com terreno José Francisco Duarte, transcrição nº 28.467, de posse da requerente. Área do terreno: 419,69m² (quatrocentos e dezenove metros quadrados e sessenta e nove centímetros). Possuindo 178,84m² (cento e setenta e oito metros quadrados e oitenta e quatro centímetros) de área construída. Inscrição Imobiliária: 09.5.32.031.0529.
Assim, ficam cientificados, dispondo de 15 dias para manifestação, cujo edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como, afixado em sessão específica dentro da Serventia. A ausência de impugnação implica em anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião, e consequente prosseguimento do feito.
Atenciosamente,
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro

PONTAL DO PARANÁ

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Jorge Susumu Seino, agente delegado do Serviço de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná-PR, na forma do contido na Lei Federal nº 6.015/73 e no Provimento nº 65/2017, do Conselho Nacional de Justiça. FAZ SABER a tantos quantos deste edital tiverem conhecimento e a quem interessar, que tramita neste Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rodovia PR 412, nº 6.675, Anexo Posto Ipanema, Balneário Leblon, Pontal do Paraná-PR, CEP 83255-000, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento do direito de propriedade por meio da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, sob a modalidade EXTRAORDINÁRIA, com tempo de posse indicado de mais 15 anos, requerido por **GABRIEL GUBERT LINDEMEYER,** portador do RG n° 9.406.919-0-II/PR e CPF sob o n° 755.620.221-68, **protocolado sob nº 53.587**, na data de 11/10/2024, relativo ao imóvel constante da matrícula nº 21.535, desse Serviço de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná-PR, assim descrito e caracterizado: Um terreno urbano, designado pelo LOTE Nº 08 (oito), da QUADRA Nº 006 (seis), da planta de regularização do Loteamento Guapê, Município e Comarca de Pontal do Paraná-PR; inicia-se se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC 51°WGr FUSO 22J, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: (E= 759.820,224 m e N= 7.164.088,284 m) dividindo-o com o lado ímpar, nº 85 da Rua Macapa; Daí segue confrontando com a Rua Macapa com o azimute de 136°41'41" e a distância de 9,49m até o marco '1' (E=759.826,735 m e N=7.164.081,375 m); Daí segue confrontando com o Lote 9 com o azimute de 221°45'33" e a distância de 25,02m até o marco '2' (E=759.810,076 m e N=7.164.062,715 m); Daí segue confrontando com o Lote 21 com o azimute de 311°33'14" e a distância de 3,62m até o marco '3' (E=759.807,365 m e N=7.164.065,118 m); Daí segue confrontando com o Lote 22 com o azimute de 311°32'03" e a distância de 5,95m até o marco '4' (E=759.802,911 m e N=7.164.069,063 m); Daí segue confrontando com o Lote 7 com o azimute de 42°00'35" e a distância de 25,87m até o marco '0=PP' (E=759.820,224 m e N=7.164.088,284 m); início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito. Contém uma habitação em alvenaria com 142,52 m². Inscrição Imobiliária: 04.03.039.0127.001. Consta ser de **propriedade tabular de**: EMPRESA BALNEÁRIA PONTAL DO SUL S/A, CNPJ 76.527.407/0001-33. O requerimento e a documentação que acompanha o pedido apresentado permanecerão à disposição nesta Serventia, durante o prazo de 15 (quinze) dias, **para ciência da proprietária tabular, confrontantes e eventuais terceiros interessados**, que poderão apresentar manifestação, considerando-se a ausência de impugnação como anuência do pedido. Este edital será publicado por duas vezes no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como afixado em sessão específica dentro da Serventia. Expedido neste Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos 07 de Maio de 2025. Eu, _____ (Jorge Susumu Seino), agente delegado, digitei e assino

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017685